UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

UMA GEO-HISTÓRIA DE TERRITORIALIDADE NORTE-MINEIRA:
o caso dos lavradores do Mocambo (Bocaiuva-MG)

ELIANE MARIA FERNANDES RIBEIRO

Montes Claros, 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

UMA GEO-HISTÓRIA DE TERRITORIALIDADE NORTE-MINEIRA:
o caso dos lavradores do Mocambo (Bocaiuva-MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros–UNIMONTES, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.ª Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé
Co-Orientadora:
Prof.ª Dra. Anete Marilia Pereira

ELIANE MARIA FERNANDES RIBEIRO

Montes Claros, 2013

R484g

Ribeiro, Eliane Maria Fernandes.
Uma geo-história de territorialidade norte-mineira [manuscrito] : o caso dos lavradores do Mocambo (Bocaiuva-MG) / Eliane Maria Fernandes Ribeiro. – 2013.
205 f. : il.

Bibliografia: f. 176-195.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.
Co-orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

1. Território – territorialidade – Norte Mineira. 2. Comunidade negra rural – Mocambo – Bocaiuva (MG). 3. Mocambo - lugar - modo de vida. I. Thé, Ana Paula Glinfskoi. II. Pereira, Anete Marília. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: O caso dos lavradores do Mocambo (Bocaiuva-MG).

Catalogação Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Eliane Maria Fernandes Ribeiro

Dissertação de Mestrado intitulada "UMA GEO-HISTÓRIA DE TERRITORIALIDADE NORTE-MINEIRA: O CASO DOS LAVRADORES DE MOCAMBO (BOCAIUVA-MG)" apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Orientadora: **PROF.ª DRA. ANA PAULA GLINFSKOI THÉ** - Unimontes

_____

Co-orientadora: **PROF.ª DRA. ANETE MARÍLIA PEREIRA** - Unimontes

_____

Titular: **PROF.ª DRA. ANDRÈA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA** - Unimontes

_____

Titular: **PROF. DR. EMMANUEL DUARTE ALMADA** - UFMG

Montes Claros - MG
Maio/ 2013

Este trabalho é dedicado aos lavradores de Mocambo, em especial, à dona Jesus, Lucília e Jurialva, mãe e filhas, pela qualidade humana presenciada e certeza de que a vida pode ser vivida pelo outro.

LUGAR MOCAMBO

Lugar pleno de mundo
Reminiscências da mãe África
Senzala, morada para curto devaneio
Imposição do viver a história do branco
Trabalho não pago, invisibilidade, opressão
Estigmas imbricados no cotidiano de dor
Direitos negados. A quem importa?
A Nhá? Arre! A fazenda Sítio é paz.
Lugar de deixar
Fugir do tronco, tirania, gemidos calados
Aos dois irmãos resta a amplidão da mata
Dos baixios, vertentes: única saída
Travessias gerais a fora
Embrenham, fazem trilhas
Deparam caminhos
Espaço a ser conquistado.
Lugar de ficar
De sol circunferência
Refletido na serra, visualiza o fundo do córrego
A areia cinza viaja com o vento
É virgem o solo, fértil
Paisagem repetitiva de ritual singular
O pé de serra, o entre serras torna-se devagar,
Espaço vivido: lugar
Lugar recanto
O pouco chão desnudo espera
Mãos, enxada para plantar a cana em cova
Moradia de barro e pau
Chão batido, respingado de tabatinga
Tingui transformado em sabão lavam o suor liberto
Canela d'ema para acender o fogo
Territorialidades em símbolos.
Lugar cosmológico
As amadas aconchegam
Acasalam-se os corpos, os libertos amam
A liberdade desperta e reconhece
O lugar é de parentes
A fé é no Senhor Bom Jesus
A folia sapateia aos Santos Reis e São Sebastião
Identidade territorial mocambeira
Lugar ligado à produção de sistemas sociais
A vizinha agroindústria promete trocas
Tempo de semear, colher
Mais roças, frutos do Cerrado, peixes
Lá, o cuidar é com a monocultura da cana
Aqui, os lavradores lavram a terra, lavouram

Constroem carro de boi, viagens
Ampliam-se relações de vizinhança
Lugar da busca de integração
Dolabela Portella, Matarazzo
Empresas, mundo fluido
Exploração, trabalho semiescravo
Tentativas salariais, dinheiro-vale: boró
Falta pão, sobra suor
Conflitos: intercâmbio cruel
Falências, adeus relações de trocas
Lugar submerso
Desapropria-se parte de Mocambo
Cabo Verde: lugar miúdo ancestral
Indicado para barragem de irrigação
Estratégia desigual: expropriação
Que medição foi usada?
Conivência de poderes, Cabo Verde encobre-se
Sob ondas flutuam sonhos de reconstrução do lugar
Lugar avanço de fronteiras
Fazendeiros chegantes
Capital e tecnologias
A mata se esvai
Restam pastagem homogênea
Paisagem verde-branca
Gado PO, exportação
Bois, mangas, cancelas: vazio de relações
Lugar propício para conservar
Conservam bichos e plantas
Dispersam gente, comunidades
Tradicionalidades? A quem interessa?
Reserva da Biosfera, contemplação!
O exótico alimenta o poder
O parque e a apa são para *os de fora*
Homem sobrepõe-se ao homem
Lugar cercado
Apagam-se o saber
Exigem-se novos saberes
Não se vive mais da terra
Roça? A terra cansada, responde com capim
Pra todo lugar, vem como praga
Jovens dizem adeus
Velhos permanecem, resistem.
Lugar Mocambo
Por todo lado
Ameaças às condições de criar e recriar
A diferença em ser, de viver
Liberdade substantiva
De modo de vida escolhido
Até quando?
Lugar Mocambo?

AGRADECIMENTOS

A gratidão aqui expressa é resultado de significações socioculturais e afetivas, como os territórios apreendidos neste estudo, lembrando que há interfaces entre eles. Dessa forma agradeço:

o território sagrado onde Deus abriu caminho quando não existia caminho; a meus pais e meu irmão Márcio, lembranças presentes.

O território cotidiano vivenciado por Luiz, companheiro de amor incondicional; as presenças-ausências dos filhos: Fabrícia, Guilherme e Felipe, certeza de amor início, meio e fim. Aos meus dois novos amores João Marcelo e Marco Antônio, realização do sonho de ser avó; ao genro Marcelo, pelos croquis sobre o mundo mocambeiro; à nora Luciana, por ouvir Mocambo; aos irmãos pela presença.

O território-lugar Mocambo, pela receptividade percebida nos olhares e gestos, na certeza de ser ali bem-vinda e no compartilhar momentos, memórias, sentimentos.

Representando o território dos muitos conhecimentos, agradeço à minha orientadora Ana Paula, pela confiança, partilha de material de pesquisa e carinho; à co-orientadora Anete Marília, pelas leituras detalhadas, incitando reflexões essenciais a respeito *do ser* mocambeiro; ao Joba pelo caminhar entre lavradores e ouvi-los falar de seu povo; ao Frank, pelas reflexões entre teoria e empiria; ao turismólogo Felipe, pelos mapas; a Maria, pela formatação. Ao professor doutor Emannuel Duarte Almada pela leitura atenta e contribuições na defesa deste trabalho. Ao Antônio César, pelo desbravar de palavras e letras na intenção de captar o modo de vida mocambeiro.

No território acadêmico, sou grata aos professores do mestrado, em especial a Andréa, sensível no percorrer as travessias do sertão e compartilhá-las aos que as procuram; a Simone Lessa, pelo conhecimento das territorialidades norte-mineiras; as funcionárias-amigas da secretaria do PPGDS, Fernanda, Sarinha e Vanessa; aos colegas de mestrado, em particular o Werley, amigo constante; a Leila, pelas discussões sobre as comunidades tradicionais; Débora, pelos mapas; Elca e Leninha; a Joelena pela transcrição das entrevistas.

Os territórios da amizade e conhecimento são ainda representados pela colega-amiga Loretta, para quem viver é fazer leituras; pela cunhada-irmã Delourdes, que estabeleceu não haver idade para se começar; Beatriz e Manuel, de presença cotidiana; Juliano, pelas conversas pecuárias; ao Eduardo, pela geologia dos lugares; Amábili, pelo ombro que descansa; Pascoal pelas informações sobre a comunidade; Maria Clara, pelas orações.

O território da troca comparece nas presenças de Raquel e Leydianne, que comprovaram que esse território pode envolver o da amizade.

O território da vizinhança e compadrio contou com as companhias de Vânia, Elisa, Maria, Beth e Vitória, alegrias no convívio diário.

Por fim, necessário agradecer o território-estado, com a CAPES e UNIMONTES.

RESUMO

Propõe-se, neste trabalho, estudar as territorialidades vividas pela comunidade negra rural Mocambo, situada no distrito de Engenheiro Dolabela, município de Bocaiuva, Norte de Minas Gerais. Os processos socioeconômicos e culturais decorrentes das desterritorializações e percebidos como cercamento influenciam diretamente o cotidiano da comunidade e, para isto, coloca-se em tela o avanço das fronteiras desenvolvimentistas, em especial os relacionados às fazendas pecuárias e à agroindústria. Para melhor explicitar as desterritorializações quanto à pecuária, levou-se em conta nuances da atividade em âmbito nacional, regional e local a envolver e expropriar o modo de vida dos comunitários. Discutiu-se, com base no recorte espacial da Área de Proteção Ambiental Serra Mineira e do Parque Nacional das Sempre-Vivas, como as instituições interferem na reprodução tanto material como imaterial do Mocambo que tradicionalmente territorializou o espaço feito território-lugar. Analisou-se, já na área da agroindústria, a trajetória das empresas Dolabella Portella e Matarazzo, sob o viés da apropriação do espaço circundante ao local onde está situada a comunidade estudada. O referencial teórico apoiou-se nos conceitos de território e territorialidade, sob a ótica da cultura, identidade, lugar e comunidade, conforme as contribuições de ordem prática e simbólicas colhidas na Geografia Cultural, História e Antropologia. Para os trabalhos de campo, priorizaram-se, além da acurada observação reforçada na vivência, a história oral e a etnografia, aplicadas na contextualização regional e local quando da coleta de dados junto ao mocambeiro, o que permitiu a descrição socioeconômica e cultural reinante no território-lugar. A apreensão dos processos socioculturais e identitários contribuíram para se evidenciarem concepções de modos de vida complementares ou mesmo de detalhes antagônicos entre os mocambeiros e os demais atores sociais agentes do Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Modo de vida, Norte de Minas, Comunidade, Mocambo, Lugar.

ABSTRACT

This study examines territorialities experienced by the rural Afro-Brazilian community Mocambo, located in the district of Engenheiro Dolabela, municipality of Bocaiúva, in the North of Minas Gerais. Socioeconomic and cultural processes arising from the deterritorializations, known as encirclement, have directly influenced the everyday life of the community. The study reviews these processes within the context of the advance of developmentalist frontiers, in particular those related to cattle ranching and agribusiness. Those deterritorializations related to cattle ranching were part of broader effects of this economic activity at national, regional and local levels, which have enveloped and expropriated the way of life of members of this community. The Environmental Protection Unit Serra Mineira and the Sempre-Vivas National Park served as empirical examples to discuss how institutions have affected the material and symbolic reproduction of the community, which traditionally territorializes space, transformed into territory-place. The history of the companies Dolabella Portella and Matarazzo provided an empirical basis to analyze how the appropriation of space surrounding Mocambo as a result of these agribusiness activities contributed to deterritorialization of this community.The theoretical framework draws on the concepts of territory, territorialities, within the perspective of culture, identity, place and community, and practical and symbolic contributions of Cultural Geography, History and Anthropology. Field work techniques, in particular direct observation of ever day life, oral history and ethnography, contributed to data collection, providing local and regional contextualization, and socioeconomic and cultural description of the community. The analysis of sociocultural and identity formation processes reveale dopposing view sofway of life between residents of Mocambo and other social actor sof the North of Minas.

Keywords: Territory, Territorialities, Waysoflife, North of Minas, Community, Mocambo, Place.

LISTAS DE FIGURAS

1: Tronco e casarão colonial da Fazenda Sítio..... 68
2: Ruínas da usina do Sítio..... 68
3: Osvaldo Alfredo (primeiro à direita, segunda linha) em 1950, com dezenove anos. O proprietário do Sítio, José Maria de Alkmim, (quarto da linha abaixo) e funcionários..... 69
4: Área circunvizinha a Mocambo - Tempo pós-chegada..... 80
5: Sede do Mocambo - Tempo pós-chegada..... 81
6, 7, 8 e 9: Granjas Reunidas..... 87
10: Área circunvizinha a Mocambo – Tempo das empresas..... 99
11: Sede do Mocambo – Tempo das empresas..... 100
12: Fazenda Granjas Reunidas do Norte – Gleba 1 103
13: Fazenda Santa Luzia..... 103
14: Construção da Barragem do Caatinga..... 107
15: Barragem do Caatinga na atualidade..... 107
16: APA Serra de Mineira..... 117
17: Parque Nacional das Sempre-Vivas..... 117
18: Jurialva na Cascata do Rio Sicuruí..... 129
19: Córrego Mocambo..... 129
20: Procissão ao Senhor Bom Jesus..... 134
21: Leilão em homenagem ao padroeiro..... 134
22: Área circunvizinha a Mocambo - Tempo das fazendas..... 136
23: Sede do Mocambo - Tempo das fazendas..... 137
24: Dona Maria com a neta Vanessa..... 145
25: O cruzeiro como representação da religiosidade mocambeira..... 145
26: Armazém em Engenheiro Dolabela (Matarazzo-1950)..... 201
27 e 28: Sepultura de bugre. Ruinas da moradia de Romão e Inocêncio..... 201
29, 30, 31 e 32: Unidade de produção: Quintal..... 202
33 e 34: Representação da religiosidade..... 202
35 e 36: Prédio da escola e moradias de Mocambo..... 203
37 e 38: Serra do Espinhaço e o mocambeiro..... 203
39 e 40: Passa-um e o Córrego Mocambo que biparte a comunidade..... 203
41 e 42: Conservação do toucinho e extrativismo do palmito amargoso..... 204

43 e 44: Madeira e fornos da produção de carvão (Vallourec & Mannesmann)..... 204
45 e 46: Engenho, forno e lugar de descanso e produção de banana..... 204

LISTA DE MAPAS

1: Norte de Minas Gerais: Microrregiões Geográficas - Município de Bocaiuva..... 36
2: Carta Imagem do Município de Bocaiuva..... 39
3: Norte de Minas Gerais: Município de Bocaiúva..... 40
4: Município de Bocaiuva..... 41
5: Brasil: Caminhos e localidades do Século XVIII 44
6: Bocaiuva e Distritos..... 48
7: Bocaiuva - Cia Agro Industrial do Jequitaí..... 98
8: Território Mocambo..... 128
9: Bocaiuva - Comunidades que se dispersaram da Fazenda Sítio..... 166
10: Cabo Verde - Comunidade inundada..... 200

LISTA DE SIGLAS

ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade

AERA: Assessoria Especial para reforma agrária

ANUALPEC: Anuário da Pecuária Brasileira

APA: Área de Proteção Ambiental

BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BRASMAG: Companhia Mineira de Magnésio

CEPEA: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNTP: Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CODEVASF: Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco

CONANA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONVIVAS: Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas

COPAMINAS: Cooperativa dos Produtores de Açúcar de Minas Gerais

COPERSUCAR: Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral

EFCB: Estrada de Ferro Central do Brasil

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCP: Fundação Cultural Palmares

FETAEMG: Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais

FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBD: Internacional Bussiness Development Limited

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IEF/MG: Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais

IMA: Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS: Instituto Nacional de Pessoas Físicas

ITCMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ITASA: Indústria Alimentícia Itacolomi

ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MAB: Homem e a Biosfera

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário

MOTORVEL: Motores e Veículos

MT: Ministério do Trabalho

MST: Movimento Sem Terra

ONG: Organização não Governamental

PA Betinho: Projeto de Assentamento Herbert de Souza

PARNA: Parque Nacional

PIB: Produto Interno Bruto

PROALCOOL: Programa Nacional do Álcool

PRONAF: Programa Nacional da Agricultura Familiar

PSDC: Partido Social Democrata

RBSE: Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço

RIMA: Metalúrgica Ricardo e Marisa

RURALMINAS: Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário

SEMAD/MG: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais

SEPIR: Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SIDERPA: Siderúrgica Paulino

SISBOV: Sistema Brasileiro de Identificação e Cerificação de Origem Bovina e Bubalina

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TDR: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

UCs: Unidades de Conservação

UNESCO: Organização das Ações Unidas para a Educação

USIFER: Usina Siderúrgica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 19

CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO MOCAMBEIRO 28
1.1 Norte de Minas: diversidade histórico-cultural..... 30
1.1.2 Norte de Minas: morada da diversidade societária..... 36
1.2 Formação socioespacial do município de Bocaiúva..... 39
1.2.1 Territorializações segundo as fazendas pecuaristas..... 45
1.2.2 Territorialidade e identidade bocaiuvense..... 47
1.3 Pecuária: movimento de interiorização nacional..... 53
1.3.1 Pecuária no Norte de Minas..... 57
1.3.2 Pecuária em Bocaiuva..... 60

CAPÍTULO II - TERRITORIALIZAÇÕES EM MOCAMBO: os tempos dos lavradores 63
2.1 Tempo pós-chegada da fazenda Sítio..... 64
2.2 Tempo das empresas Dolabella Portella & Matarazzo..... 82
2.3 Tempo das fazendas e do cercamento..... 101
2.3.1 A inundação do Cabo Verde..... 106
2.3.2 Legalização de parte do território mocambeiro..... 110
2.3.3 Mocambo: lugar propício para implantação da APA Serra Mineira, do Parque Nacional das Sempre – Vivas e Reserva da Biosfera Brasileira Serra do Espinhaço..... 116
2.3.4 As representações das cancelas como forma de cercamento..... 123
2.4 O território-lugar Mocambo..... 127

CAPÍTULO III - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES, CULTURA, IDENTIDADE E LUGAR: tecendo conceitos para apreender a comunidade..... 139
3.1 Território Mocambo: variedades de territórios..... 141
3.2 Territorialidades mocambeiras..... 147
3.3 Cultura pé de serra..... 152
3.4 A força da identidade territorial..... 157
3.5 Mocambo: lugar ameaçado..... 161

3.6 Comunidade tradicional : a identidade como determinante para coesão do grupo..... 165

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 172

REFERÊNCIAS..... 178

ANEXOS..... 198

INTRODUÇÃO

Muito se tem pesquisado sobre a crescente multiplicidade sociocultural, biológica e natural no Brasil e, a par disso, as comunidades tradicionais, não raro detentoras de insólitos modos de vida, resultando tal empenho em diferentes e reveladoras leituras do espaço. Ao estudar a comunidade negra rural Mocambo, procurou-se sistematizar reflexões suscitadas durante a pesquisa, adequando-as a um sistema de conceitos. Coloca-se em tela a condição humana de indivíduos arrendatários da Terra, sentimento preconizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ao reafirmar ser a *vida um sopro* e, assim, possivelmente possa instigar projetos que possibilitem uma sociedade socialmente mais justa.

Esta dissertação enfatiza o processo de cercamento do Mocambo, em especial por fazendas pecuaristas, como se comenta a resistência oferecida às tentativas de invasão, expressa nas pequenas, mas efetivas estratégias de autodefesa desenvolvidas pela comunidade focada. Ademais, tentar-se-á compreender outros processos que levaram ao cercamento, como as implantações e transformações vividas pela empresa agroindustrial e pelas Unidades de Conservação que estabelecidas na área, afetaram e ainda afetam o cotidiano vivido pelo grupo estudado.

Abordam-se, pois, com atenção especial e a par dos mais diversificados aspectos, as territorialidades vinculadas ao modelo socioeconômico que, conscientemente ou não, adotados pelos mocambeiros, só lhes reforçou a condição periférica ao desenvolverem todo um sistema de autodefesa em relação *aos de fora.*[1]Ateve-se, por fim, à utópica, peculiar visão de mundo por parte desse grupo, que, mesmo se esforçando por rechaçar convencional estilo de vida, não pôde evitar a influência parcial, mas inexorável no seu comportamento, sujeito às nuances direta ou indiretamente impostas pela vizinhança.

Nesse enfoque, o objetivo geral é compreender as territorialidades vividas pela comunidade, em consonância com os efeitos do avanço das fronteiras desenvolvimentistas, como o da pecuária e da implantação de instituições particulares, estaduais e internacionais no entorno, sobre a identidade e a cultura do grupo. Insere-se nessa discussão ambivalências reproduzidas pelos processos socioeconômicos e culturais que fragilizam grupos e, por outro lado, fortalecem outros.

[1] O termo *de dentro* e *de fora*, conforme Albert O. Hirschaman em seu artigo Possibilismo: vida e obra de Hirschaman, refere-se aos moradores da comunidade (os de dentro) e aos não pertencentes à comunidade (os de fora). Disponível em: <http:// www.scielo. Br/scielo. Php?script-sciartex&pid>. Acesso em: 18 nov. 2012.

Os objetivos específicos a enumerar são: discutir a percepção de território, lugar e comunidade pelos mocambeiros e a relação de sua identidade frente ao processo de cercamento; analisar as estratégias de representação socioeconômica, política e modos de vida utilizados pelos comunitários para conviverem com o processo; compreender a organização social familiar alicerçada no parentesco e compadrio no terrritório, bem como apreender suas tradicionalidades.

A comunidade Mocambo localiza-se no Vale do Rio Caatinga, subafluente do Rio São Francisco, entre a Serra do Espinhaço[2] e a Serra Preta, distrito de Engenheiro Dolabela, município de Bocaiuva, Minas Gerais. O grupo é formado por doze famílias-parentes, que, ao construir a identidade territorial, articulou a constituição de novas territorialidades como estratégia de resistência, vivendo modelo socioeconômico próprio, isto desde meados do século XIX.

Em relação à autoria do trabalho, convém frisar que, para a pesquisadora que o levou a efeito, o pensar a Geografia tornou-se como que ideia fixa na sua vivência cotidiana de professora. O refletir sobre os assuntos ligados à matéria e respectivas áreas de interesse, com maior atenção à problemática que enreda as comunidades rurais em situação de marginalização, como é aqui o caso. Tanto assim que, visando aprender e ensinar, em dois livros[3] publicados pôde expor, com base na experiência e esforço pessoal, sua visão da realidade socioeconômica, ambiental e cultural da região Norte de Minas, sendo o texto apresentado, fruto da mesma preocupação.

Na década de 1970, em andanças ao sul do município de Bocaiuva, percorrendo trechos da serra do Espinhaço e baixios do rio São Francisco encontram-se grandes fazendas pecuaristas, Área de Proteção Ambiental (APA Serra Mineira), Parque Nacional Sempre-Vivas (PARNA Sempre-Vivas), Reserva da Biosfera Brasileira Serra do Espinhaço/MG (RBSE), Assentamento Betinho e barragem do Caatinga, ao se deparar com Mocambo, lhe ocorreu questionar, enquanto procedia à pesquisa que lhe permitiria colher e retransmitir os conhecimentos, movida também por natural curiosidade. Por que a comunidade se ocultava numa várzea, por que a vida algo diferenciada, por que abrigarem moradias semicamufladas

[2]Conforme Ribeiro (2006), o Espinhaço em 2005 recebeu da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO o título de Reserva do Homem e da Biosfera, como forma de salvaguardar para a humanidade a biodiversidade, em especial a endêmica, relacionada à fauna, flora, e por ser uma das maiores formações de campos rupestres, dentre outros potenciais, como o mineralógico.

[3]O primeiro livro, *Bocaiuva:* Sociedade e Espaço, publicado em 1988, trata da produção do espaço urbano e rural, da circulação, das ideias e da história munícipe. O segundo *Bocaiuva*: Espaços Desiguais Estrutura Geológica, Relevo, Solos e Minerai foi publicado em 2006.

por jabuticabeiras nativas? E mais: quem eram os mocambeiros, de onde vieram, como e por que viviam circundados?

O abarcante interesse pela Geografia e História que originou a pesquisa e dissertação de mestrado, esforço quem sabe tardio, mas não menos apurado e prazeroso, também teve por parâmetro Geertz (1989), ao sustentar que o tipo de esforço intelectual deve voltar-se para uma "descrição densa" e que cada um tem que procurar continuamente o seu caminho. Ora, "para entender as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do *eu"*. (GEERTZ, 2009, p. 91).

Quanto aos procedimentos metodológicos, inicialmente se procedeu ao levantamento bibliográfico teórico-metodológico, elaborado sobre as categorias de análise, para facilitar a discussão, visando articular território, territorialidades, cultura, identidade, lugar e comunidade. A ideia era fundamentar teoricamente o estudo ligado às evidências empíricas e compreender os processos históricos e sociais por que passou a comunidade visada.

Essa articulação teve como componente efetivo a perspectiva da Geografia Cultural[4], que considera a cultura campo comum ao conjunto das ciências humanas. A propósito, Claval (1999, p. 94), compreende a cultura como estabelecedora das condições de materialidade, historicidade e geograficidade a todo fato humano e social. Para Holzer (2001), a geograficidade é entendida como uma relação do ser-no-mundo, identificada, portanto, pelas trocas, afinidades, orientações e distâncias que absorvem o homem no lugar da sua morada.

Dessa maneira, buscou-se valorizar a comunicação para compreender como os homens e as sociedades se fazem e se desfazem num movimento perpétuo que cria o individual a partir do coletivo, e o coletivo a partir das ações individuais (CLAVAL, 1999), construindo interativa e socialmente a percepção distinta de modos de vida. Estão aí evidenciadas as dimensões culturais dos fatos observados no cotidiano dos mocambeiros, à medida que se carregam elas de flagrante simbolismo, a partir da subjetividade e representações culturais.

Compreende-se então por que a pesquisa qualitativa estimulou o livre pensamento da parte dos vários entrevistados, quando foi o caso, sobre o objeto ou conceito, tendo emergido daí aspectos subjetivos e motivações não explícitas, de maneira espontânea, usada para buscar percepções sobre a natureza de uma questão, abrindo espaço para a construção de melhor interpretação. Nessa linha do pensamento, o objeto é como o sujeito o percebe e deve ser

[4] O método que embasa a Geografia Cultural é a fenomenologia que descreve os modos de vida das pessoas nos diversos espaços, tempos e re-criados pelo exercício de uma cultura peculiar (PAULA, 2009).

estudado sem interferência de qualquer regra de observação, isto é, as coisas são tais como são em suas relações, pensamentos, memórias e sentimentos (CLAVAL, 1999).

Importantes as contribuições da História e memória, pois “a história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos”. (MARTINS, 2010, p.116). O mesmo autor assevera que, na história local, difícil é vislumbrar formas e conteúdos dos grandes processos históricos, mas tudo ganha sentido por meio deles. Desse modo, a história oral será usada não só como metodologia, mas como reforço à História, nos processos históricos (MARTINS, 2010). Conforme Hobsbawm (2012), a História serve para compreender e explicar por que as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si.

No consequente diálogo com a História, tem-se a fala como fonte e tenta-se construir a própria linha do tempo recorrendo a Foucault (2010, VII), “quando deixou de considerar a história de uma ciência como o desenvolvimento linear e contínuo a partir de origens que se perdem no tempo e são alimentadas pela interminável busca de precursores”. A história, nessa perspectiva, serve para diferenciar o passado do presente e produz possibilidades de mudar a conjuntura atual, atestando que, para o trabalho, não se partiu de uma figura, um objeto dado ou acabado, mas que, a partir daí se fez a história atenta aos mecanismos e práticas que produziram o objeto (VIEIRA, 2007).

A etnografia conforme Geertz (1978), contribui com o trabalho ao descrever modos de vidas, sistemas culturais e de significados.

> entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico.....escrever seu diário. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p. 7).

Assim é que a etnografia ajuda a desvendar a variedade de conceitos locais adicionados, enlaçados, imbricados e até obscuros que se tenta perceber, descrever e analisar, juntamente com os espaços e com aqueles que os vivenciam. Esta perspectiva exige um distanciamento da realidade cultural em que se situa o pesquisador, devendo ser estudados os problemas essenciais para entender as humanidades.

Utilizou-se, ainda, como metodologia, a estratégia da coleta de dados mediante observação direta, conversas informais, entrevistas gravadas e transcritas - ou não, quando se

verificou aproximação e apresentação dos objetivos de questionamentos segundo a história oral de Thompson (2002), para descrever modos de vida. A estratégia de pesquisa justificou-se por se tratar de um grupo pequeno que, em cenário impactado pelo grande capital, experimenta rearranjos no que tange à organização espacial e social criada ao longo da história, agora em função das mudanças da exploração econômica e ambiental.

A história oral levou a se articular em dados não captados pela história documental, construindo, através de fatos singulares, reflexões e interpretações de acontecimentos significativos no processo reflexivo de construção da análise (HAGUETTE, 1992). Neste sentido, a história oral articula um diálogo com o pesquisado a fim de relembrar fatos, "possibilitando um julgamento imparcial, tendo um compromisso em favor da mensagem social da história como um todo" (THOMPSON, 2002, p.26).

Levou-se em conta que, como teoriza Alberti (2004), a importância do trabalho com a história oral exige do pesquisador elevado respeito pelo outro, pelas opiniões contrárias, atitudes, posições e visão de mundo. Entretanto, evidencia-se que trabalhar com a história oral não significa possuir o somatório de histórias individuais, nem que se deva abandonar a generalização e as abstrações próprias ao pensamento científico.

Ao contatar preferencialmente os moradores mais velhos e/ou experientes do Mocambo – a maioria dos informantes – supõe-se ter ganhado em profundidade de informações, pelo acesso às regras mais representativas da comunidade e seus valores civilizacionais, inclusive obtendo conhecimentos exclusivos. A estratégia possibilitou ainda distinguir consequências dos processos de territorialidades incididos sobre o grupo, e a memória pessoal, como a memória social, familiar e grupal permitiu que o passado viesse à tona na voz do presente, misturando-se às percepções e significações na atualidade, em especial, pela força subjetiva dos informantes mais velhos (BOSI, 1987).

Foi assim que se pôde perceber as diversas ações empregadas pelo sujeito na reprodução social do grupo e na intenção de compensar processos expropriatórios, no âmbito ambiental e simbólico, o que evidenciou o modo de vida peculiar do mocambeiro. Problematizam-se, assim, as condições impostas à comunidade acerca dos aspectos que contribuíram na formação e continuidade do território-lugar e que estão evidenciados no presente etnográfico.

Epistemologicamente, é exercida a função de vigilância crítica ao se tentar compreender, pela história oral, parte da realidade comunitária, como o uso de categoria nativa *cercamento*, que sintetiza a estrutura socioespacial do grupo. O cercamento está ligado

ao processo de expropriação causado pelas grandes fazendas pecuaristas, ao cingir as terras antes territorializadas pelos mocambeiros, substituindo a vegetação natural pelo pasto braquiária, determinando outras territorialidades.

Os fatores discutidos constituíram motivo bastante para elaboração da pesquisa, à medida que se colocou em evidência e se tentou deslindar a situação de exclusão social mocambeira. A exclusão social é debatida por alguns autores que criticam a capacidade explicativa da expressão e até mesmo a negação do conceito. Mas, conforme Martins (1997) significa contradição e se reproduz em signos e marcas de símbolos cotidianos. A engrenagem da exclusão, comumente violenta, gera vítimas de processos socioeconômicos e/ou políticos, resultando em conflitos nos quais o sujeito proclama a resistência ou esperança, na qual a exclusão decorre de uma gama de fatores, como a precariedade do trabalho e a falta de transportes.

Em Balsa (2006), a exclusão social é percebida não apenas como privação de recursos econômicos, já que as pessoas são excluídas socialmente por preferências sexuais, pelo pertencimento a grupos ditos diferenciados, pela religião, cor da pele ou deficiência física. Nesse sentido, a exclusão é "como aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal" (MARTINS, 1997, p. 26).

A expansão das fronteiras[5]desenvolvimentistas leva a incidir, sobre comunidades tradicionais do **N**orte de Minas, toda uma diversidade de territorialidades, de processos expropriatórios como as desterritorializações, apreendidas como processo de exclusão social (Haesbaert, 2002), em que atividades são inviabilizadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, como a produção das fazendas pecuaristas. Essa intervenção se deu em especial, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), após a década de 1960 e que, tendo gerado crescimento econômico, causou também problemas sociais e ambientais, ao financiar grandes propriedades para a produção pecuarista e contribuir para o êxodo rural[6].

Algumas estratégias de sobrevivência no lugar-território eram de fato singulares, conforme os moradores mais idosos, que relataram quando, quanto e onde plantar, como manter rios perenes, como era feita a rotação das áreas de pastagens, quando colher plantas

[5] A ideia de fronteira é desenvolvida por Boaventura de Souza Santos ao analisar a identidade no contexto da pós-modernidade "a zona fronteiriça é híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro hierarquias pouco susceptíveis de globalização". (SANTOS, 1999).

[6]Os investidores, após a década de 1960, tiveram a condição de desfrutar dos incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões de terras ligadas à atividade agropecuária e reflorestamentos (CARDOSO, 2000), o que não ocorreu com o pequeno proprietário de terras.

medicinais, prepará-las e usá-las, quando colher o palmito amargoso. É vinculada a essa situação socioambiental e cultural que se formam as territorialidades e se constrói a identidade lavradora do mocambeiro.

Discute-se a relação do grupo com os direitos quilombolas e, ao final, evidencia-se a percepção do mocambeiro frente à categoria quilombola. Reiteram-se, por oportuno, a importância das comunidades negras rurais, como contribuintes da formação da população brasileira, em especial com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68. Este dispositivo constitucional reconhece as existências e o direito coletivo ao território que os remanescentes de quilombos habitam. Assim, muitos dos grupos vistos como comunidades negras rurais, após 1988, passam a ser denominados e/ou se autodenominam quilombolas.

Ao discutir os processos vividos por essas comunidades, Costa (2009) lembra que o Direito Constitucional não garante a efetiva conquista de plenitude do direito, visto que o Estado é moroso no cumprir o disposto constitucional por encontrar-se em meio a um imbróglio crucial frente à disputa por terra e mobilização territorial que tal direito requer. Mesmo com a existência de leis que parecem respaldar alternativas na efetivação de direitos coletivos dos quilombolas e outras comunidades tradicionais, o Estado não facilita esta realidade.

De acordo com o exposto, pretendeu-se concentrar o problema de pesquisa nas seguintes questões: (a) Como o território mocambeiro foi formado ao longo dos processos sociohistóricos; (b) qual a relação da configuração atual do território com a expansão das fronteiras desenvolvimentistas, como a da pecuária e com a intervenção de instituições particulares, estaduais e internacionais; (c) como as territorialidades interferem na estrutura social do grupo; (d) como os mocambeiros se mantêm para constituírem-se um grupo coeso; (e) quais os processos de desterritorialização mais evidentes na história mocambeira, que constituíram o processo de cercamento.

Também pressupostos teóricos foram utilizados como fundamentação da pesquisa, estruturando-se os conceitos de território e seus derivados - territorialidades, territorialização, desterritorialização e reterritorialização - cultura, identidade, lugar e comunidade, apreendidos inter-relacionados e problematizados, com a intenção de melhor descrever e analisar a comunidade negra rural.

Desse modo, compreende-se que a possível simplicidade do mocambeiro é uma presunção, tornando-se necessário imbuir-se do olhar e do ouvir habilitados, para perceber não só os símbolos visuais ou a falta deles, mas os movimentos, as representações cotidianas

interligadas à vizinhança, à cidade. Assim, torna-se possível, conseguir apreender o lugar imbuído de sentimentos, de afetividade manifestada em diferentes escalas: o lugar é o cruzeiro, onde comumente se reza, o parapeito da janela onde se encosta para ver o córrego, a serra, a vizinhança, a Lapa visitada - o lugar é Mocambo.

De encontro aos conceitos, buscou-se inserir as classificações inerentes às práticas locais aliadas ao conhecimento desenvolvido com a relação intrínseca e os territórios, como salienta Geertz (2009), que, ao tratar do assunto, discorda da necessidade de se pensar, sentir e perceber o mundo como um nativo, mas sim do ponto de vista do nativo. Dessa forma, as teorias são comparadas a redes lançadas com o objetivo de recolher o que se denomina mundo, a fim de racionalizá-lo conforme perspectivas próprias (MARTINS; THEÓFILO, 2007).

Ainda para compreender parte da realidade do território-lugar, investiga-se a organização social familiar fundamentada em Woortmann (1995), desde a fundação, em que o parentesco e o compadrio eram intrínsecos à comunidade, até os dias atuais, bem como os sistemas de produção, quando se entenderá como as famílias garantem a sobrevivência econômica no lugar de vida.

Dessa forma, durante o ano de 2011 e 2012, realizou-se entrevistas com moradores de Mocambo, Timburé, Córrego São João, Lagoa Grande, Engenheiro Dolabela, Granjas Reunidas do Norte e com mocambeiros residentes na cidade de Bocaiuva, além de incursões às áreas da APA Serra de Minas, do parque Sempre-Vivas, da monocultora Vallourec & Mannesmann, da barragem do Caatinga, para possibilitar melhor compreensão da dinâmica desses lugares, relacionada ao processo de cercamento no Mocambo.

Entrevistaram-se fazendeiros, isto é, os que se dispuseram a dialogar, já que a disponibilidade de tempo para eles é curta, sempre a depender de improváveis folgas entre as escassas viagens feitas durante o ano às propriedades do Norte de Minas, em voos particulares, já que a maioria mora em grandes centros, como Sete Lagoas e Belo Horizonte. Segundo os pecuaristas, suas outras empresas são as *que realmente proporcionam lucro e vantagens*.

O trabalho de campo, com história oral, entrevistas, relatos e depoimentos iniciou-se no primeiro semestre de 2011, quando hospedou-se com dona Jesus, dona Conceição e, por quatro meses interrompidos, com Lucília, totalizando aproximadamente cento e vinte dias descontínuos de convívio com moradores locais e outros atores interligados à comunidade. As entrevistas e conversas informais continuaram até fevereiro de 2013, em encontros agora mais rápidos, já que a comunidade se distancia da sede Bocaiúva 72 km, por estrada de terra.

Para além da etnografia do grupo realizou-se 30 entrevistas, considerando-se os diversos indivíduos envolvidos no estudo, como os moradores locais e do entorno, os fazendeiros, técnicos de órgãos ambientais dos governos, representando então o poder público. Nesse contexto, colocam-se em tela as relações entre mocambeiros, *entre eles* e a natureza e *entre eles e os de fora*, antes e depois do cercamento, refletindo, assim, as estratégias socioeconômicas e culturais usadas para manutenção do território.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, seguidos das considerações finais. O primeiro caracteriza o Norte de Minas a partir da diversidade sociocultural; distingue o município bocaiuvense entre a história mítica e a científica; recua ao passado, início do século XVIII, quando as grandes fazendas engendravam o aspecto socioeconômico e a sede munícipe correspondia ao lugar escolhido para o fim de semana. Discute a inserção do município no modelo agroindustrial, culminando na formação da monocultura da cana-de-açúcar e do eucalipto; questiona a formação e expansão da pecuária no Brasil, para compreender as relações socioeconômicas geradas no âmbito regional e local.

O segundo capítulo analisa as territorializações do Mocambo, fragmentadas em três tempos: tempo pós-chegada da fazenda Sítio; tempo das empresas Dolabella Portella e Matarazzo; tempo das fazendas e cercamento, evidenciando os processos socioeconômicos vivenciados pelos lavradores do pé de serra. Analisa o conflito de Cabo Verde; discute a legalização de parte do território; pesquisa o processo social e político de criação e implantação da APA-Serra Mineira, do Parque Nacional das Sempre-Vivas e da Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço; menciona as organizações sociais de parentesco e compadrio; etnografa a representação das cancelas e apresenta o território-lugar Mocambo.

O terceiro capítulo buscou responder às questões referentes aos mocambeiros, a partir da teoria e de dados empíricos coletados pelo uso de observação, história oral, conversas informais, sempre à luz das categorias analíticas e dos conceitos usados. De certo modo, esse capítulo transgride a clássica estrutura de dissertações, mas a opção tenta oportunizar ao leitor uma leitura mais fluída acerca do Mocambo, em que os parâmetros teóricos foram usados e adequados conforme os processos culturais, identitários e socioeconômicos da comunidade.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO MOCAMBEIRO

Tudo consabia bem; isto sim, digo; no remedido do trivial, espaço de chuva, a gente em avanço por esses tabuleiros: fazia rio, por debaixo, entre as pernas de meu cavalo. Sertão velho de idades. Porque — serra pede serra — e dessas, altas, é que o senhor vê bem: como é que o sertão vem e volta. Não adianta se dar as costas. Ele beira aqui, e vai beirar outros lugares, tão distantes. Rumor dele se escuta. Sertão sendo do sol e os pássaros: urubu, gavião — que sempre voam, às imensidões, por sobre... Travessia perigosa, mas é a vida. Sertão que se alteia e se abaixa. Mas que as curvas dos campos estendem sempre para mais longe. Ali envelhece vento. E os brabos bichos, do fundo dele....(ROSA, J. G., 1986, p. 479).

Apreender o território mocambeiro, como em Rosa (1986), é andar por serra pedindo serra, a do Espinhaço, velha de idade, mais que o sertão, e serra mais nova, a Serra Preta. É mirar vastidões, subir, descer, abeirar-se na Várzea Comprida, no Vale do Caatinga entre o Rio Jequitaí e a Serra Sicuriú e, então, deparar com o território miúdo, espraiado à sombra de rochas quartzíticas. É sentir o lugar que contraria as secas, vindas da região Nordeste do Brasil, pois no Mocambo, o rio abaixa, corre raso, mas não corta.

As águas, ali, não formam poços sozinhos, lodosos, mas abrem corredeiras, preenchem meandros no tempo das águas, inundam várzeas, até desaguar no São Francisco, enquanto os riachinhos que nascem na serra, com as chuvas, cristalinos por correrem flutuando na rocha desnuda, em forma de cachoeiras, estes sim, apartam-se, minguam, somem no solo arenoso. Junto às mazelas da transposição do velho Chico, que perde barrancos, matas ciliares e lagoas marginais, perde também a gente ribeirinha que migra, sem querer migrar, para Montes Claros, como no Mocambo, que perde mocambeiros, gente jovem.

Não pela falta d'água, mas pela expropriação de empregos, de relações vizinhas, pela exiguidade dos recursos naturais antes cultivados e coletados pelos ancestrais, pelas tantas consequências do cercamento. Apreender o território é embrenhar-se nas teias suaves da história contada pelo povo minúsculo, no sentido de pouca gente, e maiúsculo com significado de resistência, de manter o modo de vida escolhido, com a força em volver a terra, fazer roça, semear, colher, fazendo do lugar pé de serra o lugar mundo.

Apreender o território mocambeiro é ouvir e imaginar o passado junto à família de lavradores, debaixo de mangueiras centenárias, ao lado de cidreiras e anduzeiros, a saga de Romão e Inocêncio, ao abrirem trilhas que ligaram caminhos para a invisibilidade, para a *possível não convivência* com o homem branco, que os escravizavam com o trabalho sem justa paga. É, por fim, abrir caminhos, atrelando às trilhas da liberdade e, por isso, atravessaram matas, rios, serras e alcançaram os baixios para territorializar o espaço sonhado.

A partir dessa percepção do território-lugar Mocambo, busca-se neste capítulo, refletir o Norte de Minas como recorte espacial da égide da diversidade, vinculando-o ao Cerrado, aos Gerais e ao Sertão, na tentativa de compreender a capacidade do Mocambo como integrante da unidade social, capaz de criar e recriar formas de sobrevivência. Reflete-se a região como lócus da morada de diversos grupos sociais e, a partir dessa diversidade, analisa-se como são tratadas pelos idealizadores e formuladores dos modelos de políticas de desenvolvimento como uniformes e/ou desimportantes, muitas vezes sem levar em conta projetos da sociedade.

Em seguida, revisitam-se espaços desiguais do município de Bocaiuva, entre a percepção histórica do mítico e da cientificidade para compreender a formação socioespacial e a transformação do espaço mocambeiro em lugar-território. Problematiza-se a insurgência das grandes fazendas isoladas e independentes economicamente, em primazia ao urbano e o processo de inserção de algumas delas no modelo agroindustrial, culminando na formação de grandes propriedades, conforme pesquisas que sinalizam expansões e fragmentações do território bocaiuvense.

O anseio pela permanência como elemento de autonomia, que constrói e fortalece a identidade de força, de resistência do mocambeiro, continua em meio aos processos de territorializações em diferentes tempos e formas de apropriações do espaço, quando é influenciado ora pelo modo de vida tradicional, ora pelo modo de vida capitalista. As territorialidades são, dessa maneira, constituídas como reflexos de percepções distintas ou antagônicas, segundo influências externas.

Analisa-se a seguir a formação e expansão da pecuária no Brasil, sob o domínio da Coroa portuguesa, objetivando compreender as relações socioeconômicas geradas no âmbito nacional, regional e local. Expande-se essa abordagem ao discutir a importância e influência das fazendas de gado na formação socioespacial do Norte de Minas e do município de Bocaiuva.

1.1 Norte de Minas: diversidade histórico-cultural

Para entender brevemente os muitos Norte de Minas[7], sob a perspectiva da diversidade histórico-cultural e econômica, reporta-se ao século XVII, quando se intensifica a expansão colonial movida pelo caráter personalista e aventureiro lusitano. Entre os fatores que induziram à expansão, encontram-se os efeitos da União–Ibérica (1580-1640) que deram aos espanhóis e portugueses, liberdade de ação, conforme definido no Tratado de Tordesilhas (QUERINO).

Tal liberdade resultou em processos socioeconômicos tais como o bandeirantismo, a dizimação e escravização de indígenas, a formação de quilombos, implantação e o crescimento de fronteiras desenvolvimentistas, como a da pecuária e garimpo. Tais fatores

[7]A região Norte de Minas abrange uma área territorial de 128.602 Km², é composta por oitenta e nove municípios e 1.610.413 habitantes, estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Disponível em: <sitewww.ibge.gov.br/ e www.sidra.ibge.gov.br/bda/protage.asp?c=1309&z=t&0=1&i=p>. Acesso em: 28 nov. 2012.

contribuíram para que a população chegante se estabelecesse no sertão, onde poderia encontrar refúgio e modos de vida baseados na solidariedade.

Neste contexto, formou-se a região[8]de costumes, fazeres e vivências peculiares, apreendidos sob diferentes enfoques vividos pela gente ribeirinha da bacia do São Francisco, do Jequitinhonha, do Pardo de Minas, das áreas limítrofes dos estados da Bahia e Goiás, dos interstícios do Norte de Minas. Assim, ao discutir as desigualdades da região, Pereira (2007) questiona e problematiza o Norte de Minas segundo o espaço formado por características fisiográficas variadas (zona de transição cerrado/caatinga), segundo condições socioeconômicas e constante intervenção estatal. A partir da constatação a autora, ao refletir sobre o dualismo que compõe as diversas ideias referentes à região, se pergunta: "o Norte de Minas é região cheia de potencialidades ou bolsão de pobreza?".

Pela pesquisa, verifica-se simultaneamente na região "muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidades". (PEREIRA, 2007, p. 95). Nessa abordagem, o Norte de Minas não deixa de se apresentar, sob variados aspectos análogo ao Nordeste brasileiro, entre eles elementos socioeconômicos, culturais e naturais, contribuintes da multiplicidade reconhecida por Costa (2005), como síntese da nação, uma vez que se estruturou como sociedade de diversidades culturais, de identidades contrastantes, de racionalidades díspares, mas complementares.

Nesse sentido, Lessa (2007), seleciona categorias sociais e institucionais articuladas no campo[9] social que comporta limites diferenciados na região, e que, historicamente, se articulou visando a diferentes interesses. Nos limites, observa-se a multiplicidade percebida entre o bioma[10] Cerrado, da Caatinga, da Mata Atlântica e do ecótono[11] Cerrado-Caatinga, tudo que engendra ecossistemas e paisagens diversificadas, habitats de fauna e flora característicos.

---

[8]Segundo Lessa (2007), a região cultural, ao se referir ao Norte de Minas, é caracterizado pelo processo de ocupação humana que se verificou em um determinado espaço territorial em que certas características dão unidade de ideias, de sentimentos, de estilos de vida a um grupo social.

[9]Lessa (2007) esclarece o campo como categoria que envolve uma regionalização da realidade fundamentada nos processos históricos vividos pelas categorias nele encontradas. O campo é, assim, concebido como espaço social multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interações em comum, sem disporem dos mesmos recursos e competências.

[10] O bioma, conforme Arruda (2008), et al. designa as grandes paisagens e as províncias fitogeográficas. Ribeiro e Walter (2008, p. 153), admitem não haver unanimidade em nenhuma das divisões fitogeográficas do território brasileiro e consideram as ocorrências de seis grandes biomas: Cerrado, Campos Sulinos, Florestas Atlântica e de Araucária, Caatinga, Floresta Amazônica e Pantanal.

[11] O ecótono é considerado comunidade mista ou área de transição entre duas comunidades vizinhas. Segundo Arruda et al.; (2008, p. 265), no Brasil há três ecótonos: Amazônia-Cerrado, Cerrado-Caatinga e Caatinga-Amazônia.

A Depressão Sertaneja, a do São Francisco e a Serra do Espinhaço abrigam uma gama de subunidades do relevo, conforme tipos de solos calcáricos ou quartzíticos e as bacias hidrográficas constituem ambientes fluviais que possibilitam abrigar múltiplos grupos societais, abrigando territorialidades peculiares em desiguais vivências sociais, culturais e simbólicas.

A região Norte de Minas é comumente vinculada ao Cerrado senso restrito, ou seja, à vegetação formada por árvores retorcidas, de três a quatro metros de altura, com casca do tipo cortiça espessa, folhas coriáceas, arbustos e subarbustos, cipós e herbáceas. As características são encontradas, por exemplo, nas espécies *Caryocar brasiliense* (pequi) e *Byrsonima coccolobifolia* (murici

Por outro lado, a região é menos frequentemente ligada à diversidade do Cerrado[12], como na percepção de enclaves, assim considerados pela Geografia quando num bioma ocorre interpenetração de espécies vegetais próprios de biomas diferentes. O exemplo pode ser observado na Cachoeira Sicuruí, no Mocambo, onde predomina a vegetação do Cerrado, mas incidem variadas espécies de cactáceas (comuns da Caatinga), constatando-se, pela vinculação, possível compreensão da complexidade do Cerrado e, portanto, da região.

Em outra analogia, o Norte do estado é vinculado aos Gerais, ou à Serra do Espinhaço, pela representação não apenas da estrutura geológica de interesse econômico e turístico, mas como elemento de interferência na distribuição das cidades, das comunidades e na disposição da flora e fauna, constituindo fator de interligação cultural para atores sociais e comunitários. A Serra do Espinhaço, por constituir divisor de águas das bacias do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha, armazena água na época das chuvas e libera-a nos tempos da seca, fatores que vão influenciar o cotidiano das comunidades.

Em estudo acadêmico, Nogueira (2009), apreendeu os Gerais como sinônimo de Cerrado, paisagem que apresentou parte da extensão regional convertida em maciços de eucalipto após a década de 1970, o que provocou encurralamento das comunidades geraizeiras. O Espinhaço no Mocambo exibe vertentes abruptas e inclinadas, nas quais o quartzito imprimiu a marca com cristas monoclinais, ou seja, de inclinação em uma só direção; mocambeiros chegaram a explorar o quartzo em sistema artesanal, atividade extinta

[12] O Cerrado para Ribeiro e Walter (2008), é difícil de ser classificado conforme os tipos fitofisionômicos, devido a heterogeneidade de indivíduos, tornando-se necessário adotar termos regionais: por isso consideram o Bioma com as formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado Sentido Restrito, Parque de Cerrado Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre) além de outros subtipos com 25 fitofionomias.

na comunidade atualmente, bem como o uso do extrativismo vegetal, como a coleta de sempre-vivas e cactáceas.

Os campos rupestres, abundantes na região, são constituídos em grande parte, por tipos fitofisionômicos herbáceos arbustivos e formados por solos rasos e pedregosos, comumente situados a uma altitude superior de 900 metros ao nível do mar. Os mocambeiros utilizam e convivem com diversas espécies, como a canela-de-ema gigante (*Velloziagigantea*), usada para se acender fogo, e a micro-orquídea (*Constantia cipolusis*) (RIBEIRO; WALTER, 1998).

Este tipo do Cerrado tornou-se cenário para estudos de botânicos e geógrafos que avaliam possibilidades do campo rupestre ser transformado, pela teoria, em outro bioma. (RIBEIRO; WALTER, 1998). O território específico, com composição florística que pode variar em poucos metros de distância, é paisagem para variedade de plantas medicinais colhidas pelo mocambeiro, como a arnica, para uma gama de finalidades, o que demonstra quão importante são os modos de apropriações, segundo as necessidades do nativo.

Outra abordagem do Norte de Minas é a que o interliga ao sertão, à *terra de ninguém*, discutido em Anastasia (2005), ao afirmar que no sertão do São Francisco as ordens não eram executadas, que Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, enfrentou um sem-número de revoltas durante o governo, quando definiu a população como a escória da terra. Nesse enfoque, a autora registra:

> Dizia-se do sertão do São Francisco, parte integrante da comarca do Rio das Velhas, que era lugar onde nunca havia se conhecido rei. Mas, se durante décadas, a região, carente de autoridades metropolitanas e povoadas por régulos que agiam segundo a sua vontade, desconheceu o poder da Coroa, a violência desmedida levou seus moradores a apelarem, em 1797, para o Príncipe Regente, D. João (ANASTASIA, 2005, p. 69).

Desde o início da ocupação, portanto, os atos violentos eram rotina, quando criminosos e revoltosos dificultavam a vida de moradores que pretendiam se fixar nas terras do Norte de Minas. O mesmo significado de sertão, percebido pelos sentidos negativos como espaço desconhecido, inacessível, perigoso e pouco habitado, foi construído pelos colonizadores (AMADO, 1995) a partir do século XVII, contrastando-o com a percepção de litoral, entendido esse como lugar civilizado e urbano.

Assim, “até metade do século XX, a região teve sua representação vinculada ao imaginário de uma terra sem lei, com perigos da natureza e dos homens que a habitavam”

(PAULA, 2009, p. 67). O Norte de Minas representava, dessa forma, uma terra de *autoridades não competentes*, e era apreendida como região de exploração deliberada de recursos naturais, de apropriação da força de trabalho servil ou escrava, de oligarquias rurais, de coronéis que comandavam o destino da vida regional e local, de comunidades rurais à margem do poder.

Na perspectiva, à medida que a região percebida como sertão se consolidava segundo os processos sociopolíticos e culturais, paralelamente se construíam representações reais e simbólicas que contribuíram para a constituição do pensamento sociocultural, econômico e espacial dos indivíduos. Esse embate entre a terra e o homem, entre serras e o litoral, em meio a lutas e expedições, constituiu-se em palco e inspiração para Euclides da Cunha (1998) descrever a história da Região Nordeste atrelada ao sertão na obra *Os Sertões*, de início do século XX.

> No sertão, mesmo antes do pleno estio, é impossível o caminhar de homens equipados, ajoujados de mochilas e cantis, depois das dez horas da manhã. Pelos tabuleiros o dia desdobra-se abrasador, sem sombras; a terra nua reverbera os ardores da canícula, multiplicando-os; e sob o influxo exaustivo de uma temperatura altíssima aceleram-se de modo pasmoso as funções vitais, determinando assaltos súbitos de cansaço (CUNHA, 1998, p. 25).

Dessa forma, a região estabelecida como sertão, ganha destaque na História, na Geografia e na Literatura, para descrever o Norte de Minas:

> A estrada de todos os cotovelos. Sertão, — se diz —, o senhor querendo procura, nunca encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem. Mas, aonde lá, era o sertão churro, o próprio, mesmo. Ia fazendo receios, perfazendo indagação. Descemos por umas grotas no meio de serras de parte-vento e suas mães árvores. O ponto de um ribeirão, o boqueirão de um rio (ROSA, 1986, p. 335).

O sertão é compreendido e imaginado em larga profusão de expressões identificadoras - *serras de parte-vento e mães árvores* - sempre para o mais além, pois nunca está onde se espera; por outro lado, *ele está em toda parte, está dentro da gente*, fazendo parte da identidade norte mineira. O sertão é, então, introjetado como o interior, *o pra dentro*, mas sempre e na verdade onde se pratica a pecuária extensiva, a pouca agricultura no tempo das chuvas, porque em outros meses do ano a seca ronda, ou é constante, penitenciada e chorada, com a morte do pouco gado.

O sertão é o incivilizado, o longe e a ausência para uns, porque ele é simbólico, enquanto para outros se constitui na própria civilização vivida, na presença do homem interligado à terra percebida como dádiva, onde a lua é companheira e o céu, sempre visível, se torna possível. O sertão é lugar de palavra dada, onde a dor dos que migram se traduz em verso e prosa, mas, sobretudo em esperança de volta.

Ainda em outra perspectiva, a que considera a importância do processo histórico na constituição da região Norte de Minas a partir do movimento expansionista da pecuária, tendo como resultado o povoamento esparso, Pereira (2004), evidencia a importância de historiadores do século XVIII, que nomearam a região de sertão, pela incipiente exploração econômica, e de deserto, pela aridez do clima e vegetação.

Dessa maneira, em espaços e tempos diferenciados, e conforme o interesse do projeto, o Norte de Minas define-se como sertão também pelo botânico inglês George Gardner, (1975), em 1836:

> A região de leste é em parte coberta de matas virgens, enquanto a do oeste, mais plana, consiste principalmente de terras de pastagens, embora haja porção coberta de caatingas, um dos maiores tractos do Brasil a que se dá o nome de sertão. Para chegar à cidade de Diamantina, capital do Distrito do Diamante, que eu tencionava visitar, era-me necessário fazer longa jornada através desta região semi-deserta (GARDNER, 1975, p.191).

A concepção da região ligada ao sertão é, portanto, particular e relativizada, resultando numa multiplicidade de interpretações, assim como a possibilidade de elevar o sertão a procedimentos hermenêuticos que permitem a compreensão dos seus significados para as gentes do lugar, tratando-o como fenômeno social, colocado em destaque para os encontros e práticas que aqui se deram (LOPES, 2010). Daí entender-se a formação socioespacial do Norte de Minas como resultado do desenvolvimento desigual, combinado pelas forças produtivas, pelas transformações das relações sociais e, em razão disso, vincular-se a diversas categorias, corroborando a organização e estruturação de uma sociedade multicultural (PEREIRA, 2007).

Nos encontros e práticas, ou seja, nas territorialidades, a formação das fazendas de pecuária marcou o início da sociedade regional, uma coletividade em demarcação, o espaço em formação.

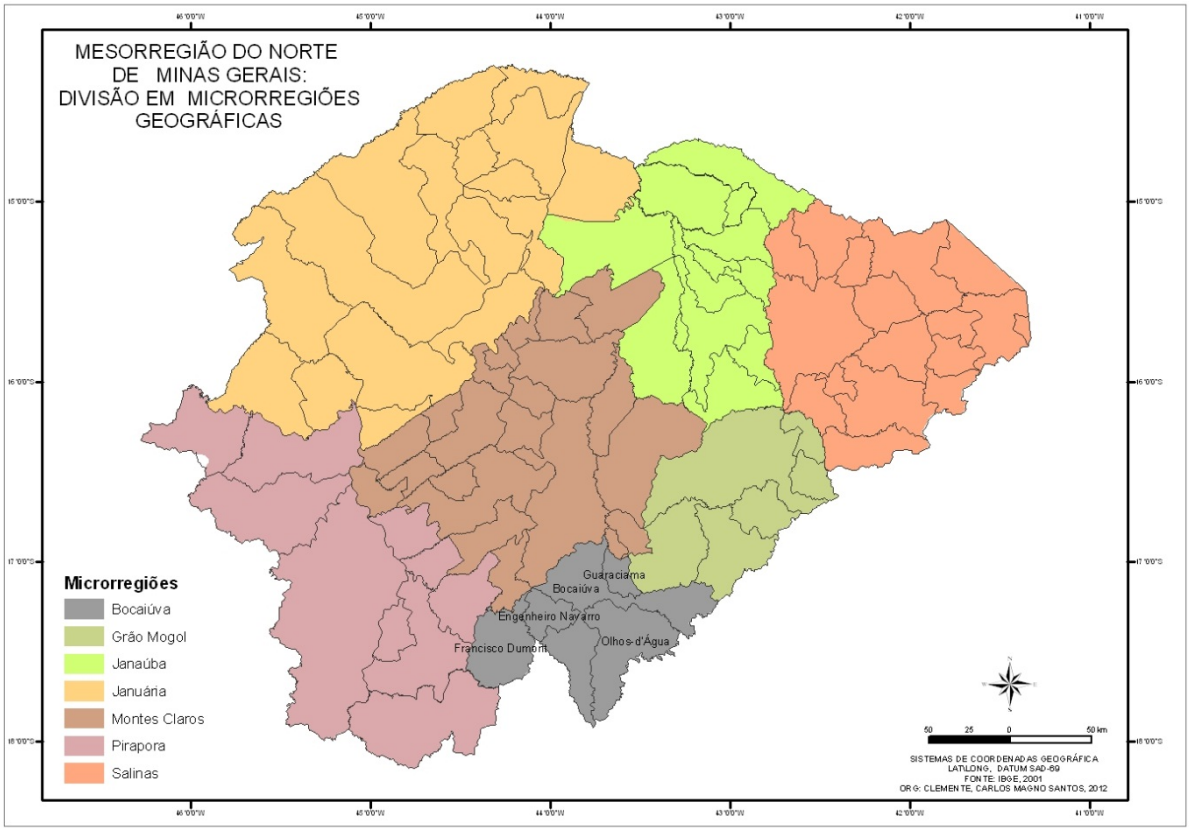
> [...] um *lócus* de encontro de culturas, de gentes, de coisas, como um espaço de trânsito, fazendo o sujeito norte-mineiro um ser híbrido, por situar-se em um terceiro espaço, em um entre lugar distanciado das margens que se tocam e faz da sociedade norte-mineira uma sociedade em fronteira (COSTA, 2005, p. 43).

Nesse ambiente diverso e simbólico, seja como Cerrado, como Serra do Espinhaço ou sertão, propriamente dito, o território-lugar cria e recria formas de sobrevivência, mantendo conhecimentos, ou parte deles, perpassados de geração em geração. O *modus vivendi* dos sujeitos *matuteados* acaba por aliar-se às atividades socioeconômicas e à conservação do ambiente, ainda que fronteiras do desenvolvimento aliadas aos projetos estatais incidam sobre a região, transformando de fato a vivência cotidiana.

Na próxima seção, colocam-se em tela os diversos tipos de povos e comunidades tradicionais que vivem no Norte de Minas, a fim de melhor situar e compreender a comunidade Mocambo.

1.1.2 Norte de Minas: morada da diversidade societária

A região, conforme mapa 1, apresenta uma gama de grupos populacionais denominados segundo o ambiente habitado, os recursos naturais e o modo de vida específico. Desse modo, Mocambo é resultado do encontro de culturas que contribuíram para a formação de identidades construídas a partir das lutas pelo território (COSTA, 2005).



MAPA 1: Norte de Minas Gerais: Microrregiões Geográficas - Município de Bocaiuva
Fonte: LESSA (2007)

Cada grupo tradicional identifica-se a partir de elementos que lhe conferem alguma diferença em relação às populações situadas em áreas circunvizinhas aos respectivos territórios. Assim, conforme as possibilidades dos recursos naturais, dos conhecimentos construídos nas práticas cotidianas, o ambiente é apropriado evidenciando as especificidades de cada grupo. Nesse sentido, o Norte de Minas estruturou-se historicamente em grupos diversos, tais como: Veredeiros, Geraizeiros, Caatingueiros, Quilombolas, Vazanteiros e as Comunidades Negras Rurais, cada qual mais reconhecido pelas especificidades socioculturais e econômicas (COSTA, 2005).

Os Veredeiros, porque têm nas veredas o eixo crucial de suas vidas, utilizam estratégias de uso e manejo para viabilizar a reprodução da existência em comum. Ao estudar as comunidades veredeiras Gigante e Pé da Serra, Rodrigues (2011), explica que a localização fronteiriça com três municípios, Itacambira, Bocaiuva e Turmalina justifica a heterogeneidade de relações que extrapola os limites políticos e orientam o modo de vida da população, intimamente ligado à diversidade das origens das águas (veredas, das serras e outras, que formam os ribeirões e os rios).

O signo identitário dos Geraizeiros está vinculado aos Gerais classificados como planaltos, encostas e vales do Cerrado e, segundo Dayrel (1998), o aspecto diferencial é uma forma singular de apropriação da natureza regida por sistema peculiar de representações, códigos e mitos. Os Gerais carregam sentidos diversos, dependendo de quem os percebe: “para *os de fora*, era terra sem lei ou rei, mas para sua gente era espaço para fruir a liberdade. Os gerais é espaço de natureza indômita e agreste e, nesse sentido, é sertão: guarda segredos e riscos, desafia a coragem de quem nele faz *travessia*”. (NOGUEIRA, 2009, p. 86).

Os Caatingueiros, segundo Costa Filho (2008), ocupam a Caatinga, região marcada pela facilidade de produção, de transporte, de proximidade com centros urbanos, acessos a políticas públicas e menor disponibilidade de água. Esses povos desenvolveram a habilidade de cultivar plantas mais resistentes à seca, de criar o gado e manejar pastagens nativas e exóticas, adaptadas às condições de semiaridez.

Os Quilombolas possuem a maior incidência na região e emergiram no cenário social na contemporaneidade como conquista do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988. O Brejo dos Crioulos e os Gurutubanos são representativos de outras dezenas de comunidades que vivem nas planícies do rio São Francisco, mantendo aspectos de tradicionalidade ancestral e muitos ainda não foram estudados (COSTA, 2005).

Os Vazanteiros vivem em áreas inundáveis das margens do Rio São Francisco, nas ilhas ou cidades ribeirinhas, e o tipo de vida é determinado pela mobilidade do local de trabalho e moradias adaptadas aos ciclos do rio. Na conexidade, “o plantio no lameiro é uma prática construída pelos Vazanteiros que, com seu conhecimento e saber conferem novos significados às áreas frequentemente alagadas das ilhas e vazantes do rio”. (ARAÚJO, 2009, p. 66). Para a autora, essa prática observada entre os Vazanteiros interatua com o rio em seus processos de enchentes e secas que podem trazer a vida, mas também a morte.

Quanto ao processo econômico, considera-se como divisor de águas, a incorporação da região à área do Polígono das Secas, em 1963, nas ações da SUDENE, da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) e do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). Foi quando passou a alvo de políticas específicas e deliberadas de desenvolvimento econômico e social. Nesse viés, a região torna-se palco de promoções econômicas agenciadas pelo governo federal, com incentivos fiscais e financeiros, concentrando-se em quatro eixos principais: grandes projetos agropecuários; industrialização; reflorestamento e projetos de irrigação (RODRIGUES, 2000).

Conforme esta autora, para promover a modernização do Norte de Minas segundo diagnóstico dos gestores da época, a região foi caracterizada como *vazio econômico*, mas os projetos constituídos não conseguiram gerar empregos capazes de reter a força de trabalho antes dedicada à agricultura camponesa. Como consequência, a população rural foi expulsa de suas terras pelas empresas de reflorestamento e pecuaristas, tendo sido forçada a migrar ou modificar o modo de vida baseado na reciprocidade.

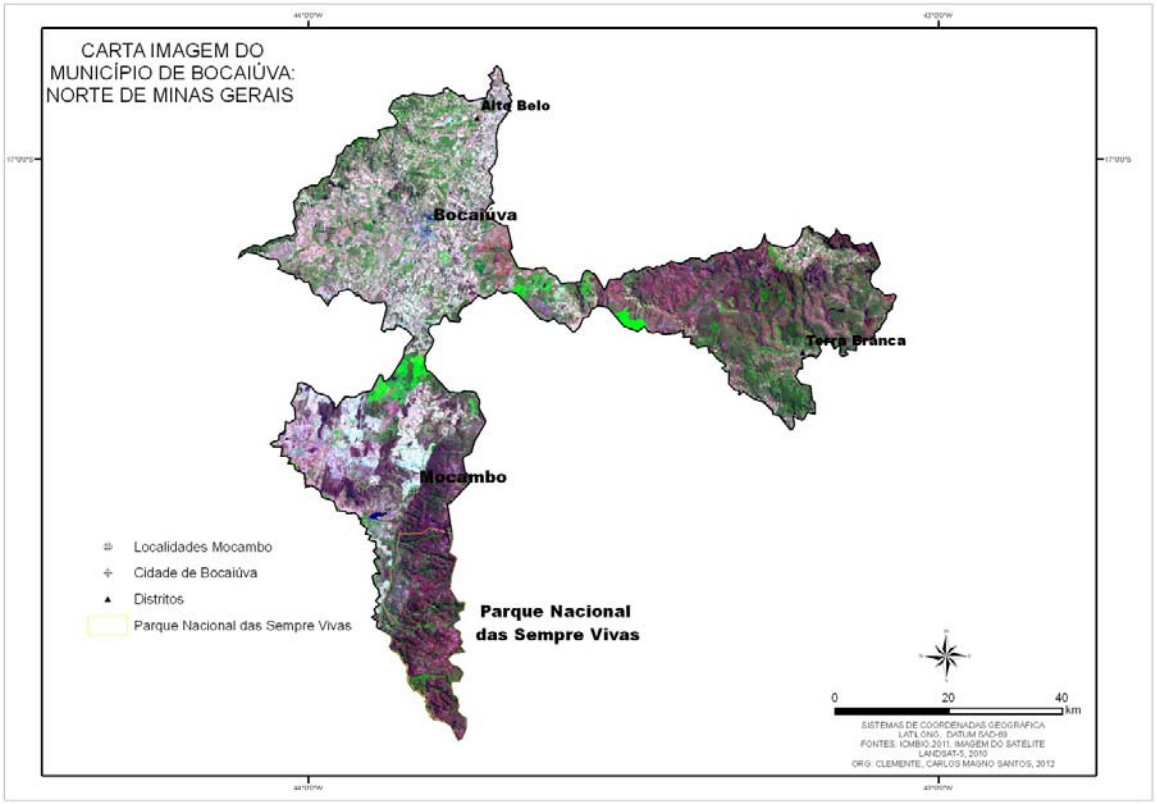
Assim, se na intervenção estatal registraram-se melhorias significativas na infraestrutura dos municípios norte-mineiros, o resultado econômico do surto de desenvolvimento é negativo, porquanto não resultou na democratização da propriedade, desarticulou as relações de produção baseadas na racionalidade social e inflou desordenadamente a área urbana, além de gerar danos ao meio ambiente e às populações residentes.

O desenvolvimento social de uma região só é eficaz quando se baseia nas potencialidades históricas de cada povo, com seus membros tendo acessos aos benefícios gerados, não apenas os lucros para reprodução do sistema capitalista. Leva-se em conta a maximização das potencialidades locais e regionais dentro de lógicas não capitalistas, articulando a vida local ao mercado de consumo por meio de redes de solidariedade (COSTA, 1999).

Em seguida, reflete-se sobre a formação socioespacial do município de Bocaiuva, como unidade influenciadora e mantenedora do modo de vida no Mocambo, sob diferentes perspectivas. O cotidiano do Mocambo retrata características da cidade de Bocaiuva no século XX, em especial aquelas ligadas à religiosidade, ao lazer e ao sistema de produção para a sobrevivência.

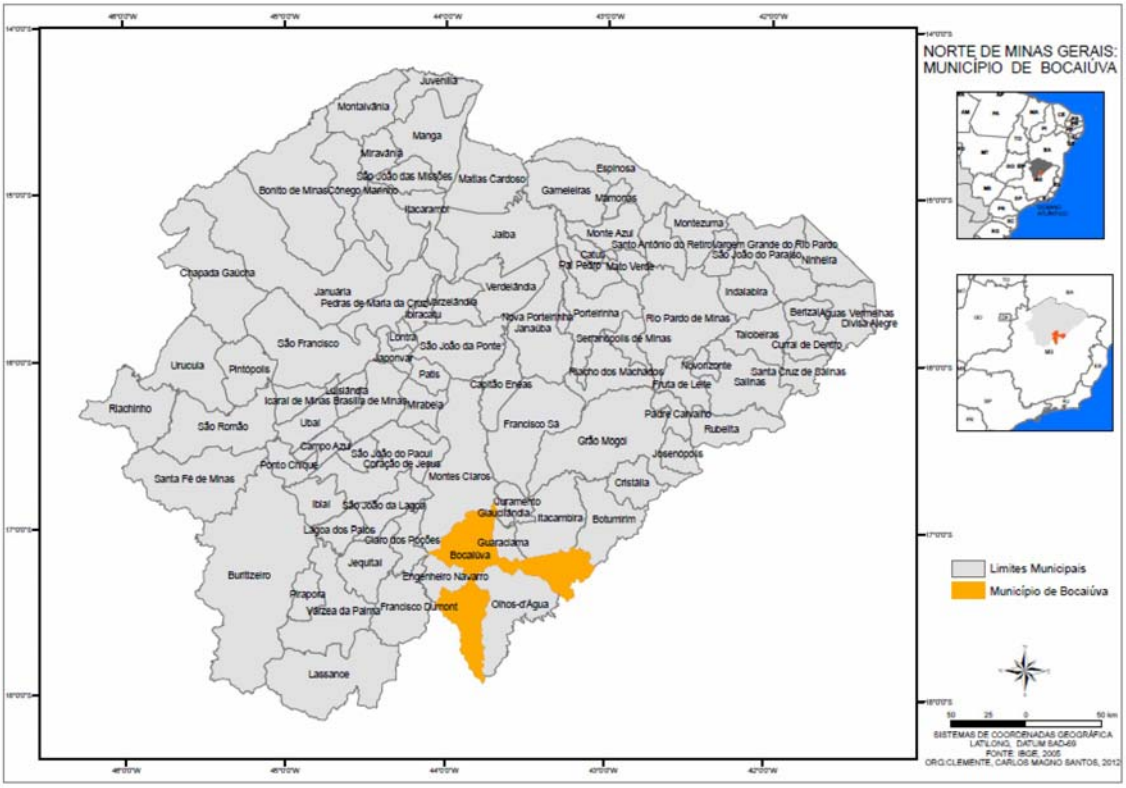
1.2 Formação socioespacial do município de Bocaiuva

A apropriação socioespacial do município se deu a partir da territorialização confirmada pelos desenhos rupestres nas paredes quartzíticas da Serra do Espinhaço e nas grutas calcárias da Bacia Sertaneja e do São Francisco, conforme o mapa-carta imagem 2. A territorialização se prolonga, até os projetos desenvolvimentistas da contemporaneidade, como a expansão da pecuária, a mineração do ouro e diamante, a industrialização do açúcar e álcool, a introdução da monocultura de eucalipto e a produção de magnésio, transformado com a empresa Metalúrgica RIMA.

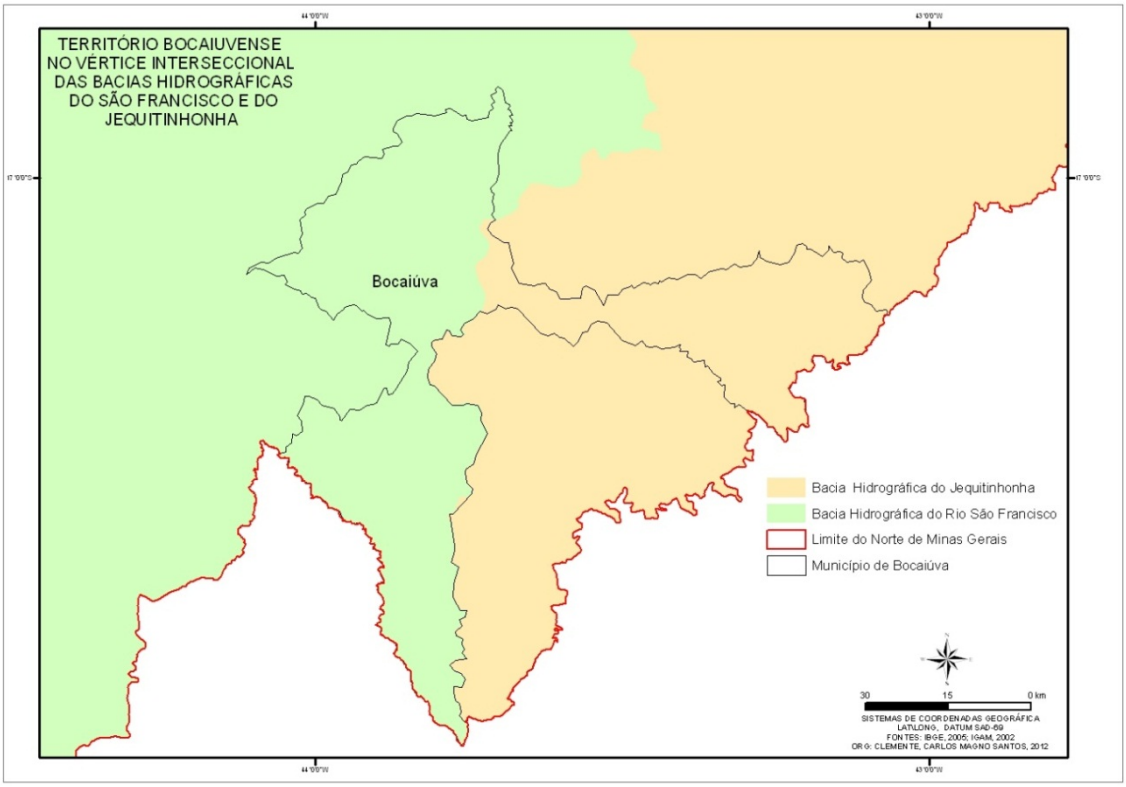


MAPA 2: Carta Imagem do Município de Bocaiuva
Fonte: ICMBio (2011)

A apropriação resultou numa geo-história complexa, cujas racionalidades distintas disseminam diferentes realidades socioeconômicas, políticas e educacionais. Nessa perspectiva, reflete-se o território bocaiuvense, situado ao sul da região Norte de Minas e a oeste do vale do Jequitinhonha (mapa 3) e que acumula territorialidades imbricadas às duas subdivisões: a sociedade vaqueira e a sociedade das minas (mapa 4).



MAPA 3: Norte de Minas Gerais: Município de Bocaiuva
Fonte: IBGE (2006). Organizado por RIBEIRO, E. M. F. (2013)



MAPA 4: Município de Bocaiuva
Fonte: IBGE (2005)

Na História da formação do município há várias outras histórias dentro da mesma, que mescla o mítico, a religiosidade e, nesse amálgama, a história é narrada de geração em geração pelo bocaiuvense, com seu território marcado pela influência do oeste calcárico[13] montes-clarense e o leste quartzítico diamantinense. A história da formação do território é narrada pela lenda[14], desde a década de 1710 e vinculada ao tempo da ausência de documentos escritos, do *vazio de gente*, quando escravos e tropeiros transportavam uma imagem do Cristo Crucificado, e invocada sobre o nome de Senhor do Bonfim (RIBEIRO, 1988).

Confeccionada em madeira, a escultura parece ter-se originado de Setúbal, cidade portuguesa, e consta que vinha do Rio de Janeiro com destino à Bahia, quando o grupo chegou à sombra de uma gameleira para descanso e pouso noturno. De manhã, descansados, escravos e tropeiros mal conseguiram erguer a imagem, tão pesada lhes pareceu e, assim, foi

[13] As expressões calcárico montes-clarense e quartzítico diamantinense representam não só as unidades do relevo, mas as influências sofridas pelo território bocaiuvense, no contexto socioeconômico. A primeira expressão significa a história da Bacia Sertaneja do São Francisco, da formação do território ligado à pecuária, à cidade de Montes Claros. A segunda representa as influências sofridas pelo território bocaiuvense ligado à Serra do Espinhaço, ao campo rupestre, à história das minas, à cidade de Diamantina.

[14] A lenda é guardada na memória de bocaiuvenses e registrada em Vieira (2006), Amorim (2000), Ribeiro (1988).

deliberado pelo grupo que ela permaneceria onde estava por escolha do próprio Senhor do Bonfim. Nascia ali o povoado do Bonfim, hoje Bocaiuva, tendo sido organizado o arranjo territorial iniciado com a construção da capela e as moradias no entorno, até para se chegar mais rápido às práticas religiosas; o primeiro bairro de Bocaiúva foi Bonfim.

Nas praças do povoado e em frente às moradias ergueram-se cruzeiros de madeira, costume herdado de Portugal e Espanha, no passado remoto, e difundido pelas comunidades rurais brasileiras, como ainda se pode notar no Mocambo, onde em datas festivas a cruz erguida é enfeitada com flores de papel crepom colorido, invocando-se na oportunidade o santo homenageado. Esta prática é mais comumente realizada a 3 de maio, quando se venera a Santa Cruz, cantando e rezando o trecho de abaixo, conforme depõe a mocambeira dona Maria.

Afasta de mim Satanás
Parte de mim não terás
Porque no dia de Santa Cruz
Cem vezes me ajoelhei
Cem vezes me pelicinei[15]
Cem ave-marias rezei.

A memória oral do mito fundador do território bocaiuvense é resguardada na atualidade, assim como a identidade da trajetória humana é constituída, os laços de fé cristã formados, reformados, transformados, tecendo a cultura em busca de significados - como lembrado por Geertz (1989). A continuidade das festividades em comemoração ao Senhor do Bonfim é reafirmada e consolidada até mesmo entre a população não católica, quando, a cada ano, nas duas primeiras semanas de julho, o povo se prepara para as festividades religiosas, ensinadas pelos ancestrais.

Conforme Amorim (2000), a história bocaiuvense inicia-se na década de 1710, quando governava a Capitania de São Paulo e Minas Gerais Dom Pedro de Almeida, o conde de Assumar. Nesse ano estourou a rebelião em Ouro Preto, o que provocou a fuga de fazendeiros locais para o Norte de Minas no intuito de alcançar a Bahia. Um fazendeiro, que possuía a imagem do Senhor Crucificado, foi perseguido pelos soldados do conde, que ordenou aos seus escravos fugirem, levando consigo a imagem.

Cansados da fuga, realizada pelas matas e trilhas inóspitas, os escravos resolveram não só descansar como permanecer no espaço, onde foram praticamente forçados, por indicação do santo, a erguer uma capela que o abrigasse. Com os romeiros acorrendo ao local em busca

[15]O termo *pelicinei*, corruptela de *persignei*, não consta em dicionários e, no contexto significa fazer o sinal da Cruz.

de milagres que facilitassem a vida econômica, surgiram os primeiros casebres da cidade de Bocaiuva.

Em outra vertente, a formação socioespacial do município origina-se da territorialização, constituída por bandeirantes paulistas e baianos à procura de ouro e diamantes. A territorialização origina-se dos conflitos que resultaram dessa dinâmica e das fixações em espaços diversos, interligada à atividade da pecuária extensiva no início do século XVIII, incentivada, posteriormente, pela busca do ouro e diamante encontrados a leste no município.

Faz-se a seguir, uma breve caracterização socioambiental do território bocaiuvense, com população de 46.654 habitantes e área de 3.227,622 km^2 resultando numa densidade demográfica de 14,45 habitantes por km^2, o que demonstra o esparso povoamento na contemporaneidade, conforme Censo do IBGE, em 2010. O território divide-se em cinco distritos: Alto Belo, Engenheiro Dolabela, Sentinela, Terra Branca e a sede munícipe.

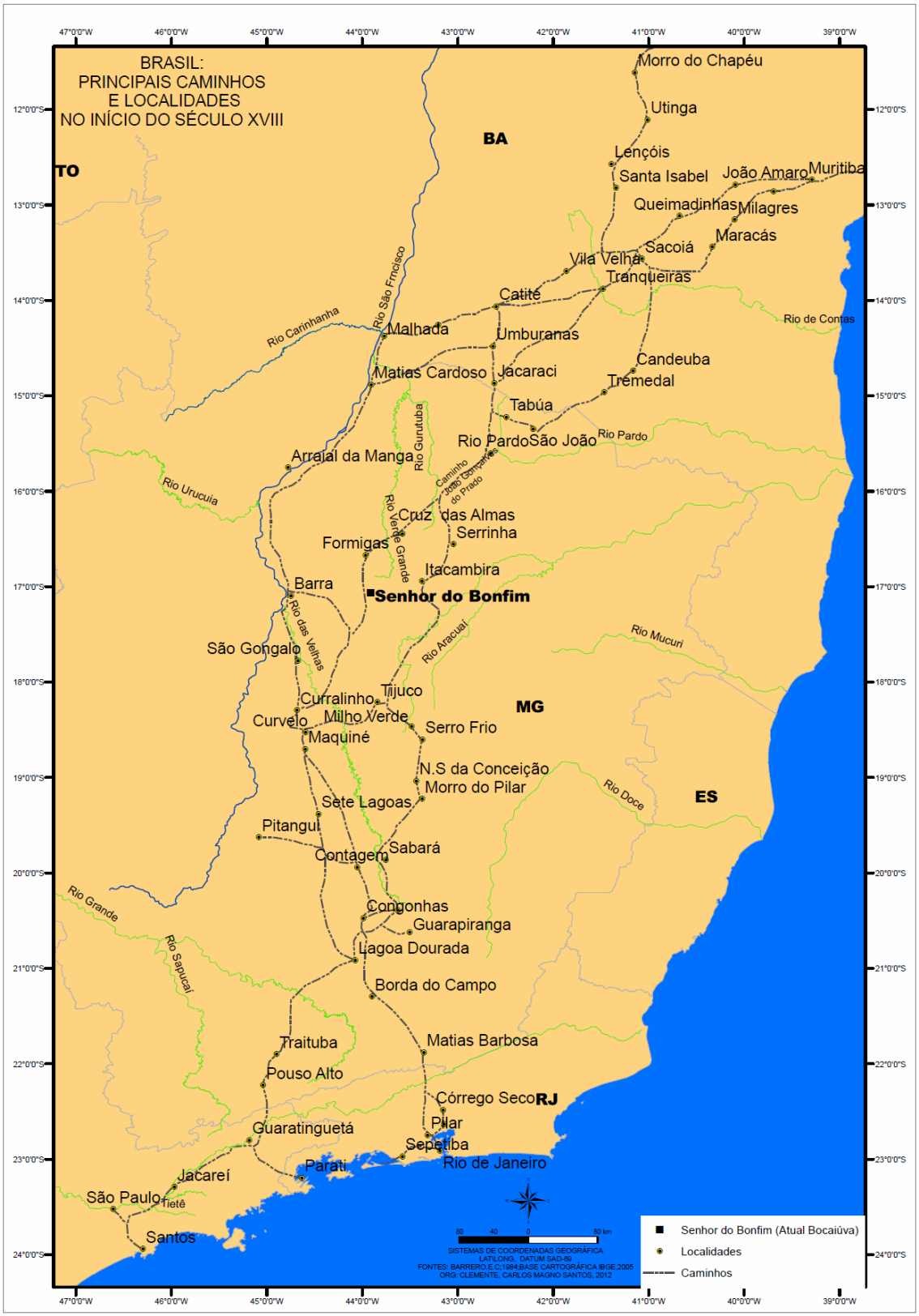
Limita-se ao norte com Montes Claros e Glaucilândia, ao sul com Diamantina, Buenópolis e Olhos d'Água, ao leste com Botumirim, Turmalina, Carbonita e Diamantina, ao oeste com Engenheiro Navarro, ao nordeste com Guaraciama e Itacambira, ao sudeste com Olhos d'Água, ao sudoeste com Buenópolis e Joaquim Felício, e ao noroeste com Montes Claros. A área limítrofe, formada por 12 municípios é fator facilitador de integração regional, aumentando a influência e prestando a formação de rede.

A territorialização no leste do municipio bocaiuvense, segundo Ribeiro (1988), ocorreu com a bandeira do seiscentista Fernão Dias Paes Leme, que percorreu, em 1681, o distrito de Terra Branca, quando integrantes da expedição fizeram pousada em Barraca, hoje Machados. No início do século XVIII, de acordo com Tupinambá (1939), o bandeirante baiano Antônio Feijó e outros membros da bandeira radicaram-se nas cabeceiras do rio Verde, no noroeste do município e nas margens do rio Jequitaí, ajudando a distribuir as sesmarias.

O encontro de Antônio Feijó, vindo do norte, e Matias Cardoso, vindo do sul resultou no início do povoamento, ao leste do município bocaiuvense e pertencente ao Vale do Jequitinhonha, seguindo o roteiro estabelecido como o Caminho das Minas, por onde exploradores fizeram partilhas de terras, até as cabeceiras do Rio Guavinipã, na periferia da cidade de Bocaiuva (AMORIM, 2000).

No contexto e a propósito, as primeiras estradas da região, conforme Barreiros (1984), foram o Caminho Velho de São Paulo, o Caminho Novo do Rio de Janeiro, este a partir de 1704, o caminho fluvial através do rio das Velhas e do São Francisco, o Caminho das

Boiadas, ou dos Currais da Bahia e, por fim, o Caminho João Gonçalves do Prado, aberto por este bandeirante, de 1700 a 1704, conforme exposto no mapa 5.



MAPA 5: Brasil: Caminhos e localidades do Século XVIII
Fonte: Base Cartográfica Geominas (1984).

A história prossegue, enlaçada ao fluxo das imaginações, interpretações e representações. Na perspectiva dos cartórios, a territorialização bocaiuvense inicia-se nas primeiras décadas do século XVIII, quando morava em latifúndio, o fazendeiro baiano Faustino Leite Pereira[16], provável descendente da bandeira de Matias Cardoso de Almeida. Antônia Leite, esposa de Faustino, como era costume à época, decidiu doar parte das terras ao patrimônio da igreja do Senhor do Bonfim,[17]onde seria construída a cidade, devendo, ainda hoje, os habitantes que comprarem um terreno, cumprirem a obrigação de pagar percentual à igreja (RIBEIRO, 1988).

Pelo exposto, conforme as narrativas, muitas ligadas a programas políticos e interesses particulares, entende-se que a territorialização bocaiuvense, embora com participação de indígenas e escravos africanos, se deve ao autoritarismo de bandeirantes e fazendeiros. Por longo tempo, o município permaneceu quase estagnado e só começou a adquirir foros de comunidade organizada nos primeiros anos do século XIX, quando fazendeiros-coronéis pelo mando territorializaram Bocaiuva, assunto da próxima seção.

1.2.1 Territorializações segundo as fazendas pecuaristas

Pela perspectiva das fazendas ou dos currais de gado, a territorialização em Bocaiuva ocorreu conforme a insurgência de glebas oriundas de sesmarias e, mais tarde, transformadas em fazendas de gado economicamente independentes. Essas fazendas constituiam-se em unidades produtivas isoladas, dependentes das vontades e condições financeiras de proprietários rurais, segundo a divisão e o tempo, por valas, cavadas no solo, rochas ou madeiras, arame farpado e/ou liso e por cercas elétricas.

As fazendas[18] eram consideradas espaços comuns, compartilhados pela família e empregados e, somente após o término do sistema das sesmarias, em 1822, ocorreram registros, como o da fazenda Bahia, Jacaré e Bom Sucesso, em 1896, e as fazendas Cercado de Baixo e Pé do Morro em 1897[19], conforme Cartório de Imóveis. Visto assim, o processo de territorialização no município ocorreu lentamente, pois o governo português não

[16] Considerada a primeira oligarquia, compreendida como detenção de poder por um número limitado de indivíduos, no Curato de Macaúbas (Bocaiúva), na primeira década do século XVIII. O latifúndio totalizava 15.422 Km².

[17] É uma ação de Usucapião processada nesta comarca, pelo cartório do 1° ofício, em 26 de abril de 1926, cuja carta de sentença foi registrada no livro 3 - B, folha 178, sob o número de ordem 99 em 08/11/1929.

[18]Conforme o Cartório de Registro de Imóveis em Bocaiuva, essas fazendas são denominadas primitivas, porque eram indivisas ou em comum, não possuindo registros em cartório ou leis de apropriação.

[19] Os instrumentos particulares foram registrados no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Bocaiúva.

demonstrava interesse em povoar o sertão *vazio, atrasado*, sendo mais cômodo vigiar a produção e o comércio do ouro, diamante, castigando quem desobedecesse às ordens da Coroa.

A territorialização hierarquizada pelos donos de fazendas significava que o centro do poder não se localizava na sede munícipe, pois as propriedades rurais satisfaziam não apenas as necessidades econômicas, mas as educacionais, alimentares, de saúde e lazer, como na Fazenda Ribeirão. De acordo com Saint-Hilaire (2000), em 1817, quando percorreu a fazenda, comprovou a existência de engenhos, do cultivo de algodão, criação de carneiros, do melhor pomar da Província de Minas, no qual, em repartições anexas, o médico proprietário estudava plantas medicinais, adquirindo de fora apenas o sal.

Outra fazenda, a de Santo Elói, do capitão Versiani, foi considerada uma das mais bem administradas do Estado. Possuía capela com altar enfeitado com dezenas de besouros de ouro, grande produção agropecuária, até que o proprietário morreu flechado por índios, deixando trinta fazendas aos herdeiros. Segundo Saint-Hilaire (2000):

> Fizeram-me comer em belíssima baixela de prata. Apresentaram para lavar as mãos uma grande bacia de prata, e as toalhas para enxugá-las eram guarnecidas de uma larga renda; a cama em que dormi não estava munida de cortinados como todas as dessa região, mas tinha uma belíssima colcha de seda; os lençóis, de um tecido de algodão finíssimo [...] (SAIN-HILAIRE, 2000, p. 324).

Nesse entender, as grandes fazendas, resquícios do olhar colonial, agregavam valores de circulação monetários e socioculturais, bem retratados na fazenda escravocrata do Sítio. Os aparelhos das forças de produção localizavam-se ainda no conjunto das fazendas Granjas Reunidas/Engenheiro Dolabela e núcleos do entorno, que apresentavam infraestrutura urbana, agroindústria açucareira/álcool e agropecuária, a partir da década de 1925[20]. No período, a Empresa Dolabela Portela & Cia. Ltda., além da cana, plantava algodão, café, cana-de-açúcar, arroz e feijão.

Desse modo, fica explícito que as fazendas representativas dos centros rurais mesclavam atividades agropecuárias e de mineração, centralizando a população, como as propriedades das famílias Versiani, Caldeira Brant, Araújo, Figueiredo, Menezes, Valle,

[20]Uma grande unificação rural no município ocorreu em junho de 1927, com o registro Tórrens[20], quando houve a fusão de diversas denominações de terra, originando-se a Fazenda Granjas Reunidas do Norte, a maior do município, formada pela fazenda de Engenheiro Dolabela, pela Fazenda do Sítio e diversas outras, dentre as quais o território mocambeiro.

Drummond, Freire, Dumont, Brandão e Costa Pinto. Os arranjos socioespaciais funcionavam durante a semana, sob a direção do fazendeiro-coronel, enquanto nos finais de semana eles se transferiam para a zona urbana, procedimento ainda verificado na contemporaneidade, por parte de fazendeiros, embora com menor intensidade.

1.2.2 Territorialidade e identidade bocaiuvense

A identidade social e econômica do município foi construída a partir do início do povoamento, atrelada às características geo-históricas englobantes, assim como diversos fatores conjunturais e estruturais evidenciados na comunidade bocaiuvense. Nessa abordagem, evidenciam-se territorialidades, para tentar deslindar as vivências sociais, culturais e simbólicas impressas ao longo do caminhar munícipe, objetivando, ainda, apreender Mocambo como integrante dessa realidade espacial.

Para isso, evidencia-se o tempo em que a área onde se situa Bocaiuva, com o aumento populacional torna-se município, transforma-se em vila com o nome Jequitaí, em 1873, com a denominação da sede de Arraial do Bonfim. Os distritos constituídos são os de Olhos d'Água, São João Batista de Terra Branca, Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas, atual Barra do Guaicuí. Em 1890, o lugar passa a chamar-se Vila Nova do Jequitaí, e, "pelo Decreto n° 90, de 04 de junho de 1890, é elevada à cidade com o nome de Bocaiuva". (BARBOSA, 1971, p.75).

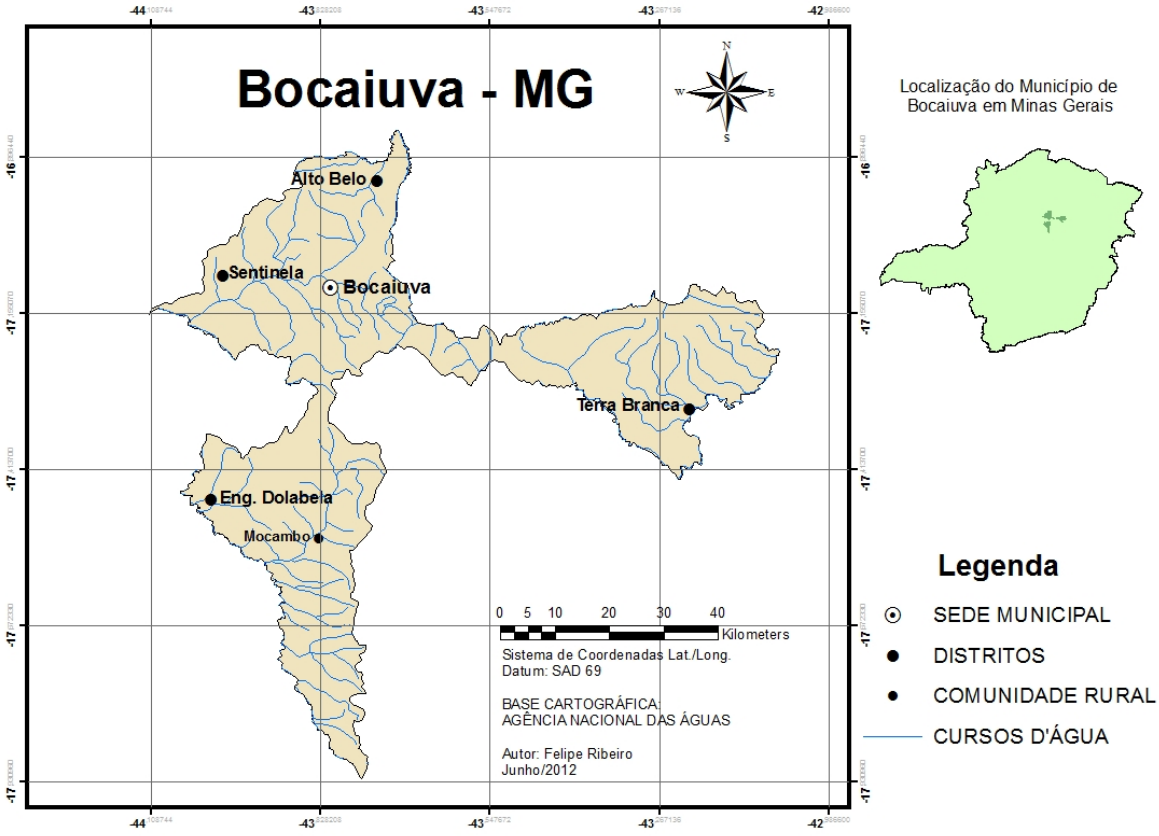
Em 1906, a comunidade rural Barreiro é transformada em distrito, com o crescimento populacional estimulado pela extração de minerais e pelo desenvolvimento da pecuária, articulando-se, desde então, no sentido da emancipação. Em 1911, Bocaiuva perde Barra do Guaicuí, incorporado a Várzea da Palma e, em dezembro de 1962, ocorre a emancipação de Barreiro, com o nome de Francisco Dumont, com que se homenageia o fundador, o pecuarista Francisco de Assis Dumont.

No mesmo sentido, Malhada do Meio, com o crescimento provocado pela implantação da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1925, transforma-se em distrito no ano de 1953, e em 30 de dezembro de 1962 desmembra-se de Bocaiuva, com a designação de Engenheiro Navarro, para homenagear o forasteiro diretor/engenheiro que dirigiu trecho da estrada de ferro.

Originária de doações da família Veloso e Figueiredo, a comunidade Taioba, no nordeste do município, transformou-se no povoado de Santa Clara e, em 1923, no distrito

Guaraciama, já que o crescimento populacional satisfazia a lei mineira que o transformaria em cidade em dezembro de 1995, conservando o nome. O distrito de Olhos d'Água desmembra-se do município de Bocaiuva também em dezembro de 1995 e, desse modo, o município é transformado política e socialmente por duas vezes no mesmo ano.

No contexto, o território bocaiuvense, hoje, compõe-se da sede e quatro distritos, conforme mapa 6: distrito sede, Alto Belo, Sentinela, Engenheiro Dolabela e Terra Branca.



MAPA 6: Bocaiuva e Distritos
Fonte: Agência Nacional das Águas - ANA (2012)

Vale ressaltar que as territorializações no município são percebidas mais intensamente na área pertencente à bacia do São Francisco do que na área do Espinhaço. Tal fato se deu devido ao povoamento mais intenso na primeira unidade, à formação de maior quantidade de fazendas pecuárias, nas quais havia diversificadas espécies nativas de gramíneas que ajudaram na criação do gado e a presença do terreno com áreas mais planas.

No território do Espinhaço, a territorialização é apreendida mais lentamente, em decorrência da descoberta do ouro e diamante no século XVIII, quando os interesses pela atividade pecuarista foram transferidos para a atividade mineradora, engendrada por trabalhadores migrantes que levavam com eles a produção conseguida. Ressalte-se ainda que

o território é mais distante da sede do distrito e a rede de transportes deficiente. As diferenças apontadas permanecem, tendendo a continuar assim, o que retrata as diferenças socioeconômicas no município.

Desse modo, junto à história dos poderes, comandada pela classe de oligarquias, de coronelismos e clientelismos nos municípios emancipados, prossegue a política da diferença, que exige obediência aos donos do poder local, como a deficiência em saúde e educação para uma parte da população. Evidencia-se tal prática quando dirigentes homenageiam, com nomes das instituições e ruas, os fundadores ou membros das famílias abastadas, conservando a centralidade política, econômica e histórica determinada pelo capital.

O repertório dos fatos geo-históricos, ainda que encontrados em registros oficiais de cartórios, não devem ser tidos por verdades absolutas, apreendidas pela população abrangente, considerando que as territorialidades ocorridas resultam da força da política verticalizada em que parte dos habitantes não se inclui nos processos decisórios.

Em outra perspectiva, elencam-se territorialidades que qualificaram o espaço a partir dos processos de ocupação, não mais tendo como foco o político, mas o socioeconônico, como ocorreu na implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse processo configurou-se pelos arranjos estruturantes formados em torno da estação, no qual a chegada do trem agregava relações recreativas, de compra e venda de produtos locais, de melhoria do transporte, de despedidas e chegadas. Nesse tempo ocorreu grande impacto ambiental no município, com a extração de madeiras de lei para a fabricação de dormentes empregados na construção da linha férrea.

Em 1945 a territorialização caracterizou-se pelo impulso cultural formado com a Fundação Graciema, entidade criada pelo padre holandês Pedro Hendricks, da Ordem Premonstratense interferindo no processo socioeconômico do município (RIBEIRO, 1988). A ação foi idealizada pela bocaiuvense Graciema Alves Ribeiro, quando se construiu centro de escoteiro, criou-se banda de música, mais biblioteca, escola de datilografia, de culinária, posto de puericultura e ambulatório para tratamento de saúde.

Em 1947**,** a comunidade rural Extrema tornou-se conhecida por via do eclipse solar total, ali mais visível no mundo inteiro e com durabilidade de 3 minutos, 48 segundos. Foi quando americanos e europeus vieram observar o espaço atmosférico, objetivando confirmar dados científicos - como a medição do “Deslocamento Einstein” que propiciou conclusões sobre a Teoria de Relatividade. Dessa territorialização a cidade recebeu benefícios como campo de aviação, escola e, mais que tudo, notoriedade internacional, registrada em livros

científicos como o lugar que possibilitou comprovações de teorias espaciais (RIBEIRO, 1988).

Na década de 1970, nova territorialização adveio pela atuação da SUDENE, que, a serviço do projeto da modernidade capitalista, estimulou a implantação de planos que alteraram de vez a paisagem do Cerrado e a agricultura dfas comunidades. É que o território tradicional, ao se transformar em monocultura de eucalipto para a produção de carvão e sustento de siderurgias, reduz espaços para a reprodução social, levando comunidades a condições de expropriações e desterritorialização como o de cercamento.

Na mesma década, pela Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário-RURALMINAS foram disponibilizados centenas de hectares para uso da Mannesmann, Italmagnésio, Pedra Negra, Lucape, Florestaminas e Plantar, empresas que desmataram a região durante décadas, causando degradação no Cerrado, compreendido aqui de forma também social. Com a SUDENE desativada, diversas dessas empresas foram extintas, mas outras ainda atuam na contemporaneidade, como a Mannesmann, associada à francesa Vallourec, a Siderúrgica Paulino-SIDERPA, Usina Siderúrgica-USIFER, Freitas Florestal, Viveiro do Campo, Plant Clone Reflorestamento, Norte Minas Florestal e GERDAU, oriunda da Alemanha.

Observam-se, como consequência, a intensificação do êxodo rural e as injustiças ambientais praticadas contra citadinos e grupos rurais que possuem a vivência atrelada aos espaços territorializados para atividades agropecuárias cotidianas, como exposto por Acselrad (2004):

> As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária (ACSELRAD, 2004, p.14).

Também na década de 1970, a territorialização empreendida por ambiciosos projetos agropecuários e/ou minerais como os da Tejucana, Sada e Andrade Gutierrez, no leste do município, não contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, mesmo tendo extraído grande quantidade de ouro[21] e diamante. A exportação era e continua sendo feita, em grande parte, clandestinamente, o que não gera impostos que poderiam ser

[21] Segundo Ribeiro (2006, p. 98), o departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM classificou Bocaiuva, em 2003, como o 2° produtor de ouro no Estado de Minas Gerais, com 29.496.673 metros³ em potencial.

revertidos em benefícios dos comunitários. A bacia do rio Jequitinhonha, com parte no município, continua a sofrer desmatamento e a receber poluentes de minerais pesados como o mercúrio, dificultando o cotidiano jequitinhonhense de Bocaiuva.

Em 1978, ocorre uma transformação industrial no município, com a implantada da Companhia Brasileira de Magnésio–BRASMAG, produtora de magnésio metálico. Transformada no Grupo RIMA, a metalúrgica emprega uma média de dois mil funcionários e gera desterritorialização, à medida que os cargos especializados são distribuídos entre a elite bocaiuvense e funcionários de outros centros.

Durante a metade da década de 1980, Bocaiuva viveu o seu *milagre econômico,* quando a RIMA produziu em maior quantidade para exportação o magnésio, usado na fabricação de peças para variados fins, como para automóveis e aviões. A Motores e Veículos Ltda.–MOTORVEL, a Metalífera e a MALVINA superaram crises econômicas, produziram em maior escala, bem como as monoculturas de eucalipto e microempresas. Segundo Amorim (2000) foi a década do populismo[22], ou seja, houve uma esquematização da trama política, com a sistematização dos meios em busca de resultados satisfatórios, a ciência é evidenciada, a estatística forjada.

Em 1985, termina o *milagre econômico,* com a queda do processo industrial, quando a BRASMAG entra em crise com funcionários cobrando um sindicato mais atuante e, paralelamente, inicia-se o ciclo das greves. A MOTORVEL e a Metalífera declararam falência e dispensaram centenas de funcionários, as monoculturas de eucalipto diminuíram a produção e a MALVINA entrou em novo colapso financeiro, fatos que incentivaram jovens a irem às ruas para reivindicar mais empregos e políticos capazes de ajudá-los.

Em 1998, nova territorialização se forma no espaço antes pertencente à empresa agroindustrial de açúcar e álcool MALVINA, em que a Ação da Assessoria Especial para a Reforma Agrária-AERA, juntamente com órgãos[23] dos diversos governos, tentam transformar os 19.168 hectares de terras, no Projeto de Assentamento Herbert de Souza-PA Betinho. Conflitos fundiários são detectados, quando fazendeiros, empresários e políticos, por meios ilícitos, compram lotes de assentados que resolvem não mais permanecer no assentamento e os transformam em latifúndios. Por lei, tais lotes, de 22 hectares cada um, deveriam ser

[22]De acordo com Johnson (1997), o populismo é palavra latina que significa *povo* e é uma ideologia ou movimento social que deposita fé na sabedoria do homem comum e por isso mesmo desconfia das elites, tais como a política, a intelectual, a empresarial.

[23] Órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, tentam organizar o assentamento, conforme proposto, em meio a atitudes de possível corrupção facilitando o clientelismo, para conseguir lotes de terra.

distribuídos somente para os trabalhadores sem terra, mediante compromisso de usá-los como meio de ganhar o sustento, como antes requisitado.

> Minha família trabalhou aqui a vida toda e não conseguiu nem um lote. Tem gente de fora que nunca trabalhou aqui e tem até dois lote. O INCRA não vê dessas coisas. Eu fico aqui, em Dolabela é na casa de minha cunhada. Nós plantamos milho na meia e colhemos muito porque a terra é boa. Nós levamos pra vender na COAB *(CONAB)* e nas vendas em Bocaiuva (Geralda Gomes, 40 anos, comerciante, moradora da cidade de Bocaiuva, relato a Eliane M. F. Ribeiro, em setembro de 2011).

Em consequência das territorializações na zona rural, o processo de urbanização[24] na sede do município intensificou-se após a década de 1980, com o êxodo rural proveniente da implantação da monocultura de eucalipto, das fazendas pecuaristas, criando e transformando bairros periféricos. Um exemplo dessa mudança é o verificado na fundação do bairro Cachoeirinha, que possui nível de escolaridade abaixo da média munícipe, pouca capacitação profissional e situação de dependência socioeconômica (DIAS, 2010).

Um último aspecto a destacar é que as territorializações ocorrem conforme a intervenção do Estado, e atribuíram a precarização ao bocaiuvense em especial aos grupos rurais que, historicamente, conviviam segundo valores contrastantes às intervenções capitalistas. Conforme HAESBAERT (2005), as desterritorializações causaram a exclusão aos grupos sociais, como nas migrações, ocorridas do rural para o urbano, pelo sistema sazonal, nos trabalhos temporários em outras regiões produtoras e na migração definitiva, quando ocorre a reterritorialização, para outras comunidades ou centros urbanos que lhes possibilitem melhor qualidade de vida.

A próxima seção levanta questionamentos sobre a pecuária no país, sem pretensão de finalizar a compreensão sobre as consequências dos procedimentos percebidos, frente à fronteira desenvolvimentista da pecuária no Brasil, na região e no município de Bocaiuva.

[24]Segundo o IBGE (2010), como uma das consequências da urbanização, Bocaiúva possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal de 0,737, esperança de vida ao nascer de 72,54, apresenta elevada qualidade de vida, das maiores entre os 89 municípios do Norte de Minas. Aproximadamente 80% da população recebem cobertura na área de saúde, e a mortalidade infantil, de 34,4, é a mais baixa entre os municípios da região. De acordo com o perfil produtivo, Bocaiúva possui PIB total de 636.023, em R$1000,00, e a renda per capita de R$14.836,35, constituindo-se em uma das mais altas do Norte de Minas, devido principalmente à produção exportadora da Metalúrgica RIMA.

1.3 Pecuária: movimento de interiorização nacional

A pecuária de grande extensão é apreendida nesse estudo, como contribuinte dos processos de expropriação, degradação ambiental e *cercamento* nas comunidades tradicionais, ressaltando-se que muitos deles têm origem na formação do território nacional (LIMA et al., 2004).

> A colonização e formação da nação brasileira inclui a retirada da terra dos povos nativos; a formação de grandes propriedades, do tipo sesmarias, engenhos de cana, fazendas de gado e outros, conforme o período e a região; a escravidão e a substituição de florestas e animais nativos por plantas e animais de outros locais (LIMA et al., 2004, p. 91).

A ocupação do território nacional, dominada pelos interesses portugueses, colaborou para a concentração de terra que subsidiou o modelo agroexportador, levando certamente a ética de exploração e ao condenável genocídio de nativos e escravos africanos. Para a prática do processo concentrador de poderes, ocorreram amplas implicações sociais e ambientais que resultaram na proeminente diminuição e, em alguns casos, na extinção de centenas de espécies animais e vegetais (FURTADO, 2007).

No bojo do modelo exportador, o processo de formação da pecuária, percebido como movimento socioeconômico contribuinte da ocupação brasileira, “era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa. A renda total, gerada pela economia criatória do Nordeste, seguramente não excederia 5% do valor da exportação de açúcar” (FURTADO, 2007, p. 97). A renda obtida com a pecuária resumia-se na troca pelo serviço prestado, pela venda do gado, ocasionalmente, e pela exportação do couro.

A situação se reverte à medida que o Nordeste brasileiro e o Norte de Minas povoam-se, e a cultura e consumo da carne são difundidos, influenciando o processo de formação da região. Com o aumento produtivo da criação de gado e da agricultura camponesa, segundo Hermes de Paula (1979), a região criou subsídios e contribuiu com as atividades alimentares na região das minas, onde a produção alimentar era insuficiente para a demanda.

Conforme Guimarães (1989),

> inicia-se com a pecuária, um período em que a sesmaria gera um novo tipo de domínio territorial: a fazenda, clara demonstração da materialização dos planos colonizadores para concretizar a ocupação, o domínio e o alargamento da fronteira econômica (GUIMARÃES, 1989, p.61).

A pecuária e o engenho constituíam-se nos dois tipos de latifúndios, nos quais os colonizadores concentravam todas as forças para a ampliação e manutenção das propriedades, cujos sistemas já eram praticados na Europa, nos tempos das colonizações, quando cultivavam a oliva, a vinha, e a criação de animais à custa da força de escravos.

Para Ribeiro (2006), o engenho açucareiro constituiu a primeira empresa agroindustrial exportadora e a matriz do primeiro modo de ser dos brasileiros. O autor compartilha com Guimarães (1989), ao afirmar que o engenho era constituído de uma célula da sociedade colonial, ou unidade familiar, em que predominava o trabalho escravo e formava a unidade produtora autônoma, mas de constituição híbrida e na qual profissionais atuavam sob as ordens do senhor de engenho, ou seja, o gado e o escravo *apenas* serviam ao engenho.

> Os currais eram, inicialmente, uma simples dependência dos engenhos, destinada a supri-los do gado necessário a todos, para os serviços de transporte (...) ou para o acionamento dos trapiches, engenhos cujas moendas precisavam de pelo menos sessenta animais, empregados revesadamente em grupos de mais ou menos doze de cada vez. O gado, então, prestava-se quase que exclusivamente como fonte de energia, como animal de trabalho. Tornava-se um escravo tão disputado quanto o negro e cujas reservas deveriam ser tão abundantes quanto às dos produtores humanos (GUIMARÃES, 1989, p. 65).

Para comparação, a separação entre o engenho e a fazenda se deu em razão da procura de animais para trabalho, motivada pelo aumento da produção açucareira e com a pecuária sendo obrigada a penetrar no sertão para expandir-se. O processo de separação das atividades efetivou-se ainda pelos conflitos provocados com a penetração de animais nas plantações, conforme Furtado (2007), quando o governo português proibiu a criação de gado na faixa litorânea [25].

O *modus vivendi* dos fazendeiros diferenciava bastante daquele dos moradores de engenhos e por diversos motivos como as fazendas que se ligavam aos mercados urbanos, às feiras e dispensava-se mão de obra numerosa. O regime de trabalho do pastoreio se fundava num sistema peculiar em que o soldo era pago com o fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo o sal, e em crias de rebanho, originando-se, daí, a ascendência do arrendatário**,** pois não sendo possível administrar grandes extensões de terras, os fazendeiros as subdividiam (RIBEIRO, 2006).

[25] Guimarães (1989), explica que o conflito entre os criadores e os lavradores ocorreu porque estes precisavam defender as plantações e, por isto, queriam que os rebanhos em proliferação, ficassem longe delas. Para extinguir o impasse, a Carta Régia no século XVIII fixou a área de criação a mais de 10 léguas da costa.

Consequentemente, nas fazendas verificava-se relativa autonomia, em contraste com as vilas camponesas e com os granjeiros livres: “estes eram grupos familiares que existiam para si mesmos, cujas atividades só secundariamente são mercantis, porque seu propósito é essencialmente o de preencher suas próprias condições de existência”. (RIBEIRO, 2006, p. 257). As diferenças percebidas entre o engenho e a fazenda, em alguns aspectos, contribuem, assim, para análise à compreensão da formação e manutenção das fazendas na contemporaneidade.

Dessa forma, a pecuária ganha o primeiro impulso a partir do século XVII, quando se torna mais independente, ocupa terras cada vez mais para o interior, à medida que o desenvolvimento dos rebanhos exigia grandes extensões de terras para pastagens. Inicialmente, a criação do gado se destinava ao mercado interno, em especial aos engenhos e feiras. A primeira feira de venda do gado realizou-se na Bahia, em 1614 e, a partir daí, a pecuária firmou-se como fator de povoamento do interior (FURTADO, 2007).

A figura do vaqueiro que surge nesse cenário compõe a complexa sociedade colonial: não são proprietários de terras e se encarregavam das boiadas, ganham em mercadorias e, por vezes, constituem-se de escravos fugidos das fazendas litorâneas. São considerados por muitos como conquistadores do sertão, fundadores de povoações que ocupavam espaços antes despovoados (FURTADO, 2007).

Conforme Diegues Júnior (1960), o vaqueiro é o tipo humano mais característico do sertão, e a partir dele surgiram na paisagem outros personagens, como o lavrador, categoria referenciada à identidade mocambeira. Priorizando o vaqueiro, Rosa (1986), poetiza “Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que o vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açoite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoada trovoando. Vaqueiros todos vaquejando”. (ROSA, 1986, p. 59).

Conforme Andrade (1982), os vaqueiros se fortaleceram como grupo e identidade, pois, para cada quatro crias nascidas do dono da fazenda, tinham direito a uma e podiam utilizar o leite produzido e explorar pequenas lavouras. Garantia-se a expansão dos currais, pois cada vaqueiro podia montar o próprio curral. É inegável que o povoamento do Nordeste brasileiro e da região Norte de Minas têm estreita relação com a pecuária extensiva e com o vaqueiro, demandando grandes espaços territoriais e pouca utilização de mão de obra, o que contribuiu para o povoamento rarefeito.

Como a região das minas dedicava-se especificamente à mineração, ocorria uma deficiência alimentar e, por isso, a região pecuária contribuiu para sanar essa carência, além

de fornecer animais de carga para o transporte, o que proporcionou impulso à atividade pecuarista ao final século XVII. Paralelo a esse fator, as sesmarias contribuíram para a expansão das fazendas, à medida que permitiram conquistar as terras dos índios, aumentando as propriedades e o poder dos sesmeiros. Além da importância na produção alimentar, a pecuária forneceu matéria-prima fundamental na época, o couro.

O destaque da atividade evidencia-se à medida que as *ações e os objetos* são conectados à cultura dos sujeitos, influenciando o modo de viver, as relações socioeconômicas dos moradores da fazenda, do entorno e dos donos do grande capital (SANTOS, 1996). Essa importância relaciona-se a outros fatores e é registrada em Amorim (2000), quando, se reportando à Comarca do Rio das Velhas, evidencia que metade das 343 cartas de sesmarias concedidas na primeira metade do século XVIII, se referiam à atividade criatória e que 36% da mão de obra era escrava.

O elemento que reflete a formação das fazendas, ligada à dependência externa, trata da origem do gado trazido inicialmente das ilhas africanas de Cabo Verde. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA (2010), Martim Afonso de Sousa importou-os juntamente com escravos que, comumente, eram trocados por açúcar e outras mercadorias, o que retrata uma territorialização autoritária. O gado Zebu era denominado, conforme a origem, de mestiço, crioulo, nativo, local, pé-duro, naturalizado, curraleiro (RIBEIRO, 2006).

Desse modo, a partir do século XVIII, raças inteiras foram criadas e melhoradas geneticamente. Parte do gado ambientou-se ao clima do país e a fatores adversos, resultando em animais resistentes e adaptados às condições ambientais do Brasil. Para aprimorar diversidade da pecuária, buscou-se na Índia zebuínos como o Gir, Guzerá e Nelore, este com destaque na atualidade para produção da pecuária de corte, quando se iniciou a substituição do gado curraleiro.

Na década de 1920 a pecuária zebuína viveu a primeira fase áurea de expansão no país, pois a raça possuía a rusticidade do curraleiro, a precocidade e maior peso, fator de atração para investidores (RIBEIRO, 1988). Na década de 1960, para melhoria da pecuária do leite, foi introduzido o gado holandês, que não se adaptou ao clima. Seu cruzamento com o gado Gir resultou no gado Girolando, melhor produtor de leite.

Nas décadas seguintes, frigoríficos chegam ao Brasil para incrementar a produção da carne, com o objetivo de exportá-la e derivados para a Europa. Como consequência, indústrias de carnes congeladas passaram a ser constituídas de filiais de empresas estrangeiras. Ao final

do século XX, com a melhoria das técnicas e tecnologias, observa-se um aumento das pastagens e do consumo de carnes, leite e laticínios no país.

Na contemporaneidade, o Brasil apresenta o maior rebanho comercial bovino do mundo,[26]com 173,2 milhões de cabeças, segundo o Anuário da Pecuária Brasileira-ANUALPEC - 2009. É o maior exportador de carne e dos maiores produtores de leite, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura–FAO/ 2010. O agronegócio (grãos e carnes) foi responsável por 26,46% do produto interno bruto–PIB nacional de 2008, conforme o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada-CEPEA, 2009. Vale ressaltar que a pecuária brasileira possui a maior parte do sistema de produção criada em pastagens.

Por outro lado, o desenvolvimento recente socioeconômico advindo da atividade criatória representou implicações negativas para as populações locais, visto que a expansão da pecuária, sob a égide do modelo hegemônico capitalista, alterou significativamente o modo de vida das comunidades tradicionais, cujas atividades de pesca e coleta contribuíam para uma territorialização ambientalmente sustentável (RODRIGUES, 2000).

Novas territorializações incidem sobre comunidades tradicionais, ocasionando conflitos socioambientais – como a substituição de matas nativas pelas pastagens artificiais, que reduzem a biodiversidade e a condição de reprodução humana. Ao considerar as licenças fornecidas pelo Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais-IEF, para desmatamento, verifica-se que são solicitadas em maior número para a formação de pastagens, como na região Norte de Minas – o que será discutido em seguida.

1.3.1 Pecuária no Norte de Minas

A história da ocupação populacional na região mescla-se à da pecuária, iniciada no século XVII e registrada em duas frentes. Uma se originou do movimento de paulistas vindos do sul, apoiados pelas bandeiras para capturar as populações indígenas, exterminar os quilombos existentes e, nesse processo, formavam-se grandes fazendas de gado. A outra veio do norte, oriunda dos engenhos do litoral que, seguindo os cursos dos rios, apossavam-se das terras, espalhavam currais de criação e territorializavam a região. O gado, ao campear o sertão

[26] Em outra perspectiva, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA (2010), a bovinocultura brasileira possui o segundo maior rebanho efetivo do mundo (A Índia é a primeira, quando não se declara consumidora) e assumindo, desde 2004, a liderança nas exportações, com um quinto da carne comercializada internacionalmente e vendas em mais de 180 países.

adentro, adaptava-se às pastagens nativas durante o período das chuvas, à água limpa e ao sal das baixadas.

Ressalte-se a importância histórica do precursor na região, o paulista Mathias Cardoso de Almeida, responsável por bandeira[27]considerada por Costa (2005, p. 15) o evento fundante da sociedade pastoril situada no atual Norte de Minas, ao construir currais junto a irmãos, cunhados e compadres, além de escravos indígenas e negros. Pertencente a sua bandeira, mencione-se o capitão Antônio Gonçalves Figueira, que acumulou fazendas, construiu estradas ligando a futura Montes Claros a Tranqueira, Pitangui e Serro, para o escoamento da produção, "transformando sua fazenda no maior centro comercial de gado do Norte de Minas e Sul da Bahia, de onde ia toda a carne que alimentava as minas". (PAULA, 1979, p. 7).

Outro desbravador da região, o baiano Antônio Guedes de Brito recebeu a sesmaria de cento e sessenta léguas do Morro do Chapéu, na Bahia, até os vales do rio Jequitaí e do rio das Velhas, por serviços prestados ao governo português. Ao derrotar bandidos, índios e quilombolas, tornou-se responsável pela formação de fazendas e, portanto, da territorialização do médio São Francisco (VASCONCELOS, 1974).

A importância das fazendas na ocupação da região é assinalada em Pires (1979):

> Nas fazendas, criatórios em extensão sem cercas, ilhas humanas nas margens dos rios, grandes, médios, pequenos, dos furados (barreiros), com as cancelas dos currais a bater, constantemente, ao som dos berrantes a chamar a gadaria distante, o tropel das vaqueiradas, o retinir das rosetas das esporas sertanejas, ao lado da lavoura promíscua de subsistência (PIRES, 1979, p. 68).

O cotidiano das fazendas no século XVIII bem ressalta a caracterização da figura humana do sertanejo, cuja presença na lavoura e currais configura a territorialização da região. A propósito das tendências de fixação no sertão, lembra Hermes de Paula (1979, p. 7) que "os terrenos salitrosos e as magníficas pastagens naturais indicaram ao velho Figueira[28] o rumo a seguir - a pecuária". O Norte de Minas evidencia desde o início da formação socioespacial, a preferência pela pecuária, em detrimento da atividade agrícola, como também registra Cardoso (2000):

---

[27] Segundo Costa (2005), importante considerar a bandeira como organização social por parentesco e compadrio, vinculada a relações de solidariedade e reciprocidade. Cada grupo constituía-se corpo de guerra em luta contra as sociedades indígenas e quilombolas que se recusavam ao aprisionamento.

[28]Segundo Barbosa (1971), Montes Claros originou-se da Fazenda dos Montes Claros no início do século XVIII, com Antônio Gonçalves Figueira, de São Paulo e que acompanhou seu cunhado Mathias Cardoso de Almeida na Bandeira de Fernão Dias Paes.

> Nos períodos de 1950, 1960, 1970, a supremacia da pecuária regional em relação à agricultura continuava bastante clara. Nestes anos, os percentuais da área total ocupada com pastagens no Norte de Minas eram respectivamente 47, 57; 53, 44 e, 52,69%, enquanto com lavouras se ocupavam respectivamente 3, 55; 4, 53 e, 4,56%. O restante da área regional era ocupado por matas e florestas. (...) em 1970, 11% do rebanho bovino do Estado se localizava no Norte de Minas, sendo 73% deste representado pela pecuária de corte. Nesta mesma época, a Região respondia por 24% do total da pecuária de corte do Estado. Quanto ao valor da produção, neste mesmo período, do Norte de Minas procediam 18% do valor produzido no Estado (CARDOSO, 2000, p. 243).

Evidencia-se não só a preferência regional pela pecuária de corte, como a importância do Norte de Minas na produção da carne para exportação. Os dados se mantêm estáveis e, como técnica de aprimoramento, as invernadas[29], para Cardoso (2000), contribuíram para que a atividade pecuarista se desenvolvesse. Segundo o autor, ao evocar Gervaise (1975), as invernadas mais significativas são as descritas:

> [...] como ausência de especialização produtiva; [...] Prática extensiva, mas ocorrendo uma progressiva utilização de pastagens artificiais; diversificada origem social dos invernistas, que tinham como característica o fato de não serem todos fazendeiros. [...] Reforçou-se, no processo, a tradicional tendência da concentração de terras nas mãos de proprietários urbanos e absenteístas. Surgiram algumas modificações nas relações de trabalho tanto nas zonas rurais como nas urbanas. [...] Ocorreram ainda modificações nas condições locais dos equipamentos urbanos, nos investimentos em infraestrutura e na situação local do mercado. Neste contexto, o aumento do movimento monetário, estimulou a emergência de novas necessidades de consumo (GERVAISE, 1975, p. 51-154 *apud* CARDOSO, 2000).

Houve supremacia das atividades pecuárias a partir da década de 1960 e 1970, incentivadas pelos programas e políticas da SUDENE, do Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Por outro lado, o desenvolvimento socioeconômico ocasionado pela pecuária trouxe problemas às comunidades tradicionais, como a transformação do modo de vida e o desalojamento de comunitários espoliados e sem poder político e/ou conhecimento jurídico para resistir ao avanço dos grandes proprietários.

[29]As invernadas no Norte de Minas se destinam ao descanso e à engorda de animais de criação, quando são colocados ali, complementação alimentar à disposição, como o sal mineral e proteinado, torta de caroço de algodão, de farelo de soja, milho desintegrado, cana ensilada. A técnica contribui para que o gado não perca peso, pois no período não chuvoso, comumente, o pasto seca.

1.3.2 Pecuária em Bocaiuva

As transformações na estrutura produtiva no que tocou à pecuária, após a década de 1970, redundaram em enormes benefícios, mas também em evidentes e às vezes dolorosas metamorfoses na esfera socioeconômica. Como exemplo, a mecanização (e consequente diminuição da mão de obra utilizada), o crescente aumento do rebanho e da exportação de carne, em especial devido ao incentivo da SUDENE e influência da globalização econômica. Ainda assim, a estrutura da pecuária em Bocaiuva corrobora a existência de duas lógicas de produções que convivem, lado a lado, embora díspares.

A primeira, da produção tradicional, utiliza estratégias diversas para conciliar a criação com a pequena propriedade, tendo no gado um elemento da reserva de valor, ao mesmo tempo em que constitui alimento eminentemente simbólico (CÂNDIDO, 2010). O gado *pé duro*[30]cria-se solto usando para pastejo o Cerrado e as espécies fitofisionômicas que constituem a pastagem natural, em especial o capim bocaiuva, ou capim gordura. A outra lógica de produção se refere às grandes fazendas, que têm o gado apenas como rentável mercadoria, e a terra um investimento seguro contra as oscilações do mercado.

A partir dos anos 1980, com a ampliação das grandes fazendas pecuárias, as comunidades negras rurais circunvizinhas sofreram fortes influências à medida que o espaço circundante se transformava em pastagem homogênea com a braquiária. Das trilhas no Cerrado usadas pelos lavradores surgiram estradas vicinais, o solo passou a ser corrigido, pequenas barragens foram construídas para a contenção da água pluvial, introduziram-se variedades de gramíneas como o capim jaraguá, o colonião e o bengo, além das leguminosas para forragem.

Os novos procedimentos melhoraram o índice de desfrute e qualidade do rebanho, em especial com a introdução do capim braquiária[31], elemento percebido como divisor de águas, para manutenção das pastagens na seca. Junto aos capins derivados, do braquiária, intensificou-se o uso de campineiras com cameron, cana e napier; rações concentradas foram adotadas na época de confinamento do gado; introduziu-se o uso de ureia alimentar; deu-se o combate aos bernes, vermes e carrapatos; a vacinação sistemática contra brucelose, carbúnculo sintomático, gangrena

[30]O gado pé duro é também chamado de curraleiro, gabiru (origem nordestina), misturado, cruzado, e possui as características do gado pequeno, resistente ao clima.

[31] A braquiária, conforme Houaiss (2001) é da família das gramíneas, que reúne cerca de 100 espécies, na maioria nativa de regiões tropicais e subtropicais, especialmente da África; usadas como forrageiras.

gasosa, raiva e aftosa foram feitas, bem como se intensificou o uso de minerais como o cálcio, o fósforo, o cobre, o cobalto e o iodo, além do sal comum (RIBEIRO, 1988).

Entretanto, segundo o Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA[32],somente os grandes e médios fazendeiros têm acesso às novas tecnologias, possuem registros da quantidade de gado, e os pequenos fazendeiros e sitiantes são considerados flutuantes, ou seja, não têm registro de propriedade e mais informações necessárias à avaliação eficiente do desenvolvimento da pecuária. Tentativas ineficientes foram feitas para incentivo da produção leiteira, como a implantação da Indústria Alimentícia Itacolomi-ITASA, em 1978, quando o leite "in natura" vendido nas *vendas*[33] e residências passou a ser pasteurizado e comercializado em embalagens próprias.

A estrutura produtiva do leite é considerada deficitária, se comparada à extensão municipal e o número de cabeças, o que até se justifica pela falta de estímulos governamentais. Mas, essa deficiência é mais percebida nas comunidades negras rurais, como Mocambo, na qual a entrega do leite para beneficiamento torna-se impossível pela distância e relativo isolamento natural, o que onera o custo do transporte, impossibilitando a comercialização.

> A produção atual do leite em Bocaiuva é gerenciada pelas Corporações Pioneiro Ltda., Vida, Catopé e Itambé. As empresas exigem produto com qualidade de exportação, mas os preços não justificam tal empreendimento e, por outro lado, a cooperativa incentiva com promessas sempre adiadas, a continuar com a produção. Nessa tensão, a produção leiteira não possui fornecedores constantes, com raras exceções. O problema intensifica-se nas comunidades tradicionais mais distantes, porque competem com a gasolina e com a mão de obra, o que inviabiliza a produção (Juliano Siqueira, 37 anos, fazendeiro-veterinário-empresário, morador da cidade de Bocaiuva, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em agosto de 2012).

[32] Segundo o Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA, o cadastro realizado no Instituto é obrigatório para o produtor rural que possui criação de bois, búfalos, carneiros, ovelhas, cabras, porcos, cavalos e aves. O cadastramento é feito mediante a apresentação dos documentos: Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; comprovante de residência; escritura do terreno, ou documentos específicos para cada situação: a - contrato de compra e venda ainda não registrado em que prevaleça a transferência imediata de posse do imóvel; b- contrato de arrendamento do imóvel; c- contrato de comodato do imóvel; d- termo de compromisso do inventariante; e- comprovante de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) nos casos de posse específica.

[33] As vendas são pequenos estabelecimentosnos quais se comercializam baratos objetos de consumo nas pequenas cidades e comunidades.

De acordo com o IMA, o rebanho[34] bovino no município, em 2011, contava 77.158 cabeças, enquanto em meados de 2012 chegou a 83.581 cabeças, aumento de 7,68%. Até dezembro de 2012, o rebanho somava 102.179 cabeças, aumento de 18,2%, resultando em média das melhores do Norte de Minas. Ainda conforme o Instituto Mineiro de Agropecuária, no município há 1568 (mil, quinhentos e sessenta e oito) propriedades rurais, de tamanhos e, na maioria, há criação de gado.

Segundo a EMATER (2013), no município, as propriedades médias (50 a 200 hectares de terra) são maioria, seguidas pelas pequenas (20 a 30 hectares). Vale lembrar que em Engenheiro Dolabela, onde se localiza o Assentamento Betinho, com grande área de terra agricultável, cada lote geralmente equivale a 20 hectares e o filho de maior idade possui direito a outro lote. Em terceiro lugar, há as grandes propriedades (acima de 200 hectares) que comumente sofrem uma reforma agrária natural, ou seja, com a morte do titular, elas são divididas entre os herdeiros. Entretanto, as grandes glebas, embora existentes em número menor de proprietários, são detentoras de maior área de terra.

A pecuária, como fator de povoamento do município, reveste-se de particular importância na fundamentação da pesquisa, à medida que a comunidade, a partir da década de 1970, viu-se cercada de grandes fazendas pecuaristas, associando-se ao fato uma gama de consequências socioeconômicas, políticas e culturais, como a redução das relações de trocas comerciais e sociais. Tudo isto resultou no atual processo de cercamento. Vis-à-vis, o aumento do gado nas fazendas circunvizinhas exige sempre mais terra, mais desmatamento, mais pasto e, por conseguinte, maior motivação dos empresários rurais para desterritorializar comunidades tradicionais como Mocambo.

[34] Conforme Ribeiro (1988), em 1955 o rebanho era de 70.000 cabeças; em 1975 constava de 88.421 cabeças, o que demonstra um aumento acentuado na produção da pecuária. Nos anos posteriores, conforme o IBGE, o rebanho em Bocaiuva diminuiu, devido à fragmentação do município e as consequentes emancipações.

CAPÍTULO II

TERRITORIALIZAÇÕES EM MOCAMBO:

os tempos dos lavradores

A práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada por e para poucos, político-partidária e subordinante. Precisa ser construída com base em princípios como participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista de autonomia no processo decisório.(SAQUET, M. A., 2011, p.105).

A territorialização está relacionada com contextos intersocietários, à medida que abrange reorganizações sociais, envolvendo desterritorialização e reterritorialização (OLIVEIRA, 1998). Nessa visão, o rural no município de Bocaiuva, é apreendido por lógicas muitas vezes partidárias, dentre as quais se pode destacar a conjugação recorrente da lógica mercantil dos grandes fazendeiros pecuários com a lógica da compatibilidade das comunidades tradicionais.

Para trilhar a diversidade rural bocaiuvense e tentar desvendar as especificidades locais, evidencia-se, neste capítulo, como parâmetro de análise, as territorializações no Mocambo, tanto as engendradas pela elite rural, quanto as dos moradores rurais. São considerados os tempos geo-históricos vivenciados pelo grupo: p*ós-chegada da fazenda Sítio*; *tempo das empresas Dolabella Portella e Matarazzo* e *o tempo das fazendas e do cercamento* que vislumbram especificidades de cada período, resultando no presente vivenciado pela comunidade.

Discute-se o conflito de Cabo Verde ao construir a barragem do Caatinga apreendido como desterritorialização e sem solução até os dias atuais, e como se deu a luta pela legalização do território para reprodução do grupo. Aborda a inserção das unidades de conservação na comunidade e as contradições no modo de pensar dos diferentes mundos sociais: empresários rurais, técnicos ambientais e comunitários. Etnografa a representação das cancelas relacionadas ao tempo das fazendas e do cercamento, reflete-se brevemente acerca da percepção do lugar-território no Mocambo atual, bem como a organização social conforme as relações de casamento e compadrio, bem como a questão da identidade mocambeira.

2.1 Tempo pós-chegada da fazenda Sítio

Para apreender o tempo pós-chegada da fazenda escravocrata Sítio, berço da trajetória mocambeira, recorre-se à história oral de Thompson (2002), percorrendo-se ainda as trilhas de Tupinambá (1939) que interligam os dois lugares relacionando-os às cartas de sesmaria no século XVI. As sesmarias determinavam o máximo de três léguas de terra por pessoa, segundo Portugual, com o objetivo de intensificar o povoamento.

As sesmarias deveriam conter propriedades que possibilitassem produtividade na agropecuária, o que se tornava difícil devido à grande extensão de terras como aquelas de Antônio Guedes de Brito, da Casa da Ponte e que se apropriou de cento e sessenta léguas,

quando o sistema de posseamento era livre, embora não legalizado – conforme Ribeiro (1997):

> A sesmaria era uma dotação da Coroa portuguesa ao colono que possuísse bens: era uma concessão que ressalvava direitos coletivos e reais sobre aquela gleba explorada. [...] Se essas terras não fossem exploradas produtivamente, ou no caso de seu abandono, reverteriam novamente à Coroa portuguesa (RIBEIRO, 1997, p. 8).

A este respeito, é perceptível acompanhar ao longo da história, o predomínio das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, 2006). No mesmo viés, em meados de 1700 as terras da bacia do rio Jequitaí, no município de Bocaiuva, foram distribuídas por sesmarias aos donos do poder que se mantiveram grandes senhores, dentre eles Miguel de Amorim Pereira, provável descendente da bandeira de Fernão Dias Paes Leme e proprietário da Fazenda Sítio.

Assim sendo, deslinda-se a história do Sítio objetivando reviver-se o tempo das fazendas e do cercamento na comunidade do Mocambo, conforme Tupinambá (1939), ao afirmar que, com a morte de Miguel de Amorim Pereira, seu filho Bento Belchior Alkmim triplicou as propriedades do casal. Tal fato ocorreu, em especial, após o casamento com Maria Sofia de Amorim Pereira, proprietária de fazendas, tornando-os donos de ampla fortuna.

Após a morte de Bento Belchior, Maria Sofia[35] assumiu os negócios do casal, quando a Fazenda Sítio, sede das propriedades rurais da família, adquiriu infraestrutura rural e urbana sob suas ordens. Segundo o autor, Maria Sofia entregava às escravas somente as tarefas de costuras e bordados, informação discordante da mocambeira dona Conceição, que relata:

> Dona Maria Sofia andava com um molho grande de chaves na cintura... fazia era um barulhão, era prum lado era pró outro, quando ela andava no assoalho de madeira. Só ela sabia da serventia de cada chave. Era tudo trancado, porque tinha era muitos escravo na fazenda. Eles era igual burro de carga, apanhava muito... vivia só prá comer. Minha mãe, Maria Tiburtina Pereira de Souza, né, contava que Maria Sofia, que ela punha as escravas pra trabalhar pra receber gente de posse. Minha avó era que contava pra minha

[35] Segundo Tupinambá (1939) Maria Sofia possuía muitas virtudes, entre elas: aguçado tino na direção dos negócios e amizade com os escravos, examinava as tisanas, que segundo Houaiss 2001, consistia no cozimento de cereais, cevada ou ervas, usadas no passado como veículo de medicamentos restauradora das forças de doentes em geral, provava as alimentações da casa, jogava o lansquenet (jogo de cartas) e recebia hóspedes de diversas regiões.

> mãe. Tem gente que fala que Maria Sofia deu as terras prá Romão e Inocêncio, mas não sei não, ela gostava de tudo limpo, bom mesmo e aí, ela castigava muito os escravos. Os escravo trabalhava tamanho era o dia, tamanho era a noite (Dona Maria da Conceição dos Santos, 70 anos**,** dona de casa, ex- moradora do Sítio e moradora do Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em setembro de 2011).

No contexto Maria Sofia, conforme as técnicas e tecnologias da época, adquiriu uma maquinaria movida à água, reformou os currais para abrigar o gado de raças diferenciadas como a Caracu, construiu armazém, escola, capela, senzala e, para solidificar a divisão das classes sociais, ergueu um muro, que determinava o espaço das residências dos proprietários denominada Vila Pernambuco, lugar da classe subalterna, a Vila Velha e o lugar da senzala, moradia de cento e vinte escravos (TUPINAMBÁ, 1939).

As memórias do Sítio são contadas pela ex- moradora:

> O meu tio mais velho é que me contava histórias, depois que pai morreu, quando eu fui morar no Sítio.... Ele contava que os escravo ali trabalhavam e não recebiam pelo trabalho, era igual bicho. Dona Maria Sofia, a Nhá, dava prá eles era um moio de abóbora madura, angu e feijão, era direto essa comida. Lá tinha um moim, tocado a água, que funcionava dia e noite pra fazer o angu dos escravo e dos cachorro. Se quebrava o moim, o angu era feito com fubá velho. Agora, os ricos comia frango, porco, verdura da horta, quitanda de todo tipo. Arroz nessa época era só pros ricos. Os vaqueiro que cuidava do gado tinha tratamento bom, as professora, os visitante comia do bem bom. Dona Nhá comandava tudo lá, com força de homem (Dona Maria Aparecida, 58 anos, dona de casa, moradora de Engenheiro Dolabela e ex-moradora do Sítio, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em 25 de março de 2012).

Baseada em estrutura social dualista e contraditória, à medida que abrigava uma classe e excluía outra, gerando um *conflito latente*, a Fazenda Sítio representava o pouso para comboios de escravos vindos da Bahia, para as muladas[36] procedentes de São Paulo e era referência comercial para bandeirantes e moradores vizinhos. O lugar-fazenda, conforme Saquet (2007) consistia em variáveis[37] territoriais, como a econômica, que satisfazia ao sistema segundo a produção interna; o educacional, organizado por professores de Diamantina; o religioso, com os monges pertencentes às missões, que realizavam confissões, batizados, casamentos e festas comemorativas aos santos de devoção, como a padroeira Nossa Senhora da Conceição.

[36] As muladas conforme os mocambeiros era o conjunto de burros e mulas que transportavam material pesado, como sal, objetos de ferro, arreios.

[37]Em relação aos diversos grupos *de fora* que participavam da estrutura socioeconômica do Sítio, considera-se que o lugar possuía várias funções sociais.

Em integração com o historicamente opressor sistema escravista, as atividades de formação socioeducacional e de lazer restringiam-se às famílias dos proprietários, dos funcionários graduados, parentes e amigos e/ou aqueles escolhidos conforme a vontade dos senhores de escravos.

> Minha mãe era cozinheira no Sítio, era a mais experiente de todas. Ela nunca estudou e me colocou para fazer da primeira a quarta série na escola, com uma professora brava, porque Dona Nhá gostava da minha mãe. Eu ia, né, mas não era igual os povo branco, é. Eu escrevia era na pedra, tirada da serra... a pedra igual a pedra de fazer farinha, porque só uns tinha caderno. Tinha era filho de escravo que não estudava. Dependia se a Dona Nhá gostasse da escrava que tivesse filho. Meu pai trabalhava na lavoura de lá. Minha mãe conta que quando os escravos eram bravo, eles colocava os pescoços deles nos buracos, e quando eles era manso colocavam os pés dos escravo. Na senzala ainda tem as escritas e rabiscos dos escravos mais sabidos. Minha mãe contava que os escravos só trabalhava, comia pouco e ficava preso de noite, até nos dia de festa dos Santos. Dona Nhá fechava todo mundo, quem era bom e quem era ruim toda noite, era o costume de lá (Seu Eufrânio Pereira, Nô do correio, 69 anos, nascido no Sítio, morador da cidade de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em maio de 2005).

> Lá no Sítio frequentei a escola só um ano, porque tinha um rio da Isbanana, que proibia de atravessar quando enchia. Era seis meses de chuva, batido. Nós usava era a capa (carocha), feita de palha de buriti encomendada na região da Jacuba pra ir na escola, pra ir nas matas procurar lenha ou até canela dema, pra acender fogo de noite. A casa era rebuçada de capim, sabe, como? A parede era de pau a pique... enxergava quem tava dormindo na cama ... e nós via até onça passeando lá fora... Ficava acordado a noite toda, de tanto medo. Pra comida tinha vez que a coisa apertava. Aí, quebrava o milho no pilão, colocava pra pubar e socava para fazer fubá (Seu Malaquias, 69 anos, lavrador, ex morador da Fazenda Sítio e de Mocambo, morador da cidade de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em setembro de 2011).

O auge das atividades no Sítio ocorre de 1830 a 1870, quando a mão de obra escrava era numerosa e a produção agropecuária excedente enriquecia os proprietários. Nesse período, segundo Badaró (1996), Gonçalo de Alkmim, filho de Maria Sofia, se casa, tem dois filhos do primeiro casamento e catorze do segundo, dos quais somente Herculano Alkmim continuou residindo na propriedade, vivendo da compra e venda de gado.

Reproduz-se, aqui, fotos do Sítio, sendo a figura 1, sob a ótica da escravidão, com as ruínas do tronco e um dos cinco casarões da família Alkmim. A figura 2 representa as ruínas da chaminé da primeira usina de açúcar e álcool da região.

FIGURA 1: Tronco e casarão colonial da fazenda Sítio
Fonte: RIBEIRO, F. M. F. (2011)

FIGURA 2: Ruínas da usina do Sítio
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

Conforme Amorim (2000), o inventário do proprietário do Sítio é de 1871, e as terras que a atividade de quatro gerações fez prosperar, na extensão que a vista mal alcançava, passaram para dezessete herdeiros. Com a sucessão, iniciou-se a decadência da fazenda, que durante cem anos, foi uma das lideranças na política e na pecuária do Norte de Minas. Herculano Alkmim teve nove filhos, um deles o político José Maria Alkmim, ainda lembrado em Bocaiuva pela infância vivida, vendendo doces nas ruas e que se tornou advogado, deputado federal, ministro da fazenda, das finanças, vice-presidente do Brasil e responsável pela inserção de Bocaiúva na área do Polígono das Secas.

Para contextualizar o cotidiano vivido na fazenda escravocrata, segue-se a fala de Osvaldo Alfredo, filho do escravo Lino Alfredo:

> Meu nome é Osvaldo Alfredo. Tenho oitenta anos de idade... fui morador do Sítio, a fazenda do Sítio, né? É que eu fui morador lá, dos quatro anos, até os quatorze anos. É, lá eu estudei na escolinha do Sítio até o terceiro ano primário. E... lá no Sítio eu tinha o meu pai , que se chamava Alfredo, minha mãe chamava Maria das Dores Seixas e a minha avó chamava Cândida Vieira. Então, lá no Sítio, a gente escutava muita história, sabe, do que ela contava, que minha avó contava sobre a escravidão, que existia lá, naquela época dos escravo. E, ela contou que o irmão dela se matou de frente ao dono dos escravo, porque ele não aceitou... a prisão dele lá, né. Eles prendeu ele, e ele não aceitou a prisão e se matou de frente ao dono dos escravo de lá. Ele não aceitava a comida que o empregado do homem levava pra ele, né? Então ele pediu que o dono dos escravo que levasse pra ele a comida. E aí, dizem que o dono dos escravo levou a comida na gamela. Quando ele entregou a gamela, ele passou ma faca na barriga, tirou a barrigada... o intestino né, jogou na cara do patrão e caiu morto. É porque ele, dona Liane, o patrão, tinha muita coisa com ele, né, gostava muito dele, era o escravo que ele gostava mais e, por causa de fuxico, né, acho que os cara lá fizeram, falaram alguma coisa lá que o patrão mandou prender ele,

> né? Então ele se aborreceu com aquilo, por causa que ele ficava preso direto. E, por isso ele fez essa loucura, ele se matou jogando a... o intestino na cara do homem. Num tenho certeza, mas o dono dos escravo, por último, chamava Herculano, Herculano Alkmim. (Seu Osvaldo Alfredo, 81 anos, ex - motorista, ex- morador do Sítio, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em março de 2012).

A história do dia a dia escravista, conforme o relato do senhor Osvaldo, confirma diferenças marcantes entre as duas classes sociais: proprietários e escravos. A figura 3 ilustra o Sítio em 1950, quando pertencia à família Alkmim e o senhor Osvaldo tinha dezenove anos.

FIGURA 3: Osvaldo Alfredo (primeira à direita, segunda linha) em 1950, com dezenove anos. O proprietário do Sítio, José Maria de Alkmim, (quarto da linha abaixo), e funcionários.
Fonte: Arquivo de RIBEIRO, E. M. F.

Assim, as *histórias/estórias,* ocorridas nos interstícios norte-mineiros, sequer são registradas, e quando o são não contêm a importância sócio-histórica e cultural merecida. No entanto, as histórias não percebidas, ou não registradas, podem acarretar valiosas sequências, por contribuir na continuidade e solidificação de diferentes modos de vida, de conflitos, às vezes não explícitos, mas repercutindo posteriormente em forma de discriminações, desigualdades, preconceitos.

Ao se referir à escravidão no Brasil Colônia, que se estende ao império, Paiva (2006, p.85), informa que “a imagem da violência física empregada incessantemente sobre os escravos transformava as relações escravistas coloniais em contatos sempre antagônicos, marcados pela desconfiança, revolta e medo” (o que confirma a história oral do senhor Osvaldo sobre a vida e morte do tio escravo).

Certo é que o Sítio marcou fortemente a história do Mocambo, conforme relata a memória coletiva carregada de marcas, tanto quanto de solidariedade e coesão, e das referências ao passado fundante, muito se pode concluir sobre o presente. A partir da história oral, entende-se o porquê dos dois irmãos, Romão e Inocêncio, fundadores da comunidade, terem fugido do Sítio e se apropriarem do espaço onde puderam reproduzir o modo de vida baseado na correspondência mútua, ou na compreensão, conforme as falas da senhora Maria Aparecida e do senhor Geraldo, abaixo:

> O povo escravo era um povo sofrido. Os filho deles, os neto, o povo que foi nascendo deles, não tinha direito, era difícil subir na vida. Se os escravo fizesse alguma coisa no Sítio, os dono já comunicava com os jagunços e saia cada um com os paus nas costas e as picaretas e os jagunços atrás. Ali eles mandava abrir os buracos e lá mesmo tirava a derradeira pá de terra que tivesse lá dentro. E lá mesmo jogava a pessoa, na cova que a pessoa mesmo abriu e largava lá. (Dona Maria Aparecida de Souza).

> Seu Romão chegou aqui e encontrou um sobrevivente da tribo Tapuia. Aqui havia um cachimbo de barro que permaneceu na casa de Seu Altino por muitos anos. O sobrevivente era ladrão de galinha, ficava só esperando os outros descuidar, para roubar comida. Todo mundo aqui tinha medo dele. Ninguém registrou o fato e passou muito tempo, até que um dia descobriu que ele era um índio. (Seu Geraldo dos Santos, 56 anos, aposentado, lavrador, morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em julho de 2011).

O tempo pós-chegada é apreendido a partir da visão de cientistas e naturalistas estrangeiros, no século XIX, que, quase sempre financiados pelos respectivos governos, percorreram sendas brasileiras, dispostos a estudar e divulgar a região, embora nas narrações demonstrassem "que os viajantes não participavam efetivamente da vida dos lugares por onde passavam, descreviam cenas pouco usuais para seus leitores europeus e analisavam o comportamento dos nativos de cima e de fora" (PAULA, 2009, p. 68).

Nessa perspectiva, têm-se as características da fazenda Sítio, em 1836, dadas pelo escocês Gardner (1975), ao descrevê-la em *Viagem ao Interior do Brasil*:

> [...] através de uma região alta e montanhosa, coberta de relva; e, quase ao crepúsculo, chegamos à fazenda do Sítio, pertencente ao guarda-mor Gonçalo Cristovão Pereira d'Alcami, de quem, embora não lhe levasse carta de recomendação, recebi o mais hospitaleiro acolhimento [...] A casa, que é uma excelente construção de dois andares, fica em um recôncavo donde a vista da montanhosa região à distância é muito linda. [...] Contou-me o meu hospedeiro que no cascalho desse rio se haviam encontrado dois ou três diamantes, evidência de que estávamos na orla do distrito a que esta pedra preciosa dá o nome. [...] Logo que saímos da fazenda, subimos uma serra de

> grande altura de raros e pequenos arbustos, quase todos pertencentes a três espécies de Lychnophora [...] Excetuando as altas montanhas da Serra dos Órgãos, era este o mais rico dos campos botânicos que eu já encontrara em minhas longas peregrinações (GARDNER, 1975, p. 198-199).

O território-origem do Mocambo é, dessa maneira, registrado com profundidade histórica, diversidade ambiental e riqueza de arquitetura, com princípio escravista tão solidificado que, pela memória local, compreende-se o porquê da fuga de outros escravos do Sítio para diversas localidades, engendrando histórias específicas, complexas, mas revestidas da mesma injustiça, como Lagoa Grande, Timburé, Córrego São João e Engenheiro Dolabela.

Após o declínio do Sítio[38], os irmãos Romão e Inocêncio, imbuídos do sentimento de resistência e de indispensável coragem, transpuseram matas e serras para escolher o espaço a ser transformado em território, conforme fala do neto de escravo:

> Meu avô Romão e meu tio-avô Inocêncio, acostumado com a força dos braço no Sítio, resolveram sair e vim pra esse lugar, pra trabalhar a terra, com as mão, criar família. Do Sítio até aqui dá três léguas, só de mata. Mata fechada. Os dois resolveram vim pra essas bandas porque aqui não tinha uma alma, ninguém daquela gente que mandava direto, que não dava sossego. Aqui eles encontraram foi muito bugre... Volta e meia tinha um bugre que vinha na porta da cozinha panha comida... Eles teve foi coragem, né? Sair de lá, vim pra cá, sem rumo, sem conhecer ninguém... Romão andou pra chega aqui. Ele e o irmão fez uma casa no meio do mato, de pau d'óleo, pau preto e jatobá, com casca de árvore pra cobrir o telhado. A primeira casa daqui de Mocambo foi deles, do outro lado do rio, onde tá as ruinas, de frente a casa de Walter. Lá tem até hoje o pé de coité, os pé de jabuticaba, de manga, de goiaba. Daí, Romão casou com Josina Evaristo e teve sete filhos, quatro homem e três mulher. Os homem foi João, José e Américo. As mulher: Francisca, Alexinda e Maria (Seu Camilo Evaristo, 78 anos, neto de Seu Romão, morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2007).

> Seu Inocêncio era tio-avô de meu pai, ele que casou com Maria da Cunha e teve só um filho, que chamava Natalino. Natalino era um menino bom, sossegado e morreu cedo. O povo fala que ele ficou muito tempo encambrunhado *(acabrunhado).* O povo daqui fala que no tempo dos antigos, aqui tinha muita lagoa. Nessas lagoa era fácil ter a febre amarela e muita gente morria de febre. Até os homem de cor, igual Romão morria de febre amarela. O povo falou que ele morreu de febre. Aqui morria muita gente que onça pegava, né? Dizem que o homem branco era mais fraco, né? Que morria logo, mais depressa que o homem de cor. Tem também gente aí

[38] O Sítio foi ocupado por cem famílias integrantes do Movimento Sem Terras – MST, em 16 de maio de 2012. O jornal *Estado de Minas*, de 18 de maio de 2012 publicou o fato sobre a fazenda pertencente ao ex-vice-presidente do Brasil e originária da Empresa Matarazzo, que usou trabalhadores em regime de escravidão após a Abolição. A invasão da fazenda, segundo o jornal, durou três semanas, quando foi devolvida ao proprietário após tensas negociações.

> que fala que ele morreu foi quando onça pegou ele no mato. (Seu Arnaldo Camilo dos Santos**,** 48 anos**,** morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em junho de 2011).

A partir desses relatos, embora dissipada a realidade dos fatos pelo tempo, percebe-se nos libertos o sentimento de resistência empreendido diante da condição de sofrimento imposta pelo modelo escravista. Assim como a escolha de viver em isolamento parcial, à procura de espaços recônditos para reconstruírem a vida, com valores antagônicos àqueles vividos com os donos do poder. No contexto, os mocambeiros construíram subjetiva e objetivamente o mito fundador da comunidade, segundo a história dos dois irmãos.

A fazenda Sítio perdeu a relevância econômica, mas continua a representar elemento histórico-cultural que referencia a identidade mocambeira. No lugar vivem sete famílias e o território está em processo de deterioração, o que se verifica não sem um misto de melancolia e medo. Lá, ainda está exposto o pelourinho, testemunhos da sociedade escravocrata, o tronco, instrumento de castigo aos escravos, o cruzeiro bicentenário acompanhado pelas ferramentas de trabalho. Testemunham a antiga pujança econômica as ruínas da usina açucareira, e vestígios da linha férrea por onde a maria-fumaça fazia o circuito entre canaviais, invernadas, senzalas, casarões e vilas, e veem-se os muros que materializavam as divisões entre as classes sociais.

Busca-se, ainda, apreender o sistema socioeconômico do tempo pós-chegada e resgate de vida dos libertos, rememorada pelos mocambeiros presentes. A história vem à tona, não pela população numerosa, embalada pelos vissungos, nem pelas danças e capoeiras registradas no imaginário popular, mas na figura de dois homens de pés nus, sem vestuários peculiares e instrumentos musicais, mas dispostos a construir um lugar-território e mudar o rumo da história.

A identidade mocambeira, então, vincula-se hoje às memórias contadas e recontadas pelos mais velhos e aprendida pelos mais novos nas conversas entre gerações, transformadas na história oficial da comunidade, como observado na abordagem de Thomson et al. (2010).

> [...] os campos da história e da memória se entrelaçam, uma dimensão em que a história oral tem tido especial importância, não tanto por seus produtos, mas mais por seus processos: pelo envolvimento maior na recuperação e na reapropriação do passado que a história oral possibilita (THOMSON et al., 2010, p. 78).

Através do envolvimento, recuperação e reapropriação do passado retomado pela história oral, esse tempo representa a territorialidade marcada pela disponibilidade de terras agricultáveis livres, pelo trabalho em conjunto nas roças com colheitas fartas, produção do arroz de agulha e do beira-campo, plantado nas várzeas. Com duas colheitas anuais do feijão e milho, plantados em terra firme, a territorialidade significava a transformação da mata em roça.

Para o mocambeiro, o milho, o alimento mais consumido, proporcionava grande diversidade de subprodutos como angu, canjica, broa de fubá, pamonha, mingau, biscoito de milho deixado de molho, batido no pilão e coado, farinha de cadela (o milho seco é torrado e socado no pilão) e o cobu (broa de fubá na pedra, embrulhada na palha da bananeira). O milho-verde era a mistura no almoço, o chá para gripe e complementava a alimentação do gado, porcos e galinhas, enquanto as palhas serviam para encher colchões.

Contrapõe a afirmação de Saint-Hilaire (2000, p. 311), de que, para os habitantes do sertão, "o milho produz neles moléstias de pele, tais como a sarna, a lepra e a elefantíase" e que o usavam apenas para o alimento de animais. No Mocambo, o milho ainda é carro-chefe na alimentação e, por isso, conservado em paióis construídos segundo a cultura dos ancestrais e mantidos em lugar de destaque nos quintais.

A produção agropecuária baseava-se ainda no cultivo de cana, mandioca, fava, feijão guandu (andu), abóbora e algodão, protegidos pelas cercas de varas do Cerrado, enquanto os porcos da raça Caipira, Piau ou Capixaba eram criados nos chiqueiros. Nesse tempo, cercava-se a roça e a moradia, para as proteger da fauna abundante, transformada em caça: veado campeiro e catingueiro, tamanduá-bandeira e mirim (melête), tatu-peba, canastra e bola, anta, paca, capivara, teiú, guariba, mocó, onça canguçu, pintada e preta.

Na pesca, sempre opulenta, havia fartura de curimatãs, traíras, piranhas, além da caça do jacaré. Do extrativismo vegetal, panã, pequi, murici, mandapuçá,[39] plantas medicinais e sempre-vivas, enquanto no extrativismo mineral, o quartzo de vários tipos.

> A caçada do tatu era feita só de noite, com um cachorro que farejava e enfurnava o animal em um buraco. Aí, era colocada uma gaiola de arame na entrada do buraco e depois, nos dias seguinte, acompanhava como era a sua saída. Tinha de levar um enxadão porque, se o terreno fosse de terra arenosa, o tatu era retirado do lugar na mesma noite. Quando encontrado, era morto a

[39] Conforme Houaiss (2001), também chamada de jabuticaba-do-campo, jabuticaba-do-cerrado ou manapuçá, é uma árvore pequena *(Mouriri Chamissoana*), da família das *Melastomatáceas*, de madeira muito dura, flores alvas e frutos negros, abundantes na área do Espinhaço e que fazem parte da infância dos mocambeiros mais velhos. A época dos frutos é de outubro a dezembro e a autora compara seu sabor com o da manga.

> facão ou com um punhal encravado no peito. De todos os animal, esse era o animal mais fácil de caçar, por causa da sua docilidade e de fácil captura. A carne é bem saborosa, mas antes precisava ser fervida no meio de folhas de mandioca que é para retirar o gosto forte do mato (Seu Malaquias).

O gado criava-se *na solta*, atividade apreendida como patrimônio de uso comum, assim como a roça e a olaria, esta localizada debaixo do pé de jatobá, em frente à igreja, onde a argila se transformava em barro amassado, usado no enchimento de paredes das moradias construídas em sistema de mutirão. Segundo Ribeiro (2006):

> A "solta", um patrimônio de uso comum, pastagem natural do Cerrado, a exemplo de outros recursos tradicionalmente aí explorados, passam a ser privatizados, limitando primeiro as possibilidades dos "pobres" em manter ali sua "criação miúda", depois restringindo a sua própria pecuária bovina, com o fim do curraleiro e da disponibilidade de áreas de pastagem (RIBEIRO, 2006, p. 261).

Os mocambeiros tinham poucas cabeças de gado e quem as possuía em quantidade maior se valia da solta para alimentar um número de cabeças maior àquele que permitiria a sua área de terra determinada em conjunto. Outra caracerística das soltas é que todos cuidavam das reses de todos. Aquele tempo diferenciava-se do tempo de hoje, em que fazendeiros cercam e determinam legalmente de quem são as terras e as regras para que elas não sejam invadidas.

> O gado era criado na larga do Cerrado. Não tinha esse negócio de manga. Não tinha cerca, nem cancela tinha, nem porteira. Cada um conhecia sua novília, era tudo junto, até a terra era junto, era de todo mundo. Um cuidava dos animal do outro. Não tinha dor de cabeça de hoje, tudo é controlado. O problema pro gado era só o sal. Nós buscava o sal no Sítio, o sal era comprado, era só o sal. Nem vacina tinha. A gente mandava é benzer o gado por causa das cobras (Altino Evaristo dos Santos (Tinin) 53 anos, lavrador, morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em outubro de 2011).

O período pós-chegada caracterizava-se também pela ambivalência, observada na necessidade do trabalho pesado, com chuva ou sol e ferramentas rudimentares. Não interferia a atuação dos vários órgãos públicos posteriores, como o IEF e o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, gerenciado pela EMATER. Difícil o acesso a recursos industrializados, aos centros urbanos, à energia, aos serviços de saúde, de escola e administrativo-jurídicos.

Nesse tempo, as relações de casamento e compadrio se estabelecem conforme Woortmann (1995): o casamento entre sitiantes não é questão de escolha individual, mas resultado de acordo entre as famílias. No Mocambo, segue-se o "padrão de compadrio como alternância de gerações, isto é, o afilhado de um padrinho será o padrinho do neto de seu próprio padrinho. Um segundo elemento é que padrinhos e madrinhas devem ser parentes do afilhado". (WOORTMANN, 1995, p. 200).

O tempo pós-chegada caracteriza-se pela imaginação dos mocambeiros, quando narram histórias integradas à realidade presente, contribuindo para construir e solidificar a identidade lavradora.

> O costume nosso, de todo mundo, mãe, vó... nós todo, menino, velho, tudo de pé no chão, era quando nós ia pra roça, de cedinho, no tempo de chuva. A chuva era o sinal de Deus pra nós plantar. A terra agradecia e devolvia pra nós tudo que plantava, muitas vez mais. O povo de antigamente sabia quando a chuva era passageira e quando ia durar, não tinha erro. Pai fincava na cabeça da gente que a chuva só trazia o bem. Pros tempo mais pra cá, nós usava a força da tração do animal, o arado. Tinha era os problema dos pé. O pé dormecia, passava dia, inchava, quando via, era espinho de pau-preto. Quando outra ferpa de pau entrava no pé não inchava igual ao espinho de pau-preto. Dona Ritinha, mãe da minha mãe tirava e colocava papa com foia de pimenta, era o pacho para puxar e vim a furo, ou então era papa de barbatimão, nós quase não ia no curador. Pai falava que a terra era igual a mãe da gente, era só plantar no tempo certo que dava (José Malaquias).
>
> De vez em quando nós vinha pra festa do Senhor do Bonfim, aqui, em Bocaiuva. O relógio era o galo, ele cantava cedo, e nós punha a caminho, a pé. Mais de setenta quilômetro e não encontrava ninguém no caminho. Passava na Cruz do Barão, nos Pimenta, no Padre Maia, no Rubens Dias... Ficava hospedado era debaixo das mangueiras, nas mangas de Quinca de Milinha, Zé Pena, Geraldo Drumond ou de Tobá, por três dias... ou mais. Trazia sacos mamona pra vender pra Sérvulo Velho. Quando tinha algum couro de animal nós vendia era pra Davi de Bel delegado, ele comprava de qualquer bicho, caititu, gato do mato, de cobra e de onça. Nós comprava macarrão, sal, querosene, que levava no bico dos arreios. Já era rapazinho quando comprei o primeiro calçado, a alpergata. O pessoal mais pra trás sofria. Ainda bem que nesse tempo, as roça dava. A terra era forte, a colheita do milho e do feijão podia contar pro ano (Seu Osório de Jesus, 78 anos, cuidador de gado, morador do entorno de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em dezembro de 2012).

A conquista do espaço em Mocambo, pela memória dos mais idosos, é entremeada de carências, ainda presentes na atualidade e impregnando o processo de marcas, tornando-a, não raro, menos receptivas ao mundo externo e reafirmando características de retraimento como estratégia para manutenção física e simbólica do território. Dessa maneira, o território indica

outra forma de organização do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, passando do sonho, para se transformar na conquista da terra, na reconstrução da identidade e da territorialidade (MEDEIROS, 2009).

Vis-à-vis, a apropriação das terras no Mocambo foi fundamentada conforme os costumes e a premência de solidariedade iniciada pela família dos dois irmãos, vizinhos e formas de trabalho, definida a territorialidade afirmada em Soja (1971), que a entende como resultado de comportamentos sociais inerentes à identidade e à diferenciação espacial. A territorialidade construiu-se reciprocamente, evidenciada pelo trabalho coletivo como o mutirão: “a obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento”. (CÂNDIDO, 2010, p. 81).

No Mocambo, as atividades da lavoura, a partir da derrubada, do plantio, da limpa e da colheita, eram organizadas em conjunto, sem remuneração direta a não ser a obrigação moral do beneficiário, de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram, atividade denominada por Cândido (2010) de *cooperação vicinal*. Assim, o trabalho árduo com a terra constituía rotina, com colheita sempre farta, uma vez que a disponibilidade de terras férteis era maior.

Nesse tempo, a categoria identidade de lavrador se constrói associada à relação econômica e social, qualificando o trabalhador da terra, aquele que habita o trabalho que o define. O lavrador lavra a terra, vive da roça, trabalha sozinho ou associado à mão de obra do grupo doméstico, podendo também ser denominado lavourista, agricultor, chacareiro, sitiante, arrendatário, meeiro, camarada ou diarista, sendo ou não proprietário da terra. (BRANDÃO, 1995).

O lavrador mocambeiro obtém o seu rendimento em grande medida da terra que possui, valoriza essa ocupação tanto quanto o trabalho duro em si, o que contribui para formar a identidade e é como ele se autoidentifica. A pós-chegada do Sítio caracterizava-se como o tempo do lavrador, da palavra dada, das regras percebidas pelo olhar, gesto e, só quando preciso, pelo falar. O respeito e a afeição não se mediam pela quantidade de palavras, mas pela atitude, pelo trabalho da lavoura.

> A gente dava conta de plantar, colher e manter outras coisas, cada um fazia sua parte. Não dependia da cerca, dava tempo de tirar mantimento sem dá prejuízo, o espaço era grande, mesmo que o trabalho era duro. Quando um não podia trabalhar, igual arrancar milho, porque tava doente ou porque o filho tava doente, o outro ia e trabalhava, e então, no outro dia ele ia trabalhar no lugar de quem não foi. Com foice e enxada nós colhia milho, feijão e arroz com fartura. Ninguém de fora vinha aqui cobrar o lugar onde a

> gente morava e plantava. Nós também não precisava ir direto lá fora comprar nos outros lugar, ficar andando pras outras bandas. Ia lá fora pra comprar pouca coisa, igual querosene, sal. Bicho não vivia obrigado, ele ficava era prá longe, pras matas. Não é como hoje que as onça vem matar dentro do chiqueiro de cerva, na porta da casa. O gado pouco era criado na solta e quando ficava doente, ou a vaca ia parir, o primeiro que passava a ver o caso, resolvia ele mesmo ou falava com o dono (Seu Altino).

Percebe-se, como estratégia de sobrevivência nesse tempo, a marca da invisibilidade e solidariedade entre *os de dentro*, abalizados na lembrança dos ancestrais, com o propósito de se conseguir autonomia perante os donos de escravos, e *os de fora*. Na natureza, o modo de ser e estar baseado na liberdade de poder planejar o cotidiano como no sistema de produção, tendo o direito de escolher o que plantar, como, quando e onde plantar, incluindo outras necessidades referentes à colheita, distribuição, venda ou troca da produção.

A dualidade no modo de vida, a liberdade de escolha e a dificuldade de acesso a serviços básicos, com população rarefeita, não impedia a busca de soluções de problemas segundo as necessidades tecnológicas e temporais do lugar, como o conhecimento popular tradicional, conforme dona Maria:

> Eu nunca saí de Mocambo, nasci e criei aqui. ...Quando era moça andava pra todo lado, ia até a casa de Dona Loura, pra vê ela, lá na Serra Preta e pra buscar planta que não encontrava aqui pra curar os mal. Ela sabia de todo tipo de planta pra curar doença. Era difícil encontrar gente de fora pra essas bandas. De noite eu não saía... tinha era bicho... onça era fácil de encontrar. De dia eu andava... Catava tingui pra fazer sabão, buscava tabatinga pra cá do morro, pro lado da barragem, sabe? Pra pintar a casa. A tabatinga servia também pra colocar dentro da vasilia, misturada com o feijão e ele não carunchava. Não caruncha de jeito nenhum. Diôla (sua mãe) desde pequena colocava tabatinga no feijão. Ela fazia que nem Josina (sua avó), que era escrava. Ela sabia curar tudo quanto era doença... as doença de sete dia, do estômago, da barriga. Minha mãe só trabalhava, viveu pra trabalhar. (Dona Maria Evaristo, 84 anos, moradora mais idosa de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2012).

O cotidiano do tempo pós-chegada era vivido na busca da sobrevivência, marcado pelo modo de vida não acumulativo, como relata dona Jesus:

> Antigamente nós plantava, colhia pro ano todo, a medida certa... Nós buscava capim pra rebuçar as casas e os paiol todo ano. A casa do meu pai e do povo daqui era de capim. Eu, Jurialva e os mais pequenos ia no alto da serra buscar capim porque ele não aquentava mais de um ano... dois ano, no tardar, porque ficava gasto com a chuva e o sol. Nós ia lá no alto e colhia, depois ia descendo com os feixe e tinha uma pedra lisa que servia para aparar os feixes de capim. Tinha tempo, que os colchão ficava melhor com

> enchimento de capim do que com palha de milho. Os colchão ficava todo retalhado, nós costurava os sacos, quando a gente comprava as coisas. Até pouco tempo tinha um dele aí (Dona Maria de Jesus dos Santos, 71 anos, moradora de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em maio de 2011).

O relativo isolamento percebido nesse tempo contribuía para que os acontecimentos atingissem a comunidade tardiamente e de forma fragmentada, impossíveis de ser compreendidos e utilizados pelos comunitários, como as leis e os direitos nelas contidos. Nessa conjuntura, conforme Ribeiro (1997), a história do regime privado de apropriação territorial, surgiu com a Lei de Terras, de 1850, estabelecendo que as terras não apropriadas até então se tornariam patrimônio do governo, e seu controle só seria transferido aos particulares pela compra. Para Costa Filho (2008)

> [...] com a Lei de Terras de 1850, as populações tradicionais teoricamente teriam as mesmas condições de aquisição, mas comumente não tinham dinheiro para adquirir e nem conhecimento de leitura e leis, ficando restritas a áreas de difícil acesso, insalubres ou de baixa produtividade. Este processo de cartorização ou a corrida aos cartórios, sempre serviu de prerrogativa das elites agrárias para a tomada de terras de povos e comunidades tradicionais (COSTA FILHO, 2008, p. 102).

Evidencia-se que, com a queda do sistema escravista, os africanos e seus descendentes não conseguiram a condição de brasileiros de fato. Foi-lhes atribuída a categoria de *libertos*, aumentando, assim, a expropriação territorial, não apenas dos negros, mas de todos daqueles que viviam à margem do sistema socioeconômico. No contexto, Woortmann (1995), informa que, a partir da implantação do conceito de propriedade mercantil, instituída pela Lei de Terras, a ausência de titulação legal facilitou a configuração de um processo de expropriação e limitação do acesso à terra, condicionando-a, crescentemente, ao pagamento de uma renda fundiária.

Do início do tempo pós-chegada, meados do século XIX, até o final, em 1910, eram as terras no Mocambo compartilhadas em comum, como também o modo de vida, passando despercebida toda lei que possibilitasse a regularização legal do espaço apropriado. A territorialidade caracterizava-se pela integração sociocultural do grupo no lugar, onde terras circunvizinhas se transformavam em roças, segundo as técnicas e tecnologias dos antepassados - a territorialização se sedimentava a cada geração.

> Eu gosto de estabocar *(falar muito)* pra lembrar do tempo de mim menino, quando ia com pai, os menino escolher terra boa pra fazer roça. Ia com o facão pra limpar o terreno, o machado pra tirar a lenha e a enxada que era o

> modo de limpar o terreno. Nós ia na direção dos mais velho que sabia onde tava a terra boa, que tava descansada, com mato alto. Era mais na beira do rio Caatinga, na beira do córrego Mocambo, nas várzea. Eles sabia onde tinha plantado os ano todo. Falava pra cada ano plantar num lugar pra terra não cansar e dá fartura na colheita. A colheita era com o sol forte, sem chuva, era pesado o trabalho, mas era um orguio ver tanto arroz e milho e feijão. Nós aproveitava a madeira, igual o tamboril, que já tava seco, pra fazer gamela. A gamela era usada prá comer, prá tomar banho, prá assoprar arroz. Naquele tempo nós fazia gamela e cuias. Eu gostava de fazer gamela. Tirava a madeira e preparava ela, cortava, raspava, raspava até a madeira ficar lisa. Num tinha as vasilias de hoje. Que nem quando matava leitão e galinha, limpava era nas gamela. O catingueiro, nós limpava era nas gamelas. Os peixe era limpado no rio, secava no varal e depois guardava nas gamela (Seu Camilo Evaristo).

Para Hall (2000), que afirma serem as identidades construídas dentro do discurso, dos locais históricos e instituições específicas, no interior de formações e práticas discursivas específicas, o modo de vida do mocambeiro, respeitando o conhecimento dos mais velhos, difere daquele de outros tempos, conforme as mudanças observadas no interior e na vizinhança. Do tempo pós-chegada do Sítio para o tempo das empresas, como não havia cercas, ainda não estava legitimada a condição de cercamento, e os mocambeiros de modo relacional conviviam com a vizinhança em relações de mutualidade e, a partir daí, as relações se transformaram.

Aqui, as representações em croquis da área circunvizinha a Mocambo no tempo pós-chegada da fazenda Sítio (figura 4) e do espaço interno (figura 5).

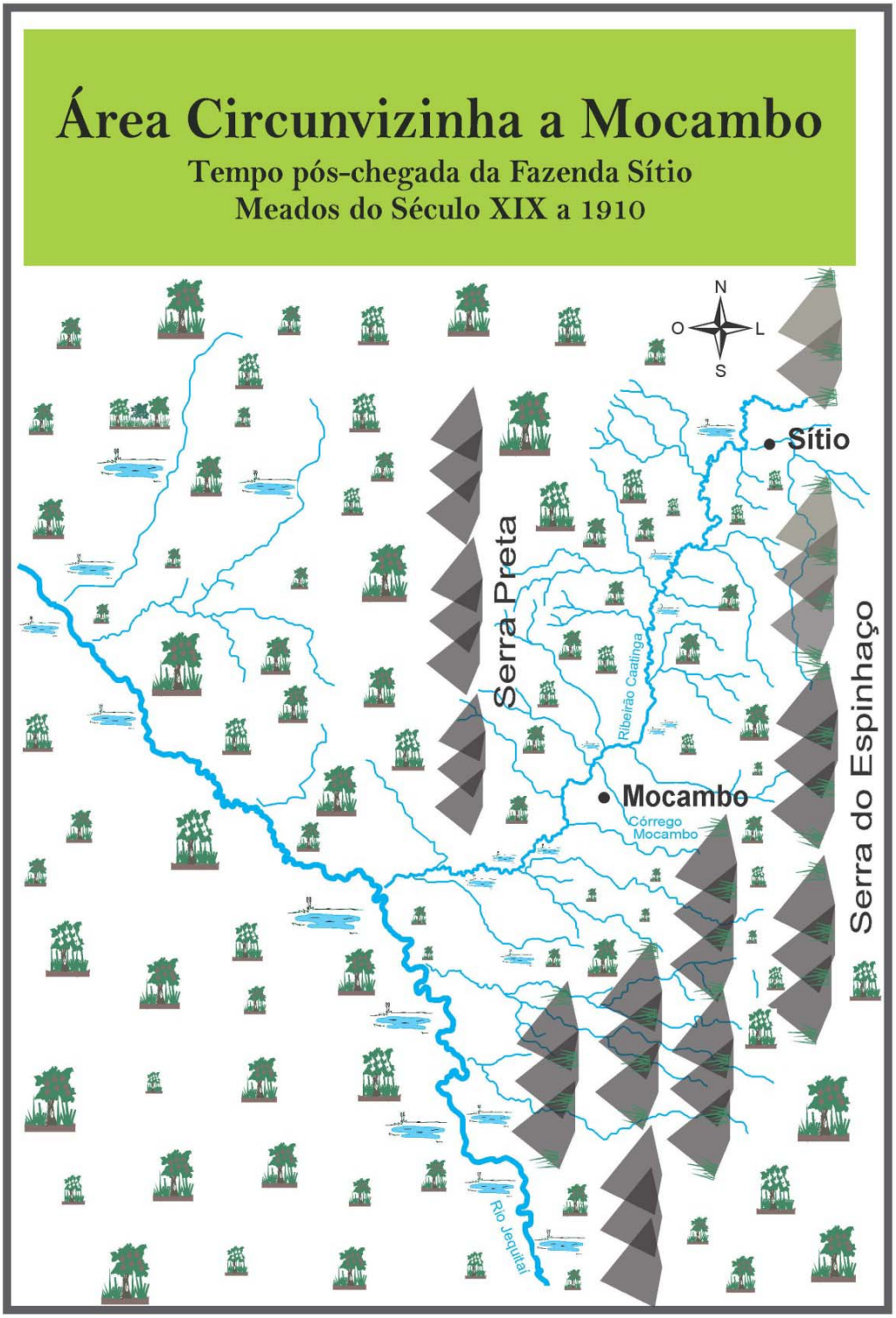


FIGURA 4: Área Circunvizinha a Mocambo - Tempo pós-chegada
RIBEIRO, E. M. F.(Org.), 2013

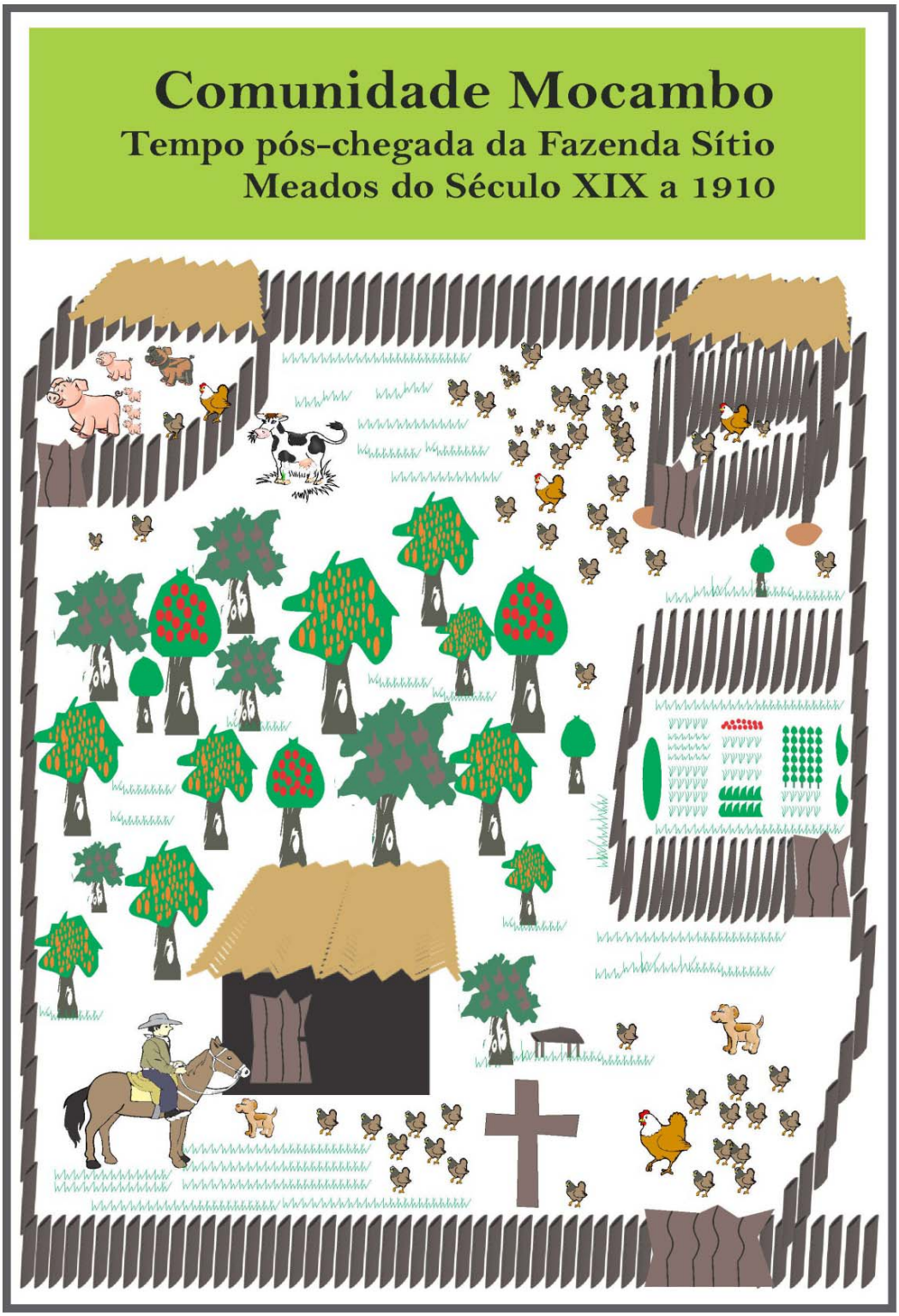


FIGURA 5: Sede de Mocambo - Tempo pós-chegada
RIBEIRO, E. M. F.(Org), 2013

A área circunvizinha a Mocambo mostra o tempo pós-chegada, nos meados do Século XIX a 1910, quando havia mata fechada, rios e lagoas abundantes, diversidade de fauna e flora, e ausência das fazendas, indústrias, unidades de conservação e os mocambeiros

territorializavam terras livres. A sede do território mocambeiro no tempo pós-chegada é representado pela moradia de Romão e Inocêncio, ao norte do córrego Mocambo, quando a unidade de produção *quintal* constituía-se em criação de porcos, galinhas, pomar, horta, pecuária bovina incipiente e a religiosidade era simbolizada pelo cruzeiro de madeira, lugar de rezar.

2.2 Tempo das empresas Dolabella Portella & Matarazzo

O tempo das empresas iniciou-se em 1910, quando o conde engenheiro Alfredo Dolabella Portella e seus irmãos compraram a fazenda Sítio, fazendas circunvizinhas e outras terras em Joaquim Felício, incluindo no conjunto propriedades próximas ao território mocambeiro, perfazendo o total de 33.870 alqueires geométricos, ou mais de 1500 Km². De acordo com Portella Filho (2006), esta área

> foi considerada nas décadas seguintes a maior fazenda produtiva de Minas Gerais, quiçá do Brasil. Até o ano de 1965, no anuário *Banas Informe* (sobre maiores empresas brasileiras) a fazenda, denominada na época Agro-industrial do Jequitaí Ltda., era apontada em primeiro lugar no item de maior volume de investimento no setor agroindustrial (PORTELLA FILHO, 2006, p. 14).

O período das empresas durou até 1969 e, para melhor explicá-lo, retorna-se à história das duas empresas, para evidenciar as territorializações e as relações socioeconômicas engendradas pelos seus proprietários junto aos trabalhadores e que resultaram em diferentes territorialidades, influenciando de forma marcante o modo de vida dos moradores das comunidades negras rurais vizinhas, como Mocambo.

Nesse tempo, o grupo Dolabella Portella constituía-se de seis núcleos populacionais distintos: quatro estações ferroviárias da Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB, uma em Engenheiro Dolabella e Granjas Reunidas, localizadas no município de Bocaiuva, outra em Catoni e Bueno Prado, estas duas localizadas no município de Joaquim Felício, além de outros dois núcleos formados pelas fazendas Sítio e Vila Terezinha. O grupo agroindustrial cultivava a cana para a produção do açúcar e do álcool e a pecuária bovina, tendo sido escolhida a fazenda Sítio para implantação, em 1925, da usina de açúcar (RIBEIRO, 1988).

No período, a empresa Dolabella Portella representava, para o município, a principal fonte de arrecadação de impostos, com 80% do total recolhido, isto quando o empreendimento

possuía infraestrutura urbana e rural, como existência de uma escola em cada núcleo. Entretanto, parte da população infantil não tinha o direito de frequentá-la, pois trabalhava na plantação e corte da cana, atividade remunerada pela produtividade individual para complementar a renda dos pais, ou mesmo para assumir o sustento da família, como relata o senhor Osvaldo, ao confirmar a prática.

> Quando era menino, era um moleque forte. O povo da minha casa achava certo eu ajuda no sustento da família que ficou nas minhas costas, desde que eu tinha treze anos de idade. O encarregado do corte de cana da usina falou assim: menino, ocê tem que largar a escola pra receber salário de homem, ocê é parrudo que chega. Num precisava de nada pra cortar um taião de cana, só do facão. Eu cortava o taião em um dia. Depois é que fui ser tratorista e a vida ficou mais fácil (Seu Osvaldo).

Após 1925, quando a empresa havia comprado a maioria das terras, o cultivo da cana e o preparo do açúcar e álcool consistiam em aplicação de técnicas rudimentares, como o transporte da cana em carros de bois, em viagens dos canaviais à usina, o que resultava em ruas forradas por canas e palhas. A melhoria da produção ocorreu com a ajuda de profissionais vindos do Nordeste, quando se implementou técnicas modernas e a mão de obra local especializou-se.

Como as terras de fazendeiros geralmente são abundantes no país e no Norte de Minas, os problemas da cultura da cana voltavam-se para a questão da mão de obra. Segundo Furtado (2007), no século XIX os escravos não alcançavam dois milhões de indivíduos no Brasil e, como solução para o problema, sugeria-se fomentar uma corrente de imigração europeia. Assim, o problema da mão de obra ainda constitui problema central para a agroindústria “mais do que qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem separar aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo” (FURTADO, 2007, p. 198).

As migrações do Norte de Minas fazem parte da história dos ciclos do povoamento, quando os chamados *gatos* aliciam trabalhadores braçais para centros importadores de mão de obra como São Paulo, em caminhões paus-de-arara[40], para trabalharem nas plantações de café ou para o sul do estado de Minas Gerais, no auxílio à colheita de frutas. Nesse tempo, o Norte de Minas, que se caracterizava como região exportadora de mão de obra barata, absolveu parte do contingente e ainda gerou trabalhadores para outras regiões.

[40] Segundo Paula (2009), o nome é em função do transporte de grande número de migrantes em caminhões de carga, precariamente adaptados para o transporte de pessoas.

Em perspectivas diferentes, há duas visões sobre a empresa e que se contrapõem: a primeira, segundo Amorim (2000), mostra-a receptiva ao trabalhador; a outra, segundo Oliveira (2002), é uma visão de exploração e desrespeito ao trabalhador.

> A empresa Dolabella Portela & Cia Ltda., proprietária das Granjas Reunidas do Norte, dotando a cada dia maiores recursos as suas instalações, já poderosas e magníficas, organizaram desde 1925 um plano fadado ao pleno êxito e contentamento geral. A empresa oferecia terrenos de cultura, dentro de suas propriedades, a quem os quisesse cultivar, pagando juros numa quantia proporcional à cultura, reembolsável em produtos da lavoura por ocasião das colheitas e pela cotação do momento verificada na praça local, obrigando-a a comprar toda a produção quando a cada colono conviesse vendê-la (AMORIM, 2000, p. 52).

> No ano de 1925, empresa organizou um plano que tinha como objetivo promover o desenvolvimento de sua agricultura. Ele consistia na oferta de terreno de cultura nas propriedades da empresa, a todos que quisessem cultivá-los, sendo que o pagamento seria feito posteriormente, com os produtos colhidos ou com a venda desses produtos. Ao "ceder" as terras, dando aos trabalhadores uma falsa ilusão de que estavam inseridos num sistema de produção camponesa, e ainda, dando-lhes a " impressão" de que podiam cultivar a terra como se dela fossem proprietários, o industrial inseriu uma relação que MARTNS (1986), referiu como uma relação não capitalista de produção. A forma adotada pela empresa para não manter suas terras ociosas, atrair mão-de-obra barata e adquirir capital de giro até a efetivação do empreendimento, ao financiar o plantio da terra, submeteu os trabalhadores a uma dívida da qual estavam obrigados a permanecer na localidade até a efetiva quitação do débito (OLIVEIRA, 2002, p.25).

Ressalte-se que, quando os trabalhadores não recebiam salário, havia outras maneiras de sobrevivência, como o plantio de feijão e milho cultivados entre as canas no período chuvoso, aproveitando a terra arada e adubada. Essa prática nem sempre era facilitada ao trabalhador, pois conforme o sistema organizacional da *chefia*, ele tinha que mear a produção com o encarregado:

> O depósito de feijão e milho ficava cheio se dependesse da vontade de São José e do encarregado daquela fileira e do talhão (quadra) do canavial. Sabe, dona Liane, tinha tempo que tinha tanta gente pra eles vigiar que eles nem sabia que nós plantava no meio da cana... Era só plantar numa fileira, saltar outra fileira que eles não enxergava... Plantava aqui, plantava acolá. A cana tapava tudo. Era cana demais, eles nem via roça pequena. Plantava e colhia sem ninguém ver. A colheita ficava toda prá nós. Se chovia e depois tinha sol, dava certo, levava o feijão pra bater no terreiro de casa. Plantava até abóbra e quiabo. Com a graça de Deus e São José, tinha encarregado que não era assim. Não exigia a metade da produção, era gente boa, a gente não meiava, dava era um punhado de feijão e umas espiga pro encarregado fazer pamonha (Joaquim Silva, 86 anos, lavrador, ex- morador de Granjas

> Reunidas, morador na cidade de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em maio de 2012).

O cotidiano do camponês dolabelense era vivido sem infraestrutura de saneamento básico, assistência médica e, em consequência do semiabandono. Na década de 1930 houve grave surto de malária em Engenheiro Dolabela, o que resultou na transferência de diretores e encarregados para Granjas Reunidas, que recebeu prioridades básicas para abrigá-los, consolidando a separação entre a classe privilegiada e a pobre (RIBEIRO, 1988).

As relações de trabalho entre os proprietários e o trabalhador apresentavam características de semiescravidão também nos outros núcleos, pois o trabalhador morava em casa de pau a pique, carente de infraestrutura, enquanto a empresa se estabelecia com regras próprias, incluindo a moeda que, denominada *boró*, era o dinheiro-vale vigente, feito de papelão e distribuído por interesse da empresa.

> Eles falava que o dinheiro era bão. Dinheiro do governo. Sei... do governo, né? Então, quando a pessoa cismava de receber tudo que tinha pra receber, eles mandava castigar a pessoa... Sei de coisas... Essa história é velha, desde o Sítio, com a escravidão. Na escravidão mandava era matar quem enchesse a paciências deles, e jogava no rio. Depois veio os jagunços. Era uma jagunçada, danada. No Sítio tinha jagunço, na Dolabella tinha jagunço, na Matarazzo tinha. Eu conheci muito jagunço, até proseava com eles, conheço até hoje muitas cruz naqueles matos (Seu Osvaldo).

A usina é transferida para a sede de Engenheiro Dolabela em 1938, quando se intensifica a decadência econômica do Sítio, enquanto a empresa Dolabella Portella privilegia o desenvolvimento dos canaviais e a produção do açúcar e álcool. Enquanto os donos do capital *mostram interesse* em *modernizar* o Norte de Minas, ou seja, planejar e executar projetos desenvolvimentistas governamentais surge na população o interesse em discutir as criações e recriações das relações de mando, exploração e escravidão por dívida (PRAIS, 1992).

Por escravidão de dívida, entende-se que o trabalhador só tem consciência de estar submetido ao serviço semiescravo, quando se dá conta de que não tem liberdade de deixar a fazenda, mesmo abrindo mão de qualquer ganho, pois está endividado, devendo ao armazém, à farmácia e outras instituições da empresa, prática recorrente nesse tempo, em Engenheiro Dolabela (MARTINS, 1997).

Com a morte de Dolabella Portella, em 1940, e as dificuldades advindas para administrarem suas empresas, a agroindústria é vendida às Indústrias Reunidas Francisco

Matarazzo, já em 1944. Segundo Martins (1976), em *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*, resultado da dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, a história do homem Francisco Matarazzo emaranha-se com a da industrialização brasileira, cujo personagem central tem a biografia marcada por diversos mitos.

Conforme o autor, a história do empresário inicia-se em 1881, quando chega a São Paulo, com o intuito de comercializar, trabalhando inicialmente como tropeiro. Abre a primeira fábrica de banha de porco em Sorocaba, a qual alcançou sucesso e, logo depois é transferida para a capital do estado, quando os irmãos veem da Itália para ampliá-la. Após uma década, possuíam dezenas de empresas comerciais, industriais e de serviços, confirmando-se como um dos primeiros grupos industriais do país (MARTINS, 1976).

A expansão industrial Matarazzo chega a Engenheiro Dolabela em 1945, para incrementar a agroindústria, com implantação de infraestrutura transformadora: a lavoura é mecanizada e irrigada, a usina ampliada, a mão de obra especializada. Na sede de Engenheiro Dolabela construíram-se hotéis, postos de saúde, escolas, cinema, campo de futebol, comércio diversificado, clubes, cemitérios, cadeias, além de estradas para o acesso às sedes dos núcleos que receberam menores beneficiamentos.

Para melhor apreender esse tempo no Mocambo, sintetiza-se a trajetória da empresa conforme as relações engendradas entre os donos do capital e os empregados, segundo Oliveira (2002):

> Através da infraestrutura implementada, percebe-se que o Grupo Matarazzo implantou na região o mesmo modelo de vila operária “higiênica” em vigor em outros locais do país, em que o patrão pensava em tudo para o trabalhador, dele exigindo que se preocupasse apenas com o trabalho, que proporcionaria a ele, patrão, a mais valia e mais lucro. Com a infraestrutura adotada pela empresa o trabalhador podia ser vigiado e controlado não só dentro da empresa, mas também em toda a extensão de sua vida, através da casa, do armazém, dos vizinhos que vigiavam uns aos outros (OLIVEIRA, 2002, p. 28).

O trabalhador, então, mantinha-se atrelado à empresa, armazéns, açougues, farmácias, submetendo-se a uma dívida contínua, o que ele descobria ou confirmava ao receber o salário. Como morava em casa pertencente à empresa e usufruía de clube, transporte, posto de saúde etc., aceitava tais imposições, inibido para qualquer ação reivindicatória, tamanha a sua dependência. Após a década de 1980, foi construído o povoado de Nova Dolabela, situado às margens da BR-135, próximo à sede do distrito, estabelecido em terreno doado pelo

proprietário da fazenda Granjas Reunidas e do Grupo Atalla, para acolher trabalhadores dispensados da fazenda e da agroindústria, como forma de indenização pelos trabalhos prestados, durante toda a vida, às respectivas instituições.

Granjas Reunidas representava o centro da elite empresarial, onde a mansão dos Matarazzo, construída na parte alta (figura 6) simulava o poder que comandava quem morava em casas geminadas e/ou minúsculas (figura 7) com a igreja São José (figura 8) e espaço vazio, onde havia a estação ferroviária (figura 9).

FIGURA 6, 7, 8 e 9: Granjas Reunidas
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

Os moradores da mansão tinham por vizinho um médico, sempre pronto a atender a família gerente e, ao lado da mansão, ainda aparece, hoje inativa, a igreja de São José, com seu altar de jacarandá. Na rua abaixo, localizava-se o laboratório, em meio ao jardim em estilo europeu. Em frente à Estação Ferroviária situava-se a serralheria de Seu Dudu, onde se fabricavam móveis para a família Matarazzo, tendo nas proximidades a serra de Granjas, de formação calcária e grutas formadas por amplos salões, onde se faziam piqueniques (RIBEIRO, 1988).

> No tempo de Matarazzo tinha média de vinte e oito mil cabeças de gado, de várias raças, predominando a Nelore. No Sítio ficavam os melhores currais, mas tinha curral bom em todo lugar. Os cavalos era o quarto de milha, o

> inglês e o manga-larga. Eu mandava arrumar oitenta cavalos para funcionários olhar as lavouras, todo dia. Eles iam para os departamento Poço do Bento, Vila Terezinha... Durante anos, eu ia comprar boiada de até seis mil cabeças de gado em Pedra Azul, Almenara, Francisco Sá, Janaúba, pra todo lado (Seu Gumercindo Batista Pimenta, 88 anos, chefe de pecuária, ex-morador do Sítio, Granjas e Engenheiro Dolabela e morador na cidade de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em novembro de 2012).

A mansão do gerente, símbolo de mando, era também posto de observação, com as diversas portas laterais e escadarias, que davam acesso ao jardim. A intenção de vigiar era percebida de outros prédios, que mantinham portas e janelas em lugares inusitados. A mesma intenção observava-se nas casas dos empregados, construídas como vilas, formando conjuntos de dez unidades, o que só possibilitava conhecer os costumes e hábitos corriqueiros dos empregados, restringindo a liberdade individual.

> Lembro-me do tempo quando meu pai chegava do acampamento *(unidade de trabalho dos fornecedores de cana para Matarazzo, semelhante a uma sede de fazenda),* depois de um dia de trabalho. Por ocasião das safras, as ruas e os trabalhadores ficavam sujos porque os encarregados colocavam fogo nos canaviais para facilitar o corte da cana e a fuligem misturava-se aos corpos e às roupas dos trabalhadores. Já cansada do trabalho de cuidar de oito filhos, ao final do dia, minha mãe pedia que não demorássemos no banho de bacia no quintal e parássemos de jogar mamonas uns nos outros. Como os quintais eram separados por cerca de arame farpado, nossas vizinhas, viam as cenas e contavam para nossos colegas na escola, tornando-nos motivo de chacotas (Lucimara Nogueira, 60 anos, professora, ex-moradora de Granjas Reunidas e moradora de Belo Horizonte, relato a Eliane M. F. Ribeiro em julho de 2012).

No contexto, é possível transferir-se a percepção de lugar vigiado, em alguns aspectos, ao Panopticon de Jeremy Bentham, postulado em Foucault (2010), o qual possuía construção em anel, com torre no centro, janelas, celas, luzes em locais apropriados que permitiam ver tudo e todos sem ser visto, imagem demonstrativa do *olho do poder*; poder que está em toda parte, sobre todos. Ao descrever a arquitetura do hospital no século XVIII, Foucault (2010) informa a necessidade do médico de olhar centralizado, de evitar contatos, contágios, as proximidades, o amontoamento. O vigiar servia à classe alta, que temia o contágio e sem atender às necessidades dos doentes.

No tempo da empresa Matarazzo, os empregados trabalhavam sob o olhar de encarregados, chefes e gerentes, obedientes às ordens do proprietário, para *melhor organização* e produção. As relações sociais entre chefes e empregados obedeciam às divisões

dos cargos ocupados, estratificados conforme a capacidade de servir sem questionar ou cooptação intermediada por mandatários regionais (OLIVEIRA, 2002).

O sistema formava uma rede de tramas minuciosas que objetivava a obediência de cima para baixo, visando o lucro maior: gerente, subgerente, chefe de departamento, subchefe, encarregado, subencarregado, como informa o ex- trabalhador:

> Quando eu fui trabalhar em Granjas Reunidas, em 1º de janeiro de 1946, eu fui como vaqueiro, com o tempo eles confiavam no meu serviço e aí, eu virei encarregado de vaqueiro. Depois fui chefe de departamento. No fim, eu aposentei como chefe da pecuária (Seu Gumercindo).

Outra facilidade na arte de vigiar consistia na oferecida condição de os empregados frequentarem os mesmos lugares, nos mesmos horários marcados pela firma: do comércio à igreja. Como quase sempre, sem relações de amizade e parentesco, a fiscalização tornava-se não raro rígida e impessoal. A conduta moral media-se pelos comentários e olhares atentos de delatores a qualquer deslize cometido pelo empregado que fugisse aos parâmetros dos chefes, dando vez ao denunciante de participar da rede, ganhar confiança do chefe e, por conseguinte, melhorar suas condições salariais.

Com as crises conjunturais advindas da política econômica e social, em perspectiva macro, apesar da grande produção e exportação do açúcar e álcool**,** a partir de 1968, surgiram sérios problemas administrativos, como a constatação de serem os lucros insuficientes para manutenção da empresa. Considere-se ainda que o controle empresarial do grupo mantinha a base em São Paulo, o que dificultava a resolução rápida dos problemas. Fato é que o somatório de circunstâncias negativas justificou a declaração de falência em 1969, apesar da riqueza acumulada, ocasionando conflitos socioeconômicos, como a dispensa de milhares de trabalhadores sem acerto de contas.

> Matarazzo ajudava as pessoas, cobrava pouquinho para arrendar as terras, e cada um podia plantar o que quisesse. O problema é que o governo não ajudava. Igual o problema da energia, que era de gerador, até a década de 1960, mas não dava conta de atender a usina, que funcionava dia e noite na safra. Foi uma luta de Seu Francisco pro governo mandar colocar luz na empresa. Matarazzo tava muito velho, cansado, aborreceu muito com isso. Aí, a filha dele tomou o lugar dele e fracassou tudo. Tanto é que eles venderam as fábricas em outros lugares também. De todas as firmas, Matarazzo foi a melhor. Eu trabalhei vinte e três pra Matarazzo e quatorze anos pra essas empresas que passaram por Dolabela (Seu Gumercindo).

O período das empresas Dolabella Portella & Matarazzo corresponde ao segundo tempo apontado por esse estudo, objetivando evidenciar características da territorialização provocada pelas relações de venda e troca entre o mocambeiro e os trabalhadores da agroindústria, pois os últimos não produziam alimentos suficientes para a demanda.

> De primeiro, na época dos moradores de Dolabela nós ia vender pouca coisa. Era mais banana, peixe, toucinho. Nós ia só em dois ou em três, pra ver se ia dar certo. Era só de vez em quando no início, porque o povo de lá ficava só ligado no canavial, na produção da cana, pro açúcar e álcool, né? Nós levava muitos sacos de farinha de mandioca, galinha, frango, ovo e as frutas que davam aqui. Daí o povo gostou, e nós fomos só aumentando as idas em Dolabela e depois ia mais gente junto de Mocambo (Neuza Evaristo, 37 anos, dona de casa, ex-moradora de Mocambo, moradora de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em abril de 2012).

Assim, o tempo das empresas Dolabella Portella e Matarazzo é representado na memória mocambeira como o período em que se produziram mais roças, das quais o excedente era destinado ao comércio e a troca, com os empregados da empresa, em especial com a empresa Matarazzo, que se desenvolvia a cada ano.

> Pai, os meninos, eu ia tudo direto prá Dolabela vender o que conseguia trabalhar e juntar na semana. Ia todo mundo, bem cedo, no carro de boi, com esteira de taboca ou no carqueiro, com a cangalha de balaio de couro vender feijão, fava, milho, mandioca, farinha, capados, galinhas, ovo, banana. Levava de vez em quando toucinho, urucum. Mamona era direto. Hoje a mamona não tem serventia pra quase nada. O povo de lá não tinha tempo pra plantar essas coisas e pra criar animais. O tempo deles era com a lida da plantação da cana, na safra mesmo, o povo ficava dia e noite cortando cana. Uns trabalhava na usina, sabia lidar com o açúcar e álcool. Tinha uns que plantava milho pros porcos dos donos da empresa... Eles ganhava era salário e vale. Esse tempo foi bom pra gente vender e aproveitava pra comprar macarrão, querosene, sal, café. Aqui a plantação do café é pouca (Dona Lucília Evaristo, 54 anos, lavadora, dona de casa, moradora de Mocambo, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2012).

Entretanto, ainda que houvesse comércio com moradores da empresa, a comunidade procurou manter o sistema de produção baseado na identidade territorial, na reciprocidade, o que contribuiu para a territorialidade coletiva à medida que sustentou o costume, crença e cultura dos ancestrais Romão e Inocêncio, com modificações impostas pela sociedade em mutação. Essas modificações são percebidas quando os mocambeiros relatam as transformações sofridas no sistema de produção.

A territorialidade no tempo das empresas era caracterizada pela técnica da agricultura itinerante, através do pousio, que demarcava os espaços de uso conforme a percepção da terra descansada. Primeiro escolhiam o lugar para formação do roçado, desmatado com machado e foice, aproveitando a madeira segundo a precisão da comunidade. Ramos e folhas restantes eram amontoados separadamente e em cada pilha se colocava fogo - procedimento denominado coivara (RIBEIRO, 2005).

Posteriormente plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e abóbora; no local das coivaras plantavam-se outras hortaliças, a colheita destinava-se ao consumo, enquanto o excedente era para a troca e venda em Engenheiro Dolabela. A prática de manejo na mesma área durava de três a quatro anos, ao passo que outros espaços se fortaleciam no tempo certo de o mato nascer, crescer, (conforme os moradores, denominado de capoeirão), caírem as folhas, transformarem-se em húmus e fixar o nitrogênio para se fazer novo roçado.

Com essa prática ocorria a maximização dos instrumentos internos disponíveis, como o espaço, mão de obra, tempo e minimização dos instrumentos externos, como o emprego dos pesticidas, correção de solos, aplicação de adubos, maquinarias e mão de obra externa, o que barateava a produção e preservava os costumes, como observado na fala da mocambeira:

> A prosa caminhava madrugada a fora, nós areunia pra agradecer Bom Jesus a quebra do milho verde e depois, a quebra do milho seco. Juntava os filho todo, os neto, pouca gente tinha ido morar pra fora. Os filho tava aqui, na beira da saia. As menina punha umas espiga pra cozinhar, porque tem uns que gosta de milho cozido, outros gosta é assado. Outro dia a gente junta pra assar batata doce, pra fazer mingau, pamonha, melado, mandioca. Antes era mangalô, um tipo de feijão-de-porco, também chamado de fava-preta, que nós cozinhava direto (Dona Jesus).

Pelas andanças no sertão Saint-Hilaire (2000) percebe que:

> a terra é suscetível de se fatigar, e quando ela já produziu durante algumas vezes, não rende mais tanto; mas, se então a deixarem repousar uma dúzia de anos, e às capoeiras o tempo de se desenvolverem e tornar-se capoeirões, o solo recomeçará a produzir com o vigor inicial (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 311).

O mocambeiro após viver por longo período de lavourar a terra elegeu a roça como centralidades dos seus costumes e, de forma secundária, desenvolveu a formação de pasto para o gado. Por isso, o excedente da roça, comercializado, só o estimulou:

> Lembro que nós levava de tudo um pouco pra vender em Dolabela. O povo gostava das mantas de toucinho, dos peixe. Tinha peixe fresco, que era o que os meninos pegava na véspera e tinha o peixe seco que nós salgava, colocava pra secar no varal do terreiro. Vendia tudo logo. Levava cabo de pereira pra colocar na enxada e na foice... Tinha as encomendas certas. Levava até frutas da época, pitomba, panã, murici, pequi, laranja. Nós chegava de lá moída (Dona Jurialva Evaristo, 58 anos, lavradora, dona de casa, moradora de Mocambo, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em dezembro de 2011).

O viver integrado à produção da terra consolidou a identidade lavradora, quando o pouso, as atividades ligadas à roça, e o ficar no lugar caracterizaram o mocambeiro. Aliado a essa vertente, o pensar em comunidade foi construído e solidificado no cotidiano, demarcando não só os limites físicos como também os simbólicos, não só formando a identidade e os significados, mas fundamentando a cultura dos descendentes de escravos. Dessa maneira, pela identidade dual, ou seja, dos antecedentes Romão e Inocêncio, formou-se a identidade territorial coletiva.

Interliga-se a identidade à construção do sistema de produção, conforme Rio (2001, p. 128), ao informar a necessidade de se levar em conta que "todos os processos materiais que envolvem a produção do espaço são significativos e, por conseguinte, as estruturas de controle, poder, apropriação e representação são historicamente e geograficamente diferenciadas e necessitam ser melhor entendidas". De tal modo, a apropriação do espaço está conectada ao modo de produzir em interação com a natureza e as unidades espaciais, para sanar as necessidades básicas do sujeito.

Sobre a contextualização do sistema de produção no Mocambo, Bandeira (1991) afirma que:

> nas comunidades negras rurais, o controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade, que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, com a participação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação da alteridade proposta pelos brancos (BANDEIRA, 1991, p. 8).

Quanto às relações de trabalho relacionadoas ao emprego com certeira assinada na agroindústria, os mocambeiros não se adaptaram às exigências empregatícias da empresa, que estabelecia horário rígido, impessoalidade nas relações sociais (MARTINS, 2010) e pagamento constantemente atrasado.

> Nós não dava de combinar trabalho na Matarazzo. Eu mesmo trabalhei lá só um ano. Aí só tinha de ser assim: a gente chegava lá, em Dolabela. Vamo

> supor, pegava o serviço ali, no caso, seis horas da manhã. Sete horas tava no serviço (canavial). Seis e meia da tarde tava pegando o caminhão indo pra Dolabela de novo. Depois tinha de vim pra Mocambo a pé. Andava vinte e seis quilômetro pra ir e vinte e seis quilômetro pra voltar. Walter daqui trabalhou lá pouco tempo e não aguentou, ainda de modo que eles não pagava direito (Seu Altino).

> Quando nós tinha problema grave de doenças nós ia para Dolabela e recebia remédio e as enfermeiras tratava da gente. Quando não dava, elas arranjava carro pra gente ir pra Bocaiuva, mas isso era difícil. Nunca teve transporte púbico para Dolabela e nem para Bocaiuva. Pra trabalhar lá ficava muito longe, não dava. Eu trabalhei lá mexendo com madeira pouco tempo. Aqui era assim, o dinheiro era difícil, mas o que plantava colhia tudo, então muita coisa a gente trocava com as pessoas. Tem gente que *troca dia*, numa boa, até hoje (Seu Inácio de Jesus Ribeiro, 54 anos, lavrador, morador de Mocambo, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em fevereiro de 2012).

Pelos informantes, a relação dos chefes com o empregado mocambeiro era bastante frágil: obrigava-se este a cumprir as exigências da empresa, como aqueles que moravam em Dolabela. Mas, porque suas terras despertenciam ao núcleo empresarial, não eram importantes para os chefes. Nesse sentido, os mocambeiros preferiram cuidar da roça na própria comunidade, ao invés de optar pelo salário incerto da empresa, confirmando a identidade do lavrador.

Ao final do tempo das empresas, o território-lugar estabelecia-se em subjetividades e pluralidades complexas, quando se pensou em novos modos de vida, pois o comércio com os moradores da empresa tornava-se difícil pela inconstância econômica, pela mudança de donos e de paradigmas e, mais ainda, quando se constatou as vendas das terras do Matarazzo a fazendeiros. Pelos conflitos recorrentes na empresa, pela incerteza de venda e troca, a produtividade das roças caiu.

Ainda que a rentabilidade da comercialização tenha sido em grande parte, pelo excedente da produção, as atividades da lavoura visavam um ganho extra, além da socialização. Como demonstrado, a comunidade não apresenta facilidades de comércio em geral, pois dista da sede do distrito 26 quilômetros, interligada por estrada de terra, sem pontes em trechos com riachos, e a 72 quilômetros da cidade de Bocaiuva, o que inviabiliza e/ou dificulta o comércio.

Com as dificuldades em comercializar, mocambeiros preferiram trabalhar como assalariados em fazendas próximas, aumentar o rebanho bovino, tentar a vida na cidade e levar os filhos para estudar. Os que permaneceram no território, apreendido como base geográfica única, preservam os saberes e fazeres ancestrais, consolidando a territorialidade,

com um modo de vida distinto da população que migrou. Visto assim, o tempo de convivência comercial e de amizade com os dolabelenses, durante décadas, contribuiu para transformações socioeconômicas e culturais na comunidade e, com a decadência da empresa, diminuíram até quase terminar as relações comerciais entre mocambeiros e dolabelenses.

Uma das consequências dos conflitos apresentados pela empresa era a impossibilidade de os mocambeiros se locomoverem, já que, com as greves, os proprietários mandavam fechar o comércio, os postos de saúde e as estradas que ficavem bloqueadas pelos jagunços ou por funcionários do Estado, como a que dava acesso ao Mocambo. Desse modo, após o fechamento da Matarazzo, cerca de quatro mil funcionários se dividiam à procura de outros postos de trabalho ou perambulavam pelas cidades próximas, tantas vezes excludentes e desagregadoras, à cata de alojamentos e alimentos.

A crise deflagrada foi ainda intensificada pela resolução da empresa em se negar a indenizar os funcionários, gerando processos judiciais até a década de 2000, restando à sociedade civil bocaiuvense a solução parcial e temporária de arrecadar víveres para as famílias. Muitas dos moradores insistiam em permanecer nas casas pertencentes aos Matarazzo, mas, devido aos anos de uso, cuidaram delas e quintais como se fossem seus (RIBEIRO, 1988).

A relação de vendas e trocas dos mocambeiros com os dolabelenses foi-se desfazendo, à medida que o ambiente mantinha-se hostil nos diversos aspectos, com a constante presença da polícia, sempre rechaçada pelos operários que percebiam nela descaso, ou interesse de proteção mas somente à classe proprietária. Na perspectiva do empregado semiabandonado e do mocambeiro, sem condições de comercializar, compreende-se que o herói atual é o homem comum, fragmentado mas obstinado no projeto de mudar a vida, de fazer a História (MARTINS, 2010).

Conforme o autor, os tortuosos caminhos da alienação e dos desencontros ajudam a refletir sobre:

> Nosso enigma é hoje o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a mutilação de nosso relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe (MARTINS, 2010, p. 10).

O espaço dos homens comuns era o de aproximadamente quatrocentas residências em Dolabela, setenta em Triunfo, setecentas em Poço do Bento, Lagoa Grande, Granjas Reunidas do Norte, Vila Terezinha, Catoni e povoados menores, como Malhadinha e Chico Campo,

num subtotal aproximado de quatro mil trabalhadores. Desse modo, o território fronteiriço mocambeiro, delineado há séculos na região, perrmanecia sob o poder de empresários, sustentado pelo trabalho de homens comuns e “consolidou um ambiente ritmado pelos choques intensos desses encontros culturais, servindo de *lócus* para outra cultura que surgirá a partir daí”. (SILVA, 2007, p. 152).

Percebe-se na história dolabelense a ação efetiva por parte da tecnocracia, iniciada no estado com a Revolução de 1930, quando autoridades da Quarta Região Militar do Exército organizaram movimento para impedir a transferência da usina para o estado de São Paulo e para que as atividades se reiniciassem. O propósito consistia-se em que o controle acionário da usina passasse a outro grupo que se dispusesse a reerguê-la, ação facilitada pelo fato de o município de Bocaiuva pertencer à área mineira do Polígono das Secas (OLIVEIRA, 2000). Isto proporcionava à agroindústria Matarazzo as condições de receber incentivos fiscais do governo federal, concedidos aos projetos da SUDENE, o que contribuiria para o reerguimento da empresa.

A seguir, descreve-se brevevemente a continuidade histórica e econômica da agroindústria, pois senão o fizesse não teria condições de analisar as outras relações sociais engendradas entre os empregados da empresa e os mocambeiros. Destarte, sem solução possível de maior lucro para os empresários, a empresa Matarazzo transferiu o controle acionário para o Grupo Botelho e Barbosa, de 1969 a 1974. A área de produção transformou-se em seis mil alqueires de terra para cultivo da cana-de-açúcar e produção do álcool, tendo o grupo se associado à Cooperativa dos Produtores de Açúcar de Minas Gerais (COPAMINAS). Ressalte-se que a área anterior da empresa Matarazzo equivalia a 33.870 alqueires, tendo sido colocado a venda 27.000 alqueires, geralmente de glebas de reserva, a grandes fazendeiros.

Conforme Prais (1992), o Grupo Botelho Barbosa levantou recursos junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) que lhe proporcionou financiamento ainda parcial, em boas condições de pagamento, para comercialização dos produtos. Porém, mais uma vez os funcionários tiveram as reivindicações negadas, e a meta planejada pela empresa de atingir a produção de duzentas mil sacas de açúcar por ano, com desvio das verbas conseguidas, não se concretizou.

Antes de concluir o financiamento total, a empresa foi vendida ao Grupo ATALLA, tendo aumentada a dívida com o estado e com os conflitos entre os trabalhadores. O Grupo ATALLA teve por sócio o presidente da Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e

Álcool do Estado de São Paulo-COPERSUCAR, o que gerou esperanças de melhor administração e satisfação dos dois lados: trabalhadores e proprietários. A usina recebeu vultoso financiamento do Banco do Brasil, através do Programa Nacional do Álcool-PROÁCOOL, do Banco Mundial e da Cooperativa dos Produtores de Açúcar de Minas Gerais-COPAMINAS, para a modernização da agroindústria.

Realmente, de 1976 a 1986 a produção chegou ao patamar de trinta milhões de litros de álcool e seiscentos mil sacos de açúcar, com a moagem de três mil e quinhentas toneladas de cana por dia, isso devido à melhorias nos setores industriais (OLIVEIRA, 2002). Para o operário, no entanto, continuaram aspectos de semiescravidão: salário defasado, não pagamento de hora extra, alojamentos precários, boia fria, falta de água potável, transporte adequado, equipamentos de segurança e assistência médica.

As frustações culminaram em 1986, na deflagração de uma das mais longas greves da empresa, promovida em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores-CUT, com a Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais–FETAEMG e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva.

> Com a greve, todos os setores quase paralisaram. Não tinha médico, nem mercadorias novas nos armazéns, uns trabalhavam, não recebiam, os empregados brigavam entre si. O pior setor pra mim foi o de transporte. Os caminhões de transporte eram velhos na época, com carroceria aberta, usados para carregar cargas e eles carregava era trabalhador da lavoura. Trabalhador do escritório tinha outro transporte, era assim. O caminhão vivia estragado e o trabalhador tinha de trabalhar depois do horário pra cumprir serviço. Tinha acidente em Joaquim Felício, Guaraciama, mas só com gente da lavoura, cortador de cana, pobre. Teve um dia que machucou muita gente. Com o acidente alguns ficaram deficientes, como Dona Tereza que ficou sem a perna e não teve auxílio da firma, nem do empreiteiro e não pôde trabalhar mais. Tem gente que tá na justiça até hoje (Seu Joaquim).

> Trabalho com a “massa falida”, ou seja, trabalhadores que ainda não receberam seus salários do Grupo Atalla. Aqui no Brasil, as coisas funcionam à vontade. As empresas se endividam, mas os grupos saem cada vez mais ricos. O trabalhador fica ao léu, sem direitos. O ano passado quase resolvia o problema de uns, mas os empresários conseguiram mudar o jogo. Imagine uma empresa que além da grande produção de açúcar e álcool, tinha dois mil e setecentos pés de café. Hoje é rica em pecuária. É só ver os leilões no canal do boi na televisão. A firma é muito rica (Seu José Tomaz Filho, advogado, 50 anos, morador da cidade de Bocaiuva, relato a Eliane M. F. Ribeiro em dezembro de 2012).

A Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Delegacia Regional do Trabalho denunciaram ao Ministério do Trabalho, a situação da empresa, além de incansáveis

denúncias da mídia, o que contribuiu para a venda da agroindústria ao grupo mineiro VANGUARD, em 1991. Efetivou-se uma decadência sem precedente na empresa, com consequente agravamento do quadro socioeconômico na vida dos operários, sem receber salários, demonstração de subjeção e escravidão.

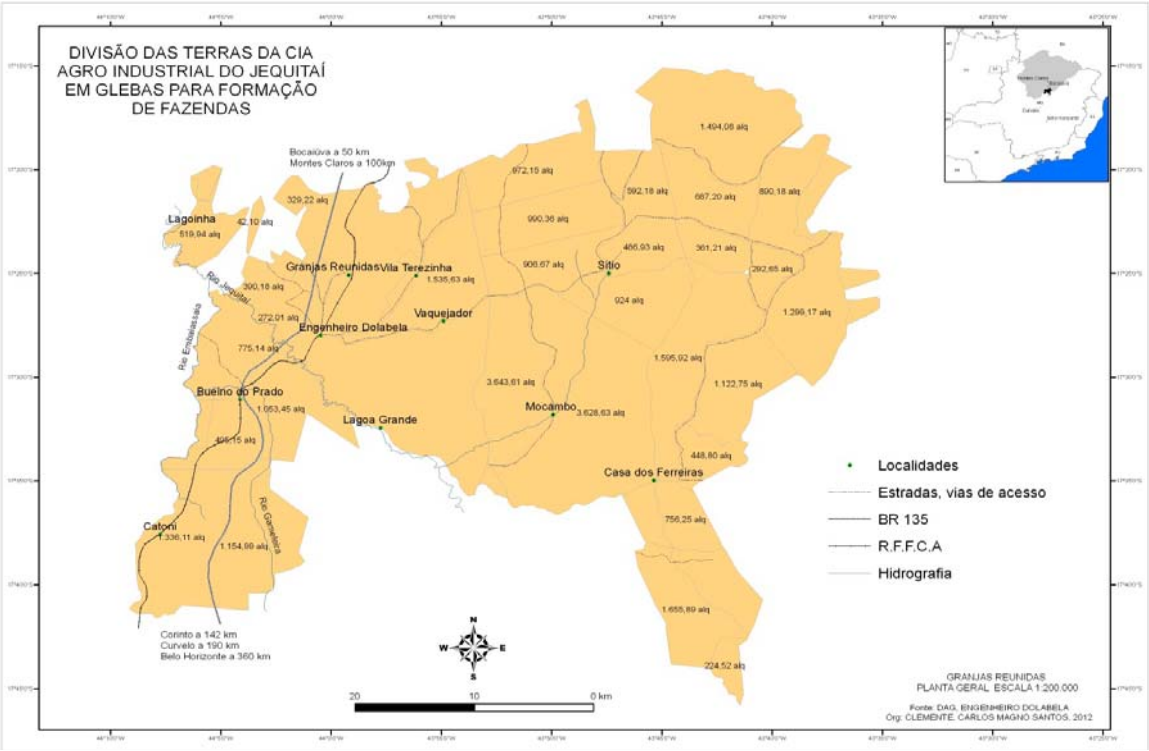
Nesse ano a empresa foi vendida para o grupo *Bussiness Development Limited*-IBD associada à Antares Desenvolvimento Rural Integrado, perdurando no comando até 1997. O mecanismo utilizado por este grupo para manter os funcionários com salários baixos, em troca de trabalho forçado, foi a introdução de meditações e preces, ou seja, os empregados deveriam orar em conjunto, segundo valores dos proprietários, em diversos períodos de trabalho, o que não surgiu efeito por muito tempo. Com a revolta criada pelos salários não pagos, novamente a agroindústria foi vendida para a Paulista Americana S.A., quando os sonhos de trabalho dos operários foram desfeitos. Em 1998, cessaram em definitivo as atividades da agroindústria, com os operários em situação de penúria.

A história da agroindústria em Engenheiro Dolabela constitui-se numa sucessão labiríntica de fazeres e desfazeres, sobrevivendo de 1925 a 1998, à custa de isomorfos jeitos de mandar, que em diferentes tempos variavam conforme as vontades dos donos do capital. Cada patrão oferecia um discurso diferente, prometendo menor desigualdade, melhor distribuição da renda, maior integração social, o que incitava novas esperanças ao trabalhador, confiante na potência da única agroindústria de açúcar e álcool da região, mas o resultado foi sempre o mesmo: a busca do lucro e a exploração do trabalhador.

A partir daí, inicia-se novo conflito, agora pelo direito da reforma agrária, sob a orientação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e outros órgãos que conseguiram transferir as terras da agroindústria para o Estado, fato obtido através da adjudicação, quando as terras foram doadas à União e revertidas à reforma agrária. Atualmente[41], o território de tantas lutas desiguais de usineiros e empregados, que influenciou o modo de vida mocambeiro, transformou-se no Assentamento Herbert de Souza - Projeto Betinho, com aproximadamente 600 famílias assentadas e que adquiriram de 15 a 20 hectares de terras, para produção da agropecuária.

O mapa 7 mostra a área antes pertencente à Cia Agro Industrial do Jequitaí, hoje pertencente ao Assentamento Betinho, e a localização da comunidade Mocambo - para orientar sobre o circuito feito em carro de boi pelos mocambeiros, para comercializar com os dolabelenses.

[41]De acordo com o projeto de Lei Nº 88/2001, Lei municipal Nº 2926/2002, foi criado o distrito de Engenheiro Dolabela, em Bocaiuva.



MAPA 7: Bocaiuva - Cia Agro Industrial do Jequitaí
Fonte: DAG – Engenheiro Dolabela (2012)

A história da agroindústria aqui contada, tenta evidenciar relações existentes entre os empregados, os chefes das empresas Dolabella Portella e Matarazzo e os sujeitos das comunidades rurais, como Mocambo, de 1910 a 1969, período de significativas transformações no modo de vida mocambeiro. Um tempo em que viviam em relativo isolamento, para um tempo em que o sistema de produção comunitária se torna essencial numa territorialidade baseada na prática do comércio.

No Mocambo havia equilíbrio entre as necessidades e os recursos disponíveis, pois vigorava integração social por mais de um século, classificando o território como lugar de vida e comunhão com *os de dentro*, ainda que se demonstrassem anseios socioeconômicos, quando possuía necessidades cotidianas num mundo globalizado. Nesse sentido, Cândido (2010), informa que:

> [...] a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas (CÂNDIDO, 2010, p. 28).

Ao fim do tempo das empresas, mudou-se a paisagem nas áreas circunvizinhas a

Mocambo: das matas altas a homogeneidade do pasto braquiária, a super população do gado branco Nelore, restringindo a biodiversidade e transformando a territorialidade vivida secularmente, estabelecendo, assim, o novo tempo a seguir. Em seguida, as representações em croquis, da área circunvizinha a Mocambo, no tempo das empresas Dolabella Portella & Matarazzo (figura 10) e da sede do território nesse tempo (figura 11).

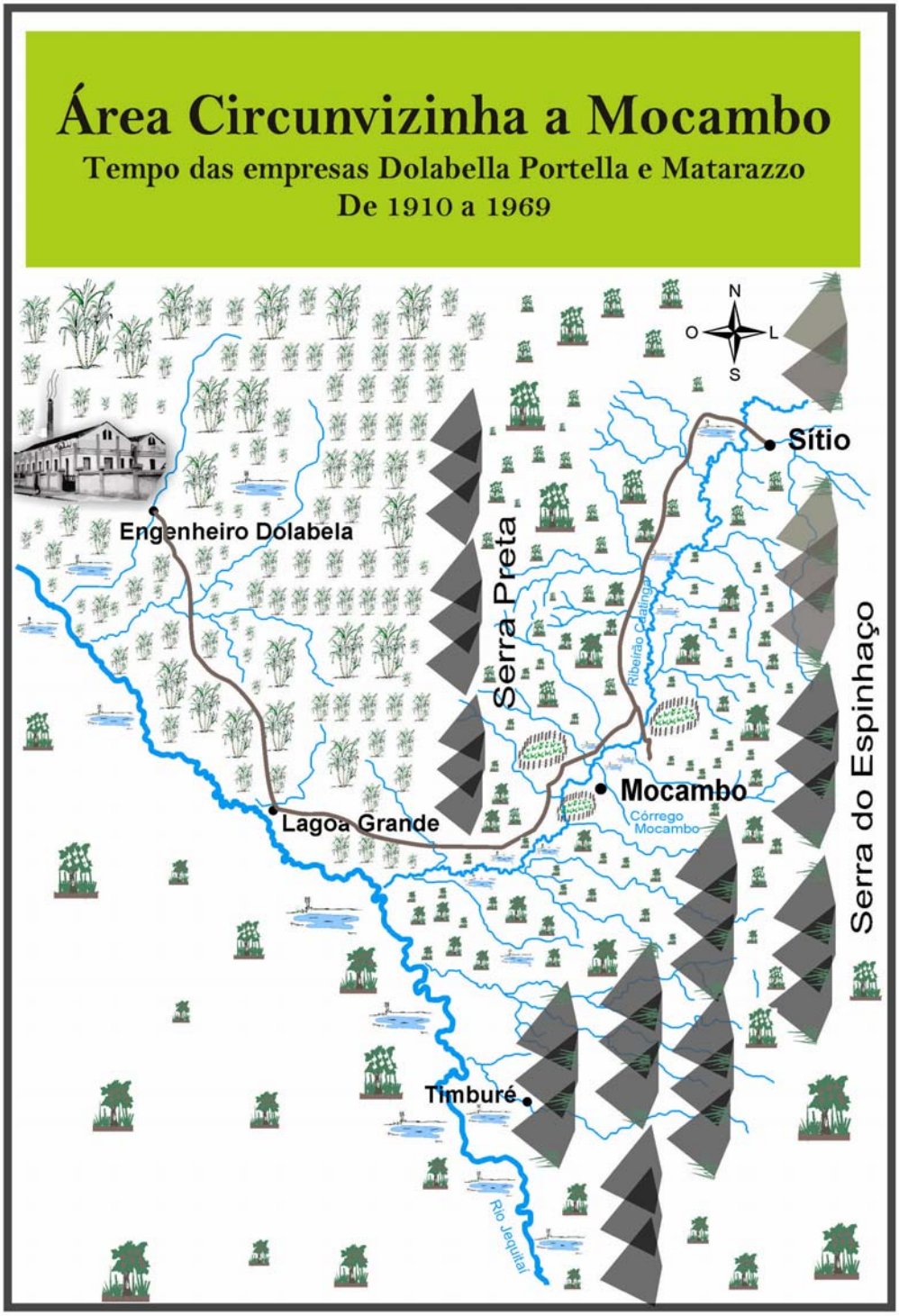


FIGURA 10: Área circunvizinha a Mocambo – Tempo das empresas
RIBEIRO, E. M. F. (Org.), 2013

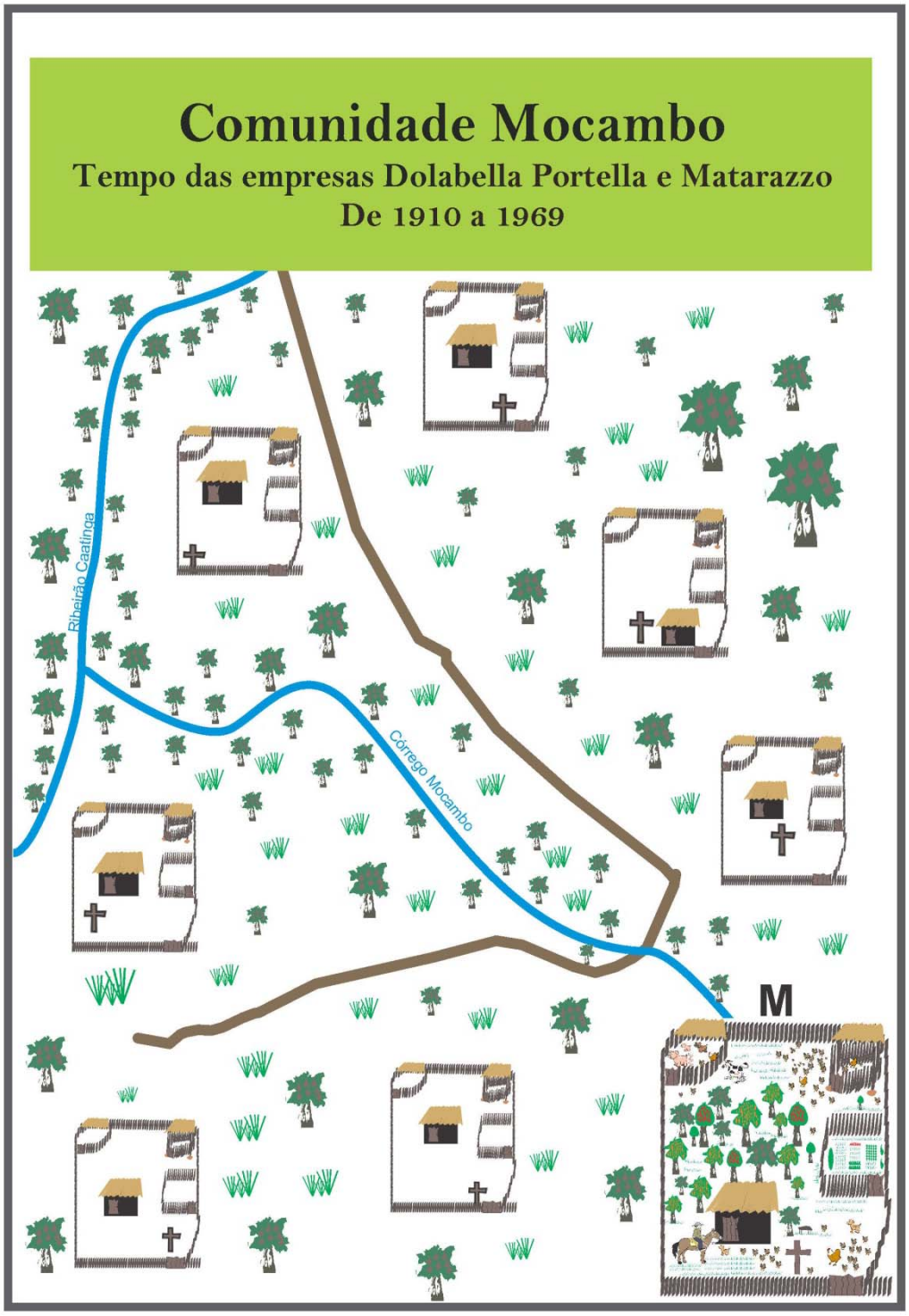


FIGURA 11: Sede de Mocambo – Tempo das empresas
RIBEIRO, E. M. F. (Org.), 2013

A área circunvizinha a Mocambo, no tempo das empresas Dolabella Portella & Matarazzo, de 1910 a 1969, apresenta-se o entorno com desmatamento e os canaviais compunham a monocultura destinada à produção do açúcar e álcool. A usina modificou a territorialidade de comunidades negras rurais vizinhas, como Mocambo, oferecendo trabalho

assalariado e vantagens trabalhistas que não se concretizaram. A sede do território mocambeiro é representado por sete famílias estabelecidas segundo a descendência dos dois irmãos, quando continuam a manter o modo de vida ancestral e as roças são ampliadas.

2.3 Tempo das fazendas e do cercamento

O tempo das fazendas e do cercamento é o período presente no Mocambo, iniciado em 1970, após a empresa Matarazzo vender parte das terras para fazendeiros no entorno à comunidade. Com o fato, perdeu-se a liberdade em territorializar segundo os costumes dos antepassados, quando as terras eram livres. Surgiram as grandes fazendas, com mansões, heliportos, mangas braquiárias protegidas por cercas elétricas, centenas de gado Nelore e o vazio de relacionamentos.

> Antes, no tempos atrás, o pessoal daqui plantava em vários lugares da redondeza, onde hoje tem as fazendas de Paulo Bontempo, desses outros fazendeiros. Desde o tempo do meu avô que a colheita dava fartura, ele ensinou pra nós, passo a passo da roça. Mas teve muita mudança. Então as mudança tá sendo assim. A não ser que aqui vire uma área grande, porque na área grande a gente planta aqui, às vez a terra tá cansada, deixa a terra descansar e muda pra outra. É, esse ano pra cê ver, esse ano nós pagamo grade, gradiou, plantou o milho e na terra que nós plantou, só deu colonhão e meio prato de milho. É a paiada veia. É a terra cansada, só dá capim, essas coisas. É triste não ter mais terra, quem tem terra pouca não dá pra plantar (Seu Arnaldo).

No Mocambo, as fazendas e o cercamento trouxeram uma gama de consequências funestas, como as transformações no modo de vida do sujeito, conforme depoimento do lavrador.

> Depois que os fazendeiros compraram as terras dos Matarazzo, foi cercando, colocando cercas, de modo as medição deles, fazendo pasto, que não acaba mais, ninguém nem enxerga o final dos pastos deles. Tem uns que tão subindo a serra Mineira (serra do Espinhaço). Tão subindo pra serra a fora, não sei onde vai dar porque na serra não nasce capim. Volta e meia tem cancela nova pra separar manga, todo dia eles faz manga, divide manga. De antes era pouca cancela, tinha poucas. Depois de cercar pro todo lado, as terras toda, nós não teve mais direito de andar por aí. Nem fazer roça no lugar de costume, não pode mais panha lenha, não panha mais palmito amargoso, nem murici, nem pode mais caça. Em todo lugar que olha tá tudo igual, é a mesma coisa, só vê pasto. Tem manga que fazendeiro não deixa uma árvore, pros lado da Mannesma. Boi descansa do solé só na berada do tanque d'água. Os donos dessas terra a gente não vê, nós só sabe que eles tão na fazenda quando vê avião passar. O jeito é viver só aqui dentro,

> cercado (Camilo Filho (Milito), 45 anos, lavrador, morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em agosto de 2011).

Ressalte-se que os cercamentos compreendidos como expropriação da terra e de modos de vida, resultando em desterritorializações, ocorrem há séculos. O processo engendrado pelos fazendeiros em Mocambo lembra o cercamento ocorrido na Inglaterra pelos nobres, no final do século XV, quando terras aráveis foram convertidas em pastagens para criação de carneiro, investindo sobre a classe pobre (POLANYI, 2000).

Nos cercamentos, grandes proprietários "roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros" (POLANYI, 2000, p. 53), processo continuado até quando os cercamentos se transformavam em propriedades de ricos agricultores, alcançando, dessa forma, o progresso econômico europeu.

Ao adotar o livre comércio, donos de terra na Inglaterra achavam proveitoso transformar terras aráveis em pastagens para aumentar a produção de lã, ainda que destruíssem costumes seculares de lavradores ou mesmo que os expulsassem. O fato, em muitos aspectos, compara-se à situação do Mocambo, quando o pasto braquiária avança sobre comunidades tradicionais para incrementar a quantidade e qualidade do gado transformado em carne tipo exportação, extinguindo costumes e relações ancestrais.

No Mocambo, a partir de 1970, o cercamento veio com a implantação da fazenda Granjas Reunidas do Norte - Gleba 1, (figura 12) de Paulo César Bontempo hoje, com setecentos alqueires de terra, incluindo a Fazenda Pau de Raio, de Sérgio Moreira de Oliveira, com duzentos alqueires de terra e com com a Santa Luzia (figura 13), de Marcos Prudente Azevedo de duzentos alqueires de terra.

FIGURA 12: Fazenda Granjas Reunidas do Norte Gleba 1
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURA 13: Fazenda Santa Luzia
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

A história da fazenda Santa Luzia é contada pelo proprietário:

> A fazenda era terra de reserva de Matarazzo, formada só de mata virgem, mata alta, fechada. Pouca gente já tinha entrado lá. Tanto que na Serra Preta, onde tem a Serra do Quilombo, tinha uma colônia de escravos fugidos do Sítio, que procuraram o lugar para esconder, onde ninguém achasse. Era muitos escravos. Hoje foi tudo embora. Não tinha estrada, nem clareia só mata, mata escura. Foi lá que morou o descendente de escravo, Malaquias. Ele fez cerca pra mim e conta que durante muitos anos, plantou à vontade, sem ninguém pra cobrar nada, nas terras de Matarazzo. O lugar era retirado, isolado. Ninguém falava de cerca, de vigiar, não tinha essa de não tirar madeira. Tirava o que precisava. Depois de Matarazzo é que a coisa mudou. Ele vendeu pra muita gente, pra cada um duzentos, quinhentos, até mil alqueires. Não tinha esse negócio de cinquenta alqueires, de terra pouca. Ninguém falava em hectares. Depois que Matarazzo vendeu a empresa dele, cada um dava de cercar o que era seu. Só que tem nego que aproveitou, cada um cercou do jeito dele (Seu Marcos Prudente Azevedo, 68 anos, fazendeiro, morador na cidade de Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em junho de 2012).

Com história análoga, relacionada às perspectivas do cercamento, a fazenda Pau de Raio, atua com o sistema de cria de animais da base Zebu (Nelore x Brahman), dividindo-se em nove módulos de sessenta hectares cada, repartidos por cerca elétrica e trabalhados em pastejo, com lotação rotacionada. Possui de espécies forrageiras a Brachiaria brizantha (Braquiarão), em 84%, e *o Andropogon gayanus* (Andropogon), em 16%. Para melhorar a produção anual, há quinhentos bezerros, fruto de inseminação artificial com sêmen de touros Nelore, Brahman e Red Angus, em vacas azebuadas.

O pecuarista conta com assistência da ReHAgro, empresa que oferece subsídio à fazenda, como redivisão de pastagens, manejo nutricional reprodutivo, manejo sanitário,

implementação do controle financeiro, treinamento e capacitação de funcionários, auxílio na implementação e gerenciamento da rastreabilidade do Sistema Brasileiro de Identificação e Cerificação de Origem Bovina e Bubalina-SISBOV.

O cercamento de Mocambo é complementado pela fazenda Nossa Senhora da Conceição do Sítio, de Luciano da Fonseca de Alkmim, com seiscentos alqueires e setecentas cabeças de gado. Também com a fazenda Lajes, de Antônio Elias, com setecentos alqueires e oitocentas cabeças de gado, mais as fazendas Santa Maria e Olho d'Água, de Rodrigo Pinto Canabrava, com três mil e setecentos hectares e três e setecentas cabeças de gado. Ainda com a fazenda Agropecuária Samoa Ltda., de Paulo Roberto Alves, com cento e dez alqueires, a fazenda Barreiro, de Lucílio Oscar Dias Vieira, com cento e onze alqueires, a fazenda Bom Jesus, de Fernando Nogueira Lima, com cento e dez alqueires e a de Antônio Cornélio de Oliveira, com duzentos alqueires.

Com esse capital e diversidade em técnicas e tecnologias fazendárias, pecuaristas frequentemente oferecem propostas de compra do território do mocambeiro, que o mantém, resistente e cioso de conservar seu modo de vida. A utilização da categoria resistência é estudada em Ferreira (2009), rompendo com as visões fatalistas que, na realidade, não percebem a complexidade e diversidade das formas de agência das comunidades tradicionais.

Desse modo, os mocambeiros tentam conservar o sistema de produção baseado na satisfação de necessidades básicas, não na acumulação e mercantilização observadas nas fazendas e em projetos socioeconômicos que moldaram a sociedade ao longo da história brasileira. As fazendas e o cercamento precarizaram o território mocambeiro, à medida que implementaram no local uma dinâmica de produção, ligada ao sistema capitalista, que dificulta a reprodução material e simbólica do grupo.

A dificuldade é percebida em variados contextos, como quando os comunitários acessam políticas públicas e só conseguem pequeno capital como no PRONAF, que não contribui o suficiente para o planejamento e desenvolvimento da produção agropecuária local e melhoria da qualidade de vida baseada na autonomia. A quantidade de terras que cada mocambeiro possui é pequena, ressaltando que eles acessam o PRONAF individualmente. Para o estado e o fazendeiro importam os lucros provenientes da atividade pecuária e não os valores tradicionais dos comunitários.

Em outra perspectiva, com a disponibilidade de terras adequadas às plantações restritas somente à área mocambeira legalizada, ocorre a diminuição da produtividade agrícola, tornando-se um imperativo a implantação nas roças de técnicas diferenciadas do

costume ancestral, com maquinarias, pesticidas, adubações. A roça percebida como prática constituída de elemento significativo de territorialidade e meio formador da identidade lavradora, passa por transformações e não mais produz como nos outros tempos.

Não há como a terra descansar ou a escolha de lugares férteis, como não há significado da marca de posse, estratégia que definia a territorialidade, ou seja, o processo de uso do espaço evidenciava e organizava o território, representado pelas práticas cotidianas que mantinham vivas as tradições, o social.

> As roças hoje não dá mais, porque elas são plantadas todo ano no mesmo lugar. Não há aquele alegria de ir atrás da terra boa, com a família... cada qual palpitava as vantagens de cada lugar bom pra plantar. Hoje, na terra preparada nasce mato, capim e o feijão e milho nasce pouco. Não sei como vai ser. O milho vai ser comprado. O feijão vai ser comprado, só falta nós comprar farinha de mandioca. Aí acaba a roça (Seu Norberto, 74 anos, lavrador, morador de Mocambo, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em abril de 2011).

Em outro aspecto, desta vez relacionado às mulheres, ocorre modificação no cotidiano da comunidade quando elas ampliam a carga de trabalho, porque o marido trabalha nas fazendas como assalariado durante a semana, ao contrário, da população jovem, que migra, conforme a informante:

> Fica pouca mulher aqui na Roça. Meu marido mesmo trabalha na Fazenda Laje, a distância é muita. Nós convive sem marido. Quem pega no batente na Roça é só um irmão que ajuda nós em tudo. Os marido sai tudo pra trabalhar nas fazenda. Não tem jeito de arrumar camarada pra ficar ajudando aqui. Não é que nem antigamente que podia *trocar dia* igual no tempo de meu pai, né? A gente não acha pessoa desse tipo mais. Meu marido gasta 45 minutos, de moto até a fazenda, perto do Sítio. Aí ele já vai e fica pra lá um final de semana e só volta no outro final de semana. Vamo supor, só vem de quinze em quinze dia. Lá não pega telefone. Hoje em dia tem lugar que tem telefone, né? E lá não pega não. Então ele fica lá sozinho. Eu fico na Roça, trabalhando em todo serviço, faço uma hortinha, um tiquinho de galinha aqui, uns dois porquinhos ali, cuido de tudo, do gado, de tudo e do serviço da casa. Desse jeito é que nós vai vivendo, mas é melhor que minhas irmã que mudou com os meninos pra Bocaiuva e só vem aqui de vez em quando (Lucília).

Pela fala da mocambeira, percebe-se a diferença detectada entre o tempo pós-chegada, o tempo das empresas e o tempo das fazendas e do cercamento, quando não mais se encontram companheiros para a *troca de dia* e a família vivia unida, pois o marido não trabalhava como assalariado nas fazendas. As dificuldades são acentuadas porque na zona

rural bocaiuvense, o acesso ao telefone celular é falho, as estradas não são transitáveis durante um período do ano, o que dificulta a comunicação entre membros da família e contribui para a migração, como ocorre com parte da população de Mocambo.

Conforme o relato da mocambeira, a categoria roça, nesse estudo, é percebida de duas formas: a primeira, conforme Woortmann (1995), se refere à definição da palavra *sítio*, em sentido geral significando aqui, Roça (com letra maiúscula) e, em sentido restrito, identifica roça (com letra minúscula), onde é construído o roçado. Segundo a proposição, a Roça correspondente ao conjunto das moradias-quintais, a igreja, escola, Cerrado, a serra, o próprio roçado, percebidos como marcos simbólicos.

Conforme Woortmann (1995), a Roça representa o território dos parentes, no caso, os descendentes de Romão e Inocêncio, ou daqueles que têm o sangue dos dois irmãos ou que tenham casado com um deles. A descendência, como a transmissão da terra, possui forte viés patrilinear, em que muitos são parentes entre si e usam a Roça para designar o território de morada e de receber herança. Destarte, ao descrever sobre as dimensões das práticas espaciais, Paula (2009), considera a produção do espaço como a dimensão composta pelos sistemas reais ou imaginários produzidos. Para delinear o espaço na Roça a autora considera-o "dominado e controlado pelos outros, os donos de fazendas que fazem com que a roça seja mutante e, com as pessoas, mude de lugar" (PAULA, 2009, p. 314).

Em síntese, quando várzeas, matas, chapadas, pé de serra no entorno do Mocambo, se transformam em pasto, isto significa não só a perda da biodiversidade animal e vegetal, mas a perda do espaço no qual se praticavam valores tradicionais vividos pela ancestralidade mocambeira. A natureza, sendo socializada, guarda nomes, símbolos e representações vivenciados pelos sujeitos que se relacionam movidos pela solidariedade, pelas trocas.

No tempo das fazendas e do cercamento, com as tramas socioeconômicas e culturais envolvendo a agroindústria e o governo federal através do INCRA, impregna a memória do sujeito na expropriação da comunidade Cabo Verde, quando foi construída a barragem do Caatinga, como se descreve a seguir.

2.3.1 A inundação do Cabo Verde

Dentre os fatos que marcaram o tempo das fazendas e do cercamento, um se refere à expropriação do Cabo Verde, na década de 1970, ou seja, numa desterritorialização, representado pela construção da barragem do Caatinga, quando este território, ainda emerso,

pertencia à comunidade Mocambo. Para maior produção do açúcar e álcool, os proprietários da agroindústria abriram e equiparam 104 poços artesianos e construíram cinco barragens para retenção da água para irrigação e uma com o objetivo de montar uma hidrelétrica. A barragem também serviria para diluir a vinhaça em caso de acidente (OLIVEIRA, 2002).

A história de uma dessas barragens, entrelaça-se à história de Cabo Verde, ocorrida na década de 1970, pelo processo de suposto auxílio na regularização de terras, a partir da constatação de que os mocambeiros, além da dificuldade de acesso aos cartórios, tinham pouco conhecimento das leis, quando era necessidade premente a aquisição dos diversos documentos para os registros. A figura 14 mostra a construção da Barragem do Caatinga e a figura 15 a barragem na atualidade, com o menor nível de água da sua história, pela constatação da seca (2012-2013).

FIGURA 14: Construção da barragem do Caatinga
Fonte: Disponívem em: <http://www.engenheirodolabela.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2011

FIGURA 15: Barragem do Caatinga na atualidade
Fonte: RIBEIRO, E. M.F. (2013)

Nesse tempo, para vender e comprar terra precisava do aval dos cartórios e da medição, muitas vezes equivocada, de agrimensores, que se tornavam sujeitos a quem os pagava e, por vezes, não receberem em espécie, mas em terras, que vendiam a terceiros, caracterizando-se na região o modo de apropriação e uso da terra integrada à economia de mercado. Nessa conjuntura, para a construção da barragem, formada pelo afluente do rio Jequitaí, com o objetivo de irrigar a monocultura açucareira chefes da agroindústria procuraram o mocambeiro seu Camilo, com uma estratégia peculiar de comerciar. Baseava-se nas relações sociais desiguais entre os donos do poder e o comunitário, com uso de linguajar ameaçador, conseguindo com isto que seu Camilo vendesse as terras por preço insignificante.

A informante, dona Jesus, ex-proprietária da comunidade inundada esclarece o conflito:

> Minha mãe, meu pai, eu, os irmão, morava tudo aqui perto, no Mocambo mesmo, no lugar chamado Cabo Verde. A terra era boa, de primeira, só de baixada e eles cismaram de fazer lá a Barragem do Caatinga. A barragem foi construída no rio Caatinga, é... que joga no Jequitaí, sabe, né? Encheu tudo ali de água, sabe? Acabou com tudo que nós fez durante uma vida inteirinha. Tudo foi pra debaixo d'água, né? Foi desse jeitinho, nós tinha o documento de cem alqueires. Então, de pouco a pouco eles foi de modo conversando, conversando e foi de então, levaram nosso documento pra Bocaiuva e falaram que era pra registrar. Depois eles viera com a conversa que nosso terreno era de cem hectare, e que parte das nossas terra, que nós plantava, vivia dela era deles, era terra da Malvina. Malvina, ora essa... Eles mudaram foi o tamanho da terra. Trocou tudo. Eu não assinei nada, quem assinou foi Camilo. Se eles tivesse falado, eu não tinha deixado não, eu tinha mandado eles me dar outra terra em outro canto, né? As terras de lá era muito melhor, do que as terras daqui que é areia pura e seca. Se fosse nesse tempo, lá não tinha uma folhagem seca, tava tudo verdinho. Eles deram foi um jeito de tomar as terras da minha famía. No meio da represa tá lá, o corguinho que passava na beira da cozinha lá de casa, que nunca secou, era uma benção. Hoje ele tá lá no meio da barragem (Dona Jesus).

Pelo relato, houve conivência, do cartório de registro de terras em Bocaiuva e do agrimensor, em diminuir a propriedade, visto que Dona Jesus se recorda dos limites reais da propriedade; o local onde se faziam as roças, as árvores que determinavam marcos, mas não detinha o conhecimento de como agir em circunstâncias que determinaram a perda do território. A inundação do território de Cabo Verde ocorreu a mando do Grupo ATTALA, cujo proprietário foi presidente da COPERSUCAR.

A desterritorialização mudou vivências centenárias sem, contudo, dar fim aos sonhos dos mocambeiros, que ainda imaginam construir no entorno da represa outro território, com características de Cabo Verde. O habitar para a mocambeira é a expressão de *ser-e-estar-no-mundo* quando, durante a infância os familiares plantavam milho, feijão, arroz durante todo o ano, porque eles habitavam as terras mais férteis da região. Pequena, dona Jesus aprendeu a pescar de anzol no fundo do quintal, a construir relação íntima com o lugar, pois morar à margem do rio Caatinga, a poucos metros do rio Jequitaí, denotava habitar com significado singular, adquirido pelo contínuo acréscimo de sentimentos (TUAN, 1980).

Segundo o INCRA, o território entrou na constituição do Assentamento Betinho e foi dividido entre os atuais proprietários, o que dificulta a possibilidade de recursos. A história do conflito segundo a mocambeira:

> Mãe conta prá nós que, na época eu tinha nove anos, né? Mas eu lembro, no dia que nós tava lá e chegou, passou um carro né? Virge, um carro era uma coisa, né, naquela época, carro passar, já viu. Aí, nós falamo: Mãe, passou

> um carro lá, mãe. Mãe pensou que era mentira nossa. Depois nós fomos saber porque o carro foi lá. Quando eles foram fazer a barragem, falou que comprou lá. A Malvina falou que comprou Cabo Verde. Mas não foi bem assim não. Eles deu foi uma gorjetinha pró pessoal lá. A pessoa saiu, achou que ia ficar bem, mas não, perdeu. Perdeu porque o tanto de terra que mãe fala que tinha. Hoje que estou entendendo isso. A gente não entendia, né? A terra podia ter sido trocada. Podia ter trocado a terra de Cabo Verde, ou vendido bem vendido, né? Depois que os filhos criou moça, viu que eu não podia ter vendido a terra de Cabo Verde, podia era ter trocado a terra. E não ter vendido a preço de banana, né? Se tivesse sido trocada, hoje em dia a terra tava aí. Nós somo muitos irmão... Ficou muita gente esparramada prá todo canto. Tudo aí no mundo. Meu marido mesmo, só vem no final de semana, ou de quinze em quinze dias. Agora o INCRA dá terra pra todo mundo que morou nessas arredondeza da Matarazzo e pra nós, que perdeu tudo debaixo d'água não dá um palmo (Lucília).

Nesse sentido, Rothman (2011), ao estudar a expansão de projetos de barragens, que aqui se expande para a Barragem do Caatinga, informa que, em Minas Gerais, o processo de licenciamento ambiental de barragens tem sido a arena principal de enfrentamento entre grupos de pessoas atingidas e de empresas proponentes de barragens. Acrescente-se à informação do autor que, nesse caso, como em outros ocorridos no entorno, o fato sequer foi noticiado e discutido quando os atingidos, por não estarem organizados e/ou se sentirem inferiorizados, não tiveram voz e vez, apesar do impacto fundiário, ambiental e econômico sofrido.

Os atingidos pela inundação se sentem duplamente expropriados, já que a barragem não realizou o objetivo proposto, pelas constantes trocas de proprietários e de objetivos. Com a irrigação dos canaviais e consequente melhoria da cana, haveria pelo menos emprego para a mão de obra na agroindústria açucareira. No cenário atual, com a extinção dos canaviais a barragem tornou-se espaço de beleza cênica e pouca serventia, pois moradores do entorno, vítimas da inundação, foram proibidos até de pescar, à espera do plano de manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Ele definirá se a barragem se encontra ou não na área de amortização, restando na memória do morador, o território ancestral submerso.

A reterritorialização da família mocambeira se deu a partir da escolha de se mudar para um espaço no nordeste de Cabo Verde e, como ainda não havia legalizado parte do território, foi escolhida uma área aproximadamente a dezoito quilômetros a partir da barragem. Para dona Jesus, o tempo da reterritorialização ainda é lembrado com tristeza:

> O finado pai foi quem deu esse nome, Cabo Verde. Vó fala que tinha umas árvre lá ...era grande assim, com esse nome, de flores laranjada. Quando alembro de lá era da terra boa de baixada, rodeada de água. Na várzea podia

> colher verdura o ano todo, era fartura, não passava carência nem no tempo da seca (Dona Jesus).

Outro fato condizente com a hegemonia da classe dominadora é a determinação de que só os habitantes de qualquer outra parte do Brasil que tenham carteira[42] de pescador, segundo o IEF, podem pescar na represa; no caso, após a definição da área de entorno do parque, inclusive de barco, restando aos mocambeiros a opção de pescar nas margens, já que não possuem barcos e a carteira para este tipo de pesca lhes é inacessível.

A seguir, discute-se a luta do comunitário para legalizar parte das terras que os ancestrais territorializaram há mais de século, apesar do fazendeiro tentar com aparato judicial, econômico e político querer expropriá-lo.

2.3.2 Legalização de parte do território mocambeiro

No tempo das fazendas e do cercamento, deflagrou-se um processo socioeconômico considerado como divisor de águas para o território-lugar, quando o fazendeiro vizinho Sebastião Mendes ingressou com a ação de imissão de posse contra o povo mocambeiro, na década de 1970. Para entendê-lo, evidencia-se o município de Bocaiuva como parte da sesmaria de Matias Cardoso de Almeida que, em variados processos históricos e políticos, se legaliza e se expande, para em seguida fragmentar-se, chegando à idade contemporânea, com a área[43] de 3.227,622 km² e população de 46.654 habitantes. É, portanto, município extenso, característica da região, que abriga o povoado de Engenheiro Dolabela, *lócus* da comunidade do Mocambo e que recebe influências do modo de vida fluído e inconstante do distrito.

Entretanto, essa influência acontece de forma antagônica ao modelo de vida do município e de Dolabela, visto que no Mocambo se conservam aspectos tradicionais no modo de viver, sofrendo, na época, as consequências do cercamento conforme dois modelos de expropriações: o primeiro, constituído pela perda do território circunvizinho, legitimado pelas fazendas pecuárias; e o segundo, pela ameaça de perda do território de morada, reivindicado pelo fazendeiro ao impetrar a ação de *reintegração de posse*.

A partir daí, no início da década de 1970, os mocambeiros perceberam a necessidade em legalizar o território, pois, entre os fazendeiros chegantes, Sebastião Mendes, comprou a

[42]Para a aquisição da Carteira de pescador paga-se a quantia de R$23,57, para a pesca desembarcada e R$53,17 a pesca embarcada, conforme a Lei estadual 14.181 de 17 de janeiro de 2002, regulamentada pelo Decreto Estadual de N° 43713 de janeiro de 2004, conforme IEF. Disponível em: <http://www.ief.mg.br/pesca>. Acesso em: 11 mar. 2012.

[43] Conforme censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

terra limítrofe ao Mocambo, tendo procurado os moradores para ajudá-lo a transformar o lugar territorializado em fazenda pecuarista. A percepção dos mocambeiros remete a uma categoria social contraposta a dos fazendeiros e, subjacentes a essa compreensão, aceitam as regras propostas pelo fazendeiro, trabalhando *por dia*, como meeiros, por tarefa e como assalariados.

> Os Matarazzo com a quebra da empresa vendeu o filé da terra deles, ali, depois de Dolabela, prós lado de Timburé, chamado Mocambo. Era terra virgem, de primeira, com mata alta, fechada. Quem tinha dinheiro nadou de braçada, enriqueceu só com a madeira que vendeu. Conhece Tião Mendes? Aquele enriqueceu com as madeiras que tirou, só pranchão. E Marquinhos Azevedo, comprou apartamento em Belo Horizonte, outra fazenda, a de Furados, que vale mais de três milhões. O home é rico. O que ele tirou de madeira, nem te conto. Era madeira de lei, de primeira, pau grosso que não dava pra abraçar. Era sucupira, jacarandá, cerejeira, vinhático, aroeira, cedro. Madeira pra curral de régua, jatobá pra telhado que você morre e fica pros bisnetos. Coisa de primeira, Por aqui não tem mais dessas madeiras. Tem muito fazendeiro de fora que enriqueceu assim, tirando madeira e fazendo pasto. (Marcelo Carneiro, 60 anos, pequeno fazendeiro, morador em Bocaiuva, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2012).

Após afazendar as terras, o fazendeiro, com aval de Matarazzo, resolve adquirir mais terras, criar mais bois e, por isso, em 1979, ingressa em juízo a ação de imissão de posse[44] (Ação Reivindicatória, n.376), contra o povo mocambeiro, na pessoa de senhor Antônio Evaristo dos Santos e familiares. Em nome da expansão da fronteira, colocou-se em tela o confronto de forças desiguais, a do fazendeiro chegante, *capaz* de produzir em nome do desenvolvimento econômico, e a dos sujeitos *incapazes* de desenvolvimento, segundo o mercado.

> Esse tempo foi muito desperdício de sossego. Foi uma luta difícil, que durou muito tempo. Tião Mendes chegava e falava pra gente sair daqui logo, sem dó de ninguém. Falava que era pra não perder tempo, porque as terras era dele. Vamos supor, ele garantia que essas terras era dele porque tava no documento, que ele comprou de Matarazzo. Matarazzo era testemunho. Ele falava que o agrimensor daquele tempo não soube medir e não mediu direito a parte que ele comprou de Matarazzo. Mostrava o documento pra quem quisesse ver, e só andava armado. Pra qualquer um ver a arma. Falava assim: Onde ocês mora, essa gleba de terra é minha, só ficou essa terra no meio, que era de Matarazzo e ele me vendeu. Tudo aqui era de Matarazzo, ele

[44] Pela justiça brasileira, na época da ação de imissão, o povo que permanecesse em uma terra por mais de vinte anos, de forma mansa e pacífica, teria o direito de defender a posse contra quem a estivesse requerendo. A Ação de Usucapião de Terras particulares é de n° 3,436/86, conforme o Cartório do 1° Ofício na Comarca de Bocaiuva. Após demonstrarem que há mais de setenta anos possuíam como sua, uma gleba de terreno, com área de 267,48 ha, a ação a favor do mocambeiro foi confirmada.

> vendeu de papel passado pra mim. Tem outra parte que eu comprei de Nogueira. Eu já comprei outros pedaços, sem dificuldades. Ocês não tem direito... não tem escritura, não tem nada. Eu tenho trator, tenho homens e posso dar emprego pra muita gente. Você desocupa pra não criar briga. Desse jeito, nós penou para provar na justiça que nós morava aqui havia muitos ano e que não tinha ninguém no terreno, quando meu povo chegou aqui (Antônio Evaristo, 76 anos, morador em Mocambo, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2000).

O problema socioeconômico introjetou no mocambeiro a certeza de que aquele lugar, conquistado pela territorialização pacífica por mais de um século, necessitava de documentos, conforme a lei. Assim, sem saber ler e escrever, Antônio Evaristo, entrou na justiça para legitimar o território dos antepassados através da Ação de Usucapião de Terras Particulares de n. 436 e comprovar o território como do mocambeiro diante do fazendeiro.

Os mocambeiros já haviam perdido o direito de continuar territorializando as terras do entorno, quando Matarazzo as vendeu aos fazendeiros e eram agora, ameaçados de perder o território-lugar, fundado pelos antepassados. Com a vinda dos fazendeiros, após 1970, os sujeitos foram submetidos à severa organização estrutural coronelística e agroindustrial, baseada na aliança do fazendeiro e empresário multinacional Francisco Matarazzo.

Por enquanto, estava ganha a batalha capitalista, ou seja, ocorreu a derrota das relações de mutualidade dos mocambeiros com os vizinhos, quando não se podia mais territorializar as terras formadas pelo complexo da Mata Seca, em volta da sede de Mocambo. O lugar ancestral foi territorializado segundo a fronteira desenvolvimentista pecuarista, tendo os fazendeiros como donos legais, isto é, o capim braquiária passou a dominar o espaço de anterior diversidade ambiental.

> Pai contava que antigamente era tudo diferente de hoje. Eu mesmo alembro. Por aqui nem via a cor da terra, era só mata, né? Tinha sim, os lugar de roça. Mas no lugar da roça crescia tudo travéz, só parecia um ou outro mais descampado, a roça era só no tempo das chuvas, né? Também era assim: nós não plantava todo ano no mesmo lugar. Dava tempo de crescer o Cerrado. Aqui em volta de Mocambo era de quem plantasse, era tudo nosso mesmo. Nós entrava na mata pra pegar fruta de todo tipo, mas o pé ficava no lugar. A fruta era marcada pelo tempo, desde o pequi, panãn, murici, cajuzinho do mato. Pai falava desse jeitinho pra nós, que qualquer fruta que bicho comia era sadia, podia comer sem susto. Hoje vê só uns pouco de articum, marmelada de cachorro, quase tudo é capim (Camilo Filho).

> Eu falei com Juma que era tempo dele vir para Bocaiuva fazer carvão que aqui tava bom demais pra carvão. Matarazzo tinha vendido a empresa e tava querendo resolver a questão de milhares de alqueires de terra e a vida dos operários, tava enrolado, justiça pra cima. Ele tava vendendo terra barata, era a oportunidade de ganhar a vida. Aí, ele veio de Itaúna, comprou a fazenda e

> ganhou muito dinheiro com carvão. Ele e eu fizemos muito carvão junto, depois que ele comprou a fazenda. Vendia só a madeira de lei, madeira pra móveis e construção civil. Naquele tempo não precisava ficar preocupado com licença, a área de reserva não dava dor de cabeça, podia fazer carvão na propriedade toda, se quisesse. Caminhão entrava e saía, cheio de madeira, de carvão, era tudo mais fácil. O carvão era igual ouro, ouro preto (José Coutinho, 59 anos, fazendeiro, em relato a Eliane M. F. Ribeiro em setembro de 2012).

Em respeito ao labor despendido por Romão e Inocêncio, os mocambeiros ajuizaram, perante a justiça Estadual de Bocaiuva o processo que se arrastou por anos, acompanhado por diversos problemas, como a necessidade de pagamento das despesas judiciaise a consequente venda das poucas cabeças do gado. Compreende-se melhor o conflito com as lembranças das mocambeiras:

> Tião Mendes sempre quis nossa terra, não foi de agora. Entrou ano, passou ano, oh...insistindo, de todo jeito pra ter as terras. Foi abrindo picada de todo jeito no nosso terreno, foi medindo... aquele moço que mede terreno..., rodeado de jagunço. Minha mãe ficava avexada. E eu trabalhei pra ele vinte anos. Apanhava semente de capim, nisso tinha a tarefa, sessenta metros quadrados, era a tarefa do dia. Já rocei manga na seca, também tinha essa tarefa. Depois, já quebrei milho. Já plantei roça pra ele e plantei na meia. Até arroz, já plantei na meia, e dava era muito. Trabalhava dia e noite limpando arroz no brejo. Por último, fui cozinheira dele, cozinhava pra muito peão, arrumava e cuidava da roupa, da casa, de tudo lá. Ele foi na justiça, e nós ainda trabalhava pra ele..., não tinha outro jeito de ganhar dinheiro ... Como ia de ser? Meus irmão doente, precisando de remédio... Em Dolabela não dava, ninguém recebia, aqui ninguém tinha aposentadoria (Jurialva).
>
> Eu não sabia o que era isso...*(imissão de posse)*. Nem sei até hoje, A gente não entende sobre a justiça. Eu sei é que Tião Mendes queria nossas terras de qualquer jeito, desde que ele chegou. Ele falava que era pra gente sair, nem sei pra onde, que as terras eram dele. Desde que Romão deixou pra nós essas terras, com o trabalho da força do braço, que nós aqui trabalhamos sem parar. Meu avô fala que nunca apareceu ninguém aqui antes (Vilma de Jesus Santos, 30 anos, mocambeira, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em abril de 2011).

Em dois de dezembro de 1986, pela via judicial, as doze famílias, população de aproximadamente cem habitantes, conseguiram provar na justiça que havia mais de cem anos viviam no lugar e confirmaram como sua a gleba de duzentos e sessenta e sete e quarenta e oito hectares (267,48 ha). Nesse espaço, conforme os autos, o mocambeiro cultivou plantações e pastagens, construiu casas, currais de lascas de aroeira, mangas repartidas por cercas de arame farpado, corroborando benfeitorias, como exigia a justiça para comprovação de uso e tradicionalidade.

Assim, a sentença Judicial de Primeira Instância e o Tribunal confirmaram a posse mansa, pacífica, pública, notória, ininterrupta e insofismável, com os pressupostos ao reconhecimento da prescrição aquisitiva *ad usucapionem.* Após a atuação da posse legal, o território continuou dividido entre os moradores, conforme o uso, sem a partilha jurídica, constituindo o sistema de posse da terra interligada aos fatores de herança, parentesco e aos modelos de moradia. O sistema perdura atualmente, pois não solicitaram da justiça a reintegração de posse, confirmando, dessa forma, a intenção de deixar o legado de pai para filhos, segundo o patrimônio familiar.

Nesse aspecto, a comunidade utiliza por sucessivas gerações, sem que seja efetivamente repartida em seções de herança que constituem propriedades individualizadas, sendo mantida em regime pró-indiviso, nela vivendo os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidade (TEIXEIRA, 2011). No relato a seguir, a ilustração da conjuntura:

> A gente foi fazer uma roça ali, no baixio, ali, oh (apontando com a mão). Dessa vez Jair e mais Deizin tava trabalhando em São Paulo, né? Faltou emprego preles aqui e eles tava trabalhando fora. Foi nas férias deles que eles veio prá cá e Camilo falou: eu tô rancando feijão meu fio e eu não tô aguentando mais. Vocês faz uma cerca ali prá mim e eles: eu faço. Eles fez a cerca tudo, pôs arame, pregou e agora pode deixar que eu faço o resto da roça. Acabando, ele teve que subir e o compade Antônio foi lá e meteu a coisa toda lá no chão. Depois foi que nós conversou tudo (Dona Jesus).

Pela fala de dona Jesus percebe-se a possibilidade de pequeno conflito interno entre duas famílias, relacionados às escolhas das terras mais férteis. Conforme Ferreira (2009), tais fatos são recorrentes, mesmo em estudos de comunidades negras rurais, onde geralmente há maior coesão nas relações interpessoais. As adversidades entre mocambeiros versus fazendeiros e mocambeiros versus mocambeiros constituem-se em uma situação que, quando não problematizada, pode evidenciar uma possível ocorrência de omissão de fatos na descrição do conflito.

Assim, a não consideração da perspectiva política interna no estudo, considerando-se apenas a relação entre dominadores e dominados, leva à necessidade de relacionar casos internos ainda que de menor importância, para que a pesquisa não passe um ar de romantismo (FERREIRA, 2009).

Em outra perspectiva, após a conquista legal de parte do território, ainda permanece entre mocambeiros aspectos do estigma dessa luta, já que a comunidade convive com a lógica sociocultural e econômica diferenciada da lógica dos fazendeiros, fato interferente na

identidade mocambeira. Essa luta correlacionada refere-se à manutenção do território e do modo de vida diferenciado:

> O território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.47).

Nas tramas próprias de ocupação histórica e manutenção do território, a necessidade de liberdade, luta e paz é impulsionada pela formação familiar, identificada pelo propósito de vida, cuja identidade comum é ser um grupo coeso, consanguíneo, com objetivo de construir, desenvolver e sobreviver no e do território, com enraizamento.

A comunidade interage com identidade proposta por Hall (2000, p. 109), que “tem a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. A identidade mocambeira é, portanto, o resultado dos embates entre os confrontos sociais e a subjetividade, que permitiram ao sujeito redimensionar as territorialidades com as práticas socioeconômicas, culturais cotidianas, conforme *os de fora.*

Desterritorializações ambientais e políticas ocorreram no Mocambo, no entorno e em área circunvizinha: uma no início do ano 2000, com a implantação da APA Serra de Minas. Outra, em 2002, com o Parque Nacional das Sempre-vivas e outra em 2005, com a Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO, quando o órgão reconheceu a sétima Reserva da Biosfera Brasileira da Serra do Espinhaço/MG.

As implantações modificaram o cotidiano dos mocambeiros, por eles não entenderem as mudanças propostas pelo governo, respaldados nas novas leis ambientais. O espaço é o mesmo, não as territorialidades, pois, com as fundações incidiu-se sobre o grupo a necessidade de novo modo de vida, interligado às restrições de uso do espaço, conforme apresentado na próxima seção.

2.3.3 Mocambo: lugar propício para implantação da APA Serra Mineira, do Parque Nacional das Sempre-Vivas e Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço

No tempo das fazendas e do cercamento, ano 2000, foi criada pelo poder estadual/municipal a Área de Proteção[45]Ambiental da Serra Mineira-APA Serra Mineira, Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Os objetivos foram: proteger a área representativa do ecossistema; manter fiscalização permanente na mesma área; proteger as 42 nascentes do rio Jequitaí, região com muitos rios; incentivar a preservação das espécies nativas; recuperar áreas degradadas.

Os objetivos, segundo o projeto,[46]deveriam seguir métodos adotados pelas diretrizes definidas pelo programa do IEF, na área da unidade de 54.458,686 hectares, localizada ao sul do município de Bocaiuva, entre os paralelos de 17°50' e 17°40' S e os meridianos 43°40' e 43°40' W, e que abrigam comunidades tradicionais como Mocambo. A APA Serra Mineira apresenta flagrante complexidade geológica, formada por quartzitos, filitos, metassiltitos e meta-argilitos, compreendendo a formação geológica denominada Supergrupo Espinhaço, no qual predomina o Cerrado sentido restrito e campos rupestres, habitats de flora e fauna diversa e endêmica.

As APAs, embora unidades de uso sustentável, não têm por finalidade contemplar a presença de comunidades tradicionais, o que gera disputa entre preservacionista/ conservacionista e moradores das comunidades (MONTEIRO, 2010).

> Essa APA, coisa que nós não entende o que é isso, pra que é isso, tem a fiscalização de polícia em cima da gente. Eles vêm pra cá, às vezes dorme na serra, anda por aqui tudo de carro, com arma. Essas plantas e bichos que eles falam pra gente não mexer, onça, preguiça, lobo guará, nós já conhece desde menino. Nós não vamos panhar nada não, porque nós entendemos que as coisas da natureza tá acabando. Lembro até dessa seca, né? Não tá chovendo como antigamente. Pro povo que vem aqui, nós que acabamos com tudo. Cobra, a gente deixa passar, tucano, onça, macaco nós já somo acostumado. Será que eles não sabe que o povo antigo ensinou o que pode tirar, quando pode pescar, quando pode tirar a árvore morta, porque senão caba tudo? Vem gente aqui fiscalizar mais de Bocaiuva do que de Diamantina. Eu fiquei sabendo que nos outro lugar de Bocaiúva não tem isso não, de ficar vigiando, mais é por aqui, por este lado, não sei direito porque. Só que nós sabe que vem gente de Bocaiuva direto pescar aqui, vem carro cheio de

[45]Com base na Lei Estadual n° 12.040 de 28 de dezembro de 1995, e nas Resoluções da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais-SEMAD/MG números 003/96 e 004/96 de 29 de julho de 1996, conforme documento de criação na prefeitura de Bocaiuva.

[46] O projeto da APA da Serra de Minas, da Prefeitura Municipal de Bocaiuva, administração 1997/2000 foi elaborado por Helbert Oliveira Botelho, CREA N°67676/D.

> gente da alta, vem de caminhonete, dorme na beira do rio, da Barragem do Caatinga, cozinha, deixa fogo aceso, usa tarrafa, leva é o peixe (Seu Antônio da Silva, sitiante, morador do entorno da barragem, 82 anos, relato a Eliane M. F. Ribeiro em agosto de 2012).

Pela fala percebe-se a ambivalência de poderes, relacionada às possibilidades de exploração dos recursos naturais da classe dominante e das comunidades do entorno da APA, figura 16. Na mesma pespectiva, incidindo no modo de reprodução material e imaterial dos mocambeiros, em 2002, em área parte sobreposta, implantou-se o Parque Nacional das Sempre-vivas-PARNA Sempre-vivas, figura 17, limitando práticas tradicionais, gerando novo tipo de expropriação e de desterritorialização.

FIGURA 16: APA Serra Mineira.
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURA 17: Parque Nacional das Sempre-Vivas
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

Assim, "a questão ambiental ultrapassa a relação homem/natureza e se dirige à faceta das relações entre os homens como um objeto econômico, político e cultural e principalmente como luta social" (PEREIRA, 2005, p. 120). O fato é presenciado na comunidade a partir das implantações atreladas às restrições do uso de atividades praticadas no cotidiano, por décadas, como o apanhar frutos, plantas medicinais, madeira morta e mesmo o passear pelas áreas *transformadas* em APA e Parque.

Discute-se brevemente acerca das Unidades de Conservação[47] na intenção de confirmar que o Estado, muitas vezes, prioriza o domínio do território e não a satisfação das comunidades que lá vivem. Destarte, Monteiro (2011) informa que os primeiros dispositivos

[47] Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, de agosto de 2009, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Art. 2°, define a unidade de conservação como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurídicas, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, a qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

de proteção de áreas, ainda no período colonial, foi o Regimento do Pau-Brasil, editado em 1605 e que conferiu a reserva e o monopólio dessa matéria-prima à Coroa Portuguesa. Complementa Pereira (2005), que as primeiras Unidades de Conservação correspondem aos Jardins Botânicos, no Rio de Janeiro do século XIX, destinados ao lazer das classes mais afortunadas, compreendendo-se, aí, não as Unidades de Conservação como as entendemos hoje, mas detentoras de características comuns.

O parque[48] nacional, um tipo da Unidade de Conservação Integral, objetiva preservar a natureza, admitido apenas o uso indireto dos seus recursos de proteções naturais, à exceção dos casos previstos em lei. Assim, a implantação em áreas circunvizinhas mocambeiras, dos dois tipos de unidades de conservação[49]- UC, a APA e o parque geram restrições ao uso integral do território tradicional. Dificultam também o cotidiano nos limites das unidades, o que em lei[50] está prescrito, mas na realidade demonstra o antagonismo nos dois modos de ver o mundo - o dos comunitários e do capital.

O PARNA Sempre-Vivas, em lembranças das diversas espécies de flores em extinção, foi criado em 13 de dezembro de 2002, pelo decreto assinado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e abrange áreas dos municípios de Bocaiuva, Diamantina, Olhos d'Água e Buenópolis, e área de aproximadamente 124.000 hectares, estando a comunidade Mocambo em área próxima ao parque, o que, segundo leis ambientais, lhe outorga direitos e deveres[51] para com a preservação da unidade.

Como não há um plano de manejo do parque, até a presenta data, não fica claro para os mocambeiros se estão ou não, dentro da zona de amortecimento. Com as visitas de funcionários do parque na comunidade, pressupõe-se que *precisam ser fiscalizados,* mas

---

[48] O parque é considerado unidade de proteção integral, com objetivo de proteger a natureza, não permitindo a presença de moradores em seu interior.

[49] As Unidades de Conservação, segundo Pereira (2005), artigo 70 da Lei subdividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, com características e objetivos específicos concordes a proteção que se quer dar. Consoante ao Art. 7 da Lei 9.985, as Unidades de Conservação de Proteção Integral são a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável são a Área de Proteção Ambiental, a área de Relevante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva de Fauna, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

[50]De acordo com o SNUC, 2009, Capítulo IV, da criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, Art. 26, "quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compartilhar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional".

[51]De acordo com resolução n° 428 de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a zona de amortecimento (ZA) da UC e o licenciamento de empreendimentos deverão estar localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida.

conforme pesquisa, Mocambo localiza-se em área circunvizinha ao parque e não na zona de amortecimento, diferente da APA Serra de Minas onde Mocambo está inserido.

Ao discutir sobre a implantação do parque, Monteiro (2011, p. 186), "refere-se a normas estranhas/desconhecidas pela maioria dos atores locais, efetivadas pelos técnicos/gestores ao concretizarem sua implantação". A autora esclarece que os profissionais usaram de mecanismos e estratégias para o propósito e o desafio de territorialização do parque e de desterritorialização dos grupos camponeses, como as comunidades tradicionais. A desterritorialização, conforme Haesbaert (2005) é efetivada quando os sujeitos perdem seus laços com o território, no caso com parte dele, e passam a viver em insegurança a essa nova unidade.

O processo de desterritorialização do Mocambo, tanto física quanto cultural, se expressa a partir de quando, a julgar pela história oral, os mocambeiros se sentiram excluídos, tendo sido impedidos de territorializar o espaço. Eram novas modalidades intersubjetivas, afetando seu sentimento de pertencimento, e é possível que tenham se sentido prisioneiros do desencanto, pelo desconhecimento, no mínimo, de novos códigos sociais e linguísticos. Nesse sentido, Alier (2007), ao tratar do culto à vida silvestre, afirma que

> essa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, livres da interferência humana. Existem degradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos da presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais. Os fundamentalistas do silvestre entendem que a gestão conjunta nada mais configura do que converter a impotência em virtude, *sendo a exclusão o seu ideal.* Uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos (ALIER, 2007, p. 24).

Abordados, mocambeiros têm relatado em seus depoimentos que, desde os ancestrais, convivem na área onde hoje se situa o parque, e que procuram preservar os ecossistemas[52]que não entendem as mudanças ocorridas no lugar, assim como das leis, mas que a serra e plantas fazem parte da vida deles, são parte deles. Para exemplificar como preservam o lugar, ainda que não usem tais vocábulos e nem interpretam nesse viés, explicam que a água de uso doméstico, removida do córrego perene Mocambo por gravidade, e que, por lei, não necessita

[52] Nas proximidades do Mocambo, há décadas, em cotas superiores do relevo, a flora com fins medicinais e alimentares, são comumente usadas, como arnica-do-mato (*Pseudorickllia brasiliensis*), canela-de-ema *(Vellozia flavicans Mart. Ex Schult*), coco-indaiá *(Attalea geraensis Barb. Rodr),*coroa-de-frade *(Melocactus paucípinus Heimen & R. Paul*), velame *(Macrosiphonia velame St. Hil. M. Arg.),* raiz-de-perdiz *(Camarea affinid St. Hil)* e outros.

de outorga[53], é cuidada, em especial onde estão as mangueiras, de normal entupidas por folhas secas.

A nascente do córrego Mocambo, denominado na carta topográfica elaborada em 1979, de Jacinto, situa-se atrás da serra, e o ponto escolhido para retirada da água localiza-se acima da cachoeira, em um desnível de cento e dez metros de altura, distando a um quilômetro das moradias. O fato confirma o esforço do mocambeiro em usar as águas sem poluí-las há dezenas de anos, solidificando o modo de vida do comunitário.

Ainda sobre a criação do parque, Monteiro (2011), assevera que foi realizada segundo especialistas do IBAMA e que a decisão do parque foi técnica, não envolvendo Organizações Não Governamentais-ONGs, prefeitos e nem mesmo a equipe de consultores que já tinham feito a parte deles.

> Durante as entrevistas com os técnicos governamentais federais, esteve consideravelmente presente a referência à instância federal como superior em hierarquia às demais, imprimindo autonomia e isonomia à decisão institucional, independentemente das articulações locais. As belezas cênicas, a água e a biodiversidade, realçando as raridades, também marcam os discursos dos sujeitos envolvidos nos despachos técnicos do órgão, aspectos realçados constantemente no processo de criação/ampliação do parque (MONTEIRO, 2011, p. 180).

Em face do exposto, com a implantação do parque, afirma-se a força do preservacionismo apoiado na ciência da biologia de determinadas porções do espaço, incidindo no ordenamento territorial, afirmando e sancionando determinados aspectos da realidade e silenciando outros (MONTEIRO, 2011). Vis-à-vis, conforme a autora, durante a criação do parque, processos sociais referentes à sua dinâmica foram invisibilizados, quando os técnicos circundaram as comunidades tradicionais, priorizando o quase *vazio demográfico* e silenciando aqueles que têm o pé de serra como lugar de vida.

A resistência às implantações das unidades de conservação é percebida quando os mocambeiros deixam de participar das reuniões[54] organizadas pelos gestores do ICMBio, em oposição à expropriação e pelo direito do uso do espaço que os antepassados territorializaram para os descendentes.

---

[53] Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/outorga>. Acesso em: 11 nov. 2012, outorga é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. Algumas captações de águas superficiais e/ou subterrâneas, bem como acumulações, derivações e lançamentos não estão sujeitas à outorga. Eles são considerados insignificantes, como no caso de Mocambo.

[54] Um dos convites endereçados aos mocambeiros, foi feito através da EMATER, pelo Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-vivas (CONVIVAS), no dia 31 de maio de 2012, Ofício Circular n° 025-2011/PNSV/ICMBio, com o objetivo de escolher representantes do Conselho para os próximos anos.

> Uma empregada do governo (técnica do IBAMA), tem uns dois anos, ou mais um pouco, veio aqui pra falar das lei do parque que daquela data pra frente todo mundo tinha que seguir. Nós ficamo assim, porque nós não entende pra que ela ia colocar lei, proibir, colocar coisas que nós não entende. Pra nós era a mesma coisa, não tinha mudado nada. Ela falou pra nós assinar uns papel, que era pro nosso bem, que a natureza ia ganhar. Mas nós acha que tem muita coisa que tá aí é porque nós não tiramos, nós cuidamos. Umas planta nós não arrancamos quando tem só pouca muda. Nós já não pode tirar um pau sequer pra cerca ou pra eu fazer pilão. Nessa parte da serra perto de Mocambo tem pouca madeira pra cerca, tem pau de vinho, vinhático e pereira. Nós panha direto é planta pra curar doença, igual arnica que usamo pra dor e outras plantas pra outras dor. Muito tempo aí pra trás, nosso avô e avó panhava flor sempre-viva nos campo depois da serra. Essa serra é grande... Se agente andar no alto, vamo encontrar cinco parte dela. É serra que não acaba mais. Tem muito tempo que ninguém panha flores aqui. Quando eles panhava flores eles vendia era pra Bocaiuva, Joaquim Felício e pra fora, pra fazer arranjo (Seu Inácio).

Dessa maneira, no cotidiano do território-lugar, importa-se o conhecimento local não valorizado por técnicos do governo. Quando o lugar é deslocado do conhecimento dos que o constroem, fica abstrato e inerte, descontextualizado e guiado, em geral, por um olhar externo que acaba não captando a formação e lógica das territorialidades locais (SILVA, 2005). Portanto, confirmam-se as diferentes visões sociais de mundo e outros sistemas cognitivos desafiadores da hegemonia na colonização global, como o desenvolvimento centrado no outro e na comunidade. Conforme o relato, o questionamento sobre as diferenças:

> Desde abril (2012), que tem dois trator destocando as terras de Paulo Bontempo, aqui perto, tirando todo tipo de árvore...tira é tudo...só fica terra limpa. Ele não aproveita a madeira nem pra carvão. Nós fomo lá e falamo com o encarregado dele que era pra gente plantar rmilho na meia na terra que tava destocada. Ele mandou Walter falar que gado dele não come milho. Que ele não queria saber de plantar com nós na meia. Ele põe é fogo na madeira boa que ele destoca. Nós tamo em outubro, até hoje, tem trator trabalhando direto nas terra dele. Até no feriado os trator trabalha. Nós não pode tirar um pau caído daqui que eles dá multa. Não sei como eles consegue destocar, tirar tanta madeira e nós não pode tirar um pau (Joana D'Arc Abreu Santos, 45 anos, mocambeira, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em outubro de 2012).

> A Serra Mineira tá no quintal da gente né? A vida toda nós panha mandapuçá na serra. Nós sempre achamos bom andar na serra. Eu mesmo passeio por tudo aqui, vou na cascata, no Cerrado. Nossa água vem da serra. A serra é muito maior que nossa casa...é maior que as terras de Mocambo, ela continua por tudo aí. Quando acordo, a primeira coisa que a gente vê é a serra. Já veio um pessoal da faculdade de Belo Horizonte estudar essa serra aqui. Aqui é serra, num é parque, num é Apa (Hildebrando Camilo dos

> Santos, morador de Mocambo e de Bocaiuva**,** 35anos, em entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em agosto de 2011).

Ao explorar a natureza, criando áreas de proteção segundo a vontade e o poder do estado, pressupõe-se a justificativa de que é possível a exploração do homem pelo homem, em detrimento de moradores das comunidades tradicionais que podem ser desterritorializados. Dessa forma, os mocambeiros são expropriados para que outros homens tenham o direito de apropriar, explorar e estudar a natureza para o *bem de todos.* A preservação do território, por dezenas de anos, se deve às práticas[55] vividas pelo sujeito e os invasores, para o mocambeiro, são os fiscais e técnicos das unidades de conservações, que os veem como intrusos no lugar.

Em 27 de junho de 2005, a Organização das Nações Unidas para a Educação– UNESCO reconheceu a Reserva da Biosfera Brasileira Serra do Espinhaço/MG, na qual Mocambo está inserido. O Espinhaço em Bocaiuva serve de limite ao sul do município com Diamantina e Olhos d'Água e a leste com Itacambira, Botumirim, Turmalina e Carbonita. A serra do Espinhaço foi escolhida pelo programa Homem e a Biosfera–MAB, por ser divisor de águas de extrema importância, ter espécies de fauna e flora endêmicas, constituír-se em patrimônio cultural, ter sido rota da colonização do Brasil em busca das riquezas naturais e por ser uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil.

> A Reserva da Biosfera é um modelo internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividade de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (SNUC, capítulo VI, art. 41, 2000, p. 25).

Ressalta-se que os moradores das comunidades negras rurais como Mocambo, não apreendem o significado da APA Serra Mineira, do PARNA Sempre-Vivas e da Reserva da Biosfera, assim como os membros do poder político municipal de Bocaiuva**.** Entretanto, **s**abe-se que há captação de recursos financeiros (ICMS ecológico) que deveria ser revertido em projetos para desenvolver fontes de renda alternativas para os moradores dessas comunidades.

Na próxima seção, o cercamento é representado pelas cancelas, que se multiplicam conforme o aumento das terras dos fazendeiros. As cancelas são percebidas como marco territorial mocambeiro e processo de estreitamento à entrada ao território-lugar. Organizar-se-á

[55] Em maio de 2009, pesquisadores franceses procuraram a geógrafa Eliane M. F. Ribeiro, para encontrarem o cáctus (*Discocactus placentiformis*) no entorno de Mocambo e concluíram ser endêmico e preservado apenas no lugar.

a descrição sob o olhar da geo-história e da antropologia, dando voz aos sujeitos, a fim de captar as diferenciações nas percepções do mocambeiro.

2.3.4 As representações das cancelas como forma de cercamento

O avançar das fazendas, no tempo do cercamento, representam o agronegócio, expresso e facilitado pelos programas de modernização, com incentivos governamentais, tanto quanto for maior o latifúndio. Para contextualizar o processo de cercamento, apreende-se o acesso ao Mocambo pela perspectiva das doze cancelas, elemento essencial de apreensão das territorialidades mocambeiras, à medida que tais cancelas funcionam como marco territorial significativo das relações geo-histórias.

Antes, importa a compreensão de simbologias expressas em nomenclaturas do cotidiano dos sujeitos, iniciando-se pela apreensão semântica do vocabulário e a percepção da importância dos códigos sociais na comunicação cotidiana, como propõe Geertz (1989), à necessidade de uma descrição densa, para compreender as teias de relações tecidas no território[56] mocambeiro com *os de fora*. As interseções nesse estudo são entendidas como marcos divisores de propriedades no percurso de acesso e nos lugares internos na comunidade, representando a dinâmica organizacional dos mocambeiros.

Assim, a palavra *cancela,* de madeira ou ferro, representa o externo, divide o *nós dos outros,* ou seja, a cancela separa o homem do homem, sendo utilizada nas estradas vicinais, nas interseções entre fazendas e comunidades; a *porteira* é empregada quando se refere aos objetos do curral de gado no interior da comunidade, separando o homem do animal. A *tronqueira,* utilizada para divisão de pastos, separa o bicho do bicho, podendo ser construída com madeira resistente, de serrinha, quebra-foice, carne-seca, arame farpado ou liso também chamado colchete.

O *mata burro* impede a mistura de animais de uma manga[57]com os de outra, sendo construído ao lado da cancela para facilitar a mão de obra de quem trafega, quando não precisa abri-la. O *passa-um* representa o acesso ao quintal constituindo um instrumento da moradia, usado para impedir que o gado entre no quintal; a *porta de varas* impede a entrada de pequenos animais na horta e no paiol.

[56]As divisões de acesso à comunidade dividem o espaço sociocultural e econômico da cidade de Bocaiuva até o território-lugar.
[57]Conforme Houaiss (2001), a manga significa o pasto resguardado por um cercado. As grandes fazendas pecuaristas que cercam Mocambo comumente têm cercas elétricas.

Diante da breve explicação, após os 50 quilômetros percorridos pela BR-135 e atravessado a sede do distrito de Engenheiro Dolabela, encontra-se a primeira cancela de acesso à comunidade, dividindo os 20 hectares do Assentamento Betinho, pertencente-os a Norberto Evaristo. O comunitário os obteve junto ao INCRA, no início do ano 2000, e os transformou em pasto braquiária e colonião, próprios para criação de gado Nelore; foi o único morador da comunidade a consegui-los.

A segunda cancela corresponde à divisão do território mocambeiro no Assentamento Betinho, para a Fazenda Granjas Reunidas-Gleba 1, de Paulo Bontempo, onde se encontra a sua Reserva Legal[58]. Ao atravessá-la, percebe-se a territorialização vivida pelos mocambeiros, quando guardam na memória o Mato de Setembro, lugar assim identificado porque o morador de nome Setembro ali viveu por anos a fio. Fazendo divisa com Setembro há o Mato do Joaquim, nome do lavrador solteiro e empregado do fazendeiro anterior e que plantava milho, feijão[59], hortaliças e vivia das vendas e trocas de produtos agrícolas. Joaquim trocava dias com os mocambeiros, já que a roça era a única oportunidade de convívio social com os vizinhos.

Ao sul da reserva situa-se a Serra Preta, de formação calcária, onde predomina a Mata Seca com o palmito amargoso (guariroba), alimento consumido pelos comunitários desde os ancestrais. Observa-se nesse habitat diversidade vegetal e animal, exemplificado pelas muitas espécies de macacos, facilmente observados, como o guariba, o soim e o macaco-mole, em bandos de seis a sete indivíduos que nos meses frios vocalizam, podendo ser ouvidos à distância.

Recentemente, a reserva está envolvida em um conflito socioambiental, detectado pela invasão de moradores do Assentamento Betinho e do povoado de Dolabela, ao extraírem madeiras para construções, fechamento de lotes, prática da caça, com resistência do proprietário. Ocorre na reserva grande variedade de espécies arbóreas, para tais finalidades, como monjoleiro[60]*(Acacia polyphylla)*, barriguda *(Chorísia speciosa)*, arco-de-pipa *(Cupania vernalis)*, pau-preto *(Dalbergia nigra)*, aroeira *(Myracrodruon urundeuva.)*, angico *(Anadenanthera colubrina)*, cedro *(Cedrela fissilis)*, caroba *(Jacaranda brasiliana)*,

[58]A Reserva Legal, conforme o Código Florestal, Seção I, Art. 12, corresponde à obrigatoriedade da preservação da cobertura vegetal original da região, para a manutenção da flora e fauna, com área em Minas Gerais correspondente a 20% (vinte por cento) do tamanho do imóvel.

[59] Segundo a mocambeira, o feijão moinha (em casca) era guardado, para a conservação dos grãos amontoado na sala da moradia, porque o senhor não possuía saco para a embalagem. No lugar de morros não havia água e Joaquim a buscava na cabaça, no rancho de dona Loura, a 3 quilômetros de distância.

[60] A identificação das árvores segue a orientação dos mocambeiros e da classificação segundo Ribeiro; Walter (2008, p.171).

jacarandá-do-mato *(Machaerium villosum),* pau-pereira *(Platycyamus regnellii)* ipê *(Tabebuia spp),* capitão *(Terminalia spp).*

A propósito, Zhouri e Oliveira (2010) argumentam que em cada tipo de conflito há necessidade de resgatar os processos locais, incorporando novos marcos e categorias de análise aos processos globais. Complementam que "os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material". (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p.444).

Ao leste da Serra Preta encontra-se a Serra do Quilombo, onde moravam escravos, conforme o fazendeiro.

> Lá, era a maior colônia de escravos dessas redondezas, tinha muitos escravos, não sei se era quilombo, como você fala. Sei que era um ajuntamento de pretos, mas preto mesmo, de alumiar, beiços grandes, que fugiram do Sítio. Eles eram fechados, não gostavam de gente. Eles plantavam pouco, viviam escondidos, sabiam não morrer de fome, viviam da caça e da pesca, como contava Seu Malaquias. Eles não gostavam de falar com ninguém, viviam escondidos (Seu Marcos).

A terceira cancela, separa mangas da fazenda de Paulo Bontempo e é identificada pelos mocambeiros como de *Dona Loura*, antiga conhecedora de raízes e vivia com a neta e dois filhos numa moradia ao lado do nascedouro que ainda jorra. Os cuidados e amor da avó pela neta são enredos de histórias, enquanto os dois filhos são lembrados por não trabalharem e pela quantidade de bebida alcoólica que consumiam. A quarta cancela, ao lado da caixa d'água, é nova e pouco usada como identificação do lugar, servindo para separar mangas na mesma fazenda. A cancela seguinte divide outras duas mangas, onde predomina o Cerrado sentido restrito, identificado pelos mocambeiros como terra de árvores baixas.

A sexta cancela, do Rafael (*Rafaé*), identifica o lugar do morador conhecido pela presteza com que servia a quem ali fazia travessia, na estrada de acesso à comunidade de Lagoa Grande. A baixada do Rafaé conserva altos e retilíneos indivíduos arbóreos, testemunhos da Mata Seca, que sobrevivem em meio ao pasto braquiária, relembrado por ser onde os ancestrais plantavam roças.

> Mãe fala que Romão e Inocêncio faziam suas roças todo ano nessa baixada porque a terra é muito boa. Conta que os filhos vinham trazer, na cancela do Rafaé, a comida de todo dia, às 10 horas da manhã. Eles plantavam e logo já era tempo de limpar a roça, de tão boa que era a terra. Eles faziam um rancho pra descansar, coisa assim, pra sair debaixo do sol. Faziam uma

> trempe pra cozinhar, um jirau e virava um lugar bom até pra morar. Água tinha com vontade nessas baixadas (Josiane Conceição Ribeiro, 20 anos, mocambeira moradora em Bocaiuva, relato a Eliane M. F. Ribeiro em agosto de 2012).

A sétima cancela, o lugar da barraginha, é de identificação recente e serve à *função principal*, de dividir mangas. A oitava cancela é a do mata-burro da sede da fazenda de Paulo Bontempo, onde o mocambeiro Walter trabalha como encarregado geral. A nona cancela localiza-se no acesso à reflorestadora de eucalipto Vallourec & Mannesmann sendo esta a via de menor percurso para a cidade de Bocaiuva, mas caminho menos usado, pela proibição dos chefes da reflorestadora, pela constante modificação nas fases de desenvolvimento e corte do eucalipto. Essa prática de cultivo do eucalipto confunde o caminhante na identificação da estrada (além da fumaça proveniente dos fornos que os transeuntes são obrigados a inalar), o que constitui outro tipo de cercamento.

A décima cancela, a *da ponte sobre o rio Caatinga*, com mata ciliar formada por dezenas de angicos vermelhos, representa a única via de acesso à comunidade, o que, de certa forma, contradiz a dita facilidade de comunicação no mundo globalizado. Feita de madeira de lei, representa as histórias das travessias, momentos de luta, derrotas, vitórias, festas e mesmo inundações a impedir a entrada, no trecho pós-ponte, da mocambeira dona Conceição.

Ao chegar à décima primeira cancela, faz-se pausa obrigatória para contemplação do Conjunto do Gancho, formado por duas rochas quartzíticas situadas no alto do Espinhaço e que parecem velar, há milhares de anos, a entrada dos *de fora* no território-lugar pé de serra, espraiado à sombra do Espinhaço. A décima segunda e última cancela é a *do tamboril*, de tronco grande, morto e liso, que persiste ficar em pé, identificando o trecho do mocambeiro Geraldo Evaristo, onde até a década de 1970 se plantava cana em cova, com produção excelente.

As representações das cancelas são, dessa forma, formadas pelas relações cotidianas, abalizadas como lugar de espera, de encontro, para juntos se realizarem novas travessias, ou lugar de desencontro, de despedidas, mas sempre determinando marcos, territorialidades empreendidas desde o tempo das terras livres, do comércio com os trabalhadores das empresas, até o tempo do cercamento. Com a acelerada expansão das fazendas, possivelmente, várias outras cancelas serão construídas para dividir mangas e bois, o cercamento do território-lugar progredirá, criando novas dificuldades para se chegar e sair, abrir e fechar cancelas lá, “onde tanto boi berra” (ROSA, 1986).

A seguir, para melhor compreender o tempo das *fazendas e do cercamento* na abordagem socioeconômica, política e ambiental, evidencia-se o cotidiano dos mocambeiros, confirmando-se como as grandes questões sociais são muitas vezes, figuradas a partir de vivências individuais.

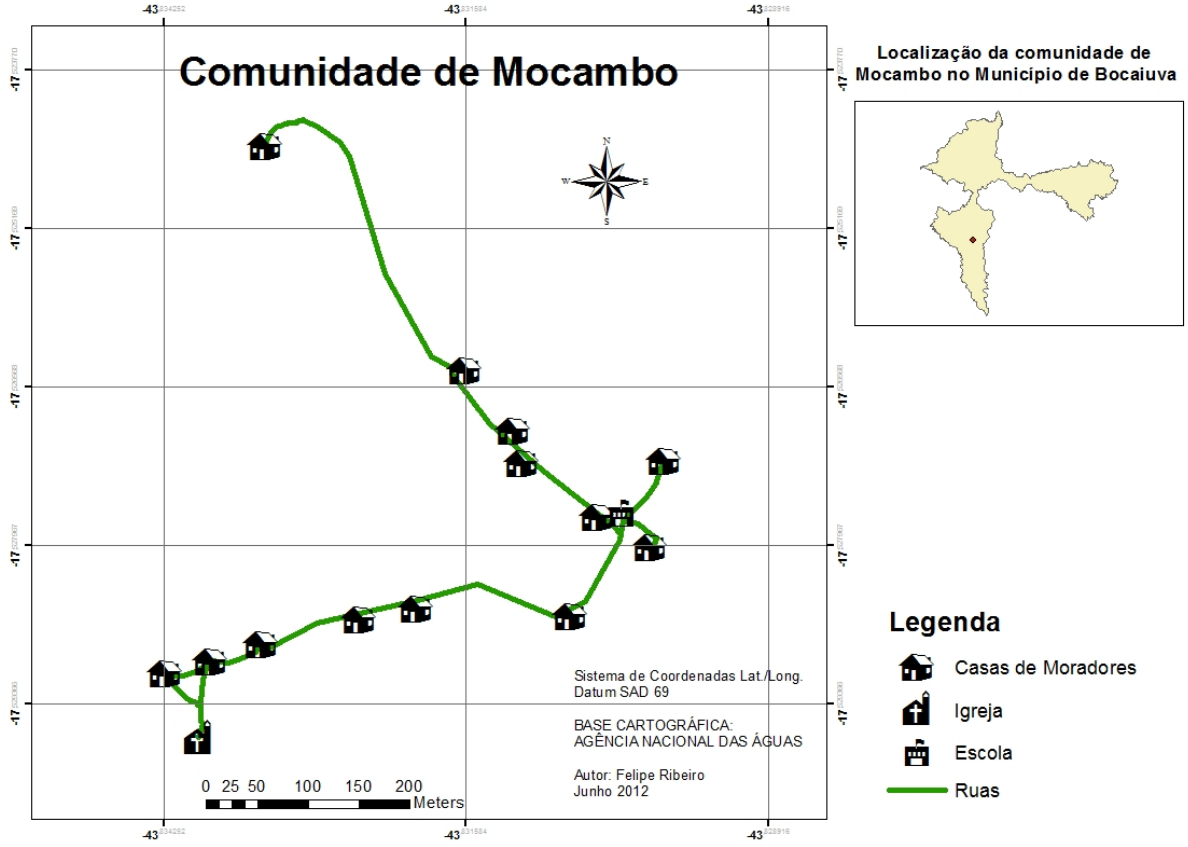
2.4 O território-lugar Mocambo

A denominação Mocambo origina-se com a formação da comunidade por ser um lugar sofrido, abandonado, relativamente isolado e, conforme mocambeiros mais velhos possuía a designação Vargem Comprida, por estar situado entre o Espinhaço e a serra Preta. Pela pesquisa, constata-se que o nome (Associação Comunitária dos Moradores de Mocambo) aparece com o projeto de Lei da Câmara Municipal de Bocaiuva (N° 2.564), em agosto de 1995.

A sede de Mocambo é formada por duas ruas em meio à vegetação do Cerrado, tendo na área central três símbolos representativos do modo de vida comunitário: o primeiro é a construção onde funcionou a escola; o segundo é o caminho de acesso à cascata, lugar de lazer; o terceiro, o córrego Mocambo, divisor do lugar em dois**,** conforme o mapa 8, que mostra a localização das doze moradias, as quais abrigam a população[61] de aproximadamente oitenta mocambeiros; a imprecisão se deve à população flutuante formada por jovens que, conforme as necessidades dos mais idosos se mantêm na comunidade.

> Pai (Seu Norberto) tá muito adoentado, agora é o problema dos olhos. Esses dias ele foi pra Bocaiuva, pra Montes Claros pra tratar e eu tive que vim pra Mocambo ajudar com o gado. Eu vou ficar uns temos aqui, mas não tem nada a ver (Nilton José Evaristo, 32 anos, mocambeiro morador em Bocaiuva em relato a Eliane M. F. Ribeiro em maio de 2012).

[61] Segundo critérios do IBGE a comunidade Mocambo não é isolada em setor censitário. Está inserido em um setor censitário rural de Engenheiro Dolabela, com mais dezenas de outras comunidades, estabelecendo com essa metodologia, uma população única para todo o distrito.



MAPA 8: Território Mocambo
Fonte: Agência Nacional das Águas - ANA (2012)

Para compreender esse ordenamento territorial, interliga-o ao sentido de habitar, de Marandola (2009), ao asseverar que habitar é o modo essencial de ser-e-estar das pessoas sobre a terra, ou seja, a relação homem-lugar é um habitar a partir de um construir. Tenta-se ainda, apreender as relações desenvolvidas ao longo da História, estabelecendo com o informante um diálogo, a fim de abarcar o *ethos*, ou seja, o estilo moral e estético, e o *eidos*, a concepção de mundo compartilhada pela comunidade cultural relacionada ao comportamento.

A escola Altino Evaristo dos Santos, nome que homenageia a segunda geração mocambeira, foi fundada em junho de 1989, com final das atividades em 2007, devido a fragilidade de relações com o governo municipal. A entidade, que servia às crianças, não pôde servir aos adultos, agora sem oportunidade de estudar ou fazer outros cursos úteis à comunidade. A construção da escola na área central retrata a identidade coletiva mocambeira, a de repartir os benefícios em igualdade, constituindo hoje o lugar de encontro com *os de fora*, ou seja, é usado para reuniões e hospedagens.

Após a escola, no sentido norte, encontra-se o acesso para o segundo símbolo, representando o local de lazer, a cascata do rio Sucuriu (figura 16) e ao sul, o córrego perene

Mocambo (figura 17), representando o bem maior da natureza, a água doce da serra, também disponibilizada a todos igualmente. O córrego divide a comunidade em duas famílias representativas, segundo os moradores mais velhos.

FIGURA 18: Jurialva na Cascata do Rio Sicuruí
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURA 19: Córrego Mocambo
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

A organização socioespacial do grupo estrutura-se a partir das relações de parentesco e compadrio. Desde a formação do território, até a terceira geração, o casamento manteve a organização social e a terra comum, meios ampliados pelas características do viver, quando o isolamento dificultava a formação de redes por uma gama de motivos, como a falta de transporte e população escassa. No tempo pós-chegada predominou a endogamia, modelo priorizado na construção social do casamento arranjado, mediante alianças entre as famílias, segundo a importância da manutenção da terra entre *os de dentro*, constituindo o casamento a base de compreensão do sistema de parentesco.

> O casamento até no meio de 1980, era arranjado pelas duas famílias. Mãe conta que os homens é que mandava. Quando mãe pensava já tinha feito. A lamparina ficava acesa, pai e mãe não deixava a gente sair. Se fosse na cascata, tinha de ser com outras pessoas, ou ganhava couro. Tinha era só que trabalhar, de todo jeito. Matava um porco, né? Limpava, cozinhava a carne toda, fritava e punha no pote, não tinha geladeira, né? Não dava tempo de namorar. Também não tinha muitos rapazes pra gente escolher (Dona Neusa).

Por mais de um século o casamento serviu para fortalecer o sentimento de pertencimento do grupo, manutenção e reprodução das tradições, dos direitos, deveres e herança, contribuindo ainda para formação da identidade, e influenciando as relações de compadrio, entre *os de dentro*.

> De primeiro, aqui na Roça casava só no padre, com pessoa de dentro daqui, aqui é tudo primo com prima, igual o casamento meu mais Inácio. Pai contava que marcava o casamento era na época da seca pra todo mundo poder ir na festa, né? Ele mesmo falava que o tempo das águas tinha de aproveitar pra fazer as roças. Tinha uns casamento que era um festão, matava capado, fazia farofa. Tinha vez que a festa durava... era um dia e uma noite, fazia doce, tinha bebidinha até de madrugada. Todo mundo ajudava na festa tanto a família do noivo quanto a da família da noiva, era tudo junto. Agora, o casal tinha de espera fazer uma casinha, perto do pai e da mãe né, nas rua daqui, de um lado ou do outro do córgo. O povo do lado de mãe, nosso lado, né, fica todo pro lado de cá do córgo, ocê já viu né? O povo de Dona Conceição fica pro lado de lá do córgo. Mas todo mundo ajudava faze a casinha né? Era casinha simples, de três cômodo, de chão batido, igual a casa de Dona Maria, se alembra, né? Depois... de muito tempo, o povo daqui passou a casar no civil, ia lá em Buenópolis, que é mais perto, porque naquele tempo documento era difícil de arranjar e tinha de ir mais de uma vez pra deixar tudo nos conforme pra casar. Tem uns que casava no padre e depois de muito tempo é que casava no civil, demorava uns tempo (Lucília).

A importância do casamento para manutenção do grupo foi estudada por Woortmann (1995), que seleciona a descendência e a residência como dois princípios fundamentais da organização, denominando-o endogamia de localidade, como em Mocambo, onde era realizado entre pessoas da comunidade, comumente entre primos, isto é, entre descendentes de Romão, Inocêncio e as esposas.

Dessa forma, “a homogamia é considerada condição da estabilidade do casamento, do ponto de vista de sua indissolubilidade e da estabilidade da própria comunidade, da qual fazem parte os grupos familiares”. (WOORTMANN, 1995, p. 195). O casamento em Mocambo constituía-se em estratégia eficaz propendente a minimizar o parcelamento das terras, até que na década de 1970, com o tempo do cercamento e a dificuldade de integração com os fazendeiros, ocorreram as migrações da população jovem em busca da sobrevivência.

As migrações dificultaram a reprodução no grupo, e os casamentos dos que lá permaneciam tornaram-se exogâmicos, ou seja, com parceiros das comunidades do entorno, tanto de Bocaiuva como de Buenópolis. As mencionadas migrações ocorreram na modalidade do tipo sazonal, quando os homens iam trabalharem São Paulo e, mais tarde, nas fazendas pecuaristas circunvizinhas. Logo adveio também o processo de migração do tipo familiar definitiva para os filhos estudarem e os pais buscarem novas formas de trabalho. Atualmente, os jovens mocambeiros diversificaram suas atividades, buscando-as nos diversos setores da vida citadina.

Como afirma Paula (2009), a maioria dos trabalhadores rurais está sujeita a condições de trabalho injustas e informais:

> [...] Os migrantes rurais quando mais jovens não querem ser os trabalhadores que foram os seus pais, e sabem que não o serão nunca. A vinda para a cidade significa uma vontade de deixar o "trabalho bruto" por "trabalho melhor", o que significa estar "fora da roça". (PAULA, 2009, p.122).

Nesse viés, até à atualidade, no Mocambo os migrantes sazonais ou definitivos, não perdem o direito à terra, que continua sem divisão fixa de parcelas, pois cada migrante mantém o elo de parentesco na comunidade, o que lhe garante o direito de continuar pertencendo ao grupo, resguardando o direito à herança.

O compadrio constitui outra modalidade de aliança e preservação da tradicionalidade, pois atravessa os tempos sem que se altere substancialmente seu padrão. No Mocambo a população decresce a cada ano, sobrando poucos jovens lá residentes temporalmente; só uma criança convive com os avós. "Toda criança, ao ser batizada, ganha um padrinho, "pai espiritual", e uma madrinha, "mãe espiritual", que como nas sociedades de tradição cristã, mantém com os afilhados determinadas relações de obrigação social e ritual". (WOORTTMANN, 1995, p.285).

Por tradição, a obrigatoriedade social e ritual inicia-se com o rito do batismo enquanto nascimento simbólico, quando o padrinho oferece ao afilhado como presente galinhas, porcos ou gado, principiando o processo da condição de adulto, da formação do pai de família ou da dona de casa. Entre padrinhos e pais estabelece-se a relação de troca, de obrigações, enfim, de reciprocidade para com o filho/afilhado, filha/afilhada que também será pai e padrinho ou mãe e madrinha.

No Mocambo, após as transformações ocorridas desde a década de 1970, o significado de compadrio permanece quase intocável, quando os padrinhos oferecem oportunidades de trabalho, amizade, convivência ao afilhado/afilhada; na falta dos pais, em qualquer oportunidade, os padrinhos respondem por eles. Como exemplo da importância do compadrio entre parentes, na família de Seu Norberto e Dona Valerinda, de treze filhos, apenas um deles, João Paulo dos Santos, tem padrinho e madrinha fora da comunidade.

Há ainda o compadrio *de carrego*, quando a criança é levada pelo padrinho ou madrinha ao altar, geralmente por outra criança ou jovem, ritual também de importância, para a manutenção dos laços de amizade e relações de solidariedade. Na cantemporaneidade, o casamento e o compadrio despontam como possibilidades de expansão das relações interpessoais e afetivas.

Em outro viés, para viabilizar a reprodução material e imaterial do grupo, os mocambeiros mantêm modo de vida peculiar, em que adultos e idosos permanecem na comunidade, os homens trabalham como assalariados durante a semana nas fazendas e as mulheres ficam na comunidade, ajudando os jovens e crianças a se proverem em Bocaiuva. O cercamento, a dificuldade em se conseguir projetos viáveis e, por conseguinte, manter a família unida e conseguir trabalho com remuneração digna na comunidade constitui a marca diacrítica do mocambeiro. Por isso, os moradores se consideram numa posição inferiorizada frente à sociedade adjacente, enquanto a população jovem se sente integrada à vida na cidade.

Como exemplo dessa integração, cite-se o fato de que, em 2012, um mocambeiro se candidatou ao cargo eletivo de vereador, com projeto voltado para a melhoria das comunidades rurais: Odair Sorriso, pelo Partido Social Democrata Cristão - PSDC, que conquistou duzentos e quarenta (240) votos. O jovem trabalha com transporte alternativo Bocaiuva/Montes Claros, o que lhe permite conhecer os problemas vinculados à saúde, educação e comércio.

A escolha da sua adesão ao grupo do prefeito reeleito Ricardo Veloso está interligada à história política bocaiuvense, onde, a partir dos anos 1980, dois grupos se revezam no poder: Alberto Caldeira e Ricardo Veloso. Essa espécie de acomodação é uma forma de interação pela qual os candidatos modificam provisoriamente o comportamento para ajustar-se ao ambiente, tratando-se de uma espécie de simulação, solução artificial forçada para evitar complicações e ganhar adesões (AMORIM, 2000).

Sobre políticas públicas, após a década de 2000, os mocambeiros idosos conseguiram a aposentadoria[62] rural, por direito adquirido, com declaração atestada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva, conforme a Lei 8.213, promulgada em julho de 1991. Para receber as aposentadorias, os beneficiários vão de ônibus para Bocaiuva, a cada dia dezoito, sendo a única oportunidade de transitarem em transporte coletivo. A aposentadoria é considerada um privilégio, resultando na certeza de que, quem a recebe é detentor da melhor qualidade de vida na comunidade.

> O dinheiro é bom, tem que falar, é bom demais, mas é humilhação, porque nós tem que baldear em Engenheiro Dolabela para ir pra Bocaiuva. Mas o pior é que tem de sair de Bocaiuva três da tarde, sendo que chegamo lá na

[62] Para ter direito à aposentadoria rural são necessários os documentos: carteira do Sindicato, comprovante da contribuição sindical, conta de luz no nome do requerente, documento da fazenda onde trabalha, declaração de aptidão do PRONAF e declaração do Instituto Social de Seguro Social - INSS, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva. Antes de 1991, o homem rural ganhava meio salário pelo FUNRURAL, enquanto a mulher trabalhadora rural, não tinha direito à nenhuma aposentadoria.

> hora do almoço. Não dá pra pegar o dinheiro no banco, pagar as contas, fazer armazém, faz tudo correndo, sem tempo. Na volta tem que baldear outra vez. Na volta tem que tirar tudo que compramo de um ônibus e passar pro outro, dá muita canseira (Dona Maria, 84 anos).

Assim, em relação à vida econômica, a aposentadoria é critério para delimitação de papéis e até de poder legitimado; os que ainda não aposentaram se sustentam com a venda do excedente agropecuário, em especial porcos, galinhas e, cada vez menos, da venda de feijão, milho e verduras. Há ofertas de pequenos serviços que complementam a renda, como a venda de requeijões, de bancos e tamboretes de madeira, de pó de urucum, de frutos secos do Cerrado.

Em agosto, realiza-se a festa dedicada ao santo padroeiro, Bom Jesus, desde o tempo pós-chegada, quando Altino Ferreira, filho de Romão, já organizava em sua casa a ladainha e o leilão dedicados ao santo.

> Para aumentar a fé, meu pai, Altino, mandava vim de Campo Alegre, em Buenópolis, perto da Fazenda Mamonas e da Santana, o melhor rezador dessas bandas, para cumprir a promessa que ele fez e que não contava pra ninguém qual foi a graça recebida. Ninguém rezava como o rezador, todo ano era a mesma travessia. Ia a cavalo, ia a pé. Mas o rezador tinha de vim, e ele vinha (Seu Camilo).

O território-lugar, constituído de uma população 100% católica, guarda os feriados dedicados aos santos, mas nenhum relacionado às comemorações nacionais de cunho político e/ou social. A festa principal, aguardada até porque pré-marcada no calendário, é realizada anualmente, em cumprimento de promessa feita pelo filho do fundador do Mocambo, com novenas, procissões, cantorias, danças e comidas especiais.

Ao lado da igreja, após a missa, estabeleceram-se as comemorações do entorno, como a procissão (figura 18), como lugar de alimentação na moradia de Seu Norberto, nesses dias lugar de abrigo aos visitantes e, no momento culminante da festa, debaixo das grandes árvores nativas como jatobá e cedro (figura 19). Os visitantes são acomodados em bancos feitos de toras, ou espalhados sob barracas construídas com folhas de coco catolé e sob o calor de indefectível fogueira.

FIGURA 20: Procissão ao Senhor Bom Jesus
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURA 21: Leilão em homenagem ao padroeiro

Na porta da igreja, ao lado da pitombeira, é fincado o mastro de pindaíba, buscado no Cerrado mais distante, dias antes, assim como o suporte de pequizeiro, usado para manter no seu topo o quadro de madeira com o registro do santo, enfeitado de flores e fitas de papel crepom colorido. O Bom Jesus é saudado pela bandeira maior, pelas bandeirinhas de papel de seda e pelo foguetório, enquanto o violeiro e o sanfoneiro vão entoar melodias tradicionais:

Profecia de Bom Jesus
Pai e filho, Espírito Santo
Nas horas de Deus Amém
Bom Jesus foi nascido
Na Lapinha de Belém.

No cenário dos festejos os leilões oferecem comidas típicas como linguiça de boi, requeijão, biscoitos, doce de zamboa[63], de cidra, de laranja-da-terra, de mamão, mais beijus, vinhos e cachaça. Também é animada a Folia de Reis, tendo como mestra dona Maria e outros componentes homens, sem as vestimentas características, mas cantando em danças tradicionais dos pretos, como o lundu. O terno da Folia de Reis pertence também a Timburé, Lagoa Grande, Dolabela, Buenópolis e ronda as casas, abençoando-as, rezando e recebendo esmolas desde a semana anterior. À noite, o baile é acompanhado por música eletrônica até a madrugada, quando casais dançam o forró no chão batido.

Em Mocambo é comum a romaria a Bom Jesus da Lapa, quando um grupo de cada vez, em peregrinação, viaja a 6 de agosto à Bahia. É motivo de orgulho, percebido pela história oral, o comunitário relatar ter assistido missa na gruta que serve de igreja, bem como ter visitado a imagem de Cristo Crucificado e saber narrar as aventuras a cavalo, feitas pelos

[63] Segundo Houaiss (2001) trata de uma variedade de cidra. Na comunidade é usada ralada para fazer doces , depois de ser colocada de molho durante dois dias para tirar o amargo.

antepassados na mesma viagem. Assim, “quando se lhe esgotam as reservas, nova festa o reconduzirá às suas origens, permitindo-lhes renascer com as forças dos ancestrais”. (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 157).

Confirmando a coesão social e religiosa notadas na festa, os mocambeiros representam a categoria que engloba os nativos residentes, os que migraram temporariamente e os que se migraram permanentemente. Os festejos são realizados junto às comunidades vizinhas, como também junto aos parentes e amigos dos grandes centros, que colaboram, não só imaterialmente, mas com bens materiais para os festejos vindouros.

No tempo das fazendas e do cercamento os mocambeiros continuam buscando comunicar, de maneira simbólica a identidade que, historicamente vêm construindo. Nesse período, de 1970 aos dias atuais, a área circunvizinha de Mocambo é retratada conforme a figura 20, e a sede da comunidade é mostrada pela figura 21.

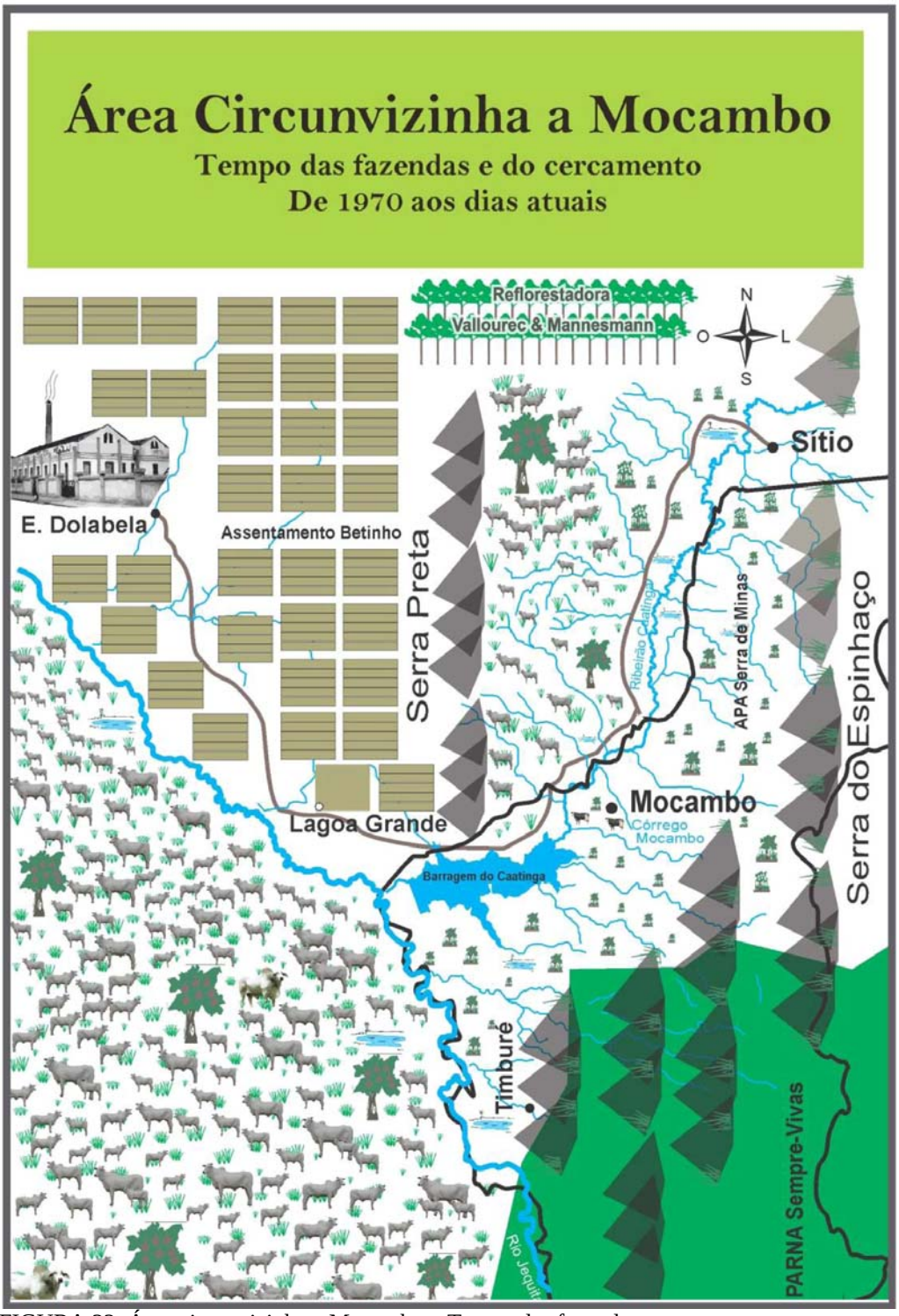


FIGURA 22: Área circunvizinha a Mocambo – Tempo das fazendas
RIBEIRO, E. M. F. (Org.), 2013

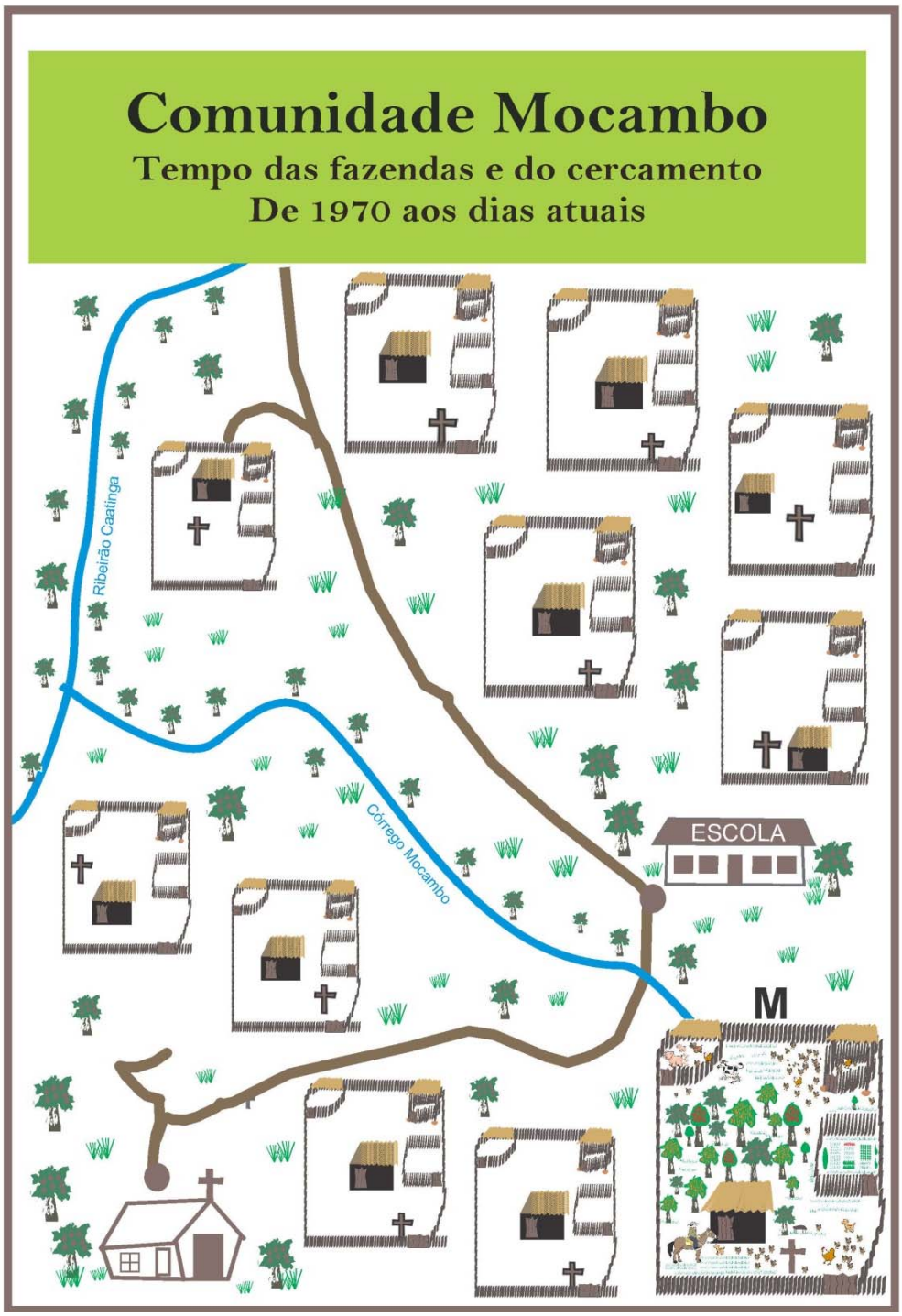


FIGURA 23: Sede de Mocambo – Tempo das fazendas
RIBEIRO, E. M. F. (Org.), 2013

Dessa forma, nesse tempo a área circunjacente a Mocambo é transformada pelas fazendas pecuárias, com grande quantidade de gado, pelas terras desmatadas, restando testemunhos isolados do Cerrado, pelo Assentamento Betinho, pela Barragem do Caatinga, pela APA Serra de Minas, pelo PARNA Sempre-Vivas e pela reflorestadora de eucalipto, elementos contributivos para o processo de desterritorialização, ou seja, com as territorialidades

diferenciadas, ocorre o cercamento do território-lugar Mocambo. Na sede do território-lugar a população formada pelas doze moradias deixa de crescer, torna-se migrante e, a cada dia, tende-se a diminuir, enquanto a população adulta e idosa está cada vez mais enraizada.

CAPÍTULO III

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES, CULTURA, IDENTIDADE E LUGAR: tecendo conceitos para apreender a comunidade

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14, apud HAESBAERT, 2006, p.5).

Sobre a comunidade do Mocambo, para responder às questões da pesquisa à luz dos conceitos abordados, serão discutidas questões teóricas fundamentais, imbricadas à empiria referente à territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, com o que melhor se compreenderá Mocambo. No assunto *território,* Saquet (2011), é quem o explica do ponto de vista histórico-crítica e relacional, tendo-o por necessário à compreensão das relações, ações e reações do sujeito.

A cultura, interligada, com o que se problematiza a importância da não redução do fato cultural, ajuda na intenção de superar-se a visão meramente materialista. Reforça a ideia de que os processos territoriais, apreendidos como um sistema de códigos, de programas, ainda que inconscientes, funcionam consoantes a organização da ação humana, como o conjunto de saberes, fazeres, sabores e sentidos.

Recuando na história, bom lembrar que, quando os mocambeiros, apropriando-se do espaço ao pé da serra e adquirindo o sentimento de pertença, construíram sua identidade territorial, evidenciaram as proposições de Hall (2000), ao afirmar este que o conceito de identidade é trabalhado *sob rasura*, mantendo questões-chave como o entendimento coletivo de reconhecimento. O mesmo autor assevera estar o conceito relacionado à questão de agência, quando apreendido como o elemento ativo na ação individual e política.

A identidade territorial é encontrada no campo da simbologia relacionada ao tempo, ao espaço, e é assim que ela nos remete ao território-lugar. O conceito de lugar contribui para mediar a percepção da identidade como terreno fecundo onde se situa o espaço-vida cotidiana do mocambeiro. Conforme o lugar é apreendido como base na qual, ao longo do tempo, se introduziram conhecimentos identificados, repassados, fixados e transformados de geração em geração, eles passam a ser vivenciados não só no espaço, mas no lugar pleno de mundo.

Entre cruzadas teorias indispensáveis ao conhecimento dos elementos propostos, não se restringindo apenas a elas, serão intercaladas à empiria substanciada como resultado pelo ouvir o sujeito porque assim melhor se apreenderão as múltiplas relações sociais e o cotidiano articulados no tempo e espaço. Com a contribuição dos conceitos, da observação, da história oral, segundo processos culturais, identitários, socioeconômicos, serão evidenciadas características geo-históricas, que permitiram compreender o modo como o mocambeiro *habita* o território-lugar Mocambo.

3.1 Território Mocambo: variedades de territórios

Na contemporaneidade, o conceito de território tornou-se basilar para a Geografia Cultural e disciplinas afins, usado comumente para compreender lugares percebidos sob influência e interdependência da globalização dos espaços. Mas as diversas abordagens de *território* confirmam a necessidade da constante revisão histórica, com novas interpretações e adequações, pois "a categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado" (SANTOS, 2006, p. 247) que inclui especificidades praticadas pelas ações humanas, apropriadas em tempo-espaço-território diferenciados.

O território *usado* abrange uma diversidade de territórios, ao que Haesbaert (2010) complementa não ser possível conceber territórios somente funcionais, pois há neles a dimensão simbólica e nem territórios somente simbólicos, já que possuem alguma referência ao espaço material. Nesse sentido, Santos (2006), assevera que o conceito pode ser entendido enquanto resistência, ou seja, paralelamente à dialética da globalização, que coloca o lugar sob a sua influência, quando há também movimento contrário, caracterizado pela valorização dos lugares.

A par das transformações territoriais ocorridas mundialmente, das inúmeras concepções, compreende-se que o conceito de Saquet (2011) contribui para essas análises, já que o autor o explica do ponto de vista histórico-crítica e relacional, tornando necessário identificar, compreender, representar e explicar o territpório a partir dos:

.

> a) **Sujeitos** sociais e suas relações, ações e reações (circulação, intercomunicação e transterritorialidades) múltiplas e cotidianas em forma de **redes** (de diferentes naturezas e extensão de abrangência), efetivadas em diferentes **escalas** (transescalaridades). São relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diferentes e no âmbito de cada classe social, numa unidade dialógica: são relações de cooperação, parceria, associação, concorrência, disputa, enfim, relações plurais, simétricas e assimétricas, econômicas, políticas, culturais e ambientais (SAQUET, 2011, p. 72, grifos do autor).

A utilização do conceito, nessa perspectiva, requer a percepção detalhada do sujeito social, das relações, ações e reações plurais, desde a transformação do espaço em território, pelos escravos fugidos, com a criação de laços de parentesco, amizade entre eles, entre grupos, até a contemporaneidade, como entendido na fala do mocambeiro.

> Agora, com a pouca terra, sem poder plantar em qualquer lugar, lugar bom, se nós tivesse um parceiro forte, vamos supor, um fazendeiro, era diferente.

> Acontece que ele é muito exigente pra servir uma máquina pra gente, um trator, uma grade, né? A gente trabalhava pra pagar. Então a gente tem que cascar fora pra cultivar a terra da gente pra gente plantar na época certa, nós daqui mesmo é que combina, ou do povo de Timburé, que tá direto plantando com a gente. Hoje eu to querendo plantar no pó mesmo, que quando a chuva vim, o mantimento brota na terra (Seu Altino - Tinin).

Percebe-se, à luz do conceito, a relação conflituosa de trabalho com os proprietários das fazendas pecuaristas, que contribuíram para o *cercamento*. Entretanto, a fala de Tinin, se refere apenas a ele, pois outros mocambeiros não *caem fora* e trabalham como assalariados para os proprietários, o que demonstra a configuração atual do território frente à expansão das fronteiras desenvolvimentistas. Para os mocambeiros, há uma relação de amizade com a vizinhança e de troca com a população de Bocaiuva e elas contribuem para a formação das múltiplas redes no território.

> Graças a Deus, nós aqui vamos em alguns lugar em Bocaiuva e consegue as coisa. Na EMATER, mesmo, é assim, Graças a Deus. Na EMATER tem Pascoal, tem outros lá que escuta a gente. Agora quase ele não vem aqui, mas antes vinha. Eles falou que lá não tem carro. Quando tem carro não tem gasolina. A gasolina é o governo que paga, né? (Joana D'Arc).

Pelo território, demanda discutir relação, ação e reação da inserção da comunidade nas unidades de conservação, como a APA da Serra de Minas e o Parque Sempre-Vivas, evidenciando a relação do mocambeiro para com o estado e vice-versa:

> O povo que fala que cuida do parque, vem aqui pouco. Trá vez, eles falaram que era pra conservar os bichos, as plantas, mas direto tem bicho morrendo aqui e eles nem fica sabendo. O povo desses órgãos, tudo federal, com concurso, traz papel pra gente assinar, mas eu mesmo nunca assinei foi nada. Não sei se é pra tirar terra da gente (Seu Arnaldo).

Percebe-se como o mocambeiro se vê a si próprio e aos outros, e as ações e reações ocasionadas pelas estratégias vividas e conhecimentos frente às interferências plurais. Essas percepções, com o rebatimento do conceito em estudos de campo, proporcionam evidenciar os tempos vividos como característicos da geo-história mocambeira, assim como o entendimento da luta pela conquista judicial do território ameaçado e a decisão por impetrar a ação de usucapião.

Compreende-se, ainda pelo território, como o mocambeiro reage diante das técnicas, ou seja, do conjunto de procedimentos utilizados como meio para se chegar à produção

agropecuária, e com as tecnologias apreendidas segundo a aplicação dos saberes, como na produção do milho, desde o plantio, até a conservação no paiol, com durabilidade de um ano. O território apreendido como relação entre *os de dentro,* relacionado ao poder emanado de cada morador é percebido na entrevista:

> De três em três mês é, tem a reunião, a reunião da Associação. É pra ver uma coisa boa ou ruim que aconteceu. O que tem que vim, ou uma troca de ideia. O que vai acontecer, assim, arrecadar lá em Bocaiuva, aí reúne todo mundo, troca uma ideia aí. Marca num domingo que tá todo mundo de folga, as vez quem trabalha tá parado também e fica assim, mais de meio dia só conversando, trocando ideia, nessa escola aí. O que acontece, é o que tem que acontecer, o que tem que pedi, cada um fala na vez dele. É o certo, já é a exigência aí, trocar as ideia de cada um (Joana D'Arc).

No território há, por conseguinte, múltiplos movimentos, articulações e percepções relacionadas a diferentes elementos, constituindo diferentes tipos de territórios, abrangendo dessa forma, diferentes identidades e territorialidades. Desse modo, importa-se não somente a assimilação do conceito em si, mas do conhecimento denso e interpretativo da comunidade onde se aplica o conceito.

Para contextualizar a variedade de territórios, tanto na teoria como na *práxis* em um só espaço, como informa Saquet (2011), em Mocambo há o território do cotidiano, o território das trocas, o território de referência e o território sagrado. O autor reconhece, porém, que há interfaces entre eles, podendo ser simultâneos, e superpostos em uma mesma zona a partir dos elementos, processos e relações espacio temporais:

> [...] O território do cotidiano corresponde às relações de cada dia, tentando garantir a satisfação das necessidades [...] é o da territorialidade imediata[...]; O território das trocas dá-se pela circulação de mercadorias por meio de articulações entre o regional, o nacional e o internacional podendo haver uma descontinuidade temporal, espacial, linguística num contato multiescalar. O território de referência é material e imaterial, histórico e imaginário-subjetivo. [...] O território sagrado, por sua vez, está ligado à religião e à política (SAQUET, 2011, p. 74).

O território *cotidiano* é percebido conforme a organização social que estrategicamente envolve as atividades diárias no processo de manutenção, quando o mocambeiro Tinin - que permanece na comunidade durante a semana, enquanto os outros homens trabalham para fazendeiros - ajuda tanto nos trabalhos domésticos, como nos cuidados com o gado e no transporte para comunitários em atividades emergenciais. O sujeito, na sua territorialidade

imediata, pratica a linguagem diária, vive a realidade presenciada nos sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2002), em tempos diferenciados de forma compartilhada.

Mocambo representa o *território das trocas*, ao se relacionar comercialmente com as comunidades vizinhas de Timburé, Córrego São João, Sítio, Lagoa Grande, Engenheiro Dolabela, com a sede munícipe e com os fazendeiros, embora esta seja uma relação restrita à prestação de serviços. As trocas no âmbito nacional, regional e local concebem características políticas, uma vez que empreendem lutas diárias pelo transporte, pela implantação de serviço de saúde - pelo melhor atendimento às políticas públicas.

> Lagoa Grande é a mais unida com nós aqui. Tem conhecido considerado como parente. O povo de lá trabalha aqui, vem prestar serviço pra nós aqui, sempre que nós precisa. Precisa de um camarada, dois, pode ir lá que eles vem. Gente boa. Tem vez até que ele *troca dia*, ou recebe em milho. A semana passada mesmo teve um aqui, ele tava quebrando milho. Já viu falar em Zé Rosa? Ele é do tempo dos Matarazzo, tá com uns sessenta anos já. Tem outros companheiros (Laércio Norberto dos Santos, 38 anos, lavrador, morador de Mocambo, relato a Eliane M. F. Ribeiro, em março de 2011).

Igualmente entendido por *território de referência*, Mocambo se mantém imaterial pela história oral dos mais idosos, quando as relembram como espaço habitado, gerador de imagens presentes e construtor da identidade. Assim, o habitar como expressão *ser-e-estar-no-mundo*, abaliza e transforma o espaço mocambeiro, pela duração, aludindo conhecimento, vivência e envolvimento com a comunidade.

É *histórico e imaginário-subjetivo*, pois se compreende não ser apenas o território onde se mora, mas aquele do qual se guardam referências mediante informações diversas, por contribuintes da representação coletiva atual, como a vivência entre vó e neta (figura 22), na casa de chão batido, pintada com tabatinga. É no tempo presente que se percebe a importância da memória coletiva de Mocambo, evidenciada pelo ponto mais sublinhado pelos moradores: a fundação do território pelos dois irmãos, exemplo de enraizamento e permanência com o território.

FIGURA 24: Dona Maria com a neta Vanessa
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURA 25: O cruzeiro como representação da religiosidade mocambeira
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

A subjetividade está interligada às relações com os fazendeiros, a exemplo de quando a mocambeira informa que, nas fazendas, os tratores funcionam constantemente, enquanto os mocambeiros não têm direito de desmatar poucos metros para fazer uma horta sem ser multados. Apesar da incapacidade de se conseguir assistência governamental análoga, o mocambeiro e a família se responsabilizam pela cozinha e pelas entregas, em lugares distantes, a fim de que o desmatamento não seja interrompido, recebendo por isso, pequena remuneração.

O território é compreendido como *sagrado*, ligado à religião (figura 23) e à política, apreendido nas festas dos santos de devoção, durante as celebrações das missas, rezas, penitências, viagens à Lapa, enterros, processos políticos evidenciados na história do grupo e, ainda, ao edificar e manter símbolos sagrados representados por cruzeiros de madeira na praça da igreja e em cada moradia.

Vê-se que o território é produto de territorialidades produzidas no espaço e no tempo, conforme as relações de poder, quando o sujeito se apropria da natureza pelas ações e representações sociais. É o espaço de identidade e sentimentos, considerado essencial ao conhecimento, formado pelas relações de solidariedade, dependência, conflitos, simbolismos, convívio e, a partir das relações cria-se a cultura singular, responsável pela construção da identidade territorial (ALMEIDA, 2010).

O território mocambeiro é também vinculado à fronteira e territorialidades, tema estudado em Almeida (2005) -, enquanto limite socioespacial que separa e delimita realidades ao enfocar a construção da usina hidrelétrica de Serra da Mesa, no norte Goiano. A autora afirma ser desigual as formas de representações da fronteira entre os diversos segmentos sociais, ou seja, cada representação corresponde a um interesse diferente. Para os moradores das comunidades rurais, a fronteira pode constituir uma forma de vida, enquanto para o pecuarista constitui um recurso real, um modo de obter mais lucros (ALMEIDA, 2005).

Em Mocambo, o território é subjugado pela relação de alteridade com a fronteira conformada, em especial pelas fazendas, e esse confronto, restringe o modo de vida dos comunitários a partir da verificação de que o lugar é fonte de recursos e de vida. Segundo a autora:

> O território perdeu seu caráter totalizador, deixando de ser um horizonte de orientação unívoca para a vida cotidiana das pessoas e grupos [...] Assim, borram e embaçam as fronteiras. Também, o próprio pertencimento sócioterritorial tende a fragmentar-se, tornando multifocal (ALMEIDA, 2005, 112).

Na perspectiva das fronteiras expandidas, *embaçadas*, o mocambeiro se ocupa das relações necessárias com outros territórios, fato ilustrado pela fala da mocambeira:

> Duns tempos pra cá, nós temo direto de lidar com gente de Dolabela, de Bocaiuva. Os dentes mesmo, não dá pra tratar em Dolabela, nós vamos é pra Bocaiuva. Norberto, mesmo, ele já foi várias vezes pra Montes Claros. É fazendo exame, é procurando uns médicos de lá, que estuda mais, né, entende mais. Antes era só pros filhos estudar, pra receber aposentadoria. Hoje direto nós temos de sair, procurar outras saídas, até pros remédios (Dona Valerinda).

Vê-se que o território cada vez mais volta-se para um tipo de vida singular, como construído teoricamente e que, somado ao estudo de campo, contribuiu para entender as territorialidades da forma ontológica, como estratégia de defesa, resistência e coesão social frente aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Comumente, as diversidades do território são influenciadas pela dinâmica socioeconômica, histórica e cultural brasileira, que valoriza a macroeconomia, o agronegócio, em detrimento da microeconomia e de valores culturais dos grupos rurais.

3.2 Territorialidades mocambeiras

As territorialidades mocambeiras estendem-se pelos diversos ambientes contidos nas várzeas, nas beiras dos rios e lagoas, no pé de serra, na própria serra, no Cerrado. É onde se desenvolvem modos de vida segundo as relações de parentesco, permeadas por códigos complexos e peculiares de uso da terra sem a aprovação de leis e regulamentos do Estado. O conjunto de famílias mocambeiras se distribui sob o mesmo título herdado dos antepassados, Romão e Inocêncio.

Para clarificar territorialidades, compreende-as Soja (1971), numa perspectiva crítica e relacional, entendendo-o como resultado de comportamentos sociais inerentes à identidade e à diferenciação espacial. A territorialidade é percebida também como componente do poder, analisada em Sack (1986, p. 219), ao afirmar "que a territorialidade não é um meio de criação e manutenção da ordem, mas é também um instrumento para criar e manter o contexto geográfico através do qual nós vivenciamos o mundo e damos a ele significado". É, dessa forma, apreendida conforme as relações cotidianas, diferenças e semelhanças e as formas particulares que os sujeitos concebem e ordenam o território.

A entrevista a seguir é ilustrativa:

> O povo dali vive o regime de economia familiar. Eles exploram a roça, a pecuária em *forma de condomínio*, cada um tem sua gleba, dividida entre eles. A exploração é de forma rústica. O gado pastoreia em campo aberto, sem pastagem artificial na maioria do território. Nas terras oriundas de herança, eles vivem sem atritos. É todo mundo na mesma terra, que eles valorizam pelas belezas existentes lá (Seu João Batista de Araújo, 58 anos, vereador, advogado, morador em Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em dezembro de 2012).

As territorialidades demonstram dinâmicas materiais e sociais em constante interação, cujas escolhas de ocupação do território funcionam conforme o tipo das atividades produzidas. Segundo a dinâmica, as unidades espaciais confirmam os modos de ocupação, de acordo com o princípio do trabalho e a apropriação familiar do campesinato (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), ou seja, nas serras, ocorrem a territorialização conforme os extrativismos, a caça; nas várzeas fazem as roças; nas vertentes menos íngremes os pastos, vistas como componentes da identidade territorial de lavrador.

Na abordagem que sinaliza a luta do sujeito pelo território, Little (2002, p. 3), em sua propalada definição, percebe a territorialidade "como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente

biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland.* Entre outras dimensões, a territorialidade é entendida como resultado do processo de produções materiais e simbólicas que os homens mantêm entre si, orientados pela percepção de mundo objetivando construir significações e ressignificações.

Por fim, a ideia de território e a territorialidade são assim clarificadas:

> Somos nós com nossas ações, práticas espaciais materiais, imaginárias, carregadas de percepções que construímos territórios e territorialidades no espaço. Damos formas e atribuímos conteúdos aos lugares que habitamos. Lugares variados e plurais, que podem ser fluxos ou fixos, entremeados sempre pelas relações e processos de mobilidade humana e disputa de poder dos grupos humanos (PAULA, 2009, p. 224).

A territorialização é apreendida como produtora de territórios e territorialidades, em que o território pode ser marcado pela descontinuidade e pela fragmentação, possibilitando a constante passagem de um território para outro. Dessa maneira, a territorialização define-se a partir da influência social sobre os recursos ambientais, como na implantação das unidades de conservação em Mocambo - a APA Serra de Minas e o PARNA Sempre-Vivas. É quando se evidenciam diferenças na apropriação do espaço, acarretando, em consequência, precarização do território, antes territorializado pelos ancestrais e depois onde se proíbe entrar, andar, territorializar.

De acordo com Saquet (2007), a territorialização é inerente ao produto e condição do território, explícitos material e simbolicamente nas relações sociais:

> O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (SAQUET, 2007, p. 127).

Dessa maneira, a territorialização ocorre em diferentes tempos e espaços em que as territorialidades são percebidas e caracterizadas conforme a cultura e a história do sujeito, consciente ou não da sua participação, mas agindo como sujeito na construção do território. A territorialização ilustra-se quando os sujeitos relatam que, no entorno da cancela do Rafaé, naquela baixada, Romão e Inocêncio faziam roças sem cobranças de apropriações de terras indevidas. Entretanto, o sentimento de pertencimento ao território, que proporcionou aos mocambeiros compreenderem-se como legítimos donos em volta da cancela, comprovando a

territorialidade tradicional, não foi suficiente para a apropriação legal do espaço, havendo assim, uma desterritorialização, quando as terras foram vendidas para fazendeiros.

O conceito de desterritorialização é apreendido conforme Haesbaert (2005, p. 168), como “decorrente do acesso extremamente desigual às novas tecnologias e à informação, da velocidade cada vez maior dos transportes e das comunicações e de seu caráter excludente e fragmentador em termos das forças de trabalho”. No contexto, a desterritorialização ocorre com a perda do direito de territorializar as terras dos antepassados e, como consequências, surgem novas territorialidades, como quando o sujeito vai para a fazenda trabalhar como assalariado, ou quando é *obrigado* a migrar.

A desterritorialização é entendida ainda “como a perda de referenciais espaciais concretas, sob o domínio das relações imateriais” (HAESBAERT, 2006, p. 59). Como a destruição de marcos representativos e simbólicos na comunidade mocambeira, como os lugares onde faziam as roças, agora espaço de braquiária, pescavam, caçavam, coletavam, criavam gado.

O processo de desterritorialização compreendido como expropriação territorial se dá em consonância às fazendas que avançam e/ou interferem sobre o cotidiano do território, auferindo novos modos de vida, aqui apreendidos como *cercamento.* Como consequências, ocorre a diminuição da produção agropecuária, a submissão, a dominação restringida pelo uso da terra.

Ao usar o termo *cercamento* em alusão à desterritorialização, Paula (2009), refere-o à história de Barra do Pacuí, às margens do rio São Francisco e no município de Ibiaí. Lá, o cercamento se deu conforme acordos verbais feitos entre agricultores e fazendeiros com base na palavra empenhada. Dessa forma, fazendeiros convenceram os agricultores que os deixassem cercar parte do território, para aproveitar o pasto, não utilizado. Mas, da parte dos fazendeiros, o acordo não foi cumprido e o espaço cercado serviu para ampliar fazendas, enquanto a comunidade que, em 1934, detinha 48 hectares abrange hoje a metade, 24 hectares.

Em Ibiaí, o processo de perda do território fez parte da constituição da estrutura regional baseado no interesse do capital, na urbanização e modernização do campo, segundo a autora. As comunidades foram cercadas por empresas de reflorestamentos, de culturas irrigadas de soja e café instaladas na década de 1990, obrigando as famílias a deixarem o campo. Os fatos vivenciados ocasionaram o processo territorial de cercamento, em que as duas comunidades perderam terras por histórias diferentes, mas resultantes do processo de desterritorialização.

No contexto, “a desterritorialização, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão socioespacial”. (HAESBAERT, 2002, p. 67). Isto se clarifica quando mocambeiros, ao optarem em plantar em terras livres sem cercas, as territorializaram, conforme peculiaridades tradicionais e culturais do grupo, do tempo pós-chegada, até o *tempo das empresas*, década de 1970, início do cercamento.

Quando há desterritorialização, pode haver em seguida um processo de reterritorialização ou um desenraizamento “que põe uns e outros situados em diferentes lugares e distintas condições socioculturais, diante de novas, desconhecidas e surpreendentes formas e fórmulas, possibilidades e perspectivas". (IANNI, 1993, p. 101). Conforme o mesmo autor, o desenraizamento da existência humana foi acelerado pelo desenvolvimento industrial, num mundo organizado apenas com objetivo do lucro e ânsia de expansão industrial, isto é, por onde a globalização passar tende a desenraizar, sendo essa categoria apreendida como um processo de desterritorialização.

Nesse sentido, Medeiros (2009), expõe o processo de desenraizamento e de busca de enraizamento dos sujeitos, evidenciando a condição de migrantes que vêm suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus. Diante da desigualdade social crescente, “a reterritorialização é um processo que ganha força, se torna imprescindível, não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades, ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos”. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Sobre a desterritorialização e a des-re-territorialização o autor assevera:

> A desterritorialização, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretada como um processo relacional, des-re-territorializador, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está no sistema em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais inflexível e fechado, marcado pelos muros [concretos ou simbólicos] que separam ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados” (HAESBAERT, 2006, p. 65).

Na contemporaneidade, o território transforma o espaço de diferentes maneiras, segundo a singularidade de cada história, de poderes diversos, em um processo que consiste do olhar de inúmeras direções. Assim, o mocambeiro contextualiza a situação vivida:

> Quem mora na terra tem que sobreviver dela. Agora em janeiro (2013) veio aqui uns guarda florestal, disse que era de Montes Claros, querendo multar nós porque nós destocamos uns 6 metros de terras, aqui, na beirada da cozinha, pra fazer uma roça. Como nós vamo viver? Eu nunca vi seca como essa. Tô com mais de 50 anos. O milho não deu, o feijão não deu nada, secou tudo com o sol de dezembro. As melancias tavam tudo grandinha, tamanho de uma laranja, secou tudo. Tem que fazer uma horta grande pra ter o que comer, enquanto tem água no rio. O pasto tá cheio de lagarta, só tá ficando o pau do colonião. No braquiária não dá lagarta, dá é cigarrinha, mas tá muito difícil, com a seca e a vigilância. Tá dando até gafanhoto nos pasto. Eles chega os montes. Quando o sol tá forte dá muito tipo de imundice. Os fazendeiro descortina (desmata) tudo e põe fogo. Natureza aquenta? Por que os guarda não multa eles? (Seu Inácio).

Nesse sentido, o território se torna cada vez mais presente, possível de ser encarado sob múltiplos ângulos, conectado a um sistema de rede, em diversas escalas, mas pode também se tornar fechado, marcado por muralhas palpáveis ou emblemáticas. Compartilha da abordagem, Corrêa (1994b), ao afirmar que:

> [...] as novas territorialidades ou reterritorialidades, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da construção parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas características do velho território (CORRÊA, 1994b, p. 252).

Os mocambeiros que se reterritorializaram na cidade de Bocaiuva situam-se em ruas próximas aos conterrâneos, na intenção de formar arranjos que se interligam ao antigo território, resguardando, desse modo, lembranças, costumes, vivências, prática comumente denominada de comunidades transurbanas. O mapa da cidade, com suas significações imbricadas, pode informar como cada mocambeiro se fixou em local mais expressivo, ativando a potencialidade social das memórias.

> Quase todo mundo de Mocambo mora aqui no Pernambuco. Mãe, vó, tio Norberto, que é ali, na Vila do Pau Seco, bem perto. A casa da mulher de Tininho é na próxima rua. De Neusa é perto da escola Antonico. Ninguém gosta de morar longe, é pra facilitar transporte, resolver problema do posto de saúde, comprar mantimentos. Só Jovelino, sabe, marido de Acássia mora no Zumbi, na parte mais alta da cidade (Zélia dos Santos Ribeiro (Coquinha) 24 anos, funcionária municipal e estudante, moradora em Mocambo e Bocaiuva. Entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em dezembro de 2012).

Na memória do novo morador, ele não abandonou totalmente o território, mas trouxe consigo parte do lugar para nova territorialidade. Ou seja: o mocambeiro que reterritorializa carrega consigo símbolos, representados por objetos, histórias, hábitos. Exemplo é seu Osvaldo, que continua a pescar nos mesmos rios, com as mesmas companhias, afirmando atividades fixadoras de reminiscências, o que sinaliza para sua pretensão de manter laços e lembranças do antigo território-lugar.

3. 3 Cultura pé de serra

Os mocambeiros, para conservar o toucinho de porco criado nos chiqueiros de cerva e engorda, em todas as moradias, esticam levemente um arame, ou pedaço de couro preso por dois pregos rente à parede, em áreas de produção, geralmente na cozinha e colocam tiras de pele e toucinho cortados simetricamente nuns quatro centímetros; entre as tiras, são colocadas cascas de laranja para secar e defumar.

Enquanto espera o padre Brígido para celebrar a missa da festa do Senhor Bom Jesus, Seu Norberto explica sobre o modo de se manter o alimento saudável, costume aprendido com os avós.

> Isto é do tempo do meu avô, quando não tinha geladeira. Nós continua porque o toucinho fica mais saboroso pra fazer torresmo e colocar na misturas, com leve sabor de laranja. Ali, gato não sobe, bicho nenhum não bole... a gordura pode pingar no chão de terra, que não dá sujeira. Tá vendo que embaixo a terra tá fofada? Aqui é costume quando mata um capado, cada família ganha uma tira de toucinho e um pedaço de carne maciça. A carne maciça tem rodízio, damos pra Conceição, Walter e outros, da próxima vez, eles ganham só a tira do toucinho. O toucinho sempre é repartido igual. Ninguém mata um capado e não divide com os parentes (Seu Norberto).

Compreende-se, pelo exemplo, que a cultura age seletivamente, conforme a história, rompendo limites, tecnologias e preservando elementos significativos do grupo social. Conforme Bonnemaison (2002), geógrafo francês que trabalhou com a etnogeografia[64] na ilha de Tanna, na Oceania, a cultura dedica-se atenção quanto à irredutibilidade do fato cultural,

[64] Conforme Claval (2002), a expressão etnogeografia é recente, mas a prática é mais antiga e nasceu na esteira dos trabalhos de etnobotânica, a partir de 1890 e da etnozoologia, em 1914, quando os geógrafos da escola de Sauer organizaram o balanço das plantas utilizadas por tal e tal grupo humano, seguindo a lógica das pesquisas de etnobotâmica. Os estudos da etnogeografia analisam os *aléns* que a sociedade observada apresenta: estão no berço de sua ontologia espacial e guiam as decisões de todos. Assim, segundo o autor, é a visão de uma ordem a ser promovida que deriva da organização voluntária do espaço.

que não é mais visto como a superestrutura vaga e fluida na qual se tenta encerrar uma concepção materialista.

A cultura é abalizada como vertente do real, como visão coerente de mundo e de seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço. O homem, a cultura e o território nasceram concomitantemente, iniciando-se dessa forma a história da humanidade, ou seja, "apreender uma sociedade que não é sua, é uma empreitada quase impossível, e o problema é encontrar a chave que permita agarrar a parte mais significante do real". (BONNESMAISOM, 2002, p. 124).

Na procura dessa chave busca-se compreender as escolhas feitas pelo mocambeiro, a partir da formação do território, utilizando a memória do sujeito, elencando aspectos culturais como as estratégias do sistema de produção, as técnicas e tecnologias produtivas, a estrutura social, as relações e apropriações. A semântica do território inicia-se quando se propõe a percebê-lo em suas especificidades, como a importância do trabalho no processo de transformação do espaço natural**,** em que cada componente[65] demonstra a cultura do grupo estudado.

Exemplifica-se, nesse entender, a estratégia do mocambeiro nas atividades desenvolvidas no sistema de produção, como *a troca de dias*, baseada no ajustamento cultural formado pela confiabilidade e reciprocidade, resultando na sustentabilidade do processo de produzir. A *troca de dias*, pouco usada na contemporaneidade, fundamenta-se em valores de amizade, moral, respeito e para a sobrevivência, feita entre homens e mulheres trabalhadores, quando não há conflitos relacionados às possíveis diferenciações de horários, durabilidade, ocasião, rentabilidade do trabalho, confirmando a cultura de se viver em grupo.

> Nós tinha muita gente que podia contar pra *troca de dia*. Num tinha padaria aqui perto. Nós ralava a mandioca e fazia a farinha e tirava a goma e fazia biscoito. Quando tava no fim do tempo da seca precisava lavrar a terra, ninguém pagava camarada, trocava o dia, Comia muito mongolô (espécie de feijão). Não tinha mais gordura de porco, passava ele no cebo, no forno de candeio *(forno que usa tambor)* e no forno de santeiro *(forno de lenha)* e comia. Era todo mundo. Trocar dia com o povo aqui era direto. Hoje as coisa mudou, mas nós ainda troca, com pouca gente, mas troca (Dona Jesus).

A cultura é discutida relacionada à vivência cotidiana no território, pois é pela percepção que se cria o território, podendo ser considerada como um texto que deve ser

[65]Marilena Chaui (2007), afirma que o processo de trabalho possui três componentes: o trabalho, atividade orientada para superar uma carência, o material ou objeto do trabalho, a matéria a ser trabalhada, e os instrumentos de trabalho, ou seja, os meios de produção. Há um processo porque os três componentes são momentos de um todo, o trabalho.

interpretado e que só faz sentido dentro de um contexto. Nesse sentido, Geertz (1989), ao propor a descrição do objeto, considera a importância da descrição densa e microscópica da cultura, afirmando que tudo é simbólico, que é da natureza do homem criar formas de representação. Complementa que se torna necessário adentrar na cultura do grupo para compreender a percepção do território em tempos diversos. Para o autor,

> [...] nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais – na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, e, não obstante, manufaturados (GEERTZ, 1989, p. 36).

A esse respeito, Geertz (1989) destaca o caráter semiótico da cultura ajustado à simbologia, à representação, em que todos os nossos procedimentos, sentimentos, atitudes e nosso corpo físico são resultados da cultura. O autor postula que "nós somos seres incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura - não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura" (GEERTZ, 1989, p. 36). Destarte, usa-se a cultura como instrumento para a busca de significados: qual o significado do mocambeiro estar ali, no território cercado?

A cultura é, portanto, a busca de sentido, do por que e causa do indivíduo, de cada conduta, do costume, da emoção, de cada objeto na vida. Nesse sentido, Geertz (1989) considera importante aprofundar e ampliar as buscas mencionadas pelas particularidades, pelas condições de entendimento das culturas localizadas, valendo-se não apenas de uma descrição do território, mas de uma descrição densa, compreendendo a importância da interpretação, do olhar, ouvir e sentir o outro, para tentar compreendê-lo.

Ao discutir a cultura ligada ao território, Claval (2002, p. 180), informa que "a maneira como os povos representam sua organização espacial foi menos sistematicamente analisada (...) mas há trabalhos que mostram como grupos exprimem suas crenças fundamentais na morfologia que imprimem a suas aldeias". O autor relaciona a Geografia Humana com a defesa e evolução do geógrafo que, na contemporaneidade, ao abordar uma civilização estrangeira, investiga seus valores e a maneira como ela representa o espaço.

> Vô conta que quando ele construiu a casa aqui, tinha muita panela quebrada feita de barro grosso espalhadas pelo quintal. Até esses dias nós achava esse tipo de caco pelos fundos do quintal, perto do córrego. Vô falava que era do povo antigo... Lá no fundo do quintal tem uns monte de terra tudo bem enfilerado, igual sepultura, aparelhado, assim, que é onde enterrava os escravo. Alí era o cemitério deles, no pé da serra, bem escondido. Dá pra ver

> o modo deles fazer as sepulturas, bem debaixo dos pé de bambu. Ninguém mexe por lá, respeita o modo deles enterrar os mortos, o lugar deles né? (Arnaldo).

A cultura mocambeira é representada pela escolha de se fazerem as moradias, as roças, as mangas, os canaviais no *baixio* dos terrenos, em sintonia com a natureza interior e exterior. A configuração espacial representada no baixio, no pé de serra, se materializa na moradia do chefe da comunidade, seu Camilo, considerado o mais velho até 2008, ano da sua morte. A moradia se diferencia das outras pelo sistema de cerca em volta, com aproximadamente duzentos e cinquenta metros de lascas de aroeira[66], que se mantêm conservadas, simbolizando a riqueza do lugar e a solidez da árvore. "A cultura assim compreendida é feita de elementos que a atividade humana inscreve de maneira visível no ambiente. Ela engloba as construções, estradas, campos, estradas, aterros, cercas e culturas". (CLAVAL, 2002, p. 137).

> Desde que Romão veio pra essas banda que ele fala que saber escolher o lugar de morar era da sabedoria dos antigos. Não era porque nós era fraco que nós passamos pela terra dos fazendeiros e nós escolhemo foi aqui, esse pé de serra. Nessa várzea comprida pode construir as casa ... tem muita água, a tera dá...é protegido do vento e da ganância do homem lá de fora (Seu Norberto).

Em outra perspectiva, a população jovem mocambeira só é comumente presente durante as férias, nas festividades aos padroeiros e feriados santificados, o que mostra que a cultura é dinâmica, e os hábitos mudam-se com essa realidade. Durante a semana há somente um celular que funciona no território, quando os jovens se encontram no território, encontram lugares onde outros celulares funcionam.

Segundo Hobsbawm (2012), há uma revolução representada por uma estrutura de relações entre os sexos e gerações a partir da segunda metade do Século XX. Nessa época, a sociedade começa a sofrer grandes mudanças, a chamada revolução cultural, observando-se uma desestruturação da família padrão, como a migração da população jovem. Os jovens passaram a constituir uma espécie de massa concentrada de poder para comprar, praticar diferentes atividades, com a vantagem sobre grupos etários conservadores devido à rapidez das mudanças tecnológicas (HOBSBAWM, 2012).

A cultura pode ser assimilada à autorealização e considerada em especial, pela aquisição de conhecimentos, do domínio de novas linguagens e o desenvolvimento de suas

[66]A aroeira-do-sertão *(Myracrodruon urundeuva)* é madeira muito pesada (densidade 1,19 g/cm³) de grande resistência mecânica e praticamente imputrescível (LORENZI, 2000, p. 5).

aptidões que dão a cada indivíduo o sentimento de que ele enriqueceu (CLAVAL, 2000). A perspectiva cultural se confirma quando o mocambeiro Inácio confecciona peças de madeiras de lei para a construção civil, como telhados, janelas, portas, armários, sem plantas ou conhecimentos teóricos arquitetônicos e para interiores como, mesas, bancos, tamboretes, pilões, e vende-os ou troca-os na vizinhança.

As várias formas de apropriação que o homem desenvolve na relação com a natureza, subsidiam formas culturais de *territori "ar"* [67] o espaço, que agrega elementos objetivos e subjetivos. Ao tratar da cultura e meio ambiente, (CLAVAL, 2002), considera a importância dos sistemas de representações que são as culturas e que devem ser trabalhados nessa dupla relação. Como exemplo, cita Conklin (1954a, 1954b), que ao estudar os filipinos, registra-os como excelentes *botânicos* e desse saber tiram partido para se alimentar, tratar-se e fabricar utensílios.

Para Claval (2002), é fundamental a relação entre o conhecimento da natureza, a produtividade, os ritos e as crenças observadas no território e, ainda, que o sentido dado ao mundo é veiculado pela religião. Nesse contexto, e compartilhando a ideia, "não é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos cultura e meio ambiente se superpõem". (TUAN, 1980, p. 68).

Nesse sentido, Geertz (1989), aponta:

> O lócus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias, tribos, cidades, vizinhanças [...] eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas – por exemplo, o que a dominação colonial faz às estruturas estabelecidas de expectativa moral – podem ser melhor estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando (GEERTZ, 1989, p. 16, grifos nossos).

Na afirmativa, a cultura representa os múltiplos territórios, pois as expressões *a aldeia e na aldeia* fazem a diferença, à medida que nas aldeias significa integração, reciprocidade, especificidade complexa, assim como a exigência da participação, entrosamento e respeito do pesquisador para com o nativo.

A importância da cultura no território é percebida de diferentes maneiras, como o estudo da domesticação de animais sem finalidade financeira, a agricultura em terras montanhosas, a necessidade do homem em ter uma ética e estética que possibilitem as

[67]Conforme Silva (2012), o termo *territori "ar"* conjuga uma constituição histórica sobre o espaço e aborda aspectos próprios da construção do território como a resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas entre o Estado, as populações tradicionais, os movimentos sociais e outras formas de uso, evidenciando a cultura do grupo.

gerações do presente resguardarem terras habitáveis para outras gerações (CORRÊA, 2001). Assim, qualquer sinal da ação humana no território implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica em que o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra. Assim, “a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma área comum”. (WAGNER; MIKESELL, 2010, p. 29), como ilustrado nas duas falas que ilustram a percepção cultural distinta das gerações.

> Não tenho tempo para ir a Mocambo, mãe que vem mais aqui em Bocaiuva. Trabalho aqui na secretaria, o dia todo. À noite estudo em Montes Claros, nos fins de semana há muitos trabalhos para fazer. Tiro uns dias para descansar no Mocambo (Zélia, 24 anos).

> Aqui em Bocaiuva, é muito mais fácil pra eu tratar dos olhos... fica lagrimejando água, e umas doencinhas que me atrapalham. Tenho até casa aqui, na Vila do Pau Seco. Mas eu gosto mesmo é da Roça. Eu tô fincado na Roça, porque lá tem tanta coisa pra eu fazer. Não é igual aqui. Eu me dou bem é lá. O modo de viver daqui é diferente. Saio de lá mesmo, só morto (Seu Norberto, 73 anos).

Os parentes ausentes podem ser percebidos próximos, ainda que não estejam fisicamente no mesmo espaço, mas, por outro lado, aspectos das atitudes cotidianas, modificam-se, com esta ausência física, componente do ser humano, pois a realidade é dinâmica e temporal. A cultura pé de serra caracteriza-se, dessa maneira pelo antagonismo de duas gerações, que sofrem transformações, segundo os tempos do território. Compreender as especificidades de um território requer, ainda, um esforço reflexivo no intuito de perceber a relação estreita que existe entre o território e a identidade do grupo, como discutido a seguir.

3.4 A força da identidade territorial

O conceito de identidade tornou-se essencial, nos dias atuais, como forma de contrapor ao processo excludente do mundo, em crise de valores, com sentidos voltados para o desenvolvimento do mercado - como percebido nas fronteiras desenvolvimentistas, correspondentes ao território mocambeiro. O pensar relacionado da identidade/tempo/espaço e sujeito elencado em Hall (2006) comunga com Touraine, (1994b), quando pensa o sujeito não como indivíduo, pois "ser sujeito" significa ter a vontade de ser ator, isto é, atuar e

modificar o meio social mais do que ser determinado por ele[68]. Sendo assim, o sujeito age no espaço conforme seu aparato cultural, transformando-o em território, salientando que o espaço influencia práticas em que o sujeito também é modificado, incidindo no processo da construção do território.

Em outra abordagem, as relações de poder interferem nas dinâmicas de construção da identidade e das relações com os territórios. Segundo Foucault (2006), há uma interferência das relações de poder tanto na esfera macro como na esfera micro relacionadas fortemente com a formação da identidade. Desse modo, o autor afirma "[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso". (FOUCAULT, 2006, p. 8).

Na mesma abordagem do poder, Castells (2010) afirma que toda e qualquer identidade é construída e questiona: como é construída, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. Para sistematizar esse conhecimento o autor distingue três formas e origens de construção da identidade: a) Identidade legitimadora, que objetiva expandir e racionalizar o domínio de instituições dominantes; b) Identidade de resistência, decorrente de trincheiras de resistência formadas por atores desvalorizados que lutam por princípios diferenciados das instituições da sociedade; c) Identidade de projeto, que advém quando há uma construção de nova identidade e os atores sociais buscam a transformação da estrutura social.

Porém, ainda, conforme o autor, há flexibilidade na construção, desconstrução e transformações entre as três formas e origens de construção de identidades, caracterizando a sociedade em rede e, visto assim, conforme a teoria social, nenhuma identidade pode se constituir em uma essência. Nesse sentido, o mocambeiro adiciona a identidade de resistência à medida que resiste às investidas das instituições particulares e do Estado, permanecendo no lugar e usando de estratégias relacionadas à invisibilidade como estratégia para manter-se no território.

A identidade territorial é adicionada pelas apropriações simbólicas e materiais com o território. A coesão social do grupo, o relativo isolamento, o modo de vida ligado à ancestralidade e a presença contínua de um morador no território, em constante habitar, cuidar, constituem elementos ligados à resistência, segundo o depoimento:

[68]Touraine (1994b) esclarece que a liberdade do sujeito será construída em sua relação com o outro, na alteridade, mas não na subjugação, não na integração sistêmica acrítica, mas na busca do reconhecimento, na sua universalidade e na sua particularidade, fator importante para a compreensão da identidade.

> Quando teve o processo... de Usucapião, né? Quando o Tião Mendes vinha aqui direto, ameaçar, falar que nós tinha que sair dessas terras, esse confronto ficou na cabeça da gente daqui. Nós daqui acha Mocambo é muito bom. Antônio foi o que penou mais. Minha filha, quando vem me ajudar na arrumação da casa, ela fala pra eu ir embora, morar lá. Não vou de jeito nenhum, não tem condição. Vou fazer lá o que? Nós tão fincado aqui. Todo mundo juntou e não arredou o pé e combinou de não dar corda pro Tião e pro povo dele. Foi difícil resistir o povo forte de Tião (Dona Conceição).

Em outra vertente, a percepção da diferença para entender o conceito, é tratada em Silva (2000), ao evidenciar que a identidade é resultado do processo de produção simbólica e discursiva, fazendo parte de relações sociais impostas, disputadas. Assim, há o eu e o outro; nós e eles; norte-mineiros e mineiros[69]. É dizendo o que não sou é que eu mostro o que sou.

> Quando ocê chegou aqui da primeira vez, eu pensei de primeira mão que ocê queria era ser candidata. O povo daqui só recebe visita assim, de mais tempo e mais vezes é nos tempos de eleição. Vem gente de fora e conversa. É bom pra todo mundo aqui saber que tem gente que gosta de ouvir a história do nosso povo. Tem povo aí de fora que não liga pra nós não, não enterte com a gente daqui. É... tem gente que a gente habita mais (Jurialva).

Destarte, "a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais". (SILVA, 2000, p. 81). Junto a esse ingresso distinto, afirmado pelo autor, aos bens sociais, materiais e culturais, imbricam-se fundamentalmente a relação de poder infiltrada em territórios, moradias, indivíduos, confirmando que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela.

Evidencia-se assim, a identidade territorial defendida em Haesbaert (1999), ao considerar que "toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta". O autor entende que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes. As identidades, portanto, só são territoriais quando sua estruturação depende, sobretudo, da apropriação simbólica *no* e *com* o território, como se pode apreender na fala de um ex- morador:

[69] COSTA (2003), ao diferenciar os norte mineiros, da região Norte de Minas Gerais e os mineiros, de outras partes do estado. No campo da identidade, há dualidade histórica cultural com duas formações que se articulam no processo da constituição mineira, com uma luta de posições sócio histórica. A mineração, bem posicionada discursivamente e a posição pastoril, com pouca discursividade sobre si mesma.

> O povo de Mocambo é povo simples, bão, vivia no mato, igual um bando de índio, atravessando rio cheio. Depois começou a civilizar, a representar. Era um povo de pouca conversa. Hoje modificou. A pessoa chega, eles representa. Plantava a roça no bico da enxada. Vivia covando a terra, vivia só da terra. Plantava era muita mamona. Vendia a mamona e segurava o milho e o feijão, pra esperar o ano. Depois, a mamona foi proibida, porque o gado eva, é, empazina e morre. Hoje eles tão tudo acabando, morrendo tudo. Eu era amigo demais de Antônio Evaristo. Morreu aqui. Hoje, vai um, vai outro, vai ficando só rapazinho novo (Seu Osório de Jesus).

A identidade territorial é encontrada no campo da simbologia relacionada ao tempo, ao espaço, ao poder dos *de fora* para com *os de dentro* e nos remete ao território, podendo nos ajudar a reforçar a história, a geograficidade[70] e a memória do sujeito que revive o caminhar dos antepassados na comunidade, mantendo vivas as características dos meios de vida (HAESBAERT, 1999). Abaixo, a percepção do mocambeiro pela professora:

> Eu e Juquito fomos ao Mocambo, aliás, eu chamo lá de Recanto, porque lá é um recanto, comprar frutos secos do campo: canoinha, pereirão, caroba em novembro de 2012, pra vender em Joaquim Felício em Diamantina. Paramos em um riacho de água gelada, doce, lindo. Acho o povo de lá sem perspectiva, sossegado. Na casa que fomos o rapaz morava sozinho, ele fica lá sozinho (Maria Duarte de Souza, 64 anos, moradora de Bocaiuva, em relato a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2013).

O modo de vida mocambeiro, após a fronteira da pecuária, adquiriu aspectos de contradições, já que a identidade territorial foi construída pelas relações segundo o livre acesso aos recursos naturais, à medida que o espaço foi sendo territorializado, conforme a entrevista.

> Hoje tem fazenda espalhada por tudo quanto é canto de Mocambo. A fazendinha deles ficou areunida no pé de serra. O rio cinge pra fazer a divisa. A terra é boa, a areia é só na beira do rio. Pra fora a terra é boa. Eles vive é assim, produzindo pra um, produzindo pra outro. Por isso, é que eu falo. Pros que mora lá eles não deve de ta agradando, pros que mora aqui, eles passa na minha porta, eles nem liga mais pra Mocambo. O que tô falando é isto mesmo (Seu Osório de Jesus).

[70]A geograficidade está relacionada às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos os ambientes, como nos relacionamos com os espaços e com as paisagens, construídas e naturais. Atribuímos através de nossa geograficidade conceitos de bom ou de ruim a determinadas experiências. É considerada universal, necessária e intrínseca ao indivíduo de modo tal que ele acaba por esquecê-la, assim como o faz com sua vida psicológica (MELO, 2009). A geograficidade permanece aceita e discreta, mais vivida do que expressa. Conforme Souza (2010), a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território.

No início, os mocambeiros territorializaram o espaço, quando viviam relativamente isolados, devido às dificuldades da época, mas não tinham problemas de fronteiras aparentes, enquanto as territorialidades resultavam no modo de vida assimilado pelos antepassados. A construção da identidade territorial e de lavrador se formou, mantendo-se nos dias atuais, estruturando-se de geração em geração, quando o lavrar, plantar, colher e o viver da terra possuíam significados e representações essenciais para o modo de vida escolhido, ainda hoje escolido e valorizado.

Ainda que o conceito de identidade encontre-se em crise, na identidade territorial, como discutido, há recorrência à dimensão histórica, ao imaginário social, de modo que diversos lugares e atividades servem de referência condense, à memória do grupo, (HAESBAERT, 1999), tal como ocorre com a serra, a cascata, o sistema de produção, os quintais, os rios, a roça, o trabalho.

> Desde pequena, eu ia pra maiada, derrubar fruto de tingui par fazer sabão. Ia eu, as meninas. Ia era distraindo. Levava mandioca cozida, banana ou fazia guisado. Fazia era na trempe, era comida boa. O trabalho era a distração. Não tinha esses negócio de distração de hoje. Pegava os frutos, né? Batia... batia e tirava a fruta de dentro da casca. Aí, punha dentro d'água de um dia pro outro, ou por umas hora. Daí limpava a pelinha pra ficar só a massinha. Punha soda. Antes fazia a solda. Sabe como é? Pegava a cinza. Molhava e colocava ela no alto. Aí, a mistura ficava pingando e aparava a água amarela, que era a soda. Depois, misturava a soda, punha no tacho e com pau de mamoninha mexia, mexia até dá ponto. Depois cortava. Escumava que só vendo. Outros dias, já vendia soda. Vinha nas latinhas que vendia nas vendas. Até pouco tempo, eu mais nova, quando já vendia sabão em todo lugar eu fazia sabão de tingui. Era muito melhor, só gastava as forças do braço. O tempo era muito melhor (Dona Jesus).

Em síntese, a identidade territorial parte da relação, material e simbólica, do modo de vida do grupo com e no território, cujos aspectos constitutivos se originam da percepção da diferença, aliada às relações de poder que insere representações sociais, auxiliando na legitimação de identidades. Esses elementos estão sintetizados na identidade territorial e de resistência identificada nos processos de desterritorialização e reterritorialização vividos pelo grupo.

3.5 Mocambo: lugar ameaçado

Mocambo é um lugar. Nem povoado, fazenda ou vila, mas um lugar. Lugar de comunitários, parentes, plantações, serras, baixios, várzeas, córregos perenes, contradições,

passado e presente. Por esta confirmação, o conceito, escolhido como referencial teórico, é usado no sentido de compreender as humanidades, as experiências, a estabilidade, a afetividade, como base da própria existência, pois se percebe que, de múltiplas formas, os mocambeiros cultivam o discernimento estético, moral e a afetividade, daí a nomeação a Mocambo.

A Geografia Cultural em seu caminhar epistemológico, privilegia o conceito de lugar como mediador da construção de identidade, para explicar o *mundus, desde* a Geografia Clássica do século XIX, quando era considerada a expressão do espaço geográfico em escala local e relacionada à origem da própria disciplina. Com a Geografia Humanista, na década de 1970, o conceito de lugar é apreendido como espaço vivido pela experiência e que ajuda a compreender a identidade do sujeito, assim como a comunicação e a interação.

> Nós aqui, debaixo desse pé de jatobá, vendo o leilão de Bom Jesus, comendo linguiça de boi... com esse som de viola, tem lugar melhor no mundo? Você vai ver é quando o povo beber umas pingas e pode ser vinho do leilão...Cantina da Serra e começar o forró. Só tem gente direita, respeitador. Vai ser até de madrugada. Eu coloco os meninos nas camas da casa de Branco (Seu Norberto) e danço até. Aproveita menina, que agora é só no ano que vem (Neusa Camila).

A partir de 1980, o conceito é então firmado:

> O lugar [...] tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado (TUAN, 1979, p. 387).

Ao ser usado para esclarecer a realidade de vida, o conceito recebe adjetivações, conforme Tuan (1983, p. 152): “os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato”, quando se refere ao lar, à permanência e ao envolvimento. O lugar existe em escalas diferentes, e é relacionado a coisas, desde o banco de tora à sombra da mangueira, até a Lapa. É relacionado ao tempo, interconectado ao espaço, “a região, compreendida pelo lar, escritório e praia, torna-se por si mesma um lugar, embora não tenha limites visíveis”. (TUAN, 1983, p. 202).

Perante a complexidade do lugar, o conceito é interpretado como expressão de tensões da modernidade, defendido em Ferreira (2000), ao destacá-lo a partir de três concepções: o lugar "fenomenológico", o lugar "radical" e o lugar "na busca da conciliação das divergências apresentadas através de novas visões do conceito". O lugar fenomenológico deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que nascemos. É, nos devidos termos, a consciência viva do ambiente familiar, a repetição ritual, o sentido de companheirismo baseado na experiência compartilhada, conforme a fala da mocambeira.

> Hoje, Liane não dá pro cê ver Juri, porque ela tá quebrando milho que deu pra valer, lá no Paulo, Graças a Deus. Há tempo que nós não planta na meia com ninguém, mas dessa vez, porque ele destocou muita terra, ele deu pra nós plantar milho na meia. A terra tava descansada. Mesmo com esse solão, a gente trabalha com vontade, vai dar muitos carroção, Graças a Deus. Tem que aproveitá, a vontade dele, né? Gê também plantou na meia, junto. Vai dar pro ano todo (Lucília).

O lugar compreendido como além da vida cotidiana, como ser-no-mundo é interpretado como:

> [...] o terreno onde são vividas as práticas sociais, é onde se situa a vida cotidiana, é o espaço praticado. A especificidade do lugar age deste modo, ativamente sobre o espaço social geral capitalista. No lugar estão presentes processos conflituosos e heterogêneos que, freqüentemente, operam em escalas mais amplas. O lugar seria uma parada nos fluxos de capital, dinheiro, bens e informações, representados pelo espaço hegemônico. O lugar é mais do que a vida diária vivida. Ele é "o momento" quando o concebido, o percebido e o vivido atingem uma certa "coerência estruturada" (MERRIFIELD, 1993, p. 525).

Em Mocambo o lugar é percebido quando, ao acordar, sente-se a bruma que encobre as vertentes e os picos da serra e, depois de lavar o rosto com água escura da serra, caminha-se para o encontro, para o desencontro, porque o lugar não é territorialmente delimitado, não é como no território. As ligações através do espaço e do tempo, "fazem o lugar ser mais uma rede dinâmica do que uma localização ou sítio específico" (FERREIRA, 2000, p. 80). O lugar ali possui significado simbólico para o morador, tendo como princípio a *topofilia* "incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material" (TUAN, 1980, p. 107).

Nesse sentido, Tuan (1983), interliga a noção de habitar ao lugar, compreendendo-o como o espaço habitado pelo homem, para a sua acomodação ou para constituir-se no palco

das suas atividades, complementando que a palavra habitar significa ocupar, acontecer, estar presente, ou seja, o habitar representa o modo como nós estamos no mundo. O ocupar o lugar interliga-se à palavra *topofilia* que, segundo Tuan (1980) define em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.

> A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e meio de ganhar a vida. (TUAN, 1980, p. 107).

Não há como negligenciar a importância dos próprios lugares como elementos simbólicos e mediadores na construção das identidades, estabelecendo mutuamente a identidade entre grupos e lugares. O lugar é associado à identidade e ao cotidiano e estas características vão além das relações econômicas (HISSA; CORGOSINHO, 2006). Os autores consideram que os lugares do passado se encontram no presente, na memória do agora ou, mais precisamente, em algumas circunstâncias, nas grafias passadas que sobrevivem ao tempo.

Conforme a identidade não fixa e coerente, para o morador do lugar, importa-se o aprender a conviver com as presenças e com as ausências, em especial com a dos filhos, alguns dos quais saíram para ajudá-los a ficar; outros, para levá-los com ele se conquistar novas territorialidades, novos sonhos. Os mocambeiros, ainda que na condição de cercados pelas empresas e instituições, continuam a cultivar a memória dos mais velhos, a viver e reviver histórias, a repensar o cotidiano, costumes, crenças, para a concepção de um futuro solidário.

> Aqui é difícil de viver, não tem nem escola pros filhos da gente. Ficar aqui não dá. Eu venho de vez em quando, arrumo a casa pra Jovelino (marido) porque os meninos têm que estudar. Como fica sem estudar nos dias de hoje, nem pensar. Eles gostam da avó demais (Dona Maria), que tá com mais de oitenta anos. Eu quero colocar eles na aula de computador, pra eles aprender outras coisas, ter um futuro melhor (Cássia Heloisa Caldeira Felix, 38 anos, moradora de Mocambo e Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro, em maio de 2011).

Dessa forma, os lugares carregam a história das identidades que se adaptam à vivência do mundo, sob a consideração da alteridade. O lugar é apreendido “[...] como um centro de

significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas que nunca deve ser reduzido a um símbolo despido de sua essência espacial, sem a qual a palavra lugar é no mínimo inadequada". (HOLZER, 1999, p. 76).

É associado ao habitar, ao cotidiano, à identidade, sedimentando e transformando costumes, contando e recontando histórias da gente de uma família só, do compadrio, que os mocambeiros preservam o lugar, como preservam a vida. Entretanto, a população envelhece, os jovens perdem a identidade territorial, ou pelo menos não cultivam elementos para fortalecê-la, migram-se, e então se questiona, até quando existirá este lugar Mocambo?

Para demonstrar a migração de jovens como fenômeno generalizado, Rothman et al. (2011, p. 250), ao tratar da história de resistência às barragens na comunidade rural Casa Nova, município de Guaraciaba, Minas Gerais afirmam: "quando o meio rural não proporciona condições de permanência, os jovens fazem a opção de deixá-lo, motivados principalmente pela "ilusão" de "vida fácil e conforto" no meio urbano". Jovens mocambeiros migraram em unanimidade, ainda que voltem em datas festivas, ou em casos de doenças dos pais, para ajudar nos trabalhos essenciais.

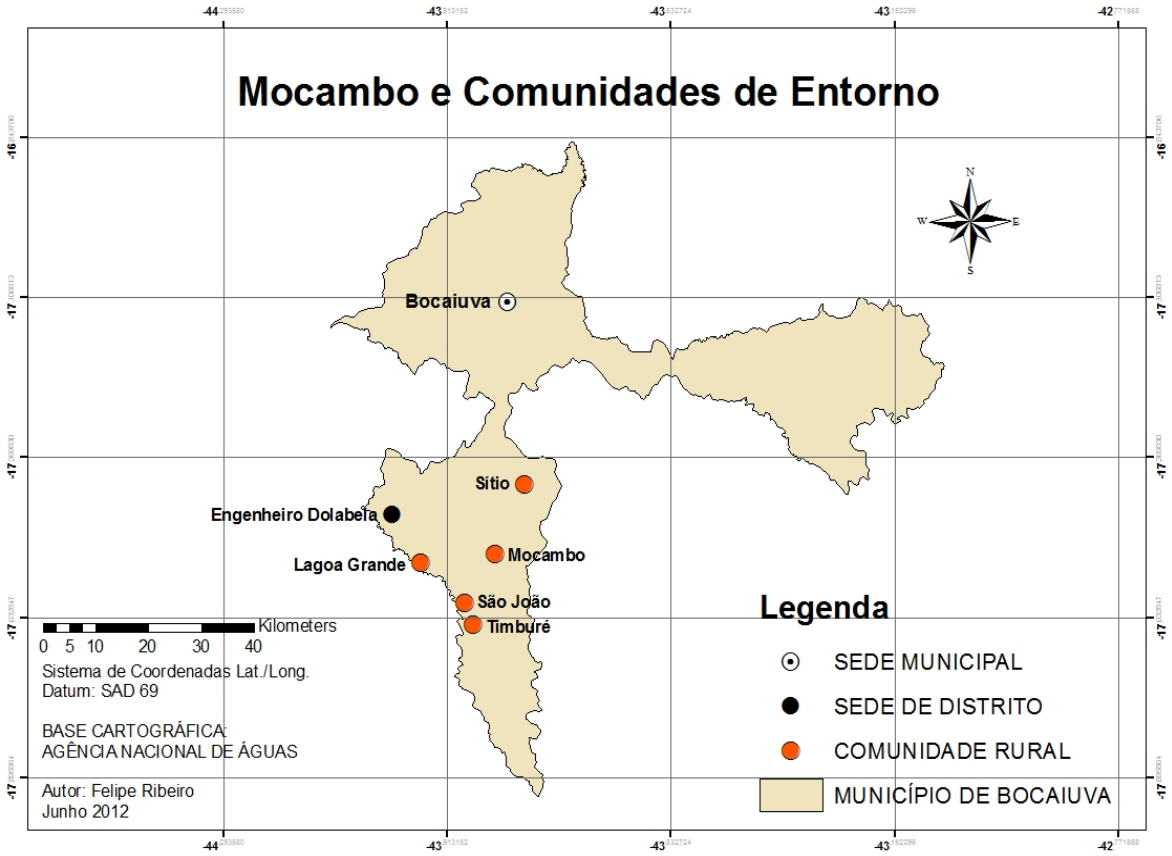
> Eu estou aqui porque pai tá adoentado. Estou desacostumado de ficar em Mocambo. O serviço da Roça com o gado é pesado e pai não tá dando conta. Se Deus quiser, logo ele melhora e eu posso voltar pra Bocaiuva (Sebastião Elton Evaristo, 30 anos, morador em Bocaiuva, relato a Eliane M. F. Ribeiro em janeiro de 2012).

O lugar é assim, apreendido, como síntese de vida pela população adulta e idosa, e como lugar não possível, ou seja, em *não lugar*, ameaçado, para a população jovem, que o habita em tempos especiais. A próxima seção discute-se a comunidade tradicional de Mocambo, apreendida como negra rural, em contexto histórico e político.

3.6 Comunidade tradicional: a identidade como determinante para coesão do grupo

Em escala identificadora a integração do espaço geo-histórico e simbólico, Mocambo é das cinco comunidades do espaço próximo, contribuintes na construção da identidade territorial do grupo: Fazenda Sítio, Timburé, Córrego São João e Lagoa Grande (mapa 9). A identificação socioespacial deve-se à composição populacional de características semelhantes, como a aproximação de elementos culturais, étnicos e históricos em comum, a religiosidade, a

ancestralidade negra, o passado associado à escravidão, o laço de vizinhança, a amizade e relação de venda e troca.



MAPA 9: Bocaiuva - comunidades que se dispersaram da Fazenda Sítio
Fonte: Agência Nacional das Águas - ANA (2012)

Pela fala do mocambeiro, apreende-se o sentimento de união e amizade relacionados a vizinhança e, ainda, o discernimento quanto à intensidade e profundidade das vivências mocambeiras.

> O povo lá de Lagoa Grande é daqueles que trabalha junto, é camarada. As pessoas de Timburé e Córrego São João, que é pertinho, é quase igual os daqui, né? Na época da Folia de Reis e de São Sebastião nós canta e dança, visita as casa todas da redondeza, durante dias, tudo junto. Mas também nas outras precisão, nas festas, a gente encontra. No trabalho é que nós é mais unido com Lagoa Grande. No Sítio, também, a gente é muito unido também. Antigamente era mais unido ainda, agora tá espaçando mais (Norberto Júnior dos Santos, 30 anos, lavrador, morador em Mocambo e Bocaiuva, entrevista a Eliane M. F. Ribeiro em maio de 2011).

Entretanto, em outra perspectiva, conforme a divisão política municipal, a das Associações Comunitárias, a comunidade Mocambo é considerada como única unidade,

apresentando características peculiares, conforme o projeto de Lei N/ 2. 564, de agosto de 1995, com a designação de Associação Comunitária dos Moradores de Mocambo - ACM. Essa perspectiva retrata as relações dos comunitários com a prefeitura de Bocaiuva e que são percebidas sem se levar em conta fatores históricos e culturais.

O conceito de comunidade tradicional é relevante neste estudo, uma vez que a acepção se refere ao agrupamento de sujeitos no lugar, conforme o tempo e o espaço, o parentesco, o compadrio e o entendimento ligado ao *ser* e ao *pertencer*. A comunidade possui ligações diretas e indiretas com o espaço onde se insere, atribuindo à vinculação direta a mutualidade, enquanto a vinculação indireta corresponde à relação com o mercado de trabalho, com as instituições públicas e com o poder político, que em geral reside nos grupos de comunidades maiores ou da cidade próxima.

De acordo com Little (2002), a diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada da extraordinária diversidade fundiária em que as sociedades indígenas, os remanescentes dos quilombos e as formas fundiárias mantidas pelas diversas comunidades formam os principais grupos. Em vertente diversa, mas complementar, Barreto Filho (2001) afiança que as populações tradicionais se relacionam em profundidade e cotidianamente com a natureza e, a partir do princípio, cria-se um *corpo de saberes*. Em Mocambo, percebe-se esse corpo de saberes a partir da coletividade, na produção de alimentos, no uso de plantas medicinais, na construção de moradias e utensílios domésticos, no modo como praticam o extrativismo vegetal, na coleta de frutos do Cerrado, prática de baixo impacto ambiental.

Pela perspectiva dos bairros rurais[71], em alusão à comunidade tradicional, Cândido (2010) assevera que nessas unidades, há formas desenvolvidas de cooperação vicinal, divisão de trabalho, consciência de grupo e coordenação de atividades. Na argumentação, o autor afirma que geralmente o bairro rural é iniciado por uma família que ocupa a terra e estabelece as bases da sua exploração e povoamento, em que ao território junta-se vínculo de solidariedade e desenvolve consciência própria.

O autor argumenta que “o aparecimento do bairro era, não raro, devido à subdivisão da propriedade, numa paragem sobrecarregada de herdeiros, alguns dos quais buscavam oportunidades no sertão, onde se formariam novos bairros” (CÂNDIDO, 2010, p. 92). O bairro se caracteriza como um grupo de vizinhança que promove trabalhos conjuntos

[71] Cândido (2010) define e limita bairro rural como comunidade rural, realçando as seguintes características da sua cultura: isolamento, posse de terras, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terras e margem de lazer.

comemora datas ligadas ao calendário agrícola e religioso, não compreendendo, necessariamente, uma divisão administrativa.

Outra autora que emprega o termo bairro rural, em referência à comunidade tradicional, considerado importante para este estudo, Queiróz (1973), o define como:

> aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível social igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade (QUEIRÓZ, 1973, p. 49).

O bairro rural caracteriza-se pelo pequeno núcleo de habitações e pelos vínculos sociais que unem os membros num mesmo nível, tanto econômica quanto socialmente, mantendo afinidades com a religiosidade. A comunidade tradicional se configura, então, como uma unidade territorial geográfica a partir da identidade territorial "num entendimento de que se caracteriza como uma fração do território (diferente daquela produzida diretamente pelo capitalismo) que é o resultado da articulação das unidades camponesas, que por sua vez, são determinadas pela liberdade e autonomia". (BOMBARDI, 2004, p. 62).

A partir das inferências dos autores referidos, e ao considerar o mundo rural como diversificado, recorre-se a Brandão (2007), ao postular que, onde parece haver uniformização crescente e irreversível, há diferenciação de formas culturais e modos sociais de trabalho no campo. Assim, raros são os casos puros de campesinato exclusivamente agrícola em comunidade, nos quais o sistema de produção, como a pesca, a agricultura, a pecuária, a produção doméstica de artesanato, a carvoaria e a migração sazonal se complementam e tornam viável a própria reprodução da unidade social. De tal modo, o eu e o outro se complementam, se reproduzem no cotidiano da comunidade (BRANDÃO, 2012).

Por isso, nesse trabalho, o conceito de comunidade tradicional, conforme Brandão (2012) e a partir da pesquisa no Sertão Rosiano, contribui para o entendimento do Mocambo, pois considerado por ele como um grupo local que desenvolve:

> a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma

> totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (BRANDÃO, 2012, p. 379).

Complementa-se o conceito esclarecendo que o termo *tradicional*[72] deriva do latim, origina-se de *traditio,* que significa entrega e, conforme Little (2002) é reconhecido como realidade fundiária pós-moderna do século XXI, quando esse autor demonstra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação.

Os povos e comunidades tradicionais existem no país antes do *descobrimento* do Brasil, mas o termo passou a envolver evidência da problemática ambiental, quando criada a Unidade de Conservação - UCs, área protegida pelo IBAMA para resolver questões afetas às comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas.

> Em 1992 é criado no âmbito do IBAMA o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, Cf. Portaria/IBAMA. N. 22-N, de 10 de fevereiro de 1992, que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNTP, bem como aprova seu Regimento Interno. A Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas "populações tradicionais" (Art.17) ou "populações extrativistas tradicionais" (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável). (COSTA FILHO, 2008, p. 1).

A partir da década de 1990, percebe-se um avanço no reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, especificamente, os relacionados aos direitos humanos, nas normas internacionais e na Constituição Federal Brasileira, como os Artigos 215 e 216[73]. Mais tarde, conforme o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, o texto[74] do Decreto N° 4.340, de 22 de agosto de 2002, registra "O reconhecimento da existência das Populações Tradicionais em várias Unidades, o respeito aos seus direitos da cidadania e a percepção dessas comunidades como possíveis e importantes aliadas para a conservação da natureza".

---

[72] Segundo Godoi (1998) estudiosos referem-se à relação do verbo *traditio* com o conhecimento oral e escrito, do que é entregue, passado de geração em geração.
[73] Aferir Seção II Da cultura, Art. 215 e 216, da Constituição Federal.
[74] Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno-18-2ed-pdf>. Acesso em: 27 nov. 2012.

O Estado reconhece a existência das comunidades tradicionais e, em seguida, é instituída no âmbito do Governo Federal a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais – Decreto nº 10.408 de 27 de dezembro de 2004. Para estabelecer uma política de apoio a esses grupos, em especial se tratando das diretrizes das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, embora o Estado não efetiva, na prática, as leis, artigos e decretos estabelecidos por ele.

Os quilombolas, descendentes de africanos escravizados, mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Órgãos do governo, como a Fundação Palmares[75], assessora as comunidades juridicamente e desenvolve projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Ter garantido seu direito a aspirar àquilo que o Estado deve proporcionar a todos os brasileiros, o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à moradia é um direito a ser conquistado, autoidentificando ou não com a categoria quilombola.

Querer questionar a constitucionalidade é negar a realidade quilombola e a influência na História de resistência do negro no Brasil; sua importância histórica, cultural e reafirmação da identidade étnica. Nesse sentido, o posicionamento do Partido Democratas[76] (DEM), é pelo menos anti-histórico, como pôde ser constatado em abril de 2012, quando o partido e a bancada ruralista contestaram o Decreto Federal 4887/2003, que trata do reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) alegando a inconstitucionalidade deste.

Como o impasse ainda não foi resolvido pode-se constatar que tais práticas tratam-se de um sequestro das garantias e conquistas sociais do estado de direito. A partir do exposto, comprova-se o continuísmo baseado nas dificuldades dos povos e comunidades tradicionais em encontrarem um caminho à efetivação do direito, ainda que seja reiterada a importância desses grupos para a constituição das matrizes socioculturais brasileiras.

Conforme Figueiredo (2008), a década de 1980 é um marco importante para as instituições democráticas brasileiras que agregam aos direitos civis e políticos, os sociais como os relativos a gênero e geração, de minorias raciais e étnicas e ainda os culturais, consumeristas e ambientais. A emergência mais ampla do direito do reconhecimento trata da afirmação e das prerrogativas desses grupos minoritários.

A categoria remanescente de quilombo evocava o sentido histórico de quilombos como comunidades de negros fugidos à época da escravidão. Com a interpretação do

[75] Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 28 nov. 2012.
[76] Disponível em: <http://www.12senado.govbr/notícias>. Acesso em: 25 nov. 2012.

dispositivo constitucional de 1988, tal categoria tende a ser substituída pela categoria de comunidade negra rural, visto que há um entendimento sobre a existência de quilombos históricos originários apenas do período escravocrata. Assim,

> O reconhecimento dos direitos relativos às comunidades quilombolas, quer seja no campo de debates públicos em torno dos significados das categorias constitucionais, quer seja nas práticas interpretativas locais, é tomado, aqui, como exemplar do exercício de interpretação do direito por uma comunidade ampliada de intérpretes(FIGUEIREDO, 2008, p.9).

Segundo Silvany Euclênio Silva,[77] além da ADI proposta pelos Democratas, foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/200) que também dificulta demarcações de terras de comunidades tradicionais. Assim, a comunidade negra rural Mocambo, ao adicionar a identidade territorial, mantém a reprodução dos seus membros que, embora em risco, compõem um lugar em que se inclinam ao bem comum e desapoiam o cotidiano individualista. Os mocambeiros têm voz e vez para o viver dentro e fora da comunidade, ao acessar as políticas públicas, ao conviverem com outras instituições, ainda que nem sempre tenham receptividade do governo, em qualquer âmbito.

[77]Silvany Euclênio Silva, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social - Supremo Tribunal Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões levadas a efeito ou apenas sugeridas, verifica-se ser a região Norte de Minas lócus de relações sociais assimétricas de poder, em grande parte pela implantação de projetos governamentais destinados a levar às regiões carentes, de fronteira, o desenvolvimento econômico. Essa conjuntura resulta em diferentes modos de apropriações da natureza, impressas nas formas do espaço, segundo a cultura e identidade, observado no ordenamento territorial dos interstícios norte-mineiros, como no Mocambo, foco deste estudo.

O território-lugar Mocambo, ao viver múltiplos movimentos conforme o poder, e não territorialmente delimitado, e apreendido também como comunidade, ao manter a singularidade e a necessidade de outros para sua realização, é exemplo da forte interferência política em dimensão nacional. Cercado pelas fronteiras desenvolvimentistas representadas pelas fazendas pecuárias, pelas unidades de conservação de proteção sustentável e integral, pelo assentamento de reforma agrária e pela barragem, sofre processos de territorialidades, quando tenta criar discursos e identidades para reconhecimento dos direitos territoriais, ou para manter o território.

Para clarificar essa teia de interferências e vivências mocambeiras, discutiu-se o conceito de território conexo aos sujeitos sociais; o de territorialidade, percebido como resultado de procedimentos sociais intrínsecos à identidade; o de cultura, compreendido na busca do sentido das condutas do sujeito, retratadas nas crenças, saberes, sabores, fazeres, e impressas na morfologia do espaço; o conceito de identidade, vinculado ao território; o de lugar, que clarifica o cotidiano e a afetividade; e o de comunidade, apreendido quando o sujeito a reconhece como herdeira de nomes, tradições, direitos de posse. Ao apropriar-se dos elementos da conceituação, percebe-se que os questionamentos, acrescentados à empiria, colaboraram na apreensão de certos aspectos das relações, mas não para respostas categóricas relacionadas aos problemas tão arraigados da comunidade Mocambo.

A de se destacar, alguns resultados da pesquisa, ressalvadas as limitações das generalizações a partir de estudos como o apresentado. Inicia-se por evidenciar que o Mocambo - ainda que influenciado pelas instituições federais, estaduais, municipais e particulares, o que o interliga às relações, ações e reações de atores externos ao modo de vida dos comunitários - conserva valores de reciprocidade e solidariedade entre *os de dentro.* A luta pelo modo de vida ancestral encontra no cotidiano, barreiras quase intransponíveis, como

os processos históricos; mas os valores inerentes à identidade territorial, à cultura permanecem e resistem.

Outro resultado se refere à dificuldade do Estado, na incapacidade ou no desinteresse em regular e/ou interferir na economia do território-lugar, que, cingido, se torna invisível aos olhos da sociedade e do governo. Esta dificuldade geo-histórica, confirmada pela estrutura das legislações fundiárias brasileiras, como a Lei de Terras e Estatuto das Terras, confirma a política hegemônica dos grandes proprietários, contribuindo para exclusão das comunidades tradicionais. Considera-se que o costume e a vivência deveriam ser considerados fonte de normas e regras, possibilitando ao comunitário os direitos relacionados ao uso da natureza.

Ainda que a Constituição de 1988 possibilite caminho para o reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos, na prática isto pouco acontece. A possibilidade é escassamente divulgada no meio rural, e as comunidades desenvolvem estratégias distintas, relacionadas aos processos de reconhecimento social ou jurídico, inclusive de adesão a elementos que contrastam com seu modo de pensar e agir, para garantir a manutenção do território e a afirmação sociocultural.

Assim, o reconhecimento de comunidades negras rurais como Mocambo, por exemplo, torna-se complexo devido aos interesses em jogo, embora haja esforço interpretativo de pesquisadores da academia no sentido de contribuir para a interpretação do texto constitucional. Entretanto, há embate discursivo e jurídico contrário à abrangência dos direitos constituídos para a categoria *comunidade negra rural*: a integração não parece interessante à classe socioeconômica dominante do país.

Com base na pesquisa, em relação aos problemas sociopolíticos como a dificuldade do acesso às políticas públicas, e sempre considerando o clima de respeito mútuo, foi apresentada aos mocambeiros a possibilidade de aceitarem a categoria *quilombola* para ingresso aos direitos, como os garantidos pela Constituição de 1988. Nesse contexto, foi realizada uma reunião, em julho de 2012, tendo participado membros da EMATER e amigos comuns, quando percebeu-se, pelo silêncio, a resistência de dois moradores mais idosos no sentido de se apropriarem da nova categoria como síntese do grupo.

Na abordagem do acesso diferenciado a direitos sociais, Mocambo não está organizado para reivindicar seus direitos inerentes à condição étnica, fato confirmado em meio ao estudo, quando a comunidade poderia ter-se reunido para iniciar o processo de reconhecimento. A primeira atitude sugerida foi a de acrescentar-se ao nome da associação o

termo *quilombola* e encaminhar correspondência a Palmares, com assinaturas dos componentes.

Como os mocambeiros não se reuniram para tal finalidade, compreende-se que a sua estrutura social articula ações que sinalizam a coesão interna arraigado no processo de invisibilidade que, historicamente, viabilizou a reprodução do grupo. Alguns elementos subsidiam a percepção por parte da pesquisadora: primeiro, o fato de ser a categoria *quilombola* de conhecimento recente para o grupo; segundo, a questão fundiária deixou de ser o problema central da comunidade, visto que, em 1986, em ação de usucapião coletiva, foi deferida a posse legal de 267,48 ha (duzentos e sessenta e sete e quarenta e oito hectares) de terras, divididas entre as famílias, com aproximadamente cem habitantes.

Entretanto, percebem que a terra já não produz como antigamente, até porque as roças são plantadas sempre nos mesmos terrenos; tivessem mais terras, poderiam usar o sistema de rotação de espaços e culturas, como, aliás, faziam os ancestrais. O terceiro elemento se refere ao fato de se conformarem com o contínuo esvaziamento social do entorno a partir da difusão da pecuária, o que tem inviabilizado inclusive o crescimento do grupo populacional, porquanto levantamento demográfico identificou população sempre menor e maior migração de jovens.

Quarto elemento: os mocambeiros julgam natural a condição de marginalização relacionada à economia, ao social, à saúde e ao lazer, quando não se acham em condições de reivindicar melhoria nas necessidades vitais básicas. Pelas suas características socioculturais se sentem inferiorizados, pois não têm transporte público, trabalhos condignos e instituições estaduais e/ou municipais de cooperação e parecem conscientes de sua condição, o que se confirma em suas relações com fazendeiros vizinhos e técnicos ambientais, quando não se unem para possíveis reivindicações.

O quinto elemento se entrevê no fato de o território coletivo dividir-se apenas pelas relações de uso de cada família, de modo que inexistem delimitações legais, condição que sinaliza conflito interno não impeditivo de relacionamentos de parentesco, de amizade e ajustamento quanto às questões externas, mas que biparte o grupo e poderá fragmentá-lo politicamente, pois socialmente se mostra coeso. Diante da situação, a realização de inventário da herança, talvez possa estabelecer divisão de terras por herdeiros e/ou individualmente, o que depende de conhecimento e tempo e, por conseguinte, de novos estudos.

Por fim, o sexto elemento, que parece voltado para o fato de os mocambeiros não reconhecerem a comunidade como *quilombola*, desprezando acesso às políticas públicas, o que possibilitaria mudanças internas significativas. Mas ainda não foram capazes de internalizar os direitos que a sociedade nacional lhes colocou com a promulgação da Constituição. Na comunidade inexistem equipamentos públicos básicos e, nesse sentido, a postura da pesquisadora foi ouvi-los, e em nenhum momento houve imposições para mudanças de comportamento, de modo de vida, de acesso à categoria *quilombola*, pelo contrário, o relacionamento foi de respeito, aprendizagem e amizade.

Em outra perspectiva, confirmam-se processos socioeconômicos e culturais sofridos pelos mocambeiros, tendo o primeiro a registrar ocorrido no *tempo pós-chegada*, quando os dois escravos, fugindo da escravidão, transformaram o espaço pé de serra no território sonhado. O segundo adveio quando a empresa Matarazzo declarou falência, causando a ruptura das relações de troca e venda com os dolabelenses, o que inviabilizou o desenvolvimento do sistema de produção, quando não havia demanda para a produção, confirmando a desterritorialização causada pelo enfraquecimento da atividade econômica (HAESBAERT, 2005).

O terceiro aconteceu no *tempo das fazendas e do cercamento*, quando os donos da agroindústria inundam o território Cabo Verde, para a construção da Barragem do Caatinga, obrigando os mocambeiros a se reterritorializarem. Este é um processo de exclusão, ou melhor, de precarização espacial, que não se fundamenta apenas na perda da terra enquanto meio de produção, mas também num sentido e nível simbólico-cultural.

A quarta desterritorialização se refere às implantadas da APA Serra de Minas e PARNA - Sempre-Vivas, o que intensificou dificuldades de adaptação à nova territorialidade. À espera do reconhecimento formal de seu território como unidade de conservação de uso sustentável, do plano de manejo do parque, o que poderia criar trabalho para alguns, nem mesmo são informados sobre os trâmites legais aos quais estão sujeitos. Cada vez mais há visitações de ecoturistas, que trazem hábitos e valores externos, como o lixo observado nas trilhas das serras e cachoeiras, não se conhecendo nenhuma iniciativa de educação ambiental.

O quinto, considerado o mais invasivo, já que expropriou o modo de vida mocambeiro, constituiu-se no avanço das fazendas, tema detalhadamente discutido, sendo analisado como desterritorialização em consequência da crescente homogeneização cultural e econômica do planeta, pois o território deve ser valorizado pela diferenciação de diversidades, como a cultural (HAESBAERT, 2011). Entre outras dimensões, esses processos contribuíram

material e simbolicamente, para o cercamento, pondo em risco a reprodução do território-lugar Mocambo.

O processo socioeconômico à margem nesse trabalho é o da implantação da reflorestadora de eucalipto Vallourec & Mannesmann. Em primeiro lugar, a empresa se localiza não no entorno, mas em área circunvizinha, influenciando menos o cotidiano mocambeiro. No entanto, ressalte-se que a implantação da empresa não deixou de se constituir em expropriação: os comunitários deixaram de circular no espaço ocupado pela empresa, pela dificuldade de identificação com a estrada sempre transformada pelas exigências de acordo com o desenvolvimento das plantações de eucalipto; pela proibição do trânsito de *estranhos*; pela constante emissão de fumaça tóxica nas vias de acesso à comunidade.

Nesse debate, as territorialidades vividas não ajudam a desaparecer o território mocambeiro, compreendendo-o como múltiplo e mergulhado num sistema de redes e, ao mesmo tempo, se apresenta mais inalterável. Ao deter as terras dos antepassados, preservam características da luta pelo território, comprovando lógica sociocultural e econômica diferente daquela dos fazendeiros e de técnicos ambientais.

De forma fragmentada e latente, existe a luta pelo modo de vida escolhido, disso resultando comportamentos de possível retraimento, fato exemplificado pela resistência em não aceitarem participar do Conselho do Parque Sempre-Vivas, pelo acesso restrito às políticas públicas, à presença cotidiana no território de um dos moradores, ou não aceitação da categoria quilombola.

Ao término do trabalho, percebe-se haver questões a suscitar sobre o presente e o futuro do Mocambo. Diante das diversidades de leituras de mundo, vem à tona o fato de que a evolução das sociedades transforma-se num vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados para satisfazê-las (CÂNDIDO, 2010), o que possibilita refletir: se é inexorável o avanço das fazendas, comprovado o consumo de carne e derivados do gado, a quem importa que Mocambo se transforme em fazenda pecuária?

Dentre os múltiplos territórios apreendidos no território Mocambo, o da utopia indica que é possível acreditar: ainda que processos de globalização se intensifiquem, envolvendo dinâmicas de interligação de intercâmbio, de comunicação e mercado, as identidades territoriais fragmentadas, cercadas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, proliferaram,

acentuam-se (COSTA, 2002) e, possivelmente, conseguem se fazer ouvir pelo apelo à diferença.

E, ao acreditar que a história do homem simples é a história de todos nós, acredita-se que o sujeito imortal perdura ao longo das gerações no trabalho e na consciência de filhos e netos através da memória. Dessa maneira, talvez possa abrir questionamentos e possíveis caminhos em meio aos processos socioeconômicos globalizantes, à onda inflexível da economia de mercado (MARTINS, 2010), para continuar transmitindo valores, opções e modos de vida integrados à solidariedade e amizade.

> *“Saber não ter ilusões é absolutamente necessário para se poder ter sonhos”. (Pessoa F., 2010, p. 310)*

REFERÊNCIAS

CSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

ALIER, J. M. *O Ecologismo dos Pobres:* conflitos ambientais e linguagens de valoração.Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA COSTA, J. B. Natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira. *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Unimontes. V.1, n.3, dez./fev. 2005. ISSN 1806-6764.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: *Humanidades*, Ano IV, 1987/88, Brasília: UNB.

ALMEIDA, M. G. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: *Geografia e Cultura*: a vida dos lugares e os lugares da vida. ALMEIDA, G. A.de, CHAVEIRO, Eguimar Felício, BRAGA, Helaine Costa. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, M. G. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Ateliê Geográfico. *Revista Eletrônica*. Goiânia: v.1, n. 9. 2010.

ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. *Revista da ANPEGE*. Ano 2, n. 2. Fortaleza: ANPEGE, 2005. p. 103-114.

AMADO, J. Região, sertão, nação. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v.8, n°15, 1995.

AMORIM, J. R. de. *Oligarquias, Coronelismo, Caciques e populistas.* Montes Claros: Unimontes, 2000.

ANASTASIA, C.M. J. *A geografia do crime*: violência nas minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ANDRADE, M. C. de. *História econômica e administrativa do Brasil.* São Paulo: Atlas, 1982.

ARAÚJO, E. C. de. *Nas margens do São Francisco:* sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. [Dissertação de Mestrado], PPGDS. Montes Claros, MG: Unimontes/ PPGDS. 2009.

ARRUDA, M. B. et al. Ecorregiões, unidades de conservação e representatividade ecológica do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de: RIBEIRO, José Felipe. *Cerrado:* ecologia e flora. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos remanescentes: natas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: *Mana*. *Estudos de Antropologia Social*. Vol. 3, n. 2, outubro de 1997.

BADARÓ, R. *O Despontar da Modernidade*. Campinas: UNICAMP, 1996.

BALSA, C. et al. (Org). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social*. Uma abordagem transnacional. Ijuí, ed. da Unijuí, 2006.

BANDEIRA, M. L. de Terras negras: invisibilidade expropriadora. *Textos e debates* 1(2): 7-24. Florianópolis: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, 1991.

BARBOSA, W. A. de. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Saterre, 1971.

BARBOSA, W. de A. *Histórias de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARREIROS, E. C. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

BARRETO FILHO, H. T. "Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma noção". In: Worshop *Sociedades Caboclas Amazônicas*: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2001.

BAUMAN, Z. *Comunidade a busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Z. *Ensaios sobre o conceito de cultura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BAUMAN, Z. *Identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Z. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BERTONI, J. NETO, F. *Conservação do solo.* 4. ed. São Paulo: Ícone Editora, 1999.

BHABHA, H. (Org.). *Narrating the nation*. Londres: Routledge, 1997.

BOLSA VERDE. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Anna Blume, 2004.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. *Le lien territorial* : entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire) n. 20 (inverno). Paris, L' Harmattan-CNRS, 1996.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: *Geografia cultural: um século* (3). Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BOURDIEU; PASSERON, J. C. *A Reprodução.* Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org.) *Cultura brasileira* - temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. p. 16-41.

BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRANDÃO, J. H. A verdade histórica da Fazenda Sítio. [Jornal] *O Debate do Norte de Minas*. Geral. 02-07-2010, p. 4 e 5.

BRANDÃO, C. R. *Peões, Pretos e Congos. Trabalho e identidade étnica em Goiás.* Goiania: EdUnB, 1977.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e cultura.* Universidade Federal de Goiás: Goiás, 2007. Janeiro/ junho, vol. 10. P. 11-27.

BRANDÃO, C. R. Sertão, minha casa. In: COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. *Cerrado, Gerais, Sertão:* comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Montes Claros: Unimontes, 2012.

BRITO, I. C. B. de. *Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial:* O caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. [Dissertação de Mestrado]. Unimontes/PPGDS, Montes Claros, MG 2006.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito.* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVERA, M.F.M. de; RODRIGUES, L. (Org). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-346.

CASTELLS, M. *O poder da identidade.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

CASTILHO, M. W. V. de. *Da Passividade à Resistência*: vivências territoriais à margem do São Francisco. Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, UnB. 1999.

CHAUÍ, M. A história no pensamento de Marx, In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas, 2007, São Paulo: CLASCO. Disponível em: <http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/a_historia_no_pensamento_de_marx.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2012.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA. R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: ed UERJ, 1999.

CLAVAL, P. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA. R. L. (Orgs.). *Geografia cultural: um século (3)* Rio de Janeiro: ed UERJ, 2002.

CLAVAL, P. Hérodote and the french left. In: ATKINSON, David, DODDS, Klaus (ed.). *Geopolitical traditions: critical histories of a century of geopolitical thought*. London: Routledge**,** 2000.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 17-62.

CLIFFORD, J. Culturas Viajantes. In: ARANTES, A. (org.). *O Espaço da Diferença.* Campinas: Papirus, 2000. P. 50-79.

CONKLIN, H. *The relation of the Hanunóo culture to the plant world*. PhD. Dissertation. Yale University, Connecticut, 1954.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação : Um Exemplo. In :SANTOS, M. ; SOUZA, M.A. ; SILVEIRA, M.L. (Org.). Território Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994 b.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. e outros. *Território:* Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2006. p. 251-256.

CORRÊA, R. L. Manifestações da cultura no espaço. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA. R. L. (Org.). *Geografia cultural*: passado e futuro - uma introdução. Rio de Janeiro: ed UERJ, 2001.

COSTA, A. F. da. *Identidades culturais urbanas em época de globalização.* Lisboa: RBCS Vol. 17 n° 48 fevereiro/2002.

COSTA FILHO, A. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. [Tese Doutorado]. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA FILHO, A; ALMEIDA R. A. de; MELO, P. B. Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/oficinas-de-construcao-da-politica-de-desenvolvimento-sustentavel-para-os-povos-e-comunidades-tradicionais-de-14-a-23-09/comunidades-tradicionais-texto-referencial.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

COSTA, J. B. A. de. *A (des) invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais*: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. Montes Claros: Unimontes, 2009.

COSTA, J. B. A. de. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicasdiferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/ Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais.* Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p 77-97.

COSTA, J. B. A. de. *Mineiros e Baianeiros*: englobamento, exclusão e resistência. **[**Tese de Doutorado]. Brasília: Instituto de Ciências Sociais; Departamento de Antropologia/UNB, 2003.

COSTA, J. B. A. de. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Unimontes/SEMMA vol. 1 (3), 2005. P. 8-45.

COSTA, J. B. A. de. *Do tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos.* A identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Instituto de Ciências Sociais; Departamento de Antropologia/UNB, 1999.

COSTA FILHO, A. *Os Gurutubanos:* territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. [Tese de doutorado] Brasília: UNB, 2008.

COSTA FILHO, A. *Gurutubanos, Catingueiros e Geraizeiros*: identidades rurais, territorialização e protagonismo social. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Bahia, 01 a 04 de junho de 2008.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e Conservação Ambiental.CAPOBIANCO João P. R. et al. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira:* avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. ISA/Estação Liberdade, 2001.

DA MATA, R. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, M. C. et al. *A violência brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros y Biodiversidad em El Norte de Minas Gerais:* La contribuicion de La agroecologia e de La etnoeecologia em los estúdios de los agroecosssitema. [Dissertação de Mestrado]. Huelva: Universidad Internacional de Andalúcia, 1998.

DAYRELL, C. A. *Os Geraizeiros descem a serra*: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness. Montes Claros: Unimontes, 1998.

DIAS, C. R. P. *Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social*: uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG. [Dissertação de

Mestrado]. Montes Claros: Unimontes. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. 2010.

DIAS R. *Gestão Ambiental*: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R., S. V. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

DIÉGUES JÚNIOR, M. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de pesquisas educacionais, 1960.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro*. Brasília, 1991.

DOSSIÊ, INDUSTRIAL MALVINA: Duas décadas de calamidades e sofrimentos. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva, Comissão Pastoral da Terra-Norte de Minas, Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado de Minas Gerais-polo Norte. Bocaiuva, 1997.

DORIA, S. Z. 1995. O quilombo do Rio das Rãs**.** In: O'Dywe E. C (Org). *Terra de Quilombo.* Rio de Janeiro: ABA, 1995.

DUARTE, D. A.; ALUZIO, C. N. Disponível em: <http: // www. Estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/danielealmeidaduarteecristinanolialuzio.pdf>. Acesso em: 06 set. 2012.

DUPONT, H.: MARIANO, D. *Introdução à geologia da gruta da Lapinha e do Grupo Bambuí.* Disponível em: <http://escaladasdeminas.vilabol.uol.com.br/livro2html.> Acesso em: 26 jul. 2012.

EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1999.

FERREIRA, C. A. *Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado- Nacional:* os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX, 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003477012009000100003&scrip...>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FERREIRA, L.F. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, n. 09, jul.-dez. de 2000. p. 65-83.

FIGUEIREDO, A. L. V. de. *O "caminho quilombola":* interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos. [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UCAM/IUPERJ, 2008.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil.* Tradução de Milton Amado. São Paulo: EDUSP, 1975.

GEERTZ, C. *O saber local*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2009.

GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura; In: *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 185-213.

GERVAISE, Y. A transformação agrária do nordeste meridional (Norte de Minas Gerais), 1975. In: CARDOSO, J. M. A. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M. de et al. *Formação social e econômica do Norte de Minas.* Montes Claros: Unimontes, 2000. 428p. Cap. 3, p. 173-346.

GODOI, E. P.; NIEMEYER, A. M. (Org.). *Além dos territórios:* para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

GOMES, F. dos S. Quilombos do Rio de Janeiro no Século XIX. In: Reis, J. J; Gomes, F. S. (Org.). *Liberdade por um fio:* História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 263-290.

GOMES, N. P. de M.; PEREIRA, E. de A. P. *Negras raízes mineiras*: os Arturos. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GUIMARÃES, C. M. et al. MENDONÇA, C. P. *Levantamento (preliminar) das comunidades Afro-Brasileiras no Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, 1997. (mineo).

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*: do fim dos territórios a multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Beetrand Brasil, 2010.

HESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

HESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempo de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, n. 2 (4), Rio de Janeiro, ago 2007.

HAESBAERT, R. et al. *Território, territórios*. Ensaios sobre o ordenamento territorial. (Org.) SANTOS M.; BECKER, B. K. 2. ed. Rio de Janeiro: PD&A editora. 2006.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Zeny Rosendahl (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologia qualitativa na Sociologia.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, S. Quem Precisa de Identidade. In: SILVA, T. da (org)- *Identidade e Diferença*. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.39, 1996.

HISSA, C. E. V.; CORGOSINHO, R. R. Recortes de lugar. *Geografias*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.7-21, jan./jun. 2006.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*: O breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

HOLANDA, F. U. X. de. *Mudancismo e Conservadorismo no Ceará*: Desenvolvimento Rural na Era Jereissati (1986-2002). Fortaleza: FKA, 2006.

HOLZER, W. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

HOLZER, W. *O lugar na geografia humanista*: território. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, O. *A Sociedade Global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JOHNSON, A. G. Dicionário de Sociologia. *Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LARAIA, R. de B. *Cultura:* um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEFEBVRE, H. *The survival of capitalism*: reproduction of the relations of production. 2. ed. London: Allison & Busby, 1978.

LEITE, I. B. Terras e território de negros no Brasil. In: *Textos e Debates*, 1 (2), 1990, Florianópolis: UFSC/NUER.

LESSA, S. N. (Org.) *Mesonorte:* diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2007.

LESSA, S. N.; SOUZA, J. V. A. de. (Org.) *PLANOMESO* - Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri. Montes Claros: Unimontes, 2005.

LIMA, A. R.; KROEFF, D. R.; COREZOLA, F.C.; BRUTTO, L. F. Planejamento Participativo e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Tradicionais: comunidades indígenas, de pescadores artesanais e remanescentes de quilombos. In: Markus Brose (Org.). *Participação na Extensão Rural*: experiências inovadoras de desenvolvimento local, 2004.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Simpósio Natureza e Sociedade*: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antroplologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

LOPES, C. A.S. *Os Sertões nortemineiros*: fronteiras e identidades politizadas que afirmam a diversidade sociocultural do norte de Minas. [Dissertação de Mestrado]. Montes Claros, 2010.

LORENZI H. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 4. ed. Nova Odessa: Plantarium, v. 1, 2000.

MARANDOLA JR, E. *Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia*. São Paulo: Humanidades, 2009.

MARTINS, G. A. de. ; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.* São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARTINS, J. S. de. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. S. de. *Expropriação e Violência.* A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. de. *Fronteira:* a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. de. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*: estudo de sociologia do desenvolvimento. 2. ed. São Paulo, HUCITEC, 1976.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MAZZETTO, S. C. E. (2005). Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D. (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 217 a 244.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades* - teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, A. S. de. Disponível em: <http://www.enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/aline-de-souza-melo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2011.

MENEZES, E. F. de. *As Bacias Sedimentares Brasileiras (Características gerais).* Disponível em: < http://www.frigoletto.com.br/Geomorf/baciassed.htm>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MERRIFIELD, A. *Place and space*: a Lefebvrian reconciliation. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: MDS. Disponível em: <www.mds.gov.br/desenvolvimentopovosecomunidades-tradicio>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MONTEIRO, F. T. *Os (as) Apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG):* travessias e contradiçoes ambientais. [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: UFMG - Instituto de Geociências, 2011.

MOURA, G. As festas nos quilombos contemporâneos e a afirmação da identidade étnica. Caxambu: *ANPOCS XXI*: Seminário temático: Várias faces da cultura negra no Brasil-territorialidade, território e identidade, 1997 (mimeo).

MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*: a lógica costumeira e judicial dos processos de expropriação e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (Coleção Corpo e Alma do Brasil), 1988.

MOURA, K. V. R.; LIMA, G.F. Carência e involução socioeconômica do Distrito de Engenheiro Dolabela no município de Bocaiuva: consequências de políticas públicas inadequadas. In: *III Congresso em Desenvolvimento Social*: (Des)igualdades sociais e desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 211-213.

NOGUEIRA, M. C. R. *Gerais a dentro e a fora*: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. [Tese de Doutorado]. Brasília: 2009.

NOGUEIRA, M. C. R. *O campesinato brasileiro.* Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. São Paulo: FGV, 2002.

OLIVEIRA, M. M. de. *O processo de modernização no sertão norte-mineiro e a reprodução de formas arcaicas de dominação na Fazenda-usina Engenheiro Dolabela*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social.* São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, R. C. de. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas.* 2. ed. Montes Claros. 2000, v.1. p. 13-172.

OLIVEIRA, M. "Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira". In: *Revista de ciências humanas.* Curitiba: Editora da UFPR, n.7/8, 1998, p. 173-193.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma Etnologia dos Índios Misturados" Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. In: *Mana*. v.4. Rio de Janeiro: 1998.

PAIVA, E. F. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia:* Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PAULA, A. M. N.R. de. *Travessias-movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do Norte de Minas Gerais* [Tese de Doutorado]. Uberlândia: Sistema de Biblioteca da UFU, 2009.

PAULA, H. A. de. *As Origens de Montes Claros.* Montes Claros em foco. Montes Claros, ano XII, nº 36, 1979. p. 3-6.

PEREIRA Q. de M. I. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

PEREIRA, A. M. A Urbanização no Sertão Norte-Mineiro*:* Algumas Reflexões. In: PEREIRA, A. M.; ALMEIDA, M. I. S. de. (Org.). *Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.* Montes Claros: Unimontes, 2004. p.11-32.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região:* o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007, [Tese de Doutorado]. Uberlândia, MG: UFU/ Instituto de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PEREIRA, D. B. Paradoxo do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, A.; ASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental* – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRES, S. R. *Raízes de Minas.* Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979. p. 39-58.

POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

POLANYI, K. *A grande transformação:* as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTELLA FILHO, A. D. *Estado de Minas do Norte Já na década de 30.* Montes Claros: Editora Unimontes, 2006.

PRAIS, J. A. *A importância da Industrial Malvina para o desenvolvimento do Município de Bocaiuva*. [Monografia] Montes Claros: Editora Unimontes, 1992.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In: Reis, J. J. e Gomes, F.S (Org.) *Liberdade por um fio.* História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. (Org.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

QUERINO, A. J. A liberdade e os quilombos como fatores de ocupação do Norte de Minas, Montes Claros: Universidade de Montes Claros, 2006, (Mimeo).

QUEIROZ, M. I. P. de. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. P; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.*). Teoria e práticas territoriais*: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

REATTO, A.; CORREA, J. R.; SPERA, S. T. Solos do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. *Cerrado:* Ambiente e Flora. Planaltina - DF: Embrapa Cerrados, 1998. p. 47-83.

RELPH, EDWARD. *Place and placelessness*.London: Pion, 1980. Reportagem Canal Rural. Pecuária de corte: a fazenda pau de raio. Disponível em: <htpp://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=1698>. Acesso em: 24 jul. 2012.

RIBEIRO, A. C. T. A acumulação primitiva do capital simbólico. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (Org.*). Corpos e Cenários urbanos:* territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

RIBEIRO, E. M.; VEIGA, J. E. da; LORENA, C. *História Rural e Questão Agrária.* Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

RIBEIRO, E. M. F. *Bocaiuva*: Sociedade e Espaço. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988.

RIBEIRO, E. M. F. *Estrutura Geológica, Relevo, Solos e Minerais*. Bocaiuva: Verano Editora, 2006.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S.P. de; RIBEIRO, J. F. *Cerrado*: Ecologia e flora. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

RIBEIRO, R. F. *Florestas Anãs do Sertão*: O Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, R. F. *Sertão, Lugar Desertado*. O Cerrado na Cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIO, G. A. P. do. Espaço, economia e cultura: uma possível agenda de pesquisa. In: ROSENDAHL, L.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

RODRIGUES, L. Formação econômica do norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas.* Montes Claros: Unimontes, 2000.

RODRIGUES, R. L. *Identidade e mudança social:* comunidade tradicioanl quilombola e a construção da identidade coletiva. Montes Claros: Unimontes, 2011 (mimeo).

ROSA, J. G. *Grande Sertão*: Veredas. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSA, J. G. *Noites do Sertão (Corpo de Baile).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROTHMAN, D. F.; MAGNO, L.; DELESPOSTE, G. A. Na certeza de que a luta continua. In: ZHOURI, A. (Org.). *As tensões do lugar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

SACK, D. R. *Human territoriality*: its treory and history. Cambridge: University Press, 1986.

SAINT- HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, Ltda. 2000.

SAINT- HILAIRE, A. de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil.* Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. *Cerrado*: ambiente e flora. Planaltina - DF: EMBRAPA-CPAC, 1998.

SANTOS, M. et al. *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*: globalização e Meio técnico-científico Informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. *Sociedade e espaço*: a formacão social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977.

SANTOS, M.; RIBEIRO, W. C. (Org.). *O país distorcido*: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território*: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades*: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org). *Territórios e territorialidade*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCLIAR, C. In: VI Seminário sobre a Economia Mineira, 1992, Diamantina. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992. p. 29-52.

SEBASTIÃO, T. Aspectos da Colonização do Norte de Minas. [Jornal] *Minas Gerais*. Belo Horizonte, Cultura, 02-07-1939, p. 21; 01-07-1939, p. 11; 06-07-1939, p. 11.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Alfred A. Knopf. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Desigualdade Reexaminada.* Tradução de Ricardo Dominelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENNA, N. A. *A Terra Mineira.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925.

SILVA, C. A. da. Territori "ar" nas relações geográficas: os Xakriabá. In: III Congresso em Desenvolvimnto Social: (Des)igualdades Sociais e Desenvolvimento/ Universidade Estadual de Montes Claros, v. 1, n.1, Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

SILVA, C. N. da. *Territórios de Mando:* banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, p. 143-174.

SILVA, T. T. da. T. (Org). *Identidade e Diferença.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, G. V. Novos usos territoriais da fronteira Franco-Brasileira. In: PORTO, J.; CHELALA, A. C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. (Org.). *Condicionantes construídos:* reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses. Macapá: Jadson Porto, 2007.

SIMÕES, A. L.; CRUZ, A. C. *Costumes e tradições de um novo e velho sertão*: a fazenda sítio pela ótica do fotojornalismo. Montes Claros: FUNORTE, 2009.

SOARES, L. E. *Campesinato*: Ideologia e política. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOJA, E. W. *Geografia Pós-Moderna*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, E. W. *The Political Organization of Space.* Washington: Association of American Geographers: Resource Papers, 1971.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros* - Seção Três Lagoas – MS, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007, p. 126-148.
SOUZA, J. M. de. *Cidade:* Momentos e Processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: Marca Zero/ ANPOXCS, 1993.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L.; (Org.) *Geografia*: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 77-116.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. VON. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*: II Volumes. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1938.

STRAUSS, C. L. *As estruturas elementares do parentesco.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SUÁREZ, M. *Desconstrução das categorias Mulher e Negro*. Série Antropologia 133. Brasília: Departamento de Antropologia, 1992.

TEIXEIRA, R. O. S. A "rua" e o "nosso lugar". Processos de reterritorialização no licenciamento da Usina hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar*. Hidrelétricas, Sujeitos e Licenciamento Ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 127.

THOMPSON, P. *A voz do passado:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M. de: AMADO, J. (Org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade.* Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia.* São Paulo: DIFEL, 1980.
TUAN, Yi-Fu. *Dimension of Human Geography (Sacred Space. Exploration of an Idea).* Chicago: Chicago Reserch Paper, 1979.

TUPINAMBÁ, S. Livro dos governadores do Rio de Janeiro, 1697 a 1700. Rio de Janeiro: Arquivo Público Nacional, 1939.

VASCONCELOS, D. de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas*: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 1996.

VIEIRA, M. C. L. *Bocaiuva do Senhor do Bonfim*. Bocaiuva: Gráfica Bocaiuva, 2006.

VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorialsustentável. In: *EISFORIA*, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 311-334.

VIEIRA, P. P. Reflexões sobre a história da loucura de Michel Foucault. *Revista Aulas*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/24.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Introdução à Geografia Cultural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 27- 61.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra.* A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, E. O sítio camponês. In: *Anuário Antropológico/81*. Fortaleza: Edições UFC/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, K**.** Com parente não se negocia: Bo campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ANEXOS

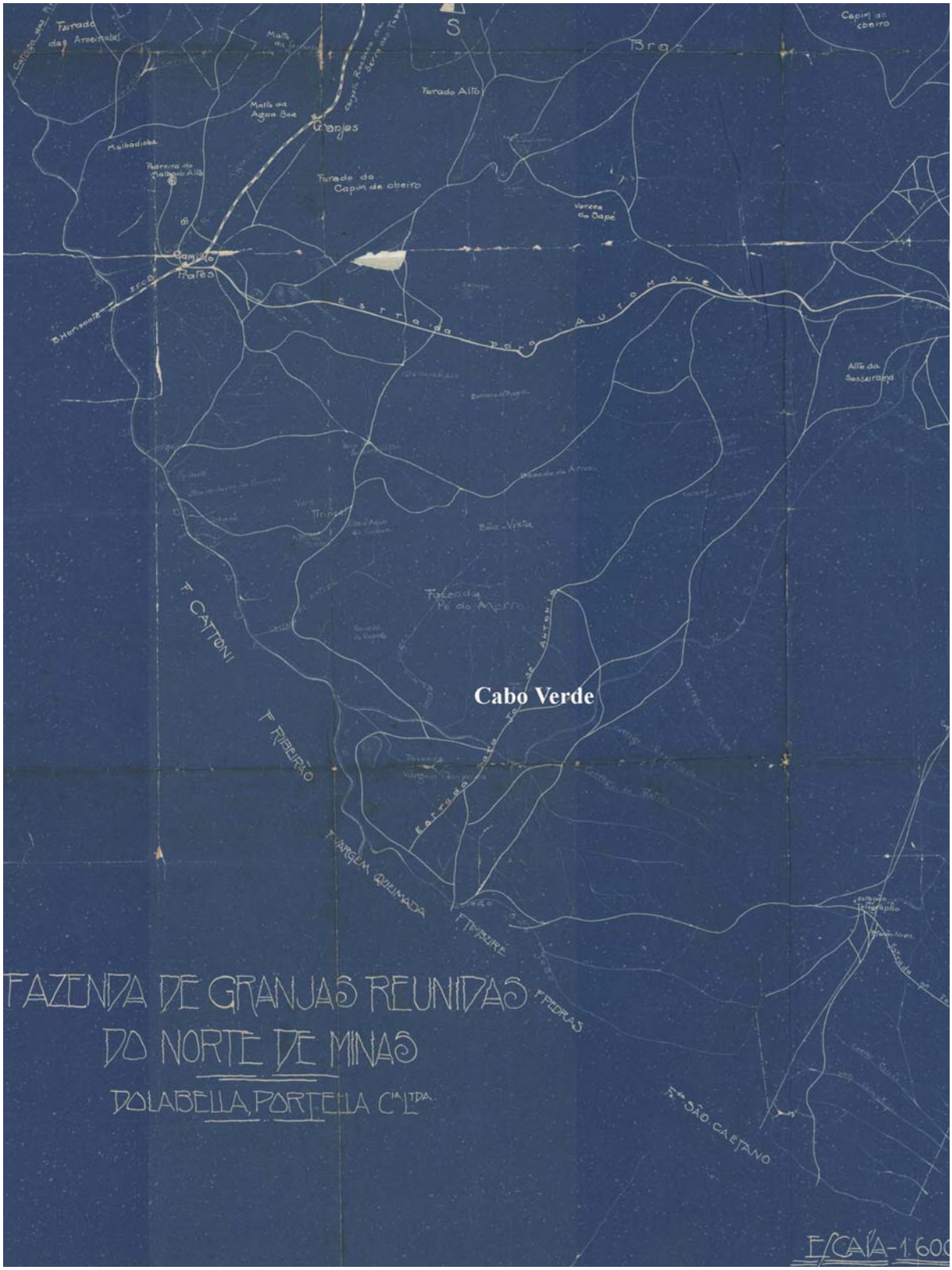
ROTEIROS DAS ENTREVISTAS APLICADAS

Roteiro para mocambeiros

- Conte um pouco sobre você. Onde você nasceu? E seus pais e avós? Sua família tinha terras? Como viviam?
- Onde e quando começa sua história em Mocambo? Seus pais falam sobre os parentes mais velhos? Como iniciou a comunidade?
- Quem são os seus vizinhos? Como você se relaciona com eles?
- Como você ganha seu sustento? Com quem você aprendeu a trabalhar?
- Como é o cotidiano em Mocambo? Quais as atividades que você pratica para manter seu modo de vida? Você está satisfeito com essa vivência?
- Por que eles não moram com vocês? Com que frequência eles comparecem em Mocambo?
- Com qual frequência e transporte você vai a Dolabela e a Bocaiuva?
- Quais as mudanças de vida mais importantes na sua história? Já ocorreram problemas fundiários? Como conseguiram legalizar as terras mocambeiras?
- O que você sabe sobre a fazenda escravocrata do Sítio?
- Como era a relação com a agroindústria Dolabela Portella? E com Matarazzo? Os mocambeiros trabalhavam nas empresas? Como você se relacionava com os chefes da empresa? E com os empregados?
- Conte sobre a comunidade de Cabo Verde e a Barragem do Caatinga.
- Você se relaciona com a empresa Vallourec & Mannesmann Florestal? Fale sobre essa relação.
- Quando os fazendeiros chegaram na área circunvizinha a Mocambo? Quem são os fazendeiros? Você se relaciona com eles?
- O que mudou para você depois que os fazendeiros chegaram?
- Como era a vida antes da chegada da Apa Serra de Minas e do Parque Sempre-Vivas? O que mudou na sua vida depois da implantação? Quais são as expectativas com a Apa e o parque?
- Quais as estratégias (meios) que você usa para manter o território mocambeiro?

Roteiro para mocambeiros e/ou vizinhos moradores na cidade de Bocaiuva

- Conte um pouco sobre você. Sua idade, família, formação, vida.
- Quando e como você saiu de Mocambo?
- Onde você trabalhava? Qual a firma, fazenda, comunidade? Por que saiu?
- O que representa Mocambo para você?
- Como você compreende as instituições internacionais, federais, estaduais e municipais que se implantaram em área circunvizinha a Mocambo?
- Você pode explicar por que todos os filhos dos mocambeiros saíram de Mocambo?
- Que expectativas você tem em relação ao futuro de Mocambo?



MAPA 10: Cabo Verde - Comunidade inundada
Fonte: Associação Cultural Arquivo Público (Belo Horizonte - MG)

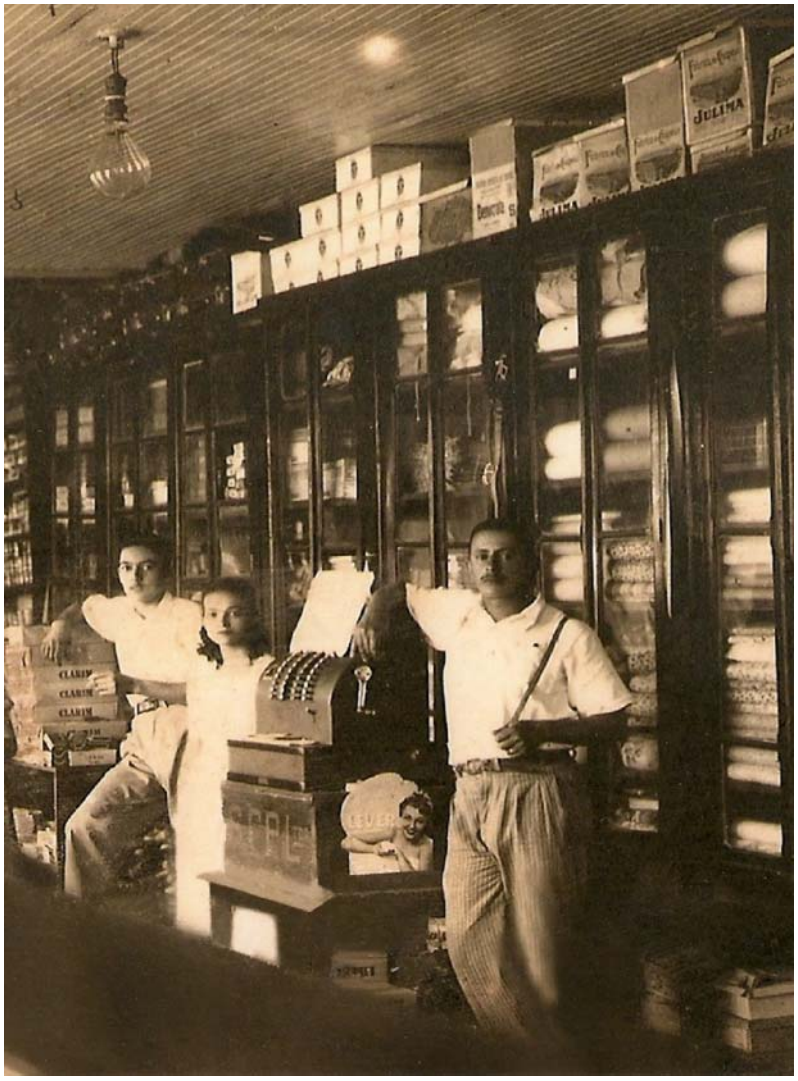


FIGURA 26: Armazém em Engenheiro Dolabela (Matarazzo-1950)
Fonte: RIBEIRO, E. M. F.

FIGURA 27 e 28: Sepultura de bugre
Fonte: THÉ, A. P. G. (2012)

Ruinas da moradia de Romão e Inocêncio

FIGURAS 29, 30, 31 e 32: Unidade de produção Quintal
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

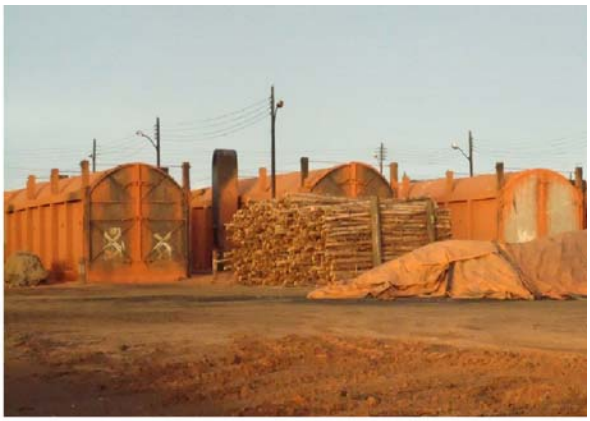
FIGURAS 33 e 34: Representação da religiosidade
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2012)

FIGURAS 35 e 36: Prédio da escola e moradias de Mocambo
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURAS 37 e 38: Serra do Espinhaço e o mocambeiro
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURAS 39 e 40: Passa - um e o Córrego Mocambo que biparte a comunidade
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)

FIGURAS 41 e 42: Conservação do toucinho e extrativismo do palmito amargoso
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2013)



FIGURAS 43 e 44: Madeira e fornos da produção de carvão (Vallourec & Mannesmann)
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2012)

FIGURAS 45 e 46: Engenho, forno e lugar de descanso e produção de banana
Fonte: RIBEIRO, E. M. F. (2012)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CASAMENTO E COMPADRIO – MOCAMBO

1ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Inácio de Jesus Ribeiro (Caneco) • Maria Lucélia dos Santos Ribeiro (Lu) Casamento entre primos de 3º grau	• Wilton José dos Santos Ribeiro • Zélia dos Santos Ribeiro (Coquinha) • Josiane Conceição Ribeiro (Josi)	• Avós maternos • Primo e avó materna • Tios
2ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Geraldo Antônio dos Santos • Maria Luzinete dos Santos	• Núbia Liliane Conceição dos Santos (Binha) • Greice Kelly Conceição dos Santos • Lívia Dayana Conceição dos Santos	• Avós • Tia e primo • Primos
3ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Jovelino Evaristo Félix (Ju) • Cássia Heloisa Caldeira Félix	• Vanessa Caldeira Félix • Thiago Augusto Caldeira Félix • Larissa Caldeira Félix	• Primos • Tios • Amigos
4ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
Maria do Carmo Evaristo Nasceu em 1929 - 83 anos e criou-se em Mocambo Casou-se duas vezes, **1° casamento:** Emanuel Ribeiro ***3 Filhos*** **2° casamento:** Augusto Félix ***- 2 Filhos***	• Elcinda Evaristo (solteira) ***Filhos do 2º Casamento*** • Jovelino Augusto Félix • Angelino Augusto Félix	• Padrinhos e madrinhas são parentes
5ª CASA – PONTO 15		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Altino Evaristo dos Santos (Tininho) • Joana D'Arc Abreu Santos	• Eduardo Abreu Santos, • Werley Abreu Santos, • Tatiana Abreu Santos.	• Padrinhos e madrinhas são parentes
6ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• José Maria Silva (Gasolina) • Sebastiana Rosário Santos da Silva (Tianinha)	• Fabiana Santos Silva - 15 anos • Cristiane Santos Silva - 10 anos, • Pedro Henrique Silva	• Padrinhos e madrinhas são parentes

7ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• **Marido falecido:** Camilo Evaristo dos Santos • Maria de Jesus dos Santos - 71 anos	• Arnaldo Camilo dos Santos (Nadinho) • Camilo Filho (Milito) • Maria Jurialda dos Santos • Altino Evaristo dos Santos • Maria Lucília dos Santos • Isaías Camilo dos Santos • Sebastiana Evaristo dos Santos • Odair Camilo dos Santos • Hildebrando Camilo dos Santos • Neusa Camila dos Santos • Claudia Camilo dos Santos	• Padrinhos e madrinhas são parentes.
8ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Walter dos Santos • Leidiane Pereira Santos	• Naiara Cristina Santos • Viviane Pereira dos Santos	• Padrinho e madrinha – amigos de Sete Lagoas • Padrinho e madrinha são parentes
9ª casa		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Dionísio Antônio dos Santos • Maria Deusdete Oliveira	• Angélica Graziele Oliveira dos Santos • Rodrigo Otávio Oliveira dos Santos • Bruna Gabriela Oliveira dos Santos • Rogério Henrique Oliveira dos Santos	• Padrinhos e madrinhas são parentes
10ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• **Marido falecido:** Antônio Evaristo dos Santos • **Maria da Conceição dos Santos,** originária do **Sítio**	• Geraldo Antônio dos Santos • Dionísio Antônio dos Santos • Walter Antônio dos Santos • Elma Aparecida dos santos • Edney Antônio dos Santos	• Padrinhos e madrinhas são parentes •

11ª CASA		
Cônjuge	**Filhos**	**Padrinhos**
• Norberto Evaristo dos Santos Valerinda Evaristo de Jesus Santos Casamento entre primos de 3º grau.	• Gil Leonardo dos Santos (Léo) • Laércio Norberto dos Santos • Norberto Júnior dos Santos • Selma de Jesus Evaristo dos Santos • Nilton José Evaristo dos Santos • Vilma de Jesus Santos • Sebastião Elton Evaristo dos Santos • Wiliam Aparecido dos Santos • Carmelita de Jesus dos Santos • Célia de Jesus dos Santos • Valéria de Jesus dos Santos • João Paulo dos Santos • Natália Evaristo dos Santos *Apenas um filho possui padrinho e madrinha de fora da comunidade*	• João e Deolinda (bisavó) • Antônio e Conceição (tios) • Dionísio (primo) e Maria (avó) • Tios • Sobrinho e sobrinha • Irmão e esposa • Walter e esposa • Sobrinho e sobrinha • Sobrinho e sobrinha • Tios • Sobrinho e sobrinha • Pessoas *de fora* • Irmãos